



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FABRÍCIO DE SOUSA MORAIS

PÁTRIA NOSSA A CADA DIA

O Capitalismo Editorial e a Invenção da Nação no Auge da Ditadura Militar
(150° aniversário da Independência do Brasil)

Recife
Fevereiro / 2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FABRÍCIO DE SOUSA MORAIS

PÁTRIA NOSSA A CADA DIA

O Capitalismo Editorial e a Invenção da Nação no Auge da Ditadura Militar
(150º aniversário da Independência do Brasil)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História.

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA

Recife
Fevereiro / 2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

M827pMorais, Fabrício de Sousa.

Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil) / Fabrício de Sousa Moraes. – Recife: O autor, 2015.
261 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. História. 2. Ditadura. 3. Sesquicentenário da Independência do Brasil. 4. Imprensa. 5. Brasil – História – 1964-1985. I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II. Título.

981.31 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-37)



Fabício de Sousa Morais

“PÁTRIA NOSSA A CADA DIA:

**O Capitalismo Editorial e a Invenção da Nação no Auge da Ditadura Militar
(150º aniversário da Independência do Brasil)”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **06/03/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.ª Dr.ª Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Esse trabalho é dedicado à memória de duas pessoas que foram embora muito cedo:

Ao professor historiador João Azevedo Fernandes, que, com sua paixão pela História, me inspirou ao longo dos anos.

À professora historiadora Marisa Tayra, que com seu carinho e amizade me ajudou a ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Essa tese é fruto de um esforço quase solitário de incontáveis horas e mais horas pesquisando, analisando/interpretando e escrevendo sobre a festa cívica do sesquicentenário. Contudo, essa tarefa não se realizaria sem a contribuição – acadêmica e/ou emocional – de várias pessoas, as quais nomeio a seguir:

Minha orientadora, professora Socorro Ferraz, que ao longo do processo de feitura da tese me ensinou, para além das orientações tradicionais, sobre a diversidade do pensamento acadêmico e, com sua experiência, me acalmou nas horas em que as dúvidas eram bem maiores do que as certezas.

Professor Raimundo Barroso, que ao longo dos anos acompanha a minha trajetória acadêmica e, com suas leituras atentas e criteriosas, contribuiu muito para a realização dessa tese.

Professoras Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Socorro Abreu e Lima e professor Paulo Giovani A. Nunes, membros da banca de defesa, pelos olhares diversos que lançaram sobre meu trabalho, ajudando a melhorar o meu texto.

Professor Antonio Torres Montenegro, membro da banca de qualificação, sempre solícito, que, com sua vasta experiência com a temática da ditadura militar, me ajudou a compreender melhor esse período e a minha própria temática.

Sandra Regina e Patrícia Regina, secretárias do PPGH, que sempre foram extremamente gentis e pacientes em todos os momentos dessa jornada.

As professoras Ariane Norma Menezes de Sá e Serioja Mariano, que, desde o início da minha graduação, acreditaram no meu potencial. É muito provável que, sem elas, eu não estivesse escrevendo esse texto.

Minha filha querida, Alice P. de Moraes, pela pessoa maravilhosa que ela é, pela paciência com as minhas ausências e por todos os momentos bons compartilhados.

Meus pais – Lourival e Maria Irusa – e meus irmãos – Ângela, Daiane e Anderson –, que me apoiam e me aturam e, com certeza, continuarão a fazê-lo por todos os dias que virão.

Meus amigos de perto – Allan Patrick, Aluizio Firmino, Max Machado e Thiago Seigi – que partilharam comigo os bons e os maus momentos dessa jornada.

Meus amigos(as) de longe – Almir Peixoto, Alômia Abrantes, Carlos Adriano, Carmelo Filho, Charles Souza, Naiara Ferraz, Nayana Mariano, Suzy Lopes e Tamara Antas – que, mesmo sem estarem comigo cotidianamente, foram e são importantes na minha formação.

Ana Regina Simplício, que faz com os meus dias, mesmo os mais cinzentos, pareçam ser sempre melhores.

Eliana Calado e toda família Calado, que, ao longo de anos, me acolheram amorosamente.

Danielle Portela, por Alice e por me apoiar nos momentos mais difíceis.

Eveline Alvarez, pela paciência em revisar as minhas traduções.

Aos excelentes alunos e alunas que tive na UEPB/CH (Guarabira) e aos excelentes alunos e alunas que tenho no IFPB (Campus Patos).

Sem vocês nada faria sentido!

Por fim, dedico a todos aqueles(as) que lutam diuturnamente por um Brasil mais justo e, conseqüentemente, menos desigual.

*O passado é um país estrangeiro: lá,
as coisas são feitas de maneira
diferente.*

L.P. Hartley.

RESUMO

Essa tese versa sobre a invenção da nação brasileira durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). A principal fonte foi a imprensa escrita e a sua divulgação da ideia de nação do governo ditatorial durante essas festividades. Também aborda como esses veículos midiáticos serviram de suporte para obras históricas que carregavam, na maioria das vezes, essa mesma maneira de compreender a identidade brasileira. Tudo isso sem esquecer a conjuntura da época, que faz a conexão entre acontecimentos diversos e simultâneos. Dessa forma, o regime ditatorial buscou dentro de um evento passageiro, uma efeméride, reafirmar a perenidade de um projeto de nação que deixou de fora boa parte da população.

Palavras-chave: Ditadura militar. Imprensa. Sesquicentenário da Independência.

ABSTRACT

This thesis is about the invention of the Brazilian nation during the Sesquicentenary celebrations of the Independence of Brazil (1972). The main source was the written press and disclosure of the nation's dictatorial government idea during these festivities. It also discusses how these media helped the historical works, that have, most of time, the same way to comprehend Brazilian identity. All this, without forgetting the conjuncture of that time, that is a link between different and simultaneous events. In this way, the dictatorial regime searched within an event that happened quickly, an ephemeris, to reaffirm the continuity of a national project that left out much of the population.

Keywords: Military dictatorship. Press. Sesquicentenary of Independence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O DISCURSO DA GRANDIOSIDADE	29
1.1 Brasil: o despertar do gigante	29
1.1.1 O gigante e o embaixador	34
1.1.2 Grande hoje e maior amanhã	37
1.1.3 A recepção de <i>Awakening Giant</i>	54
1.2 Notícias de uma festa anunciada.....	64
2. A NAÇÃO EM REVISTA	70
2.1 Disputas políticas: projeto antiimpacto	73
2.2 A concepção de história da Veja	76
2.3 O personagem principal: Pedro I.....	86
2.4 Propagando o Sesquicentenário	91
2.5 As moedas	106
2.6 Desfecho: a edição seguinte	111
3. A NAÇÃO CONSTRUÍDA NO DIA A DIA DAS NOTÍCIAS	119
3.1. Editoriais	122
3.2 Quadrinhos, livros e panfletos nos jornais	133
3.3. O início das comemorações.....	156
4. ONTEM, HOJE E SEMPRE?.....	174
4.1 A Festa Nacional do Fogo Simbólico	174
4.2 A Igreja comemorou	181
4.3 Sete de setembro / o ápice	187
4.4 Som e luz: quatro séculos do Brasil	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
FONTES E BIBLIOGRAFIA	242
Fontes	242
Artigos de jornais e revistas	242
Livros e artigos de livros.....	250
Outros.....	250
Bibliografia Citada.....	251

INTRODUÇÃO

A nação brasileira é uma invenção histórica. Nisso, ela não diverge das demais nações modernas, existem, no entanto, especificidades deste processo que não devem ser desconsideradas. A história oficial do Brasil, de acordo com os pressupostos científicos do século XIX, foi elaborada de maneira que deixasse de lado qualquer elemento que pudesse macular a aura de nação, que era encarnada no Estado e nos seus imperadores. Trata-se de uma das tarefas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), como nos lembra José Carlos Reis (2002, p. 26): “O IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional”.

Uma das tarefas dos agentes dessa instituição foi escolher os episódios que deveriam ser comemorados como criadores de uma determinada identidade nacional. Houve uma verdadeira batalha simbólica em torno de qual data deveria ser o marco de fundação da nação brasileira¹, nessa disputa, o Sete de Setembro sagrou-se vencedor. Um dos motivos para essa vitória foi sua capacidade de sintetizar o complexo processo que desaguou na quebra dos laços políticos entre Brasil e Portugal. Essa capacidade de síntese foi muito bem descrita por Machado de Assis:

O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma cousa que o meu dito amigo declara não ter assistido. Houve uma resolução do Príncipe Dom Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem elle se deu nas margens do celebre ribeiro. Lá se vão as paginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições... Mas os versos? Os Versos emendam-se com muito menos facilidade. A minha opinião é do que a lenda é melhor do que a historia authentica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma cousa vaga e anonyma. Tenha paciencia meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais summario, mais bonito e mais generico (Citado por SANDES, 2000, p. 30).

Este trecho, datado da década de setenta do século XIX, resume bem a batalha pela afirmação do Sete de Setembro como a data de nascimento do Brasil. A fala de Machado de Assis consegue nos mostrar como uma parte da sociedade, notadamente a que habitava

¹ Ao longo do século XIX, outras datas foram comemoradas como marcos do nascimento do Brasil, cito algumas: 12 de outubro (aclamação e aniversário de d. Pedro I); primeiro de dezembro (a coroação); 25 de março (outorga da primeira constituição); 7 de abril (data da abdicação de d. Pedro I em favor do seu filho).

a capital do país, aderiu a esse projeto de nação, dando-lhe um significado e colocando-o como a síntese de todo um povo.

Nesse sentido, o processo de interiorização da metrópole portuguesa na sua colônia americana, descrito por Maria Odila Silva Dias (1972), ganhou outros contornos. Esta lógica não ficou restrita ao aparato administrativo e burocrático, a interiorização aconteceu de forma mais ampla, atingindo a visão de mundo dos homens e mulheres que habitavam a capital do jovem país e, mais cedo ou mais tarde, chegou aos recônditos mais distantes do Brasil. A existência de uma elaborada liturgia do poder, ao longo do período imperial, nos mostra como este processo foi amplo. Um exemplo de como essa liturgia alcançou diversas partes do território é a Paraíba. Nessa província, o poder imperial se fazia presente em alguns episódios: nos quadros das majestades que foram enviados para serem cortejados nos dias de gala; nos aniversários dos membros da família real, comemorados em praça pública e na Igreja; e no “júbilo maior” com a visita do imperador Pedro II em 1859² (cf. MORAIS, 2007).

Cabe ressaltar que este fenômeno não é unívoco. Existem marchas e contramarchas, nem todos são cooptados instantaneamente. As lutas travadas, ao longo do século XIX, em torno da manutenção da unidade do território nacional não devem ser esquecidas.

Com o advento da República não ocorreram grandes mudanças no padrão excludente estabelecido anteriormente, “descarta-se, como o Império desde 1840, do mais sedicioso e anárquico de seus componentes: o povo” (FAORO, 1995, p. 567). Trata-se de uma nova conjuntura política que vai andar de mãos dadas com o passado e os símbolos do Império, nem mesmo seus heróis serão negados. A República oligárquica comemorou como nunca o Sete de Setembro, especialmente o seu centenário. Era chegada a hora da pacificação da memória nacional e para isso são repatriados os restos mortais do imperador D. Pedro II e da sua esposa D. Teresa Cristina (cf. SANDES, 2000).

A centralização político-administrativa, iniciada em 1930, coloca o Estado como o principal artífice da nacionalidade. Com o advento do Estado Novo (1937-1945), a concentração de poder na esfera estatal aumenta, pois são eliminadas as instituições liberais. Coube a Getúlio Vargas guiar os brasileiros no caminho da felicidade, como explica Maria Helena Capelato (2007, p. 124), ao falar dos textos laudatórios escritos no período: “Neles o chefe do poder era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia

² Esse momento de júbilo foi narrado no livro **Presença de Dom Pedro II na Paraíba** (ALMEIDA, 1982).

profundamente a sociedade, ora um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo”.

As festas da Independência estavam na pauta do Estado Novo. Esse é um período recheado de comemorações cívicas. Algumas são reafirmadas, como o Vinte e Um de Abril e o Primeiro de Maio, e outras são criadas neste momento: o dia do aniversário de Vargas (dezenove de abril), o dia do aniversário do Estado Novo (dez de novembro). A educação tem um papel fundamental na criação de um novo homem que carrega consigo “uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho” (GOMES, 1999, p. 63). Um dos principais ideais era de que para crescer, o país precisava que todos os seus filhos obedecessem ao bom pai que comandava a nação.

Em 1964, ocorreu um golpe “contra as reformas e a democracia” (cf. TOLEDO, 2004, p. 67-77). O interesse era evitar as reformas sociais, defendidas por amplos setores da sociedade brasileira, e acabar com a jovem democracia política iniciada em 1946 (ano da promulgação da nova constituição). Sempre é bom lembrar que o regime instalado em 1964 não foi uma revolução³, foi, no final das contas, um golpe contra a possibilidade de mudança na sociedade brasileira. Essa maneira de compreender esse acontecimento passa pela inversão da fala de Geisel feita por Caio Navarro Toledo (Ibidem, p. 68):

Embora lúcidas – na medida em que rejeitavam a noção de Revolução –, a formulação do ex-ditador podem ser objeto de uma releitura. Assim, com legitimidade teórica, podemos ressignificar todos os *contras* presentes no depoimento do militar. Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe *contra* o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Essa constatação não significa dizer que do lado do presidente João Goulart não havia problemas ou questões nebulosas, como a tentativa de impor um estado de sítio ao Congresso, em outubro de 1963. Mesmo assim, apontar as falhas do governo e das esquerdas e o seu pouco apreço pela democracia não significa eximir as diversas forças que

³ O próprio Gen. Ernesto Geisel, que comandou o Brasil entre 1974 e 1979, afirmava que o que aconteceu em 1964 não foi uma revolução, nas suas palavras: “O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução (Citado por GASPARI, 2002, p. 138).

tramaram o golpe de o terem executado. Marcelo Ridenti afirma (2004, p. 63): “Se as esquerdas não eram democráticas nos anos 60, tampouco o eram as direitas e muito menos os centros”. Por mais que a palavra democracia estivesse na pauta dos discursos de ambos os lados, a sua relação com ela era apenas instrumental, por isso “... não se furtavam em pisotear alegremente os valores e as instituições democráticas sempre que isto lhe parecesse importante para fazer avançar seus interesses imediatos e o alcance de seu poder” (REIS, 2004, p. 33).

Ao se falar da ditadura militar, não se pode deixar de fazer menção ao fato mais aterrador deste recorte temporal, a institucionalização da tortura⁴. Os “anos de chumbo” não podem ser esquecidos. Por outro lado, deve existir a visualização das “camadas de amortecimento” (REIS, 2005, p. 62) entre os ricos, cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Enquanto os dissidentes do regime eram torturados, um grande número de pessoas se apinhavam nas ruas da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, durante as comemorações do Sesquicentenário, para acompanhar “os despojos sagrados do grande artífice da Nacionalidade”, o povo “só tinha olhos para o esquife venerável. E palmas nas mãos para saudar o Libertador. Momentos inesquecíveis aqueles!” (CAVALCANTI, 1972, p. 74-75). No geral, é possível dizer que boa parte da sociedade civil paraibana foi favorável ao movimento que tomou o poder em 1964 como nos mostram as citações apologéticas de Archimedes Cavalcanti⁵.

Os episódios descritos até aqui servem como uma amostra da complexidade desta poderosa invenção que é a identidade nacional. Todavia, esse não é um processo pronto e acabado, é necessário, de tempos em tempos, ressignificá-lo, reinventá-lo. Defendo que as festas do Sesquicentenário da Independência (1972) foram eventos privilegiados para compreender mais uma das etapas de como uma ideia de identidade nacional foi pensada pelo Estado.

⁴ Algumas interpretações da ditadura colocam a tortura como algo característico apenas do período pós o Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968). No que concerne a esta pesquisa, defende-se a seguinte posição: “Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (FICO, 07 set. 2009, p. 34).

⁵ O historiador diletante Archimedes Cavalcanti (1927-1998) foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e autor de **A Paraíba na revolução de 1817** (1970) e **A cidade de Parahyba na época da Independência** (1972). Sobre uma análise historiográfica deste autor, ver o texto de minha autoria (MORAIS, 2003, p. 171-191).

A partir desse caminho foi possível pensar o objetivo central dessa tese: analisar como o regime ditatorial buscou dentro de um evento passageiro, uma efeméride, reafirmar a perenidade de um projeto de nação que deixou de fora boa parte da população. Para isso, foi fundamental entender como a imprensa escrita divulgou a ideia de nação do governo ditatorial durante os festejos do Sesquicentenário da Independência, ocorridos entre os dias 21 de abril e 7 setembro de 1972. Também aborda como esses veículos midiáticos serviram de suporte para obras históricas que carregavam, na maioria das vezes, essa mesma maneira de compreender a identidade brasileira.

Essa perspectiva de análise afirma que as festas cívicas foram e são importantes para a formação da nação (cf. HOBBSAWM, 1990 e GUIBERNAU, 1997). Elas são parte de um projeto específico que se realiza mediante a criação de rituais, que têm como finalidade definir, por meio de estratégias, a legitimação⁶ desse mesmo projeto. Nesse sentido, o caso brasileiro não foge à regra, pois essas efemérides têm a intenção de criar uma identidade comum entre os diversos segmentos que constituem a população do vasto território nacional. Dentre as comemorações destaca-se o Sete de Setembro, data símbolo da Independência do Brasil, que foi construído como marco do rompimento dos laços políticos entre Brasil e Portugal. Este momento foi moldado com muito esmero pelas elites políticas⁷ para se tornar o marco de fundação da nação brasileira, devendo ser comemorado todo ano.

A pesquisa foi pensada a partir dos pressupostos da história social, pois esta “passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (CASTRO, 1997, p. 46). A proposta talvez soe genérica demais, por isso cabe um direcionamento um pouco mais preciso, sem que isso signifique colocar o objeto de pesquisa numa camisa de força. Esse caminho foi mostrado por Yves Déloy (1999, p. 38) que, a partir Norbert Elias,

⁶ Maria José de Rezende (2001, p. 4) define a necessidade de legitimidade buscada pelo regime ditatorial: “Em termos gerais, pode-se dizer que a busca de legitimidade por parte do regime militar significava, basicamente, que ele se debatia para encontrar meios de obediência, adesão e aceitabilidade para as suas formas de atuação e ação, bem como para as suas crenças e valores. Isto demonstra que não se está tomando aqui a questão da legitimidade sob o enfoque meramente jurídico, mas sim sociológico. Através deste último torna-se possível partir do regime político (vigente entre 1964 e 1984) e do grupo social que o conduzia e lhe dava sustentação, para se compreender a sua articulação no processo de construção de sua identificação com os diversos segmentos sociais”.

⁷ O conceito de elite política é retirado de T.B. Bottomore (1965, p. 15-16): “[...] a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou classe real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos”.

vai propor uma aproximação entre história social e política, construindo, assim, uma história social do político e uma história política do social:

Em suma, trata-se de fazer uma história social do político capaz de estabelecer as lógicas sociais em ação na vida política, mas também uma história política do social apta a identificar a marca do político sobre o social. E, especialmente estabelecer depois de Elias, as afinidades que existem entre o sistema político (feudais e depois estatais) e os “tipos de economia psíquica” que lhes correspondem. Esta dupla perspectiva é essencial: questionar as razões históricas e culturais através das quais um indivíduo, uma situação, uma aposta é considerada “política”; considerar o grau de autonomia ou, ao contrário, de heteronomia deste “político” em relação ao “social” (e vice-versa). Estas são as principais condições para uma abordagem sócio-histórica do poder, das instituições políticas, do governo e do Estado-nação.

Meu texto dialoga com as duas vertentes propostas pelo autor. A primeira, história social do político, aparece na intenção de compreender as ações de um determinado grupo na vida política, mais especificamente durante as festividades. Já a segunda, história política do social, entra em cena com a percepção das estratégias de legitimação do poder postas em prática durante as comemorações. Tudo isso, nunca é demais lembrar, durante os tumultuados anos do Ato Institucional n.º 5⁸ (1968) e da Lei de Segurança Nacional⁹ (1969).

É preciso falar, mesmo que um pouco, sobre a relação entre a teoria e a experiência. Por tratar-se de algo complexo, deve ficar claro que as abordagens da pesquisa ocorreram através de aproximações e suposições que podem ter sua eficácia posta em dúvida. Nesse

⁸ Marcos Napolitano (2014, p. 96) conta o impacto do ato: “Através desse instrumento, estima-se que cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) tenham perdido direitos políticos, 5 juízes de instâncias superiores, 95 deputados e 4 senadores, seus mandatos. Se os efeitos diretos foram impactantes sobre o sistema político, os efeitos indiretos seriam bem maiores sobre todo o tecido social”. Mais adiante Napolitano (Ibidem, p. 97) explica esses outros efeitos: “O AI-5 marcou também uma ruptura com a dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil. Mais do que isso, teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abateria no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda. O fim de um mundo e o começo de outro, num processo histórico de alguns meses que pareciam concentrar todas as utopias e os dilemas do século XX. O Brasil não sairia incólume desta roda-viva da história”.

⁹ Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 191): “A lei fornece sustentação legal a respeito de qualquer pessoa ou grupo que se oponha à política do Estado de Segurança Nacional. De acordo com sua orientação de controlar o ‘inimigo interno’, muitos artigos da Lei de Segurança Nacional tratam da prevenção de greves, do controle dos meios de comunicação e informação, da proibição de partidos políticos específicos e de outras limitações à liberdade de associação. A lei prevê severas penas de prisão pela realização de greves em serviços essenciais ou públicos, ou entre funcionários. As disposições sobre a imprensa são particularmente severas por responsabilizarem criminalmente o editor, o proprietário e jornalista pela veiculação de fatos ou opiniões de terceiros que possam ter infringido algum artigo de lei. O Estado pode ainda apreender edições inteiras de jornais ou revista, ou fechá-los por violação da Lei de Segurança Nacional”.

sentido, a seguinte proposição é de grande valia: “uma pessoa que tenta resolver um problema, seja em ciência seja onde for, tem de ter completa liberdade e não pode ser tolhida por quaisquer exigências ou normas, por muito plausíveis que estas possam parecer ao lógico ou ao filósofo que pensou nelas na intimidade do seu gabinete”(FEYERABEND,2007, p. 19). Este “anarquismo metodológico” não precisa ser levado às últimas consequências, o meu interesse é não cair no “engessamento do objeto” pelo método. Feita essa ressalva, é importante destacar alguns aportes que foram úteis para o desenvolvimento da pesquisa.

Para compreender a busca, durante as festividades do Sesquicentenário da Independência, pela reformulação da ideia de nação por parte das elites políticas, me foram úteis os conceitos de poder¹⁰ e dominação¹¹, mas não de uma maneira redutora e sim relacional. Dessa forma, a análise não tratará as demais categorias sociais como completamente destituídas nas relações de poder, o que também não quer dizer que as relações sejam equivalentes.

Como nos lembra Eric Hobsbawm (1990, p. 9-20), os fenômenos ligados à nação não podem ser vistos olhando apenas para o alto, pois é fundamental perceber as aspirações e os anseios das pessoas comuns. Por isso, mesmo dando certa ênfase a noção de elites políticas, privilegiando a participação e a influência desses grupos nas festividades e, por conseguinte, nas matérias veiculadas nos jornais, não pretendo simplificar a realidade tratando apenas dos “grandes homens”, mas delimitar o universo de reflexão.

As festividades cívicas foram entendidas como responsáveis por reforçar os laços de dominação, buscando obter uma maior legitimidade para essas elites políticas. Lembro que, na maioria das vezes, costuma-se associar dominação à coerção de uma maneira quase mecânica. Não é esse o meu propósito, pois o controle não se restringe ao poder coercitivo

¹⁰ Para efeito de conceitualização da noção de poder cito François Chazel (1995, p. 213): “... a capacidade, por parte de um determinado ator, de conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes”.

¹¹ Alberto Tosi Rodrigues (2003, p. 41), a partir de Weber, define dominação da seguinte forma: “Todo poder de imposição, por sua vez, baseia-se numa capacidade de influência específica, que Weber chama de dominação, de homens concretos sobre a ação em associação com outros homens. Influência que ganha corpo, especialmente, na possibilidade de aplicação em última instância de uma coação (física ou psíquica)”.

exercido pelo Estado¹². A concepção ampla de poder é desenvolvida, entre outros, por Michel Foucault e resumida por Roberto Machado (1992, p. XV):

A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele [Foucault] opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos de dominação e repressão. O que suas análises querem mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão.

As elites políticas usaram seu poder de dominação durante as comemorações para tentar incutir um ideal de nação e para isso serviram-se de meios mais sutis que a repressão física e psicológica. Vale ressaltar que o poder não é uma exclusividade do Estado, mas, por outro lado, não acredito ser possível analisá-lo sem observar o papel das elites políticas e, conseqüentemente, dos governantes no exercício da dominação.

Não posso deixar de citar o conceito desenvolvido por Hobsbawm e Ranger denominado de tradições inventadas¹³, pois ele será de grande ajuda na busca da análise dos símbolos e heróis escolhidos para se fazerem presentes durante as celebrações. Estes símbolos e heróis, na maioria dos casos, são escolhas das elites. Eles marcam o jogo de lembrar e esquecer tão importante para a memória dita nacional.

As tradições inventadas para o reforço da nacionalidade buscam atestar o caráter remoto da nação, pois a ideia é que, quanto mais profundas forem suas raízes, mais forte será a árvore da identidade nacional (cf. HOBBSAWM; RANGER, 1997). No caso brasileiro, averiguar como uma nação recente inventou suas raízes é algo fundamental para

¹² Para corroborar com essa ideia, cito Foucault (1992, p. 8): “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa simplesmente como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir”.

¹³ O conceito de tradição inventada é definido da seguinte maneira: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea” (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 9-10).

a compreensão dos processos sociais e políticos em curso durante determinado período histórico.

Somado às considerações ligadas às tradições inventadas, está o profícuo conceito de comunidade imaginada. Ela, a nação, é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). A imaginação está ligada ao sentido de que a maioria dos seus membros nunca se conhecerá, mesmo sabendo que vivem em comunhão. Ela é limitada, já que possui fronteiras claras com outras nações; ela também é soberana, seus membros não estão submetidos aos reinos dinásticos;

E, por último, ela é imaginada como uma comunidade porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (Ibidem, p. 34).

Esta invenção que penetra na imaginação é uma das principais responsáveis pela tentativa criação de uma identidade coletiva¹⁴ ou, sendo mais específico, de uma identidade nacional¹⁵.

Ao pensar estes fenômenos de maneira mais ampla, é possível enxergá-los como fazendo parte do que o cientista social Norbert Elias denominou de processo civilizador. Em seus escritos, Elias atenta, entre outras coisas, para a interdependência como algo crucial para o estudo da sociedade. No começo, não havia nenhuma relação entre as categorias sociais, uma não ameaçava a outra: “[...] o perigo principal para cada guerreiro era outro guerreiro” (ELIAS, 1993, p. 220). As mudanças não foram planejadas de maneira consciente por ninguém, mas, sim, a partir do aumento da divisão social do trabalho e do

¹⁴ Este conceito é tomado de Michel Pollack (31 jan. 2007, p. 7) “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”.

¹⁵ Já este termo segue a formulação de Zygmunt Bauman (2005, p. 26): “A ideia de ‘identidade’, e particularmente de ‘identidade nacional’, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um ‘fato da vida’ auto-evidente. Essa ideia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* [mundo da vida] de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num ‘fato’, num ‘dado’, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças à brecha dolorosamente sentida entre aquilo que essa ideia sugeriria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A ideia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia”.

aumento da monetarização da economia. Estes fatores fizeram com que a sociedade aumentasse a sua densidade e, conseqüentemente, a interdependência entre as categorias sociais. O que o autor vislumbra é o aumento do entrelaçamento, seja amistoso ou hostil, entre as pessoas (cf. *Ibidem*, p. 194). Boa parte deste contato, é sempre bom lembrar, se dá no âmbito da nação.

Existe uma relação muito forte entre a história, a memória e a nação. A festa cívica, organizada pelo Estado convertido em nação¹⁶, tem como a sua principal missão tentar transformar um determinado acontecimento histórico em memória nacional¹⁷. Tudo isso com o interesse de legitimar o seu poder e continuar exercendo a dominação. Os lugares de apoio da memória¹⁸ são um dos exemplos dessa empreitada. Outra estratégia utilizada durante os eventos comemorativos foi juntar os heróis do passado – principalmente d. Pedro I – com o líder daquele presente, o Gen. Médici.

Antes de chegar à descrição dos capítulos, falarei sobre como aconteceu a escolha do tema. Ele está ligado a minha formação acadêmica. Ao longo dos anos, tive a oportunidade de me deparar com diversas leituras que me mostraram como as elites brasileiras conseguiram, habilmente, manter o *status quo*, apesar das circunstâncias apontarem para uma direção diferente. Notando a existência de continuidades na formação

¹⁶ Renato Ortiz (2014, p. 98) resume bem essa preocupação de converter o Estado em nação: “Há, em primeiro lugar, um entendimento do que seria a sociedade, uma totalidade organizada em torno de um núcleo central. Nesse sentido, a observação de Joseph Comblin, a nação não difere do que se constitui formalmente como Estado, ou seja, toda contestação ao Estado é uma ameaça a seus fundamentos. A defesa da nação do perigo “comunista” e “subversivo” (não se pode esquecer a importância da Guerra Fria nesse contexto) torna-se uma obrigação do Estado. Este atua como defensor do caráter nacional, conjunto de valores que constituíram a essência da “verdadeira” identidade brasileira (uma das críticas constantes à esquerda era de que ela se submeteria a uma doutrina “exótica”, importada do exterior, portanto contrária aos alicerces da identidade nacional)”.

¹⁷ A distinção entre história e memória, segue Pierre Nora (1981, p. 9): “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às comunidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

¹⁸ Essa denominação foi retirada de Michael Pollak (31 jan. 2007, p. 3): “Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela”.

da nação brasileira, capitaneada pelas elites, senti-me motivado a estudar o nacionalismo e seu processo de invenção, ou seja, compreender quais as táticas utilizadas para evitar a tão temida ruptura e a conseqüente ampliação da participação popular, mantendo, assim, o poder nas mãos de alguns poucos. Dentre essas táticas, uma das que mais me chamou atenção foi a questão das comemorações cívicas, mais especificamente, os festejos da Independência do Brasil.

Uma das maneiras de interpretar as festividades do Sesquicentenário é percebê-la como uma forma não violenta de legitimação da dominação e, conseqüentemente, do exercício do poder. Existem inúmeros trabalhos que tratam da ditadura militar, porém ainda são relativamente poucos os textos que enveredam por esse prisma. Essa foi mais uma das motivações que me levaram a pesquisar sobre tema. É possível afirmar que algumas das obras de referência sobre a ditadura deram pouco crédito para esse tipo de análise. Vejamos alguns exemplos:

O livro escrito por Thomas Skidmore, **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985), publicado em 1988. Nele Skidmore faz um importante levantamento de fontes e uma precisa identificação dos fatos do período. A obra desse brasilianista aborda a economia, a sociedade e a política do período. Carlos Fico¹⁹ (cf. 2004, p. 28) afirma que não devemos cair na versão acadêmica de que os escritos de Skidmore seriam fruto de uma obra menor, não passando de um “catálogo de fatos”. Mesmo com essa preocupação ampla, não existe espaço para as festividades.

A coleção **As ilusões armadas**, escrita por Elio Gaspari, dividida em quatro volumes (lançados entre 2002 e 2004), apenas cita as festas dos 150 anos da Independência. Gaspari fez uma história política geral da ditadura, tomando como base os “documentos excepcionais”, mas limitados. Não se preocupou em cotejar essas fontes, criando uma visão militarista e simplista do período ditatorial. A síntese da sua obra é a seguinte: “Assim, para Gaspari, são os militares em posição de comando, moldados por suas psicologias, que vão conduzindo o processo, em grande medida ao sabor do acaso” (Ibidem, p. 56). Em resumo, é uma história construída por indivíduos notáveis.

Mesmo as obras recentes e de cunho mais geral, lançadas em virtude dos 50 anos do golpe militar, não se interessaram muito pelo tema das festas cívicas. O livro organizado

¹⁹ O livro de Fico, **Além do golpe** (2004), no capítulo O estado-da-arte (p. 13-67) faz um excelente trabalho de mapeamento das obras que analisam a ditadura militar. Ele mostra as formas diferenciadas que o período foi abordado e a partir de lugares sociais divergentes. Isso, sem dúvida, é útil para aqueles que querem conhecer melhor o que já foi dito sobre o tema. Porém, é necessário alertar, que, no geral, Fico não vai muito além desse mapeamento, ficando no esquemático modelo da historiografia à moda antiga, preocupada em elencar autores e obras.

por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964** (cf. 2014, 17-18), cita, brevemente, o Sesquicentenário como parte do auge do orgulho patriótico e da união nacional. O mesmo caminho é seguido por Aarão Reis, no seu **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988** (cf. 2014, p. 47).

Há cerca de dez ou quinze anos atrás, o Sesquicentenário da Independência ainda não era digno de nota, não aparecia nem na cronologia dos livros de síntese sobre o período. Por exemplo, uma breve folheada em **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**, publicado por Aarão Reis, em 2000, ou, no já citado, **Além do golpe** (2004), comprova o que estou afirmando.

Minha pesquisa não é a primeira a analisar as festas do Sesquicentenário da Independência. Duas pesquisas anteriores merecem destaque, são elas: o livro **O regime militar em festa**, de Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (2013) – originalmente uma tese de doutorado em História defendida na UFRJ (2009) –; e **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento, de Janaina Martins Cordeiro – tese de História defendida na UFF (2012).

Almeida (2013, p. 9) busca “...compreender até que ponto tal comemoração serviu como tentativa de legitimação simbólica do regime autoritário então vigente”. Começa fazendo um apanhado das comemorações cívicas no país durante a Primeira República, com ênfase no centenário. Contudo, suas principais preocupações são apresentar o Encontro Cívico nacional, evento que marca o início das festividades, juntamente com a excursão dos despojos de d. Pedro I pelas capitais do Brasil. O texto tem uma preocupação especial com as comemorações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Também mostra o papel do futebol nas comemorações do Sesquicentenário, com a realização do Torneio Independência, também chamado de Taça Sesquicentenário. Termina falando da Semana da Pátria. Boa parte do seu texto versa sobre os acontecimentos no Rio de Janeiro.

Cordeiro, por outro lado, desenvolveu sua pesquisa em cima do discurso cívico para mostrar o diálogo entre o regime militar e a sociedade. Consenso e consentimento²⁰, como está expresso no subtítulo da sua tese, são as categorias fundamentais do seu trabalho. Percebe-se a grande influência de Aarão Reis, seu orientador, especialmente na ideia de

²⁰ Cordeiro (2012, p. 20) explica essas categorias da seguinte forma: “... o consenso designa o acordo, o consentimento, por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas – múltiplas – a partir das quais o acordo é conformado e se expressa socialmente”.

que os anos chamados de chumbo, também foram anos de ouro (cf. REIS, 2005, p. 61). Assim como Almeida, sua pesquisa está centrada no Rio de Janeiro.

A história deve tratar das diversões. As festas aparecem como um momento crucial de afirmação da nação, porém não têm um significado único: “ora ela é suporte para a criatividade de uma comunidade, ora afirma a perenidade das instituições de poder” (DEL PRIORE, 2000, p. 9). No que diz respeito às comemorações da nação, atestar a perpetuação e a antiguidade do poder é uma assertiva que não pode ser deixada de lado. Na diversidade de sentidos que compreende as efemérides, não deve ser esquecida a ideia pedagógica que está incutida e a inclusão de, pelo menos, parcela dos participantes, de modo que não se sintam meros receptores da mensagem cívica ou simples expectadores das encenações comemorativas. É possível existir reinterpretações e/ou ressignificações da intenção dos gestores da festa. A festa não deve ser analisada apenas pelo seu fim (cf. OZOUF, 1976, p. 223).

Todas essas obras me ajudaram a pensar que as festas podem ser convertidas em um espaço de análise das diversas maneiras de justificar as ações das instituições de comando e de como estas se relacionam com os demais segmentos sociais. Com isso, pretendo alcançar algum entendimento das operações simbólicas que revelem a opção política do regime militar para a invenção da nação. É a tentativa de integrar o “velho” e o “novo”, evitando as rupturas, tentando conciliar o que, à primeira vista, parece inconciliável (cf. GUIMARÃES, 1988, p. 7). A minha intenção é tomar essa conjuntura²¹ de exaltação para refletir sobre a sociedade brasileira no auge do regime militar.

Como fonte, utilizo, principalmente, as obras produzidas pelo capitalismo editorial (jornais, revistas, livros, entre outros). Esse fenômeno é discutido por Benedict Anderson, no seu livro **Comunidades imaginadas** (2008, p. 69-70). Com o fim das concepções culturais que sustentavam o mundo medieval, outras formas de domínio se fizeram necessárias. Ele explica que o capitalismo editorial foi o responsável pela criação de uma nova forma de ligação entre as pessoas:

O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob impacto da transformação econômica, das descobertas (sociais e científicas) e do

²¹ O conceito de conjuntura é utilizado de acordo com a proposta do Movimento dos Annales. Definido por Peter Burke (1997, p. 129) da seguinte forma: “A palavra implica (como se poderia esperar de sua etimologia, *coniungere*, associar) um sentido de conexão entre fenômenos diversos, mas simultâneos. Genericamente adotado pelos historiadores dos Annales, contudo, era frequentemente usado no sentido de complementar oposto à estrutura, para significar, em outras palavras, antes a curta ou a média duração do que a longa duração, não implicando conexões colaterais”.

desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e as se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas.

Essas obras, especialmente os jornais, também merecem destaque por mais um motivo. Elas são fundamentais para a produção do sentimento de simultaneidade com um grande número de pessoas, de quem você sabe da existência, mas não conhece. As notícias veiculadas por estas publicações são lidas, ouvidas e debatidas pelos mais diferentes sujeitos sociais, garantindo que “a ficção se infiltra contínua e silenciosamente na realidade criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas” (ANDERSON, 2008, p. 68-69).

O texto é um lugar de jogo de sentidos passível de interpretação. Dessa forma, proponho buscar o contexto da produção textual, entendendo que os escritos não são um mero jogo de palavras escolhidas a esmo. Existe um interdiscurso que guia os dizeres, que fala antes. Para cada dito encontramos uma série de não ditos (cf. FERRO, 1989). Não deve ser esquecido o papel que o autor desempenha nessa produção, por isso se fez necessário discutir o lugar social, que é uma marca que não pode ser apagada (CERTEAU, 1982, p. 65).

Feito esse percurso, passo a comentar como o trabalho foi dividido.

O primeiro capítulo tem uma abordagem mais ampla, discutindo a conjuntura (no sentido dito por Burke na nota 21 dessa introdução) global do período. O seu ponto central é pensar o lugar que o Brasil ocupou durante os anos da Guerra Fria²² (1945-1991), enfatizando as relações com os EUA, a nação mais poderosa do planeta, que tinha de evitar

²² O termo se refere a distribuição mundial do poder depois da Segunda Guerra. Para melhor explicar esse recorte uso a síntese feita por Eric Hobsbawm (1995, p. 224): “A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, ‘a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida’ (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (‘Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar’). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da ‘destruição mútua inevitável’ (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês – *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária”.

a presença do inimigo vermelho, o comunismo, no continente que é sua área de influência. Nessa parte, apresento uma das maneiras utilizadas para inventar a nação brasileira e o seu relacionamento com o capitalismo editorial.

Esse capítulo também é fruto da tentativa de solucionar um problema metodológico gerado pelo cerceamento das liberdades imposto pela ditadura militar, especialmente após o endurecimento do regime, em 1968. A questão que me assolava era: como encontrar fontes que não estivessem marcadas pelo peso do AI-5? Procurando, ao mesmo tempo, levar em conta o espírito cívico das comemorações dos 150 anos da Independência.

Por isso, as obras dos brasilianistas me pareceram um bom caminho. Elas me ajudaram a pensar a política externa do Brasil e também dos EUA, durante um período em que existia uma cooperação mútua. No entanto, essas relações não poderiam ultrapassar determinados limites, com risco de prejudicar a imagem dos dois governos perante o povo brasileiro²³.

Procurei por autores que tivessem escrito sobre o Brasil durante os “anos de chumbo” e que também tivessem vivenciado os dias da ditadura militar. A partir desses parâmetros de busca, me deparei com o livro escrito por Philip Raine, *Brazil: Awakening giant* (1974). Logo em seguida, voltei minha atenção para os periódicos estadunidenses na esperança de que eles me ajudassem a contar/analisar as festividades do Sesquicentenário da Independência pelo olhar externo. O material encontrado foi escasso, no entanto, essas fontes serviram como parâmetros para entender o peso da mais importante festa cívica do regime militar, naquele ano, para os EUA. Com isso, foi possível contrapor o discurso da centralidade brasileira para o vizinho do norte com a inexistência de ações que respaldam esse discurso.

Desse modo, procurei entender como se apresentava o Brasil daquela época e qual o lugar que ele buscava ocupar no cenário mundial. Esse capítulo é uma apresentação do objeto de estudo, é o Brasil pensado como um gigante durante um Estado de exceção,

²³ Fico (2008, p. 52) resume como os EUA entendiam que deveriam ser as relações com o Brasil durante os anos do governo do Gen. Médici: “Segundo os formuladores de sua política externa, Os Estados Unidos deviam assumir uma posição em relação ao Brasil que fosse amistosa e cooperativa, mas sem sugerir envolvimento evidente em seus negócios internos. Ademais dizia Rountree [embaixador dos EUA no Brasil, 1970-1973], o ‘nacionalismo’ poderia ser prejudicial não apenas aos interesses norte-americanos, ‘mas também para a administração Médici em função de futuras pressões nacionalistas ou antiimperialistas internas ou externas. Elbrick [embaixador entre 1969-1970] já havia chamado atenção para isso quando alertava o Departamento de Estado de que, no Brasil, o papel considerável das empresas e do governo dos Estados Unidos constrangia o governo brasileiro e lhe dificultava manter-se em atitude de cooperação: ‘a identificação pode ser um problema tanto para o governo brasileiro quanto para o dos Estados Unidos’”.

buscando estratégias de legitimação. Esse foi o momento de refletir sobre a invenção da nação em sua forma mais ampla.

O desfecho desse primeiro capítulo é o tópico que trata da maneira que a imprensa estadunidense abordou os festejos do sesquicentenário. Para o seu desenvolvimento utilizei jornais de reconhecida importância na imprensa desse país, cito: **The Hartford Courant** (1764), **The New York Times** (1851) e **The Los Angeles Times** (1881)²⁴. Vale ressaltar que todas as notícias analisadas são provenientes de uma mesma origem: a Associated Press²⁵ (AP). Acredito que essas matérias, apesar de um pequeno número de páginas, ajudam a compreender a imagem veiculada sobre o Brasil, no ano de 1972.

O segundo capítulo aborda, principalmente, a edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência da revista *Veja* (que chegou às bancas no dia 6 de setembro de 1972) e uma ou outra edição que tratou de temáticas pertinentes aos festejos. A relação entre a imprensa, o poder do Estado e a nação norteiam a análise.

A partir da possibilidade de transmitir a sua mensagem a “todos” que habitam um país de dimensões continentais como o Brasil, a revista **Veja** é lançada como uma importante ferramenta de difusão da simultaneidade, na medida em que carrega determinada visão de nacionalidade. Ela foi um veículo divulgador e também construtor, na maior parte do tempo, da concepção de sociedade defendida no período do regime militar. Além disso, ela traz consigo, em doses bem menores, é verdade, os dissensos gerados naquele momento histórico.

Já o terceiro capítulo narra os preparativos para as comemorações do Sesquicentenário a partir de notícias veiculadas em jornais dos estados da Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. A reflexão que perpassa essa parte da tese é a de que ocorreu uma série de eventos anteriores ao ápice das festividades (que ocorreu entre os dias primeiro e sete de setembro daquele ano) e que podem ser narrados dentro de uma lógica própria. Para isso, se fez necessário atentar para as especificidades dos jornais, a maneira como cada um deles abordou os aspectos históricos ligados a Independência e, para encerrar, como esses eventos preparatórios foram narrados.

²⁴ O acesso a esses periódicos só foi possível graças a disponibilização dos arquivos on-line através do Proquest (<http://www.proquest.com.br>). Esse site abriga centenas de jornais completos, bem como outros tipos de periódicos. Só que nem tudo são flores nesse universo digital, as matérias são recortadas do seu suporte original, com isso, não é possível analisar o lugar que a notícia ocupava na composição da página do jornal.

²⁵ Fundada em 1846, tem sua sede em Nova York, é uma das maiores agências de notícias do mundo. Atua, hoje em dia, em mais de 300 lugares ao redor do globo.

Nesse capítulo, e também no seguinte, foi estabelecida uma lógica comparativa²⁶. Isso foi feito com o interesse de ampliar o objeto de estudo e, assim, aumentar a complexidade da análise. A preocupação maior foi mostrar como a festa cívica aconteceu em um estado afastado do epicentro do poder político e econômico do país. Dessa forma, foi possível perceber como o discurso que visa reforçar os laços nacionais agiu em diferentes partes do território, tentando, muitas vezes com argumentos pouco convincentes, mostrar que todos os habitantes deviam participar e se reconhecer nesse momento.

O quarto e último capítulo foi elaborado com o intuito de narrar um curto, porém complexo recorte temporal, com as mesmas fontes e dentro do mesmo recorte espacial feito no capítulo anterior. O seu cerne são as festividades cívicas de setembro, discorrendo sobre os desfiles que inundaram as ruas das cidades, a tentativa de integrar a nação com uma corrida e o lado religioso da comemoração cívica. Seu desfecho é a análise do espetáculo **Som e luz**: quatro séculos do Brasil, que tinha como um dos seus objetivos continuar divulgando esse projeto de nação para além das comemorações do Sesquicentenário.

Esses três últimos capítulos foram construídos a partir das considerações sobre o capitalismo editorial. Como dito anteriormente: Benedict Anderson (2008) discorre de maneira bastante lúcida sobre essa forma do capitalismo, mostrando sua contribuição para o desenvolvimento das nações modernas. Segundo ele, os periódicos têm um papel fundamental na invenção da nação, não só pelas notícias que transmitem, mas também pela possibilidade de unir os membros do território numa atividade constante, anônima e

²⁶ A ideia de estabelecer comparações tem a influência da leitura de Marcel Detienne e o seu livro **Comparar o incomparável** (2004, p. 66-67), especificamente da seguinte proposição: “Há um valor ético da atividade comparativa que desejo defender. É que ela convida a pôr em perspectiva os valores e as escolhas da sociedade à qual se pertence, seja por ter nela nascido pela graça de Deus, seja por tê-la escolhido como sua História idiossincrásica, seja ainda por ter sido levado a nela viver até se tornar seu residente, mais ou menos assimilado, aceito ou aculturado. Não parece demasiado presunçoso dizer que, construindo comparáveis, mais ou menos bons em diverso casos, entre historiadores e antropólogos, aprendemos a nos colocar à distância de nosso eu mais animal, a ter um olhar crítico sobre nossa própria tradição, ou entrever, que ela é, verdadeiramente, uma escolha entre outras. Cada um é livre para cultivar essa escolha, para aprofundá-la, que seja a de uma paisagem ou a de uma nação, com seu próprio risco e perigo. Compreender as diversas culturas da mesma forma que elas próprias se compreendem, depois compreendê-las entre si; reconhecer as diferenças construídas, fazendo-as funcionar uma em relação às outras, é bom, é mesmo excelente para apreender a viver com os outros, todos os outros dos outros”.

simultânea²⁷. À luz dessas afirmações, esses periódicos são convertidos nas “raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana” (ANDERSON, 2008, p. 68).

²⁷ No livro **Comunidades imaginadas**, Anderson (2008, p. 65-66) nos mostra como os periódicos constroem esse vínculo imaginado: “A primeira [fonte do vínculo] é a simples coincidência cronológica. A data no alto do jornal [ou revista], o seu emblema mais importante, fornece a principal conexão – o avanço constante do tempo vazio e homogêneo. Dentro desse tempo, o ‘mundo’ caminha inexoravelmente em frente (...) A segunda fonte de vínculo imaginário consiste na relação entre o jornal, como uma forma de livro, e o mercado (...) o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno”.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO DA GRANDIOSIDADE

Uma análise das relações políticas e das festas cívicas a partir do grande irmão do norte (Aprox. 1970-1975)

Nas páginas seguintes, busco expor o modo como o diplomata Philip Raine, no seu livro *Brazil: Awakening giant* (1974), reflete sobre a sociedade brasileira daquele período. Em seguida, utilizo-me de alguns jornais dos Estados Unidos da América para entender o olhar estrangeiro sobre as festividades do Sete de Setembro e a partir deles apreender como os periódicos enxergaram a nação brasileira.

1.1 Brasil: o despertar do gigante

Philip Raine foi Assessor de Relações Públicas do Gabinete de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, atuando desde janeiro de 1952 (como está dito no *Office of the historian* do governo estadunidense). Teve como ponto de partida para o seu livro o tempo que viveu no Brasil, períodos, que ele mesmo dividiu em três: 1932, 1955-1962 e 1965-1967. Nesses anos, nos trópicos, ocupou alguns cargos na diplomacia: foi conselheiro político na Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro; esteve em Brasília, no ano da sua fundação, como diretor-responsável do Gabinete da Embaixada; e também foi, no último período citado, encarregado de negócios interino da Embaixada brasileira.

Ele, é preciso dizer, não me parece ter sido uma figura de destaque no cenário diplomático daquele período. Essa afirmação toma como base as escassas informações conseguidas sobre sua atuação no Brasil ou em algum outro país¹. Mesmo no site do *Office of the Historian*, as informações se limitam à descrição da sua função e de alguns poucos documentos de sua autoria. Dentre estes, me chamou atenção um despacho da

¹ Em 1956, ele lançou o livro **Paraguay**. Esta me parece ser uma obra que pretende fazer um apanhado histórico, me levando a acreditar na possibilidade dele também ter prestado serviços diplomáticos nesse país. Infelizmente não encontrei fontes que pudessem embasar essa ideia, ficando apenas no terreno movediço da especulação. Nem mesmo o IRC (Information Resource Center) de Brasília tem informações sobre Raine, na minha consulta feita a este órgão por telefone e depois por e-mail recebi a seguinte mensagem: “Nosso centro de Informação dispõe somente de material corrente e apesar de 3 bibliotecários pesquisarem simultaneamente em outras bases de dados mas a resposta foi negativa” (IRC Brasília, 26 jul. 2012).

Embaixada brasileira, datado de 13 de dezembro de 1960, que trata do futuro governo do presidente eleito Jânio Quadros. Nele, Raine tenta apontar os caminhos que essa administração tomará, especialmente no que diz respeito às relações com o seu país. Tarefa que ele diz ser bastante complicada, nas suas palavras:

Os esforços para antecipar o curso de ação que Jânio Quadros venha a exercer como presidente é complicado, não só pela sua conhecida imprevisibilidade [menos de uma linha do texto original continua secreta]² mas também pelo fato de que, exceto por um mínimo exigido pelas circunstâncias, ele aparentemente não confia em ninguém³(RAINE, 13 dez 1960, p. 793-794).

Esse trecho chamou minha atenção pela capacidade de Raine em atentar para a imprevisibilidade do futuro governo brasileiro e o caráter personalista de Quadros. Isso mostra que o autor tinha um conhecimento razoável do cotidiano político do país. O tom geral do documento é de preocupação e um dos motivos apontados é a falta de interesse do futuro presidente em se alinhar com a política dos EUA ou, sequer, de fazer uma visita a este país. Na conclusão, é feita uma apreciação geral das possibilidades que o governo brasileiro poderia oferecer:

No entanto, [menos de uma linha do texto original continua secreta] se tudo correr razoavelmente bem economicamente e no campo externo, Jânio pode e, provavelmente, terá um bom desempenho para o Brasil – e em um período mais longo, talvez, sobre o Hemisfério Ocidental. Além disso, [veremos] se ele é capaz de deter o crescimento do fidelismo neste país e nos outros. Ele é, sem dúvidas, consciente do fidelismo e sua ameaça aos governos constituídos e Cuba pode empurrá-lo [para uma situação] muito difícil. Melhor do que a maioria dos líderes latino-americanos hoje, ele pode enfrentar o fidelismo com suas próprias armas. Por outro lado, ele estava genuinamente impressionado com a revolução cubana, acredita que os Estados Unidos tem sido e são economicamente imperialistas para a América Latina (por exemplo, que o Departamento de Estado constituiu-se o principal defensor dos negócios americanos no exterior, para o bem ou para o mal) e, provavelmente, espera que o novo governo dos EUA mude a esse respeito. Ele também está ciente de que a transição do Brasil de uma nação atrasada e subdesenvolvida não pode ser adiada,

² A título de esclarecimento: optei por manter a menção existente, na versão original do documento, da quantidade de linhas ou frases que continuaram secretas. É nítido que os trechos suprimidos atrapalham a compreensão do texto, mas não impedem que as análises possam ser feitas e também aguçam a curiosidade sobre quão valiosa poderia ser a parte ocultada.

³ Todas as traduções são de minha inteira responsabilidade. No original: “Efforts to anticipate courses of action which Janio Quadros will pursue as president are complicated not only by his well-known unpredictability [*less than 1 line of source text not declassified*] but also by the fact that except for a bare minimum required by the circumstances he apparently confides in no one”.

sem o grave perigo de explosão social⁴ (RAINE, 13 dez. 1960, p. 796).

Nesse segundo trecho, Raine chega à conclusão de que ocorrerão mudanças nas relações entre os dois países, porém as linhas gerais da atuação brasileira permanecerão de acordo com os principais interesses dos EUA. Mesmo porque Quadros não precisaria se tornar um aliado direto para cumprir a sua principal tarefa, dentro do contexto da Guerra Fria, que era combater o avanço do comunismo – no documento reduzido ao termo fidelismo, circunscrevendo-o aos limites da ilha de Cuba.

Se na primeira citação Raine demonstra certa capacidade de previsão ao, curiosamente, atestar a imprevisibilidade dos anos, ou melhor, dos meses que estavam porvir. No segundo trecho, dentre outras assertivas, ele arrisca prever uma futura importância de Quadros para o Brasil e, posteriormente, para o Ocidente, nesse exercício o malogro é evidente.

Nesse jogo de erros e acertos me cabe o lugar mais cômodo, o de quem, pela distância temporal, pode averiguar quantos “pontos” o diplomata com lampejos de vidente acertou. Não acredito ser essa a função do historiador. Mais estimulante é pensar a história a partir dos seguintes parâmetros:

Uma história que fosse feita apenas com testemunhos não criticados e retrabalhados seria uma história que perderia sua coerência e sua veracidade. Uma história que não levasse em conta a testemunha e a irrupção da singularidade de sua situação seria uma história que recusaria o excesso, o desvio, o deslocamento, as paixões sangrentas, grandiosas ou infames (FARGE, 2011, p. 22).

O primeiro ponto dessa citação me serve para atentar à necessidade de realizar a crítica às fontes, percebendo o lugar de produção do documento – o Departamento de Estado dos EUA – e a ideia de verdade que ela transmite. O segundo me faz atentar para aquilo que não estava previsto no “roteiro” dos acontecimentos, isso aparece na

⁴ No original: “Yet, [*less than 1 line of source text not declassified*] if all goes reasonably well economically and in the foreign field, Quadros can and probably will perform well for Brazil—and over the longer period perhaps for the Western Hemisphere also, if he is able to halt the growth of Fidelism in this country and in others. He is undoubtedly conscious of Fidelism and its threat to constituted governments and Cuba can push him too hard. Better than most Latin American leaders today, he can meet Fidelism with its own weapons which he understands well. On the other hand, he was genuinely impressed by the Cuban revolution, believes that the United States has been and is economically imperialistic toward Latin America (e.g., that the Department of State has constituted itself the principal defender of American business abroad, good or bad) and probably hopes that the new US administration will change in this respect. He is also aware that the transition of Brazil from a backward, underdeveloped nation cannot be long delayed without serious danger of social explosion”.

tentativa de Raine em criar uma projeção de futuro, considerado necessário, já que o seu escrito tem uma função pragmática: realizar um prognóstico do governo e da sociedade brasileira, tentando tornar previsíveis os fenômenos humanos e diluindo-os para alcançar o seu objetivo.

A opção por tomar *Awakening giant* como fonte principal pode parecer obtusa. Afinal, é apenas mais um livro perdido em uma estante qualquer, que não parece ter conhecido grande repercussão à época de seu lançamento e que representa uma visão de mundo, condicionada a determinada época e a um lugar social. Porém, creio que uma obra individual pode ser tomada como uma representação de uma parcela da sociedade estadunidense ligada aos interesses do Estado. Essa abordagem busca fugir da oposição, bastante comum por sinal, entre o indivíduo e a sociedade e se aproxima da profícua ideia de uma “sociedade de indivíduos”, em que essa distinção não pode ser pensada como dada, como a-histórica (cf. ELIAS, 1994 B, p. 129-134). Na sua vasta obra, Norbert Elias estudou a relação entre o eu e o nós, entre o indivíduo e a sociedade, se preocupando com a interdependência entre eles e a sua configuração. Vejamos nas suas palavras:

A imagem do homem como "personalidade fechada" é substituída aqui pela de "personalidade aberta", que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexa do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Este o motivo por que, conforme afirmado antes, não é particularmente frutífero conceber os homens a imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si. Vista deste ponto de vista básico, desaparece a cisão na visão tradicional do homem. O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada (ELIAS, 1994 A, p. 249).

A citação explícita conceitos que serão muito caros para a minha análise, destaco a seguinte formulação: a ideia de que a sociedade deve ser entendida como uma sociedade de indivíduos formados na configuração de maneira interdependente⁵. Por isso, *Awakening giant* não é apenas um relato individual sobre os diferentes aspectos do Brasil, mas é, também, fruto de uma configuração social complexa – os Estados Unidos da América que vivenciavam o clima da Guerra Fria –, construída na interdependência entre os indivíduos. Dessa forma, abre-se um caminho para pensar a conjuntura em que estão inseridas as festividades do Sesquicentenário da Independência.

Sabemos que a data de produção de uma obra diz muito sobre ela, o tempo é uma marca indelével nos escritos de qualquer autor. É justamente a data de publicação do livro, 1974, um dos pontos que chamou minha atenção, já que este ano está bem próximo do ano chave para a minha pesquisa (1972). Essa é uma característica que merece ser destacada: Raine ignora o distanciamento temporal quando trata dos dias do governo Médici. Ele narra, entre vários temas, a visita do governante brasileiro ao presidente Nixon, em dezembro de 1971.

O livro encontra-se dividido em oito capítulos que traçam um panorama do Brasil. Não é minha intenção discutir minuciosamente cada um desses capítulos. Por esse motivo, divido a minha apreciação em três partes: a primeira trata do prefácio do livro, escrito por Lincoln Gordon; a segunda analisa alguns dos pontos que considero mais importantes na escrita de Raine; a terceira trata da recepção do livro por alguns acadêmicos estadunidenses.

⁵ Com o intuito de dirimir possíveis dúvidas ainda existentes sobre os conceitos de configuração e interdependência, cito um exemplo criado pelo próprio Elias (2008, p. 141-142): “Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas acções são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvamo-nos perante à tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: ‘O jogo hoje a noite está muito lento!’. Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objectivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das acções de um grupo de indivíduos interdependentes. Mostrámos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo ‘jogo’. Nem o jogo é uma ideia ou um ‘tipo ideal’, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstracção das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual. O ‘jogo’ não é mais abstracto do que os ‘jogadores’. O mesmo se aplica à configuração formada pelos quatro jogadores à volta de uma mesa. Se o termo ‘concreto’ tem algum significado, podemos dizer que a configuração formada pelos jogadores é tão concreta como os próprios jogadores. Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores — não só pelos seus intellectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas acções nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários.”

1.1.1 O gigante e o embaixador

Se Raine pode ser descrito como um coadjuvante no jogo da política internacional, o mesmo não pode ser dito do responsável pelo prefácio do seu livro, Lincoln Gordon. Ele atuou como Embaixador no Brasil entre os anos de 1961-1966 e como secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos (1966-1967). Foi um dos principais responsáveis pela Operação Brother Sam, que visava dar apoio militar às forças golpistas em 1964, caso houvesse resistência por parte do presidente João Goulart e dos seus aliados. Já no dia 2 de Abril de 1964, um dia após o golpe, agiu junto ao presidente Lyndon Johnson, então presidente dos EUA, para que reconhecesse o governo provisório instalado no Brasil, comandado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli (cf. GREEN, 2009, p. 45).

Uma vez que tenho interesse em mostrar um pouco da complexidade dos sujeitos históricos, acrescento a informação que Gordon foi um dos signatários de um documento, datado de 1969, que contava com o apoio de vários intelectuais estadunidenses, contra a aposentadoria forçada de professores universitários brasileiros (cf. FICO, 2008, p. 263), colocando-se, mesmo que apenas com o nome, contra uma decisão do regime que ajudou a implantar. Vale alertar que a data desse protesto, como nos lembra Jan Knippers Black (2009, p. 80), é deveras significativa, pois, a essa altura, ele já não ocupava nenhum cargo de Estado e, conseqüentemente, não carregava o peso de seus posicionamentos.

A caracterização mais usual desse “verdadeiro soldado da Guerra Fria” (SKIDMORE citado por GREEN, 2009, p. 48) é a de um eterno defensor do golpe (cf. GREEN; JONES, p. 83-86, 2009). Numa tentativa de sintetizar a visão de Gordon sobre a ditadura no Brasil, uso um trecho de um discurso proferido por ele na Escola Superior de Guerra (ESG), em cinco de maio de 1964, em que diz que a mudança de governo no nosso país

... pode muito bem tomar lugar junto com o início do Plano Marshall, o fim do bloqueio a Berlim, a derrota da agressão comunista na Coreia e a solução da crise das bases de mísseis em Cuba com um dos pontos críticos de inflexão da história mundial em meados do século XX⁶ (Citado por BLACK, 2009, p. 80).

⁶ Essa citação encontra-se num panfleto intitulado *Brazil: Who pulls the strings? Or: Alliance for repression* [Brasil: Quem comanda os bastidores? Ou: Aliança para a repressão], datado de 1971, foi

No que diz respeito às atitudes de Gordon, o alerta de Carlos Fico (2008, p. 87) deve ser levado em conta: “Não é fácil para ninguém ver com simpatia o embaixador de uma potência estrangeira que tenha pretensões intervencionistas em relação ao país que o acolhe, mas não se deve demonizar a figura de Gordon.” Assim, sem a pretensão de realizar nenhum exorcismo histórico, tenho em mente que as páginas que abrem o livro de Raine servem como endosso para a sua forma de representar o Brasil para os EUA.

Esse prefácio é bem curto (apenas duas páginas e meia), contudo traz uma caracterização da maneira de perceber a nação brasileira. Logo no parágrafo de abertura, Gordon (1974, p. V) nos diz como enxerga o Brasil daqueles dias:

Entre as nações mais populosas comumente classificadas como “países menos desenvolvidos”, o Brasil é, provavelmente, o que surgirá, em pouco tempo, com plena participação no “Primeiro Mundo” – o mundo do mercado aberto, das sociedades industrializadas e orientadas para o consumidor, cujas economias são cada vez mais interdependentes. A metamorfose brasileira começou na década de 1930, fez uma pausa no início dos anos 1960; mas ganhou impulso prodigioso durante os últimos cinco anos. Essa transformação move o país para frente, a influência brasileira está crescendo na arena internacional, não só na América Latina e no Hemisfério Ocidental, mas também nas Nações Unidas e nas múltiplas organizações envolvidas com o comércio, finanças, meio ambiente e outras questões globais. Em suma, o Brasil merece, e está recebendo, um aumento do interesse e da atenção do mundo para além das suas fronteiras⁷.

Temos um retrato de uma nação prodigiosa, que passou por alguns percalços, é nítido, mas que, nos últimos anos, anda de vento em popa e logo será um país de primeiro mundo. Esses vaticínios de Gordon se encaixam com a versão oficial da ditadura brasileira, que apregoava naqueles dias a ideia do gigante que está prestes a

produzido nos EUA e é uma reprodução “... de artigos que criticavam a situação política, social e econômica no Brasil servia de instrumento educativo útil para indivíduos e grupos em todo o país que procuravam informar o público a respeito do Brasil e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica coerente do apoio norte-americano ao regime militar” (GREEN, 2009, p. 410).

⁷ No original: “Among the more populous nations commonly classified as ‘less developed countries’, Brazil is the most likely to emerge in short order into full participation in the ‘First World’ - the world of open market, industrialized and consumer-oriented societies whose economies are increasingly interdependent. The Brazilian metamorphosis began in the 1930's, paused in the early 1960's; but has gathered prodigious momentum during the last five years. As this transformation moves forward, Brazilian influence is growing in the international arena, not only in Latin America and the Western Hemisphere, but also in the United Nations and the multiple organizations concerned with trade, finance, environment, and other global issues. In short, Brazil deserves, and is receiving, increasing interest and attention from the world beyond her borders”.

despertar, concordando, dessa forma, com a ideia de Raine que vem expressa desde o título do seu livro.

Gordon também reforça alguns estereótipos do povo brasileiro, ao dizer que “o espírito de tolerância [e] não-violência é tradicional no Brasil” (Citado por FICO, 2008, p. 43). No prefácio, ora analisado, ele vai um pouco mais longe ao dizer que temos “... uma criativa vida cultural; traços de tolerância pessoal e racial; capacidade de adaptação e um senso de humor que qualquer sociedade poderia ter inveja; e um senso crescente de intenção nacionalista”⁸ (GORDON, 1974, p. V). Para terminar essa seção de elogios, ele alerta aos prováveis visitantes incautos: “... ele pode facilmente cair de amores pelo o país. Sua visão romântica pode persuadi-lo de que os recursos do Brasil e as suas perspectivas são totalmente sem limites, que este é o El Dorado e a nova superpotência mundial do século XXI”⁹(GORDON, 1974, p. VI).

Ao continuar suas advertências, ainda encontra espaço para apontar os problemas que impedem a completa modernização do Brasil: a grande pobreza do Nordeste que leva os camponeses a migrarem para as favelas nas grandes cidades; os problemas de habitação e infraestrutura; a inerte e gigantesca burocracia; e o crescimento econômico dependente da economia estrangeira¹⁰.

Próximo do final, afirma que o regime autoritário caminha para uma liberalização e redemocratização, e que esse novo momento democrático não será elitista como foi o período 1945-1964. O problema, detectado pelo próprio Gordon, é que esse caminho ainda não podia ser visto¹¹. Se não existem ações concretas no sentido de mudar o direcionamento do governo, o que Gordon afirma não é nada mais do que uma simples expressão de opinião, uma vontade, um exercício de futurologia e não uma análise social.

⁸No original: “... a creative cultural life; traits of personal and racial tolerance, adaptive capacity, and sense of humor which any society might justly envy; and a growing sense of national purposiveness.”

⁹No original: “... he can easily fall in love with the country. His romantic vision may persuade him that Brazil's resources and prospects are utterly without limit, that this is the El Dorado and new world super-power of the twenty-first century.”

¹⁰No original: “On the other hand, it would be foolish to underestimate the continuing obstacles to full modernization. They include the desperate poverty of the overcrowded Northeast; the marginalized migrant peasants in the shanty towns of the cities; the claims of housing and urban infrastructure on a not unlimited capacity to save and invest; the tenacity of obsolete culture patterns in much of the countryside; the inertia of a massive and underpaid bureaucracy; and the increasing dependence on a favorable international environment for continued high rates of economic growth” (GORDON, 1974, p. VI).

¹¹No original: “On the political side, he expresses full confidence (which I share) in the ultimate liberalization and redemocratization of the present authoritarian régime, with wider political participation in the future than under the somewhat elitist democratic structure of 1945-64. Like other observers, Brazilian and foreign, he does not yet see clearly what uniquely Brazilian pathway may be blazed from here to there” (GORDON, 1974, p. VII).

No último parágrafo, é feito um pedido, um clamor para que os leitores não creiam na harmonia automática entre Washington e Brasília e que os EUA não podem negligenciar suas relações com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular.

Esse prefácio se encaixa perfeitamente com a visão do Brasil e da relação com os EUA contidas no livro de Raine. Temos o esboço de uma forma de compreender a nação brasileira que remete a um país de enorme potencial, porém a realização dessa virtual grandeza não aparece no horizonte.

1.1.2 Grande hoje e maior amanhã

Na breve introdução do livro, as duas primeiras frases podem ser lidas como responsáveis pelo estabelecimento dos marcos temporais. Logo na primeira linha, lê-se: “o Brasil hoje é a pedra angular da política dos Estados Unidos no hemisfério”. A frase busca criar, na cabeça do leitor, a imagem de centralidade do Brasil na política externa dos EUA, uma afirmação bastante contestável¹². Em seguida arremata: “Amanhã pode ser o campo de provas da sua política mundial”¹³ (RAINE, 1974, p. VIII). A importância do Brasil no contexto mundial de um futuro impreciso parece ser uma formulação recorrente daquela conjuntura histórica. Raine parece não fugir dessa visão.

Nos parágrafos seguintes são feitas algumas considerações sobre o estado atual do Brasil. A narrativa preocupa-se em evidenciar o crescimento do país, “após quase 500 anos de isolamento e sonolência”¹⁴. Nas primeiras páginas do livro, transparece a nítida preocupação do autor em evidenciar a importância do seu trabalho frente às outras obras que tratam da complexa tarefa de explicar uma nação tão singular quanto a nossa para os EUA. Raine reclama do foco estreito dessas obras, que impede a compreensão da nação como um todo e, conseqüentemente, traça um objetivo diferente para seu livro. Nas suas palavras:

¹² Como atesta Robert Dallek (2009, p. 103), o principal interesse da política do presidente Nixon, assim como dos seus antecessores era a política externa, porém, no intrincado jogo de poder do período, a América Latina era vista com uma região onde se devia evitar o alastramento do comunismo. Nesse sentido, os acontecimentos que levam a eleição de um suposto comunista, Salvador Allende, para presidência do Chile (1970) têm um lugar de destaque na política dos EUA (cf. DALLEK, 2009, p. 234-248).

¹³ No original: “Brazil today is the keystone of United States hemisphere policy. Tomorrow it may be the proving ground of its world policy.”

¹⁴ No original: “... after nearly 500 years of isolation and somnolence.”

Meu livro tenta dar uma imagem arredondada do povo brasileiro em termos de como eles veem a si mesmos, o resto do mundo e o quê os motiva. Ver o Brasil apenas com olhar pró-ocidente seria perder o significado de um novo modo de vida, que adaptou as maneiras ocidentais para se ajustar a um ambiente tropical¹⁵ (RAINE, 1974, p. VIII).

A narrativa de Raine é centrada nos aspectos políticos, existindo pouco espaço para falar da economia e da organização social do país. Por essa escolha metodológica, praticamente, não existem informações sobre a produção cultural brasileira de nenhum período, algo que provavelmente chamaria a atenção dos eventuais leitores. A justificativa para essa lacuna é dada a partir da falta de espaço no livro, já que as temáticas culturais necessitariam de um volume exclusivo¹⁶.

Desse modo, a “imagem arredondada” parece prescindir da cultura. Praticamente não existem referências às manifestações dessa natureza, nem o possível exotismo dos costumes brasileiros em relação aos olhos estrangeiros é abordado. No campo da cultura, a única passagem que considero significativa é quando ele faz alusão aos usos que a ditadura fez da música e do teatro para influenciar a opinião pública. Afirmação que é emendada pela menção ao sucesso da marchinha de carnaval **Me dá um dinheiro aí** (composta pelos irmãos Glauco, Homero e Ivan Ferreira, no final dos anos 1950), que foi cantada durante a visita do presidente dos EUA ao Brasil, Dwight Eisenhower, e teve uso político, pois serviu de mote à campanha do presidente Juscelino Kubistchek que visava pedir auxílio econômico ao colega do norte (cf. RAINE, 1974, p. 150).

O que mais me chamou a atenção nessa passagem foi a maneira encontrada por Raine para traduzir o título da marchinha. Ele optou pela seguinte formulação: *Can you spare some money* (Você pode poupar algum dinheiro). A frase é precedida pelo advérbio *roughly* (grosseiramente), apontando para a possível imprecisão da tradução. Dentre as possíveis interpretações para esse distanciamento entre a versão original – que remete às galhofas típicas do período carnavalesco – e a versão em língua inglesa do livro – mais séria, marcada por um tom mais racional – existe todo um universo cultural

¹⁵ No original: My book tries to give a rounded picture of the Brazilian people in terms of how they see themselves and the rest of the world and what motivates them. To see Brazil solely through western-oriented eyes would be to miss the significance of a new way of life which has adapted western ways to fit a tropical environment.

¹⁶ No original: “Despite the broad scope of this book, it is far from all-inclusive. The rich fruits of a new culture which can be sensed in today's music, literature, and painting are mentioned only in passing. They deserve a volume to themselves” (RAINE, 1974, p. IX).

não contemplado pela tradução. Isso, se não levarmos em conta que tudo não passa de um erro “grosseiro” do autor.

A parte do livro dedicada ao passado brasileiro merece atenção especial. A narrativa é escrita a partir das sucessões dos eventos, sem muita preocupação com a análise ou com as estruturas sociais que construíram o Brasil. Os marcos temporais são os fenômenos políticos. Desse modo, o texto encontra-se dividido em três períodos: o primeiro, denominado de *The Past*(O Passado), abrangendo da chegada dos portugueses, passando pelo período imperial e culminando com o início da posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, em 1894; o segundo, que leva a nomenclatura usual de *The Old Republic*(A República Velha), abrange os anos de 1894 e 1930; por último, *Modern Brazil*(Brasil Moderno), abarcando os anos de 1930 até 1972.

A ideia de progresso ocupa um lugar central na narrativa de Raine, é ela que norteia suas análises sobre a sociedade brasileira. Seu argumento é construído com o intuito de legitimar as ações do governo brasileiro no presente em que o livro foi escrito. Um questionamento feito ainda na introdução dá a dimensão da importância dessa ideia: “Quem poderia esperar que uma sociedade, profundamente ligada ao passado, pudesse se transformar, sem dor, em uma potência moderna?”¹⁷ (RAINE, 1974, p. IX). Deve ficar claro que a dor não é advinda dos traumas causados pelo golpe de 1964 – nomeado pelo autor de Revolução – e, sim, do peso desse passado que afastou o Brasil de cumprir o seu destino manifesto¹⁸.

No caso brasileiro, a realização do destino manifesto da nação não é nitidamente explicitada no livro. O tópico, intitulado *National integration and manifest destiny* (Integração nacional e destino manifesto, cf. 112-114), que se propõe a cumprir esse papel não obtém êxito. Preocupado em discutir as relações entre as forças armadas do Brasil e dos EUA, apontando para o estreitamento dessas relações no período da Segunda Guerra e para o seu declínio à época da feitura do livro, a explicação para essa

¹⁷ No original: “Who could expect that a society deeply attached to the past could be transformed into a modern power without pain?”

¹⁸ O conceito de “destino manifesto” foi formulado para exprimir o sentimento de que os EUA são o povo escolhido por Deus para comandar o mundo, justificando as suas ações imperialistas. John Lukacs (2006, p. 212) traz bons exemplos dessa forma de entender o mundo: “Em novembro de 1897, o jornal *Commercial Tribune* de Cincinnati, neste despacho direto do Todo-Poderoso, declarou: ‘Um poder mais alto que os dos tronos e dos ministérios decretou que a Europa tocará o segundo violino e o Tio Sam o primeiro, no comércio do mundo, e você luta contra o destino quando tenta impedi-lo’. Em 1900, o senador Albert J. Beveridge proclamou que foi Deus quem tomou ‘o povo norte-americano como Sua nação escolhida para finalmente liderar a regeneração do mundo’.”

mudança foi o surgimento de novos oficiais que não mantinham laços de camaradagem com os oficiais estadunidenses. O destino manifesto brasileiro surge como parte do nacionalismo militar, é diferente do modelo dos EUA, sua atuação está centrada na preocupação em auxiliar outros povos e não no imperialismo, nas palavras de Raine (1974, p. 113):

Particularmente forte na filosofia nacionalista militar é a crença no destino manifesto do Brasil, não apenas no hemisfério ocidental, mas também através de seu papel especial na África, por motivos de segurança e outras razões. Isto levou a um papel ativo do Brasil em organizações internacionais, incluindo responsabilidades de natureza militar de manutenção da paz¹⁹.

Não só o futuro do Brasil é diáfano, mas as suas ações naquele presente parecem possuir pouca substância ao ponto de não serem elencadas como cumpridoras desse destino.

O livro também se debruça, de maneira específica, sobre as relações entre o Brasil e os EUA. Estas são abordadas no tópico *The United States and Brazil* (Os Estados Unidos e o Brasil, p. 199-203). Nessas páginas existe a preocupação em narrar desde o primeiro contato entre os dois países, que é um episódio ocorrido em Paris, no ano 1787, quando um estudante brasileiro pede a Thomas Jefferson, futuro presidente dos EUA e ministro naquele país, que apoie um grupo republicano brasileiro na empreitada de fazer a independência. O relato se estende até os dias do golpe militar, contando como esse é um momento de reaproximação entre as duas nações.

Nesse tópico, Raine (cf. 1974, p. 202) pontua, na forma de lista e com marcadores, como as mudanças pelas quais o Brasil vem passando afetam os EUA. Em síntese, os pontos elencados por ele discorrem sobre: a menor dependência do Brasil perante seu país, a conseqüente aproximação brasileira com as nações hispano-americanas, atenta para a dificuldade de influenciar os governos militares – menos afeitos às influências civis –, termina relatando o papel do Brasil como porta-voz do mundo em desenvolvimento e que essa posição causará transtornos aos interesses dos EUA.

¹⁹ No original: “Particularly strong in military nationalist philosophy is the belief in Brazil's manifest destiny, not only in the Western Hemisphere but also through its special role in Africa for security and other reasons. This has led to an active Brazilian role in international organizations, including responsibilities of a military peace-keeping nature”.

Logo em seguida, formula outra lista, nos mesmos moldes da anterior, que revela os fatores que manterão o Brasil próximo aos interesses estadunidenses. Destaca as relações econômicas e o papel do EUA como comprador de produtos brasileiros, especialmente o café, que tem 80% de sua safra comprada pelo seu país. Atenta também para o fato de “o Brasil ainda precisa, desesperadamente, de ajuda econômica quer sob o programa Aliança para o Progresso ou na forma de preferências comerciais”²⁰ (RAINE, 1974, p. 202). Nesse ponto, ressalta a existência de uma dependência comercial.

Na esfera política, aborda as relações entre os governos, com ênfase na maneira dos militares brasileiros governarem e os laços históricos desses com os militares dos EUA. Também destaca que a parte mais tradicional da sociedade brasileira continua a nutrir sentimentos de simpatia pelo modelo de sociedade estadunidense. Contudo, o argumento mais forte se relaciona diretamente à conjuntura vivenciada naqueles dias, narrado da seguinte maneira:

Enquanto o controle militar do governo continuar, ele será fortemente influenciado pelo fato de que os Estados Unidos continuam a ser o líder do mundo anticomunista. A necessidade de equipamentos e treinamento contra a guerrilha e outras subversões internas irão também requerer moderação para lidar com questões que afetam os Estados Unidos²¹ (RAINE, 1974, p. 203).

A análise dessa citação segue a linha de pensamento proposta pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2006, p. 11), para quem “... o anticomunismo teve maior importância nos eventos de 1964 do que normalmente se aceita”. Seu texto remonta o trajeto do anticomunismo militar, estabelecendo, para tanto, o ano de 1935 como o marco desse movimento, mais especificamente, o levante comunista ocorrido no mês de novembro. Esse acontecimento foi apropriado pelas forças conservadoras, especialmente militares, que trabalharam bastante para construir uma determinada memória sobre o levante, que enaltecia as forças legalistas e demonizava os insurgentes. Motta mostra como o processo de conversão do conceito de anticomunismo foi algo fundamental para a conjuntura de disputas pelo poder no início dos anos 1960, bem como o efeito de verdade que o discurso do “medo vermelho” produziu em boa parte da

²⁰ No original: “Brazil still sorely needs economic assistance whether under the Alliance for Progress program or in the form of trade preferences”.

²¹ No original: “So long as military control of the government continues, it will be strongly influenced by the fact that the United States continues to be the leader of the anti-Communist world. The need for equipment and training against guerrilla and other internal subversion will also counsel moderation in dealing with matters affecting the United States”.

população. Mais uma vez, um temor típico dos anos da Guerra Fria encontra espaço para agir além do seu eixo central.

O livro de Raine centra-se num período ligeiramente posterior aos estudos de Motta, mesmo assim apresenta, de maneira semelhante, o anticomunismo como um importante fator de legitimidade do poder dos militares e, no cenário externo, aparece como um dos eixos que norteiam a relação entre o Brasil e os EUA. Por outro lado, diferentemente de Motta, *Awakening giant* não aponta para o comunismo como um inimigo construído a partir dos usos que as diferentes forças sociais fazem do passado. É perceptível o maniqueísmo entre as forças progressistas – notadamente identificadas com os militares que comandam o projeto de tornar o Brasil uma grande nação – e as forças que lutam contra esse projeto, denominados de terroristas – questão caracterizados, genericamente, com os estudantes urbanos que seguem a bandeira vermelha.

Em sua análise dos grupos guerrilheiros urbanos e sua inserção na sociedade brasileira (1964-1974), Marcelo Ridenti (2010, p. 120) se debruça, entre outros inúmeros subtemas, sobre como “a origem estudantil dos militantes e simpatizantes foi amplamente majoritária nos grupos de esquerda armada”. Desde 1967, a organização estudantil havia sido proibida, tanto no âmbito federal quanto no estadual. No ano de 1968, as ações chegam ao seu ápice com a Passeata dos Cem Mil (Junho), porém com a invasão da UNB (agosto) e a prisão de centenas de estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE (outubro), acontece uma retração desse movimento de massa e parte desses jovens “entraram em outra dinâmica, a da militância clandestina em grupos de esquerda, tomada por eles como o caminho para a ruptura com o caráter e os limites pequeno-burgueses do movimento estudantil” (RIDENTI, 2010, p. 135-136). Eles acreditavam que essa forma de luta poderia “abrir os olhos” da nação para as mazelas da ditadura, trazendo a população para a luta e conseguir, com isso, dar os primeiros passos do processo revolucionário brasileiro. Raine toma o caminho apontado pelo Estado para

entender essa luta, interpretando o projeto guerrilheiro revolucionário como ações terroristas²².

Na obra, também são apontados alguns excessos do governo militar. Uma crítica que era feita por vários setores da sociedade dos EUA. Um exemplo interessante é o que cito a seguir:

O fenômeno [do terrorismo] tem dinâmica própria. Por um lado, o terrorismo urbano, por parte de estudantes e revolucionários dedicados, leva muitas vezes à ação policial irracional que coloca milhares contra o governo no país e no exterior. Um exemplo extremo, mas preciso é o que observou em uma nota lacônica, a Reuters, expedida do Rio de Janeiro, datada de 14 de novembro de 1969, reportava que o Arcebispo de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, havia excomungado o Chefe de Polícia por “usar como tortura choques elétricos numa madre superiora presa num convento”, porque ela supostamente “permitiu que o convento fosse utilizado como célula de um movimento guerrilheiro esquerdista”²³ (RAINE, 1974, p. 124).

A brutalidade da ação chama a atenção do leitor, como chamou a atenção de Raine. O caso é o da irmã Maurina Borges da Silveira, que era diretora do Lar Santana, e foi presa por permitir que um grupo de jovens guerrilheiros da FALN²⁴ (Forças Armadas de Libertação Nacional), se reunisse em uma sala dessa casa. Mesmo sem ter ligações diretas com o grupo, a religiosa foi presa e torturada, fato ocorrido em outubro de 1969, só que não no convento, como diz a citação, mas na cidade vizinha de Cravinhos. Lá ficou um mês sem ter contato com o mundo, passando por interrogatórios e torturas, esses dias foram descritos por ela como “os piores momentos da minha vida” (CARVALHO; FOCH, 04 mar. 1979, 1º caderno p. 15). Quando já estava na

²² A distinção, feita por Lenin, entre terrorismo e guerrilha é bastante útil para dirimir possíveis dúvidas entre os dois termos citados: “O terrorismo é a estratégia que recorrem grupos intelectuais, separados das massas, nas quais na realidade, não confiam e às quais estão organicamente ligados, de modo que a sua ação acaba por caracterizar-se no sentido de uma desconfiança em relação à insurreição, quando faltam condições necessárias para desencadeá-la. A esta forma de luta, que é definível como substancialmente individualista, Lenin contrapõe a guerrilha, que consiste em ações de tipo militar, que se caracterizam, em primeiro lugar, pelo fato de serem realizadas por proletários, e, em segundo lugar, pela capacidade de formarem os quadros e prepararem os dirigentes da autêntica insurreição” (BONANATE, 1998, p. 1243).

²³ No original: “The phenomenon has dynamic of its own. On the one hand urban terrorism on the part of students and dedicated revolutionaries often leads to mindless police action that turns thousands against the government at home and abroad. An extreme but accurate example is that noted in laconic Reuters dispatch from Rio de Janeiro dated November 14, 1969, which reported that the Archbishop of Ribeirão Preto, in the State of São Paulo, had excommunicated the Chief of Police for ‘using electric shock tortures on an imprisoned convent mother superior’, because she allegedly ‘allowed her convent to be used as cell for a leftist guerrilla movement’”.

²⁴ Essa organização atuava na Região de Ribeirão Preto – SP, tinha sua sede na cidade, mas focava suas ações armadas na zona rural. Era formada, predominantemente, por estudantes secundaristas (cf. RIDENTI, 2010, p. 60 e p. 116-117).

penitenciária feminina de Tremembé – dirigida por religiosas e vivendo uma situação mais tranquila – recebeu a notícia, pela televisão, de que seria uma das pessoas trocadas pelo cônsul japonês, sequestrado dias antes pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). A irmã e mais outros quatro presos foram exilados para o México. Nesse país, ficou até o ano de 1979, quando teve permissão para voltar ao Brasil. De todas essas desventuras, a grande mágoa foi não ter podido ver o seu pai no leito de morte, porque o governo brasileiro não permitiu que ela retornasse ao país.

Leio esse caso de forma parecida com a que Sherlock Holmes, no conto **A caixa de papelão**, citado por Ginzburg (cf. 1989, p. 145-146), interpretou, a partir dos indícios, as duas orelhas encontradas dentro do recipiente que dá nome ao texto. Em certa altura do enredo, Holmes explica ao incrédulo Dr. Watson o método que o ajudou a construir suas hipóteses. Diz o famoso detetive:

Como deve estar lembrado, enfrentamos o caso com espírito completamente desarmado, o que, nestas circunstâncias, constitui sempre uma vantagem. Não tínhamos formulado nenhuma hipótese. Ali estávamos, simplesmente para observar e tirar conclusões do que nos fosse dado ver (DOYLE, 15abr.2013, s/p).

É verdade que as hipóteses levantadas por Holmes são prontas e acabadas e levam a um resultado conclusivo e de quase nenhuma refutação, algo que não creio ser possível fazer aqui. Todavia, como nos mostra Ginzburg (1989, p. 177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Por isso, inferir sobre os motivos que levaram madre Maurina às agruras a figurar nas páginas de *Awakening giant* é uma tarefa escorregadia, já que pode cair no infrutífero terreno da especulação pura e simples, entretanto me atrevo a fazê-la.

Porém, algumas pistas²⁵ pinçadas da menção feita por Raine ajudam a dar uma resolução à trama. A primeira é que a nota foi veiculada por uma agência internacional de notícias, o que demonstra que, mesmo sendo breve, esse fato conseguiu furar o bloqueio da censura – isso também era feito por membros da própria Igreja Católica. Já a segunda, remete à singularidade desse acontecimento, uma vez que une em um mesmo sujeito uma maneira de agir que não condiz com a sua identidade mais nítida, a de

²⁵ As pistas são parte fundamental desse processo é remetem a um tipo de saber venatório: “Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas” (GINZBURG, 1989, p. 151).

freira. As religiosas católicas são, de maneira genérica, ligadas a um padrão de comportamento tradicionalmente mais conservador. Assim, defendo, a partir da trama apresentada, que a intenção dele era mostrar que, em casos isolados, o governo responsável do Brasil também errava.

A ditadura militar brasileira tem um lugar de destaque ao longo do livro. O título da obra remete a esse período, mais especificamente ao início de dezembro de 1971, quando o presidente Médici realizou uma visita oficial aos EUA, sendo recebido por Nixon, na Casa Branca, que saudou o governante brasileiro relembrando um trecho do nosso hino nacional: “... o gigante adormecido em berço esplendido. Isto era verdadeiro há 150 anos, quando ele proclamou sua Independência, há 100 anos, há 50 anos, talvez a 25 ou 10 anos, mas hoje isso não é verdadeiro”, mais adiante ele arremata a sua formulação:

O gigante despertou. O povo brasileiro sabe disso. O povo do mundo está descobrindo isso e a visita do Presidente do Brasil a este país dirá essa mensagem ao nosso povo e a dirá melhor também ao povo do mundo. **Este gigante está agora acordado:** 100 milhões de pessoas, recursos naturais ilimitados, desenvolvimento agora não apenas na costa, as belas cidades que conhecemos (citado por SILVA, 9 dez. 1971, p. 4. Grifos meus).

A intenção não é colocar Nixon como o formulador da ideia da grandiosidade do Brasil, o que pretendo é aproximar as palavras desse discurso com a maneira que Raine compreende o nosso país. Creio que sua interpretação se alicerça na razão do Estado, aqui encarnada no discurso do seu chefe, e, especificamente, essa fala me parece ter servido de inspiração para o título do livro. Raine não chega a citar esse trecho do discurso de Nixon no seu livro, mas aborda a visita do presidente brasileiro a Washington, usando a ocasião para comentar as relações entre os dois países. Do discurso acima citado, foi extraída apenas a afirmação: “para onde for o Brasil, irá o resto do continente”²⁶ (citado por RAINE, 1974, p. VIII). A frase repercutiu mal, as demais nações sul-americanas não concordaram com a ideia de que o Brasil assumisse uma posição de comando. Vários jornais reclamaram da afirmação, a embaixada argentina em Washington chegou a pedir que Nixon escrevesse uma carta para o

²⁶ No original: “... as goes Brazil do go the rest of that continent”.

presidente platino afirmando que essa política de *delegação*²⁷ não seria seguida no continente (cf. SPEKTOR, 2009, p. 60-61). A frase de Nixon, no livro, é precedida pela afirmação de que o Brasil acordara, “após quase 500 anos de isolamento e sonolência”²⁸ (RAINE, 1974, p. VIII). As palavras grafadas por Raine se misturam com as proferidas pelo governo estadunidense no intuito de marcar um lugar de destaque para o Brasil dentro daquela conjuntura.

A Casa Branca adota o discurso da centralidade brasileira na América Latina, especialmente nas falas do futuro Secretário de Estado Henry Kissinger, mas não implementa ações que concretizam o que estava sendo dito. Os países da América Latina, inclusive o Brasil, esperavam, desde o final da Segunda Guerra Mundial, uma ajuda substancial dos EUA para sua região. Contudo, ao invés de um similar do Plano Marshall – um projeto de investimentos maciços que ajudou a recuperar a economia europeia – a América Latina foi contemplada com a Aliança para o Progresso. Esse programa foi lançado pelo presidente Kennedy, em 1961, e pretendia ser “um grande esforço comum para desenvolver os recursos de todo o hemisfério, robustecer as forças da democracia e ampliar as oportunidades profissionais e educativas de todas as pessoas nas três Américas” (citado por GREEN, 2009, p. 50).

Porém, não foi bem isso que aconteceu. A Aliança, que também tinha a missão ideológica de afastar a influência comunista no continente – nunca é demais lembrar que a Revolução Cubana havia ocorrido apenas dois anos antes –, se mostrou ineficaz e ao seu final, em 1970, pouca coisa havia mudado nos 19 países que participaram do programa. Um ponto importante desse projeto, demarcando uma diferença essencial em relação ao Plano Marshall, é que o dinheiro para a América Latina era concedido em forma de empréstimos, que era usado, entre outros fins, para a compra de equipamentos produzidos pelo próprio EUA ao invés de ser oriundo de doações como foi feito na Europa (cf. LENS, 2006, p. 600-604).

Kissinger, o principal assessor do presidente Nixon e que em alguns momentos discursou em favor da centralidade da América Latina para o seu país, fez afirmações enfáticas sobre os países do sul. As que chamam mais atenção foram feitas na querela

²⁷ “A *delegação*, portanto, revelava uma interpretação ambiciosa da Segurança Nacional americana: a superpotência deveria se preocupar com acontecimentos em qualquer lugar do globo, inclusive na periferia; se não diretamente todo o tempo, agindo por meio de parceiros locais. Assim a ideia de *delegação* não significa o abandono de mecanismos de controle hegemônicos, mas uma tentativa de adaptar (e reafirmar) o poder americano no Terceiro Mundo a partir de novos instrumentos e um novo vocabulário diplomático” (SPEKTOR, 2009, p. 23).

²⁸ No original: “after nearly 500 years of isolation and somnolence.”

com o ministro chileno das Relações Exteriores, leiamos a descrição desse evento feita por Robert Dallek (2009, p. 233):

Em um relato mais detalhado desse encontro de junho de 1969, Kissinger de fato repreendeu o ministro Gabriel Valdés, durante um almoço particular na embaixada chilena solicitado pelo americano. O objetivo de Kissinger era responder à afirmação de Valdés durante uma cerimônia Casa Branca para ministros latino-americanos. Ele havia dito que as políticas econômicas dos Estados Unidos para a região estavam mais ligadas ao interesse dos próprios americanos do que a qualquer intenção de ajudar os latino-americanos. Os comentários enraivecera Nixon e Kissinger, que os chamou de “arrogantes e ofensivos”. Durante o almoço, Henry [Kissinger] disse com desprezo a Valdés que “nada de importante vem do sul. A história nunca foi escrita pelo sul. O eixo da história começa em Moscou, vai para Bonn, cruza para Washington, e retorna para Tóquio. O que acontece no sul não tem importância. Você está perdendo o seu tempo.” Insultado, Valdés respondeu: “Senhor Kissinger, o senhor não conhece nada do sul”. Henry concordou com o argumento declarando: “E eu não me importo”. Valdés gritou de novo: “Você é um alemão wagneriano. E um homem muito pedante.” Outros comentários de Kissinger sobre a região também não foram nada diplomáticos. O mais notório foi a afirmação de que o Chile é uma “adaga que aponta para o coração da Antártida”.

Esse enfiamento mostra que existia uma distância nítida entre o discurso e as ações do governo dos EUA. Raine (1974, p. 247) endossa o discurso do seu governo, reafirmando a centralidade do Brasil, contudo adverte que só o ato de receber Médici na Casa Branca não deixaria o gigante do sul satisfeito. Era preciso ter um “objetivo a longo prazo”, e na mesma frase já aponta o caminho: “doravante, será a integração sob a liderança brasileira (...) No mundo de hoje essa relação teria que ser baseada em alguma forma de mercado comum no hemisfério”²⁹. A proposta contida nessa última frase assemelha-se à formação de uma área de livre comércio nas Américas, algo que só seria proposto em 1994 com o malfadado lançamento, por parte dos EUA, da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). A proposta de Raine também serve para ilustrar que algumas ideias da política internacional do continente passaram muito tempo circulando até se tornarem uma proposta concreta.

Percebo também a preocupação de Raine em não colocar o Brasil apenas como um servidor dos interesses estadunidenses. Esse não alinhamento brasileiro aparece em algumas questões pontuais, especialmente quando trata dos embates de interesse

²⁹ No original: “The long-term objective henceforth will be integration under Brazilian leadership (...) In today's world such a relationship would have to be based on some form of hemisphere common market.”

comercial, um dos exemplos mostrados no livro é o que retrata a questão dos limites marítimos³⁰ brasileiro, nas suas palavras:

Enquanto os Estados Unidos continuarem a ser o principal importador do café brasileiro, o produto de exportação mais importante do país, e permanecerem sendo o principal financiador da economia de assistência financeira, as relações vão continuar em um nível aceitável, embora abaixo do nível satisfatório. No entanto, como sugere até mesmo a posição favorável do general Golbery de Couto e Silva a mais de uma década atrás, em seu estudo da geopolítica brasileira, as concessões feitas para atender as exigências militares não podem mais ser concedidas em troca de “um prato de lentilhas”. Os planejadores da defesa dos EUA aprenderam isso, provavelmente para seu choque, quando o Brasil se juntou a outros países latino-americanos para estender os seus limites marítimos para 200 milhas e, assim, comprometendo os conceitos norte-americanos de defesa em todo o mundo³¹ (RAINE, 1974, p. 248).

O alinhamento do governo do Brasil com os EUA existe e é bastante difícil de ser negado, como mostra Raine e historiadores de matizes diversas (cf. FICO, 2008; GREEN, 2009) que também se debruçaram sobre essa questão. O que não deve ser confundido com uma relação de mando e obediência pura e simples, na qual a nação menos poderosa se torna refém da potência sem ter espaço para negociações e desacordos. Percepções como esta ajudam a aumentar o grau de complexidade das relações entre os dois países, servem também para reforçar que a dominação se estabelece de maneira desigual. Entretanto, nos revela que o poder é exercido de maneira relacional, mesmo em uma situação de desequilíbrio.

³⁰ Fico (2008, p. 241-242) descreve esse embate da seguinte maneira: “Um desses conflitos foi a ampliação para 200 milhas do mar territorial, em março de 1970. A decisão surpreendeu o governo norte-americano, que vinha conversando com autoridades brasileiras sobre o assunto tendo em vista a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que aconteceria em 1973. O Brasil alegou a necessidade de proteger seus recursos naturais e sua segurança nacional – o decreto abrangia também o espaço aéreo sobre as 200 milhas (...) Mas os estrangeiros não podiam pescar lagostas camarões e as violações seriam equivalentes a contrabando, com a possibilidade de apreensão do barco e eventual prisão do capitão (...) Além da pesca de camarões – atuavam na costa brasileira cerca de 300 traineiras americanas –, preocupava o governo norte-americano a mobilidade de seus navios de guerra e aeronaves militares, importantes para ‘manter a credibilidade de sua força dissuasória’. As negociações se estenderiam bastante”.

³¹ No original: “As long as the United States continues to be the principal importer of Brazilian coffee the country's most important export, and remains a principal supplier of economics and financial assistance, relations will continue on an acceptable if less than satisfactory level. However, as even the favorably disposed General Golbery de Couto e Silva suggested more than a decade ago in his study of Brazilian geopolitics, concessions made to meet military requirements can no longer be expected in return for ‘a plate of lentils.’ U.S. defense planners learned this, presumably to their shock, when Brazil joined other Latin American nations in extending its offshore limits to 200 miles and thereby jeopardized U.S. worldwide defense concepts”

Ao tomar como tema de análise as relações entre o Brasil e os EUA, é possível perceber a ideia de nacionalismo (cf. RAINE, 1974, p. 46-49) que perpassa o livro. Esse tema, caro aos interesses da ditadura militar, foi abordado a partir de uma perspectiva que visava conciliar os interesses internos e externos. Dessa forma, parecem existir dois tipos de nacionalismos:

– O primeiro é tido como positivo, já que serviu de fomento para o desenvolvimento nacional; é calcado no que Raine denomina de “tomada de consciência”³², sentimento surgido tardiamente (datado do início do governo Vargas) e que foi tomando vulto nas décadas seguintes, principalmente nos assuntos que dizem respeito à política externa: “O novo nacionalismo tinha fortes conotações internacionais e o Brasil, por vezes, tomou para si o papel de porta-voz das nações mais atrasadas, apoiando os que nada têm”³³ (RAINE, 1974, p. 48).

– Já o segundo tem uma conotação negativa, sendo identificado com o anti-americanismo e práticas destrutivas, taxado, inclusive, de xenófobo. Para essa vertente, “o anti-americanismo parecia mais importante para os radicais do que o nacionalismo construtivo, mas isso não nega o fato de que o ódio ou o medo podem unir uma nação tanto quanto uma possível ação construtiva”³⁴ (RAINE, 1974, p. 47).

Ainda tratando sobre o nacionalismo, ele caracteriza a identidade do povo brasileiro, apontando os problemas enfrentados pelos habitantes do território e mostrando algumas possíveis soluções:

Muitas das importantes características político-culturais contribuem para a manutenção de um sistema político estável. O ideal da não violência, de conciliação, de compromisso, uma forte crença no sistema hierárquico, de tolerância racial e religiosa, tudo contribui para aliviar as tensões decorrentes de uma interação entre os grupos de elite, bem como entre as classes superiores e inferiores. O quanto essas características vão atrasar as mudanças modernizantes não está claro. Elas tornam possível fazer as mudanças com menos interrupção do que em muitas outras nações do mundo. Outros aspectos da

³² “Os intelectuais também desenvolveram o conceito desemi-místico da ‘tomada de consciência’, definida como uma condição humana relacionada à consciência da necessidade de realização do desenvolvimento nacional. Baseado principalmente em fatores internos, esse conceito tornou um elemento importante da cultura política”. No original: “The intellectuals also developed the semi-mystical concept of the ‘tomada de consciência’, defined as a human condition related to awareness of the need for achievement of national development. Based principally on internal factors, this concept has become an important element of the political culture” (RAINE, 1974, p. 47).

³³ No original: “The new nationalism had strong international overtones as Brazil sometimes took upon itself the role of spokesman for the more backward nations, supporting the havenots”

³⁴ No original: “Anti-Americanism seemed more important to the radicals than constructive nationalism, but this did not negate the fact that hate or fear can unite a nation as much as can constructive action”

sociedade tradicional terão que mudar. A dependência excessiva dos valores atribuídos aos privilégios de família e de classe em detrimento dos padrões mais universais de mérito devem mudar. A erosão do sistema paternalista é uma mudança gradual que deve acelerar o declínio salutar do personalismo, o que poderia influenciar o eleitor em dar mais peso aos problemas do que ao carisma. Finalmente, o próprio progresso e as conquistas nacionais, através da remoção de frustrações e uma sensação persistente de inferioridade, farão com que o nacionalismo exaltado e a xenofobia se tornem cada vez mais irrelevantes. Assim, os problemas poderão ser mais facilmente resolvidos pelo seu mérito do que pela emoção irracional³⁵ (RAINE, 1974, p. 49).

Boa parte da descrição feita acima se aproxima da representação mais comum da identidade brasileira, citando, inclusive, a propalada ideia de tolerância nos aspectos raciais e religiosos. Vale ressaltar a atenção do autor para a necessidade da erradicação do paternalismo e a implantação de métodos mais meritocráticos na resolução dos problemas políticos.

Essa forma dual de compreender o nacionalismo não foi formulada por Raine e nem têm nas páginas do seu livro o seu último representante. Um exemplo anterior dessa concepção é o livro *Nationalism in Brazil: a historical survey* (1968), do seu compatriota, o historiador E. Bradford Burns³⁶, que mesmo sem ser um agente oficial do Estado, pois atuava como professor na Universidade da Califórnia, tem um entendimento parecido da questão, nas suas palavras:

Os estudiosos do nacionalismo concordam em dois pontos: primeiro, que o nacionalismo é uma grande força e, segundo, que o nacionalismo é um conceito difícil de definir. Por um lado, o nacionalismo tem sido o impulso da guerra, da conquista e da destruição. Por outro lado, foi a inspiração para a arte, a poesia e para

³⁵ No original: “Many of the important political-cultural traits contribute to maintaining a stable polity. The ideal of nonviolence, conciliation, and compromise, a strong belief in the hierarchic system, and racial and religious tolerance all contribute to easing tensions arising from an interplay among elite groups, as well as between upper and lower classes. How much these traits will delay modernizing changes is not clear. They do make it possible to bring about changes with less disruption than in many other nations throughout the world. Other aspects of the traditional society will have to change. Overdependence on ascriptive values of family and class privileges to the detriment of more universal standards of merit must change. The erosion of the paternalistic system is a gradual change that should hasten a salutary decline in personalism, which would influence the voter in giving more weight to issues than to charisma. Finally, progress itself and national achievement, by removing frustrations and a nagging sense of inferiority, will make exalted nationalism and xenophobia increasingly irrelevant. Issues can then more easily be decided on their merit than by unreasoning emotion”

³⁶ Raine cita o livro de Burns, lançado em 1966, intitulado: *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations* (cf. 1974, p. 200). Vale ressaltar que essa obra foi traduzida para o português, mantendo título: **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos** (2003). Optei pelo uso *Nationalism in Brazil* já que este traz um conceito melhor acabado do nacionalismo brasileiro.

o desenvolvimento econômico. A força variada, extremamente complexa em suas motivações e manifestações, pode realizar muitas coisas boas quando usado para fins positivos; assim também, quando deturpado, pode trazer grande miséria seus adeptos³⁷ (BURNS, 1968, p. 3).

Tempos depois, já no início do século XXI, o prefaciador do livro de Raine, Lincoln Gordon, no seu **A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo** (edição original de 2001 e edição brasileira 2002), mantém a maneira dual de compreender o nacionalismo. Definindo o nacionalismo positivo como a capacidade que o Brasil teve e ainda pode ter de ampliar a sua grandeza com a ajuda do capital estrangeiro, nesse caso usa como exemplo o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Já o nacionalismo negativo é vinculado às ações governamentais que veem como nocivos os relacionamentos econômicos do país com grupos estrangeiros, para ilustrar essa concepção, Gordon usa como exemplos o governo Getúlio Vargas e a Assembleia Constituinte responsável pela feitura da Carta de 1988 (cf. GORDON, 2002, p. 74-75). É uma visão muito próxima do imperialismo, que enxerga na tentativa de autonomia uma afronta aos desígnios do império.

O nacionalismo descrito por Raine está mais próximo da visão de Gordon do que da conceituação construída por Burns. Tendo em vista que os dois primeiros constroem seus argumentos tendo como base as formulações feitas pelo organismo responsável pelas suas carreiras, o Departamento de Estado. Raine e Gordon destoam apenas no que diz respeito ao caráter extremamente economicista da abordagem de **A segunda chance do Brasil**.

A sociedade industrial, seja pelo seu tamanho, seja pela necessidade de expandir suas riquezas, tem na homogeneização cultural comandada pelo Estado, uma das suas principais características³⁸. Esse processo tem na invenção da nação um dos seus pontos

³⁷ No original: “Authorities on nationalism agree on two points: first, that nationalism as a force is potent, and second, that nationalism as a concept is difficult to define. On the one hand, nationalism has been the impetus of war, conquest, and destruction. On the other, it has been the inspiration for art, poetry, and economic development. A varied force, extremely complex in its motivations and manifestations, it can accomplish much good when used for positive ends; so too, when perverted, it can bring great misery its adherents.”

³⁸ Esse processo é muito bem descrito por Ernest Gellner (1983, p. 140-141): “Ela [a sociedade industrial] empurrou a divisão do trabalho para um nível novo e sem precedentes; mas, mais importante ainda, ela gerou um novo tipo de divisão do trabalho: exigindo que os homens que tomam parte nela estivessem prontos para se mover de uma ocupação para outra, mesmo dentro de um tempo de vida único, e, certamente, entre as gerações. Eles precisam de uma cultura compartilhada, que essa cultura seja alfabetizada e avançada. Ela obriga que eles sejam capazes de se comunicar fora do contexto e com precisão com todos os que chegam, seja face-a-face ou em contatos efêmeros, mas também através de meios de comunicação abstratos. Tudo isso – a mobilidade, comunicação, a capacitação originária do

centrais. Ao tratarmos regimes ditatoriais, como o brasileiro, essa necessidade de evitar a diversificação de pensamentos e a diversificação de maneiras de viver na nação se torna ainda mais estreito. Assim, tudo que aponta para a heterogeneidade soa como um crime de lesa-majestade.

Para compreender o nacionalismo, na versão defendida por Raine, sigo o rumo apontado por Gellner (1983, p. 43), que diz:

Não há dúvida, de que vontade e consentimento constituem um fator importante na formação da maioria dos grupos, sejam eles grandes ou pequenos. A humanidade sempre se organizou em grupos de todos os tipos, formas e tamanhos, por vezes, bem definidos e, por vezes, de forma vaga, às vezes perfeitamente encaixados e, por vezes, sobrepostos ou interligados. A variedade dessas possibilidades, e dos princípios em que os grupos foram recrutados e mantidos, é infinita. Porém, dois agentes genéricos ou catalisadores de formação e manutenção do grupo são, obviamente, cruciais: de um lado, a vontade, a adesão voluntária e a identificação, a lealdade e a solidariedade e, do outro, o medo, a coerção e a compulsão. Estas duas possibilidades constituem polos extremos ao longo de uma espécie de espectro. Algumas comunidades podem se basear exclusivamente ou predominantemente mais sobre uma ou sobre a outra, mas estas são bem mais raras. Contudo, a maioria dos grupos que perduram são baseados em uma mistura de lealdade e de identificação (em vontade

refinamento da especialização – imposto pela ordem industrial, pela sua sede de riqueza e crescimento, obriga que as suas unidades sociais sejam grandes, e ainda culturalmente homogêneas. A manutenção deste tipo de cultura, inescapavelmente desenvolvida (por ser alfabetizada), requer a proteção de um Estado, um agente, ou melhor, um grupo de agentes capazes de angariar e implementar os recursos necessários para que ambos possam sustentar uma cultura desenvolvida, e assegurar a sua difusão a toda a população, uma conquista inconcebível e não tentada no mundo pré-industrial.” No original: “It has pushed the division of labour to a new and unprecedented level, but, more important still, it has engendered a new kind of division of labour: one requiring the men taking part in it to be ready to move from one occupational position to another, even within a single life-span, and certainly between generations. They need a shared culture, and a literate sophisticated high culture at that. It obliges them to be able to communicate contextlessly and with precision with all comers, in face-to-face ephemeral contacts, but also through abstract means of communication. All this – mobility, communication, size due to refinement of specialization – imposed on the industrial order by its thirst for affluence and growth, obliges its social units to be large and yet culturally homogeneous. The maintenance of this kind of inescapably high (because literate) culture requires protection by a state, a centralized order-enforcing agency or rather group of agencies, capable of garnering and deploying the resources which are needed both to sustain a high culture, and to ensure its diffusion through an entire population, an achievement inconceivable and not attempted in the pre-industrial world.”

de aderir) e de incentivos externos, positivos ou negativos, esperanças e medos³⁹.

O fenômeno do nacionalismo está ligado aos polos positivos e negativos das ações que são responsáveis pelo seu engendramento, que ajudam a criar a homogeneidade necessária para o seu desenvolvimento. O problema que vislumbro na formulação da face esperançosa e da face temível do nacionalismo realizada por Raine, e também pelo seu colega Gordon, é a de que do lado da adesão voluntária reinam, quase que sozinhas, as ações voltadas para os interesses extrínsecos – ligados à sua nação – e do lado das ações coercitivas aparecem as soluções que, de alguma maneira, afastam o Brasil dos interesses favoráveis aos EUA. Ao agirem dessa forma, delineiam um panorama do nacionalismo brasileiro que se aproxima do que Gellner, na citação acima, coloca como algo muito difícil de existir, a saber: uma comunidade baseada apenas em uma das faces do nacionalismo, incorrendo em uma perigosa simplificação, não apreendendo a complexidade e a singularidade que formam a nação por eles analisadas.

É perceptível que Raine (1974, p. IX) tem uma visão estática do passado, sua concepção histórica é que “... o velho deve ser conhecido a fim de medir o novo para conhecer a sua durabilidade provável”⁴⁰. Não existe, como é próprio de grande parte da historiografia contemporânea, a ideia de que o passado é sempre resignificado pelo presente. Essa maneira de compreender a história, com o passado estático e com todas as ações do presente visando contemplar o futuro, acompanha praticamente todo o livro. Essa visão serve à manutenção do poder, já que ela justifica as formas de dominação daquele período.

Um bom exemplo dessa visão que prima pela continuidade e pela possibilidade de prever a durabilidade dos fenômenos históricos encontra-se no desfecho da obra. Nessa parte, ele chega a datar quando os problemas do Brasil se resolverão:

³⁹ No original: “No doubt will or consent constitutes an important factor in the formation of most groups, large and small. Mankind has always been organized in groups, of all kinds of shapes and sizes, sometimes sharply defined and sometimes loose, sometimes neatly nested and sometimes overlapping or intertwined. The variety of these possibilities, and of the principles on which the groups were recruited and maintained, is endless. But two generic agents or catalysts of group formation and maintenance are obviously crucial: will, voluntary adherence and identification, loyalty, solidarity, on the one hand; and fear, coercion, compulsion, on the other. These two possibilities constitute extreme poles along a kind of spectrum. A few communities may be based exclusively or very predominantly on one or the other, but they must be rare. Most persisting groups are based on a mixture of loyalty and identification (on willed adherence), and of extraneous incentives, positive or negative, on hopes and fears.”

⁴⁰ No original: “... the old must be known in order to measure the new for its probable durability.”

O Brasil vai bem no seu caminho para a industrialização, e para um estado de bem-estar, essa é uma consequência visível do processo de modernização. Os especialistas brasileiros acreditam que uma economia de consumo de massa será possível até o ano de 2000. Exceto a ocorrência de desastres nacionais, o Brasil como uma favela tropical é altamente improvável. Seu futuro mais provável parece ser o de uma nação industrial moderna, com uma combinação da geografia, cultura e herança social que lhe confere um caráter único e um papel crescente em um mundo muito acostumado à liderança da zona temperada e dos países mais frios. O Brasil será a primeira grande nação mundial tropical dos tempos modernos⁴¹ (RAINE, 1974, p. 250).

O caminho mais próspero que Raine conseguiu vislumbrar para o Brasil foi o de realização do sonho capitalista, convertendo uma configuração social bastante singular, como ele mesmo atesta, em uma sociedade assemelhada à sua. Não devemos esquecer que essa transmutação terá a sua realização no cabalístico ano 2000, um momento no qual as esperanças se renovam junto com a proximidade do novo milênio. A partir das ideias de Jacques Le Goff⁴², é possível traçar um contraponto e perceber como, em um momento delicado da história da nação brasileira, os problemas são resolvidos, segundo Raine, com o passar do tempo, como se o fim de um milênio e o início de outro fosse como uma mudança de página, quando se deixa a folha anterior com as pautas lotadas para trás e começa uma nova redação, que em nada se parece com a antiga.

1.1.3 A recepção de *Awakening Giant*

A pesquisa histórica não deve se ater apenas a uma única voz do passado, porque uma fonte sozinha pode retirar as dissonâncias existentes, simplificando-as em demasia e construindo uma versão etérea do período estudado. Com base nessa premissa, esse tópico tem a intenção de discutir como o livro foi recebido pela comunidade acadêmica

⁴¹ No original: “Brazil is well on its way to industrialization, and a welfare state, an outgrowth of the modernizing process, is within view. To believe Brazilian experts, a mass consumption economy will be possible by the year 2000. Barring national disasters, Brazil as a tropical slum is highly improbable. Its future seems most likely to be that of a modern industrial nation, with a combination of geography, culture, and social heritage that gives it a unique character and an increasing role in a world long accustomed to leadership from temperate-zone and colder countries. Brazil will thus become the world’s first great tropical nation of modern times.”

⁴² Diz o historiador francês sobre a tirania do século, que aqui passa a ter um peso maior ainda já que amplio a formulação original para a ideia de milênio: “O primeiro século em que verdadeiramente se aplicaram o conceito e a palavra foi o século XVIII: a partir daí, esta cômoda noção abstrata ia impor a sua tirania à história. Doravante, tudo deveria entrar nesta forma artificial, como se os séculos fossem dotados de uma existência, tivessem uma unidade como se as coisas 'mudassem de um século ao outro. Para os historiadores, o sentido da verdadeira duração histórica teve de passar pela destruição desta dominação do século” (LE GOFF, 1996, p. 524).

dos EUA. Para realizar esse objetivo, uso como fonte as resenhas feitas sobre *Awakening giant*. Desse modo, cria-se a possibilidade de ter uma visão mais complexa da conjuntura daquele período.

O início da década de 1970 marca uma mudança na maneira que os estudiosos dos EUA analisavam a América Latina. Essa mudança de orientação tem como um de seus principais focos a Segunda Conferência Nacional da LASA (Latin American Studies Association), que aconteceu em Washington. Logo “após essa conferência, podia-se dizer que a esmagadora maioria dos estudiosos norte-americanos que trabalhavam com a América Latina se colocaram em oposição ao regime militar brasileiro” (GREEN, 2009, p. 223).

A primeira resenha encontra-se na *Western Political Quarterly*, publicada em dezembro de 1974, é escrita por Michael A. Quinn (Southern Illinois University). Nas suas duas páginas faz um resumo do livro de Raine, chamando atenção, entre outros fatores, para os problemas de ordem material do livro, como as

...inúmeras deficiências que prejudicam grandemente a sua adequação para um leitor não especializado. Uma pequena irritante é que o estudo é recheado de erros tipográficos, erros ortográficos e malapropismos, provavelmente causados pelo descuido na revisão ou na composição⁴³ (QUINN, dez 1974, p. 761).

Ter atentado para os problemas de ordem material do livro é o que diferencia essa resenha das seguintes, soando como um toque particular do texto escrito por Quinn. Isso leva o leitor a crer na grande minúcia com a qual esquadrinhou o material analisado. Ele se mostra como um dos críticos mais brandos de Raine chega mesmo a afirmar que o livro “... produziu uma apreciação legível e bastante equilibrada de muitos dos problemas e das possibilidades que caracterizam o Brasil contemporâneo”⁴⁴ (QUINN, dez 1974, p. 761). Mesmo nessa apreciação mais amena, seu desfecho aponta para os problemas encontrados: “Em suma, o estudo de Raine é de qualidade irregular”⁴⁵ (QUINN, dez 1974, p. 761).

A segunda resenha, datada de fevereiro de 1975, foi escrita por Riordan Roett (professor The Johns Hopkins University), para *The Hispanic American Historical*

⁴³ No original: “... has numerous weaknesses which greatly detract from its suitability for a non-specialized readership. One small irritant is that the study is plagued by typographical errors, misspellings, and malapropisms probably caused by careless proofreading or typesetting.”

⁴⁴ No original: “Raine has produced a readable and fairly balanced appraisal of many of the problems and possibilities which characterize contemporary Brazil.”

⁴⁵ No original: “In sum, Raine's study is of uneven quality.”

Review. É um texto curto e direto, que não tece elogios ao livro, começando com um disparo fulminante: “É lamentável que Philip Raine tenha escolhido escrever este livro, ao invés de uma monografia sobre a sua longa e distinta carreira de serviços externos no Brasil, que se estendeu ao longo de quatro décadas”⁴⁶ (ROETT, fev 1975, p. 136). Para além dessa crítica inicial, outra reclamação forte de Roett é o desconhecimento de Raine da vasta produção acadêmica existente sobre o Brasil elaborada nos EUA. Dessa forma, a resenha passa pelos capítulos de *Awakening Giant* dizendo quais autores também trabalharam com aquela temática e lamentando pelas suas ausências. Também se preocupa, ainda nos primeiros parágrafos, em apresentar o que considera ser o cerne do livro:

A parte central do livro do embaixador Raine trata de uma síntese do conhecimento existente sobre a estrutura de governo nas constituições do Brasil, os ramos e os níveis do governo. Os partidos políticos eo processo eleitoral receberam mais atenção do que mereciam, e o otimismo do autor sobre os benefícios do sistema eleitoral no Brasil são injustificados, creio eu, tendo em vista o período recente sem eleições⁴⁷ (ROETT, Fev. 1975, p. 137).

A preocupação com as instituições políticas e administrativas do Estado brasileiro merecem destaque, bem como o otimismo, mesmo injustificado, do autor para com o sistema eleitoral. A visão de Raine como um otimista em relação ao Brasil é uma caracterização relevante deste autor, pois, ao que me parece, o fato de não poupar esforços para abrandar o peso daqueles anos, que para muitos são caracterizados como de chumbo, o coloca como um *expert* em encontrar o lado bom dos acontecimentos. Contudo, ao criar essa versão da história, calcada no otimismo, constrói uma simplificação radical de uma sociedade complexa como a brasileira. É com esta ideia que Roett (fev 1975, p. 138) termina sua resenha: “A experiência brasileira tornou-se demasiada complexa para ser tratada de forma satisfatória na estrutura fornecida por

⁴⁶ No original: “It is regrettable that Philip Raine has chosen to write this book, rather than a monograph, about his long and distinguished foreign service career in Brazil, which spanned four decades.”

⁴⁷ No original: “The central portion of Ambassador Raine's book deals with a synthesis of existing knowledge about the framework of government in Brazil constitutions, branches, and levels of government. Political parties and the electoral process receive more attention than they deserve, and the author's guarded optimism about the benefits of the electoral system in Brazil is unwarranted, I believe, in view of recent non-electoral history.”

este livro”⁴⁸. A tentativa, por parte de Raine, de simplificar excessivamente os acontecimentos históricos é a característica mais marcante da sua escrita.

Na mesma revista, apenas dois números depois da publicação da resenha, na edição de agosto daquele mesmo ano, na seção *Correspondence*, aparece uma carta de Philip Raine, endereçada ao editor da revista. Foi escrita com o intuito de responder às críticas feitas por Roett. O tom da carta também não é ameno, nas suas palavras:

Eu suponho que cada autor considera os aspectos dos comentários de seus livros, não ao seu gosto, mas como um bom soldado que engole o seu descontentamento, aceitando as críticas boas e ruins. Eu nunca escrevi uma carta dessa natureza, mas ao encontrar a resenha do professor Riordan Roett do meu *Brazil, Awakening Giant*, que apareceu na **HAHR** [sigla da abreviatura da revista], 55: 1 (fevereiro de 1975), pp, 136-138, tão petulante e inconsciente do que eu tentei fazer, que sinto que devo dizer algumas poucas palavras, que espero possam iluminar o bom professor e desfazer os equívocos que devam surgir a partir de sua aparição em uma revista tão prestigiada como a **HAHR**⁴⁹ (RAINE; ROETT, Ago. 1975, p. 633).

O descontentamento com a resenha está expresso em toda a carta, ele chega a dizer que “francamente, eu estou louco para entender a abordagem completamente negativa que parece ter motivado Roett”(RAINE; ROETT, Ago. 1975, p. 633). O caminho escolhido para estabelecer um contraponto com as ideias do seu resenhista foi o de citar outras análises do seu livro e, mesmo ressaltando que não concorda muito com estas leituras, ele não as coloca no mesmo grau de agravo das palavras redigidas por Roett.

Diz em sua defesa que seu livro não passa de uma introdução, uma forma de legar ao leitor não acadêmico a possibilidade de ter um panorama sobre o Brasil, nas suas palavras:

Deixe-me explicar o meu propósito em poucas palavras: depois dos oito anos que passei em vários cargos oficiais, em sua maioria políticos, no Brasil, eu decidi escrever um livro que poderia ser, pelo menos, um primeiro passo no sentido de tornar as informações sobre o

⁴⁸ No original: “The Brazilian experience has become too complex to be dealt with satisfactorily in the framework provided by this volume”

⁴⁹ No original: “I suppose every author finds aspects of reviews of his books not to his liking, but like a good soldier swallows his displeasure and accepts the good with the bad. I have never written a letter of this nature, but find Professor Riordan Roett’s review of my *Brazil, Awakening Giant*, which appeared in the **HAHR**, 55: 1 (February 1975), pp, 136-138, so petulant and unaware of what I have tried to accomplish that I feel I must say a few words, which I hope will enlighten the good professor and correct misconceptions that must arise from its appearance in so prestigious a journal as the **HAHR**.”

Brasil, um país cujo destino é de importância vital para os Estados Unidos, disponíveis para o público americano. No período de 1964, como vocês sabem, havia sido dada pouca atenção ao Brasil. O Brasil é tão complexo e estranho para a maioria dos americanos que, dois anos mais tarde, eu comecei a escrever um livro básico para explicar as características e o modo de vida dos brasileiros, com o que eu considero essencial para a compreensão de sua história política desde 1930, esse era o meu objetivo principal. *Brazil, Awakening Giant* é esta introdução⁵⁰ (RAINE; ROETT, Ago. 1975, p. 633).

O argumento de que o livro é uma introdução não acadêmica ao público estadunidense está expresso desde suas primeiras páginas⁵¹. O que Raine faz aqui é tentar defender sua criação dos ataques que considera injustos. Mais adiante ele mantém sua defesa e também passa a atacar aqueles que, na sua ótica, pouco contribuíram para o maior conhecimento sobre o Brasil, diz:

Mas eu ainda sou da opinião de que nenhum dos muitos pesquisadores do Brasil contemporâneo produziram um livro que explique o que “faz o país andar”, o que faz com que os brasileiros tenham uma reação muito diferente da nossa a eventos e circunstâncias semelhantes. A maioria das monografias a que Roett se refere são excelentes, são contribuições indispensáveis para uma compreensão mais profunda do sistema brasileiro. Porém, muitas delas também são escritas mais com o objetivo de ganhar um Ph.D., têm uma preocupação maior com a reação dos outros estudiosos, do que em transmitir informações para os muitos que têm pouco ou nenhum conhecimento do país. Seu jargão é bom, mas o seu conhecimento é muitas vezes limitado à literatura do país, breves visitas às opiniões e aos pontos de vista dos perseguidos políticos, cuja perseguição eu sou o primeiro a deplorar, mas cujos

⁵⁰ No original: “Let me explain my purpose in a few words: After eight years spent in various official capacities, mostly political, in Brazil, I decided to write a volume that might be at least a first step toward making information available to the American public about a country whose destiny is of vital importance to the United States. As you are aware, little attention had been given to Brazil at that time, 1964. Brazil is so complex and foreign to most Americans that two years later I undertook a preliminary volume to explain Brazilian characteristics and way of life, which I consider essential to an understanding of its political history since 1930, my principal objective. *Brazil, Awakening Giant* is this introduction.”

⁵¹ No livro Raine (1974, p. VIII) diz: “Os estudos recentes, dedicados a aspectos especializados do Brasil, são muito úteis, mas deixam muito a desejar por seu foco estreito, que complica a consideração da nação como um todo por parte do não estudioso.” No original: “Recent studies devoted to specialized aspects of Brazil are highly useful, but they leave much to be desired in that their narrow focus complicates consideration of the nation as a whole by the non-scholar.”

pontos de vista em todos os casos não coincidem necessariamente com a verdade ea realidade⁵²(RAINE; ROETT, Ago. 1975, p. 634).

Aqui Raine muda o foco do seu argumento e defende a sua criação, apontando para academicismo das obras elaboradas nas Universidades como uma desvantagem em relação ao seu livro. Ao fazer isso, coloca sua obra num outro patamar, atestando a sua contribuição para o entendimento do Brasil e, ao mesmo tempo, busca escapar das “garras” dos seus críticos, já que mergulha em uma seara que, na sua ótica, não pertence a acadêmicos como Roett.

Deve ser lembrado que Roett já havia estado no Brasil. Sua passagem pelo país, em 1970, foi marcada por um acontecimento singular. No dia 12 do mês de junho, quando, juntamente com mais dois outros colegas estadunidenses, Werner Baer e Carlos Pelaez, foram sequestrados por agentes do governo militar e ficaram por algumas horas sem saber que destino lhe dariam. Enquanto estavam sobre o poder dos sequestradores, Roett e seu colegas foram questionados sobre possíveis atividades esquerdistas e a participação no sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, que havia ocorrido no dia anterior. Pouco tempo depois foram soltos e tentaram fazer com que os culpados por seu sequestro fossem punidos, algo que não logrou êxito. Dentro dessa situação extremamente perigosa, o resenhista aqui analisado assume um papel de destaque⁵³:

Parece também que Riordan Roett era o principal alvo durante a detenção clandestina dos três professores em 12 de junho. O relatório [do Centro de Informação do Exército (CIE)] o descrevia nos seguintes termos: “Nos Estados Unidos, o professor Roett é considerado homem de esquerda, um líder no mundo acadêmico, competente e inteligente” (GREEN, 2009, p. 238-239).

⁵² No original: “But I am still of the opinion that none of the many workers on contemporary Brazil has yet produced a book that explains what “makes the country tick,” what makes Brazilians act as they do—often very differently from our own reaction to events and circumstances. Most of the monographs to which Roett refers are excellent, indispensable contributions to a deeper understanding of the Brazilian system, but many also are written more with a view to earning a Ph.D., with larger concern for the reaction of other scholars, than for imparting information to the many who have little or no knowledge of the country. Their jargon is good, but their knowledge is sometimes limited to the literature on the country, brief visits to the country, and the opinions and views of persecuted politicians, whose persecution I am the first to deplore, but whose views in all cases do not necessarily coincide with fact and reality.”

⁵³ A feitura desse parágrafo se vale da narrativa e da análise feita por James Green (2009), no capítulo Os latino-americanistas tomam posição (p. 222-242), mais precisamente do tópico Sequestro de acadêmicos (p. 232-241).

Atentando para as ações de Roett e o seu lugar de destaque na conjuntura política e acadêmica daquele período, somando a isso o episódio do sequestro no Brasil, que poderia ter tido um final trágico⁵⁴, acredito ter pistas bastante razoáveis dos caminhos que levaram Roett a se posicionar de maneira tão veemente contra as posições defendidas por Raine. Com isso, poderemos rumar para as palavras finais do embate proferidas por Roett.

No final da correspondência, também endereçada ao editor, encontra-se a resposta de Roett à defesa feita por Raine; é uma resposta sucinta. Todavia não muda o que havia sido dito anteriormente: “Ao reler a minha resenha e consultando seu livro de novo, eu não vejo nenhuma razão para modificar meus comentários”⁵⁵ (RAINE; ROETT, Ago 1975, p. 635). Pelo contrário, ele reafirma os problemas encontrados:

A resenha não discorda do desejo de Raine de escrever uma visão geral ou uma introdução ao Brasil. Esse é um objetivo louvável. O que eu discordo é de uma interpretação de um grande estado-nação que fornece informações incorretas ou desatualizadas. Eu discordo que outros livros escritos sobre o Brasil contemporâneo falharam em explicar o que “faz o país andar”. A bibliografia sobre as interpretações recentes do Brasil está repleta de estudos sólidos, dos quais nem todos são cheios de jargões ou baseados em uma experiência mínima no país⁵⁶ (RAINE; ROETT, Ago. 1975, p. 635).

Na sua tréplica, Roett não poupa os esforços de defesa e nem os de ataque feitos por Raine. Faz isso deixando claro que seu erro não foi escrever visando alcançar um público mais amplo e não especializado. O problema residiu na tentativa de interpretar uma nação complexa como a brasileira sem se dar conta da vasta produção de obras que existem sobre ela e sem abordar temas que eram fundamentais para captar a complexidade do país.

Um último detalhe sobre os embates entre Roett e Raine não deve deixar de ser mencionado. A resenha feita por Roett é assinada, como de praxe, mostrando, logo após

⁵⁴ Nas palavras do próprio Roett: “Era inverno, e fazia frio. Eles nos tiraram do jipe. Estávamos vendados. Eles nos guiavam, sem nos empurrar. Pensei: ‘Pronto, vão nos encostar em uma parede e vamos ser fuzilados’. Realmente pensei isso, mas logo essa sensação passou.” (Depoimento citado por GREEN, 2009, p. 235).

⁵⁵ No original: “In rereading my review, and consulting his book again, I see no reason to modify my comments”.

⁵⁶ No original: “The review does not take issue with Raine's desire to write a general overview of or introduction to Brazil. That is a commendable goal. I did-and do-take issue with an interpretation of a major nation-state that provides faulty or outdated information. I disagree that other volumes written about contemporary Brazil have failed to explain "what makes the country tick." The bibliography on recent interpretations of Brazil is replete with solid studies, not all of which are jargon filled or based on minimal experience in the country.”

o seu nome, a instituição da qual faz parte, dessa forma: “School of Advanced International Studies, The Johns Hopkins University” [Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins]. Já na sua resposta à carta escrita por Raine, Roett acrescenta ao seu lugar de pertencimento o cargo de “Director, Latin American Studies Program” [Diretor do Programa de Estudos Latino-Americanos]. Esse acréscimo não me parece ter sido feito por acaso, pois como consta em seu curriculum⁵⁷ ele já ocupava esse cargo desde 1973 e em outros artigos de sua lavra o cargo de diretor, que foi exercido até 1998, não volta a ser mencionado. É provável que esse acréscimo tenha ocorrido para mostrar para seu interlocutor o lugar onde sua interpretação foi forjada e todo o respaldo que existe na elaboração do seu julgamento. Não bastava, naquele momento, ser membro de uma instituição acadêmica, era necessário se valer dos cargos que o colocavam como um dos mais distintos entre aqueles que, aos olhos da sociedade em geral, já ocupam um lugar que os difere dos demais.

A terceira resenha foi publicada em março de 1976, no *Modern Language Journal*, assinada por Carlos Bakota (Indiana University). Esta é mais um texto curto, mantendo a maneira áspera de analisar o livro, o que pode ser percebido logo na sua abertura:

No final de 1971, o ex-presidente do Brasil, Garrastazu Médici, terminou a sua refeição na Casa Branca, e junto com o presidente Nixon, subiu para brindar ao Brasil. “Para onde for o Brasil”, sorriu o presidente Nixon, “também vá para aquele continente”. De acordo com Sr. Raine, este momento representou o despertar do Brasil após 500 anos de isolamento e sonolência. Enquanto o autor de *Brazil, Awakening Giant* defende uma maior sensibilidade para as aspirações do Brasil na direção de sua autonomia no mundo contemporâneo, o seu próprio etnocentrismo é mostrado com a sinalização de Nixon como a legitimação da ruptura do Brasil com seu passado sonolento. O próprio título lança a história da nação para o velho estereótipo de país tropical, cujo passado lânguido nada oferece de significativo. Talvez isso seja necessário caso se argumente, como faz Raine, que os atos institucionais emitidos entre 1964 e 1968, inevitavelmente, forneceram uma nova forma de governo popular. Raine vê a restrição do poder legislativo e o crescimento do poder executivo como necessárias para a realização da justiça social. Ele aprova a purificação da Suprema Corte, uma vez que

⁵⁷ O curriculum de Roett pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.ie.edu/IE/site/pdf/cv-arts/Bio%20Jordan%20Roett%20Ingles.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2013.

agora existe um equilíbrio melhor, mais conservador e relutante em se opor às ações do Poder Executivo⁵⁸ (BAKOTA, Mar. 1976, p. 137).

Entendo que o autor se vale da ironia. Esta aparece na citação da frase de Nixon perante Médici, descrita no texto como uma intromissão, uma pausa, assinalada pelos dizeres: “sorriu o presidente Nixon”, e continua no período seguinte ao tratar pela forma de “senhor” o autor do livro por ele resenhado – vale ressaltar que esta é a única vez que isso acontece ao longo da análise. Existe algo a mais nesse brinde e nesse substantivo do que uma simples saudação ou uma forma respeitosa de tratamento, eles anteveem a maneira que o Brasil é retratado por Raine, carregada de etnocentrismo e estereótipos que servem para defender o governo autoritário brasileiro.

A última resenha encontrada foi publicada em 1977, por Ronald H. Chilcote (professor da University of California), na *Latin American Research Review*. Esta, diferente das anteriores, também aborda outros dois livros: *Black into White: race and nationality in brazilian thought* (Thomas E. Skidmore) e *Brazilian society* (T. Lynn Smith). O texto de Chilcote, diferente dos anteriores que apenas reproduzem o nome do livro de Raine, recebe o título de *Class, race, progress, and nationalism in Brazil*; é maior do que as anteriores, seis páginas, o que se explica pela proposta de resenhar mais obras. Contudo, o espaço dedicado para *Awakening Giant* ainda é um pouco menor que as resenhas analisadas anteriormente, mais ou menos uma página.

Já na apresentação do livro, é possível perceber distinções das resenhas analisadas anteriormente. Chilcote (1977, p. 226) tem a preocupação, bastante salutar por sinal, de dizer quem é autor do título sobre o qual ele se debruça, isso aparece quando diz que: “este é um livro escrito por um ex-diplomata norte-americano que passou vários anos no Brasil. Ele é um otimista”⁵⁹. A apreciação é feita, seguindo as

⁵⁸ No original: “Late in 1971 as the former president of Brazil, Garrastazu Medici, finished his meal at the White House, President Nixon rose to toast Brazil. ‘As goes Brazil’, smiled President Nixon, ‘so goes that continent’. According to Mr. Raine this moment represented the awakening of Brazil after five hundred years of isolation and somnolence. While the author of *Brazil, Awakening Giant*, argues for greater sensitivity to Brazil’s aspirations toward autonomy in the contemporary world, his own ethnocentrism is shown with Nixon signaling and legitimizing Brazil’s break with its sleepy past. The title itself casts the nation’s history into the old stereotype of the tropical country whose languid past provides nothing of significance. Perhaps this is necessary if one argues, as does Raine, that the Institutional Acts issued between 1964 and 1968 will inevitably provide new forms of popular rule. Raine sees the curtailing of legislative authority and the growth of executive power as necessary for the achievement of social justice. He approves of the purging of the Supreme Court since it now has better balance, is more conservative and reluctant to oppose executive action.”

⁵⁹ No original: “This is a book by a former American diplomat who spent several years in Brazil. He is optimistic.”

linhas dos resenhistas anteriores, encontrando graves problemas no livro, como se percebe no trecho a seguir:

Infelizmente, o trabalho de Raine não é a “compreensão equilibrada” dos problemas do Brasil a que Lincoln Gordon alude em uma breve introdução. É basicamente um pedido de desculpas do atual governo. Adota uma abordagem da ciência política tradicional para o estudo do sistema político brasileiro e mistura com esta abordagem alguns jargões conceituais recentes da disciplina. Assim, é apresentada uma descrição das pessoas e da sociedade, do quadro jurídico-formal do governo, dos partidos políticos e do processo eleitoral, e dos grupos de interesse. Além disso, o autor resume as mudanças econômicas e sociais aos padrões e aos comentários das relações exteriores. As memórias de um diplomata americano no Brasil poderiam ter sido mais interessantes⁶⁰ (CHILCOTE, 1977, p. 226).

A maneira que Chilcote interpreta as análises feitas por Raine se aproxima do caminho que considero mais adequado: o que vincula as análises contidas em *Awakening Giant* com as ações do Departamento de Estado, buscando uma maneira de legitimar as suas posições através de argumentos que usam as Ciências Humanas como pilar de sustentação. Portanto, fica muito difícil encontrar a “compreensão equilibrada” ou mesmo as “memórias interessantes” em uma obra umbilicalmente ligada ao discurso oficial.

Essas quatro resenhas mostram, cada uma a seu modo, como o livro escrito por Raine não foi bem visto por estes críticos acadêmicos. Como foi relatado, os motivos para essa apreciação negativa são variáveis, mas, de maneira geral, é possível dizer que para estes estudiosos *Awakening Giant* falha na sua missão de explicar o Brasil. Outro ponto que é possível destacar, e esta é a crítica que mais chamou minha atenção, é a interpretação otimista da realidade brasileira (esse tema é destacado por Roett e por Chilcote), que leva à diluição dos problemas vivenciados pelo país durante a ditadura (como aponta Roett).

Ainda merece ser notado, a partir das resenhas analisadas, que não existe uma consonância entre as ações do Estado e a forma de pensar desses acadêmicos. Digo isso

⁶⁰ No original: “Unfortunately Raine's work is not the ‘balanced understanding’ of Brazil's problems to which Lincoln Gordon alludes in a brief introduction. It is basically an apology for the present government. It adopts a traditional political science approach to the study of the Brazilian political system and mixes with this approach some recent jargonistic concepts of the discipline. Thus, we are presented with a description of the people and society, the legal-formal framework of government, the political parties and electoral process, and interest groups. In addition, the author summarizes changing economic and social patterns and reviews foreign affairs. The memoirs of an American diplomat in Brazil might have been more interesting”.

levando em conta que o livro de Raine se aproxima da visão do Departamento de Estado e as resenhas, pelas suas críticas mordazes, se afastam dessa maneira de interpretar, mostrando que o pensamento social dos EUA é mais diversificado e complexo do que se poderia imaginar em um primeiro momento.

1.2 Notícias de uma festa anunciada

A utilização dos jornais como fontes históricas não é nenhuma novidade, porém, nos últimos anos, o número de trabalhos que se valem dos periódicos para construir suas interpretações vem crescendo bastante. Tania Regina de Luca (2005, p. 138-139, grifos no original) nos mostra algumas das abordagens possíveis que esse tipo de fonte proporciona:

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram **a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores**, sua **aparência física** (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do **conteúdo**, as **relações que manteve (ou não) com o mercado**, a **publicidade**, o **público** a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir **localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado**. Noutros termos, **o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa**, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.

Ainda gostaria de acrescentar, aos diversos caminhos traçados pela citação acima, as colocações de Benedict Anderson (2008, p. 68). Ele revela como o capitalismo editorial foi um dos principais elementos para a invenção das sociedades modernas, pois a leitura diária dos periódicos é um verdadeiro ritual das massas, capaz de unir os membros de uma comunidade que não encontram mais no poder divino os laços que ligam uns aos outros. O autor explica a cerimônia da seguinte maneira:

E no entanto cada participante desta cerimônia tem a clara consciência que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja a existência lhe é indubitável, mas cuja a identidade é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida em intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário. Podemos conceber uma figura mais clara da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo

relógio? Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana.

A proposta de entender os periódicos como “raízes visíveis do mundo imaginado” (como apontado na introdução) é bastante frutífera. Com ela constrói-se um bom norte para pensar como essas publicações se posicionaram perante determinados eventos históricos. Outra perspectiva, que provavelmente extrapola as formulações de Anderson, mas que toma comobase os seus escritos, é a tentativa de averiguar como jornais estrangeiros tratam notícias vinculadas a um país que é seu aliado, mas que ocupa uma reconhecida posição de inferioridade nessas relações. Será que essas raízes, nativas de outro solo, encontram condições para se desenvolver ou morrerão por falta de condições de se adaptar a uma terra diferente? No ano das comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972, as relações entre Brasil e EUA eram próximas. Um dos fatores que ajudavam a manutenção dessa aliança era a “ameaça vermelha”, que desde 1959 – ano da Revolução Cubana – se fazia presente no continente americano, sendo reforçada pela assunção de Salvador Allende ao governo do Chile, em 1970 – ano em que Salvador Allende assume o governo do Chile. Como já foi dito, no contexto da Guerra Fria (1945-1991), evitar que o inimigo avançasse na sua área de influência era uma parte importante da política internacional estadunidense.

O presidente “do grande irmão do norte” à época era o republicano Richard Milhous Nixon (1969-1974), que, apesar dos horrores da Guerra do Vietnã (1959-1975), não tinha grandes preocupações com a política externa: “a reputação de Nixon não ficou particularmente abalada pela superficialidade da sua visão de política internacional (assim como a de seus assessores), com relação à qual os norte-americanos se importavam relativamente pouco” (LUKACS, 2006, p. 87). As relações entre o Brasil e os EUA só podem ser pensadas dentro dessa conjuntura.

Existiam críticas por parte da potência do norte ao governo brasileiro, o AI-5 (1968) era entendido como “um gigantesco retrocesso na marcha do país para o regime constitucional” (SKIDMORE, 1988, p. 208). Contudo, a grande preocupação dos homens ligados à Casa Branca referia-se à inserção do comunismo na América Latina, especialmente no Brasil, que ocupava um lugar de destaque no continente. Assim, não restam muitas dúvidas de que o restabelecimento da democracia figurava em segundo plano (cf. SKIDMORE, 1988, p. 210; FICO, 2008, p. 35-36).

Nos jornais pesquisados, a primeira notícia que chama atenção é anterior aos dias do festejo do Sesquicentenário, data de 27 de abril de 1972, e tem o seguinte título: **97 million Brazilians lover soccer, music** [97 milhões de brasileiros adoram futebol e música]. O objetivo do artigo, publicado no **The Hartford Courant**⁶¹, é traçar um panorama do que era o Brasil naqueles dias, além de contar um pouco da nossa história. Já no início utiliza aquele que é, provavelmente, o nosso *slogan* mais comum: “Deus é brasileiro”; e logo em seguida tenta justificar a expressão:

E talvez seja verdade. Onde mais, brasileiros perguntam, há uma terra tão grande, fértil e rica em minerais, abençoada com um clima prazeroso e livre de terremotos, furacões e outros desastres naturais? Onde mais tantas pessoas de raças e religiões diferentes parecem se dar tão bem? Onde mais, dizem eles, haveria um sentimento tão espontâneo para a música, natureza e alegria simples de viver?⁶² (p. 40)

O mito edênico do Brasil está presente desde os primeiros dias em que os povos estrangeiros colocaram os olhos nessas terras. José Murilo de Carvalho (cf. 13 nov. 2010) afirma que, mesmo nos dias atuais, o povo brasileiro coloca como o principal motivo de orgulho de ser brasileiro a natureza exuberante, que, em larga medida, substitui as motivações de orgulho social. Observo, já nas primeiras linhas do artigo do **The Hartford Courant**, a intenção de apresentar para os seus leitores a costumeira idealização do Brasil.

Feita a introdução, a matéria adentra em outro patamar, que discute as questões sociais do país, e uma única frase sintetiza seu ponto de vista: “Um opulento esplendor frequentemente existe lado a lado com uma odiosa miséria”⁶³ (97 million Brazilians lover soccer, music, 27 abr. 1972, p. 40). Segundo Carvalho (cf. *Ibidem*), as questões sociais aparecem no outro extremo da caracterização do ser brasileiro, elas são percebidas como os motivos de vergonha da população.

Na matéria, a caracterização histórica brasileira é feita a partir do “descobrimento” (1500), para, em seguida, fazer menção aos bandeirantes (séculos

⁶¹ Jornal da cidade de Hartford, capital do estado de Connecticut. Ostenta o título de ser mais “velho do que a nação”.

⁶² No original: “And maybe it’s true. Where else, Brazilians ask, is there a land so big, fertile and rich in minerals, blessed with pleasant weather and free from earth-quakes, hurricanes and other natural disasters? Where else, do so many people of differing races and religions seem to get along so well? Where else, they say, is there such spontaneous feeling for music, nature and the plain joy for living?”

⁶³ No original: “Opulent splendor often exists side-by-side with abject misery”

XVII e XVIII) e chegar à Independência (1822), ressaltando, neste último episódio, que foi o príncipe Pedro o responsável pelo surgimento do Brasil como um país livre. Ao mencionar a morte d. Pedro I (1834), aproveita para fazer um gancho entre 1822 e as comemorações do Sesquicentenário. O destaque é a volta permanente dos restos mortais do primeiro imperador para o Brasil e a realização de um torneio internacional de futebol.

O último parágrafo da notícia aborda o ano de 1964 e faz um balanço do Brasil desde então:

Em 1964 as forças armadas derrubaram um governo civil o qual, segundo eles, estava conduzindo a nação à falência e ao comunismo. No poder desde então, os militares tem tido êxito em organizar as finanças do país – mas a custa de desrespeitar os direitos civis básicos. Centenas de inimigos políticos do regime estão na prisão ou no exílio e há evidências de que a polícia e os comandantes militares muito zelosos têm torturado prisioneiros⁶⁴ (*97 million Brazilians lover soccer, music*, 27 abr. 1972, p. 40).

Esta é uma análise bastante centrada dos eventos que se desenrolavam no Brasil de 1972. A face econômica, que, naqueles dias, galopava a um crescimento anual de dois dígitos; e, o outro lado da moeda, o desrespeito aos direitos civis da população, com a utilização da tortura. A mensagem final é de que a situação, apesar do esplendor natural que existe no país, não é das melhores. Nem mesmo a ameaça comunista – a pecha mais perigosa para o estadunidense – é confirmada pelo articulista.

No que tange ao dia das comemorações, foram encontradas três notas. A primeira, intitulada **Brazil to free thousands to mark Independence day** [Brasil liberta milhares para marcar o dia da Independência] (6 set. 1972, s/p), publicada no **TheNew York Times**⁶⁵, trata da “liberação de qualquer réu primário condenado a quatro anos ou menos que tenha cumprido, com boa conduta, pelo menos, um terço de sua pena até quinta-feira, dia da Independência”⁶⁶. Os presos que não se encaixavam nesse perfil também foram beneficiados com “cortes nas sentenças que variam de um terço a um

⁶⁴ No original: “In 1964 the armed forces threw out a civilian government they claimed was leading the nation to bankruptcy and communism. In power since then, the military has succeeded in straightening out the country’s finances – but at the cost of suspending basic civil rights. Hundreds of political enemies of the regime are in jail or exile, and there is evidence that overzealous police and military commanders have tortured prisoners”.

⁶⁵ Jornal da cidade Nova Iorque, a cidade mais populosa do EUA, é também a capital do estado de Nova Iorque.

⁶⁶ No original: “President Médici ordered the release of any first offender sentenced to four years or less who had served, with good conduct, at least one-third of his term by Thursday, independence day”.

quinto”⁶⁷. Essa ação do governo remete aos tempos do Império português e tem na grande festa da aclamação de d. João VI (1818) um dos seus episódios mais marcantes. Nesse momento, o bom rei, que também encarna a figura do bom pai, perdoa os súditos/filhos desobedientes da Revolução de 1817⁶⁸.

As outras duas possuem os seguintes títulos: **Festivities Mark Brazil's 150 years of Independence** [Festividades marcam os 150 anos da independência do Brasil] (8 set. 1972, s/p) e **Brazil marks 150 years of Independence** [Brasil marca 150 anos de independência] (8 set. 1972, s/p). Dão conta de como foram os festejos na cidade de São Paulo. Como se percebe pela semelhança entre os títulos, trata-se praticamente da mesma notícia, só que publicada em jornais diferentes: a primeira, divulgada pelo **The New York Times** e a segunda foi encontrada no **The Los Angeles Times**⁶⁹. A coincidência entre os conteúdos não chega a ser um problema, já que os jornais servem a comunidades que se encontravam em lados opostos do país (New York fica próxima do Atlântico norte e Los Angeles fica a poucas dezenas de quilômetros do Pacífico Norte). Ambas abrem o artigo com a ideia de que o Brasil é o “gigante adormecido” da América Latina; relatam a presença do primeiro ministro de Portugal, Marcelo Caetano, responsável pelo traslado dos restos mortais de d. Pedro I; e aludem ao fato de que esse foi o maior desfile cívico da história do país.

Porém, existe uma diferença crucial entre os dois textos. A publicação do **NY Times**, nas suas linhas finais, trata do crescimento econômico conseguido com “uma revolução militar em 1964” e, logo em seguida, deixa a exaltação de lado para criticar o governo Médici – crítica esta muito parecida com a proferida pelo **The Hartford Courant** –, leiamos:

Mas os brasileiros têm pago caro com o virtual desaparecimento das liberdades civis e do direito de divergir. A repressão política continua embora pareça muito mais branda do que aquela praticada quando os terroristas buscavam derrubar o governo no final da década de 1960⁷⁰ (*Festivities Mark Brazil's 150 years of Independence*, 8 set. 1972, s/p).

⁶⁷ No original: “... cuts in sentences ranging from one-third to one-fifth”.

⁶⁸ O livro de Iara Lis Carvalho Souza, **Pátria coroada** (1999), discute com precisão os ritos da realeza portuguesa e, posteriormente, brasileira. Bem como, retrata os anseios do Movimento de 1817, especialmente a parte dois do capítulo dois, intitulada: Pernambuco as cores da República (p. 65-75).

⁶⁹ Jornal da cidade de Los Angeles, no estado da Califórnia, é a segunda maior cidade do país.

⁷⁰ No original: “But Brazilians have paid with the virtual disappearance of civil liberties and the right to dissent. Political repression continues although it appears milder than practiced when terrorists sought to overthrow the government in the late 1960's”.

Nessas últimas linhas, transparece como era difícil esconder a falta de liberdade que o Brasil vivenciava durante aqueles dias. Todavia, a hora era de festejar, e ao pensar em termos comparativos, o artigo coloca o pé no freio e imputa aos homens e mulheres que ousaram discordar do regime o rótulo de terroristas, muito provavelmente, vermelhos, para justificar as ações do governo.

Esconder a falta de liberdade e os demais abusos do governo brasileiro poderia até ser difícil, mas não era impossível. Foi o que fez o **LA Times**, porque nas últimas linhas da matéria não encontramos, como no **NY Times**, nenhuma crítica ao regime militar. Em vez disso aparecem relatos sobre: “o ápice da celebração foi a terça-feira com o retorno dos restos mortais de Pedro I para o Monumento da Independência no Ipiranga nesta cidade”⁷¹ (*Brazil marks 150 years of Independence*, 8 set. 1972, s/p); e uma menção ao imperador Pedro II, por ter sido o primeiro monarca a pisar em solo estadunidense, visita motivada pela celebração do primeiro centenário da independência ianque.

Chego ao desfecho desse tópico com uma consideração: a de que o estabelecimento de um diálogo com fontes que têm sua origem numa cultura alienígena abre a possibilidade de aumentar o grau de compreensão de objeto de estudo. Creio que, dessa forma, a minha pesquisa sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil é mais profunda.

Por fim, quero ressaltar que ao procurar o interesse dos EUA por uma importante festa cívica brasileira, e constatar que a importância dada ao evento foi pequena, me levou a considerar as divergências que existem entre os discursos e as práticas. O discurso transforma o Brasil em gigante despertado, que ocupa um lugar central na política externa do grande irmão do norte, é a “pedra angular da política dos Estados Unidos no hemisfério”, diz Raine na introdução do seu livro. Não obstante, no que diz respeito às práticas, estas são encontradas nas pequenas manchetes cotidianas dos jornais citados, convertendo-se em pequenos lembrete de que, aos olhos da nação mais poderosa do mundo naqueles dias, a festa cívica mais importante do seu “poderoso” parceiro do sul é digna de nota e nada mais.

⁷¹ No original: “The high point of the celebration was the return Tuesday of the remains of Pedro I to the Ipiranga Independence Monument in this city”.

CAPÍTULO 2

A NAÇÃO EM REVISTA

A revista **Veja** e o Sesquicentenário da Independência

Como ponto de partida para a análise da edição da **Veja**, dedicada ao Sesquicentenário, me reporto à descrição feita por Roberto Civita¹ (1990, p. 216), responsável pela criação desse periódico, bem como filho do fundador da Editora Abril². Nas suas palavras:

Imagine-se um novo sistema de comunicação: um pequeno computador, leve e portátil, capaz de armazenar 100 mil palavras e centenas de imagens numa tela colorida de altíssima definição, cujas dimensões não excedem 22 × 30 centímetros, com um centímetro de espessura.

Imagine-se que o sistema dispense fios, antenas e baterias. E possa ser usado com a mesma facilidade em casa, na rua, no escritório, no clube ou no avião. Imagine-se ainda que o acesso a esse sistema seja tão fácil que qualquer criança possa fazê-lo funcionar. E, melhor que tudo, imagine-se que essa maravilha tecnológica não custe mais que dois dólares ao consumidor.

Pois bem: o sistema existe. Pode ser facilmente encontrado nas esquinas das grandes cidades brasileiras. É só passar numa banca de revistas, daquelas que antigamente eram chamadas de bancas de jornais.

É, pois, com tal imagem de determinado futuro em certo passado, distante mais de duas décadas do tempo atual, posto quase que no meio do caminho entre o agora e o período ao qual minha pesquisa se dedica, que aparece essa apresentação de **Veja**. Desse modo, tomo esse objeto de alta tecnologia, descrito por Roberto Civita, como uma ferramenta de divulgação de uma determinada concepção de nação durante os festejos do Sesquicentenário. É sobre ele que trato nas páginas que virão.

A revista **Veja** surgiu no ano de 1968, sendo sua primeira edição datada do dia 11 de setembro. O periódico semanal já nasceu sob o signo da ditadura e às vésperas do início do seu período mais conturbado, quando começa a vigorar o AI-5, em 13 de

¹ Nascido na Itália (1936). Foi presidente do Conselho de Administração e diretor editorial do Grupo Abril, editor da revista **Veja**. Morreu em 2013.

² A editora Abril tem um lugar de destaque no mercado brasileiro, chegando a ter sete das dez publicações mais lidas no país oriundas das suas prensas. Em um texto laudatório Thomaz Souto Corrêa (2011, p. 231) busca mostrar essa preponderância: “Tendo visitado editoras no mundo inteiro – China e Japão, inclusive –, nunca vi uma empresa que tivesse essa dominância nas principais áreas dos segmentos mais importantes de revistas.”

dezembro do mesmo ano. Com pouco mais de um ano de existência, a revista sentiu a força da ditadura através da censura (cf. ALMEIDA, 2009, p. 108). A edição de número 66 (10 dez. 1969), que trazia como reportagem de capa o tema da tortura no Brasil, foi apreendida das bancas de jornal. A matéria, entre outros pontos, transcreve as falas dos defensores dessa prática:

Existem, e não são poucos, os que defendem as torturas. Waldo Bandeira Fraga, quarenta anos, delegado de polícia em Niterói, que tem um filho “poeta”, como gosta de dizer, e que tem um crucifixo na parede azul atrás de sua mesa, as admite abertamente: “Eles são muito duros. O Criminoso é gente muito receosa de passar por dedo-duro, ter de enfrentar os amigos depois, entende? Por isso é preciso muito pau em cima deles. Acho que a polícia está certa em agir assim”. O conhecido delegado “Fraguinha”, de Niterói, não estava falando apenas das torturas contra presos políticos, que ocuparam as manchetes do país durante vários dias da semana passada³. Ele estava falando e defendendo a tortura, de um modo amplo, universal. O delegado Eldes Schenini Mesquita, 35 anos, chefe do gabinete do superintendente de Serviços Policiais de Porto Alegre, que é estudante de Direito e escreve crônicas dominicais no “Correio do Povo”, jornal de maior circulação da capital gaúcha, é um destes. “O uso de tais métodos (de tortura) deverá um dia ser abolido, quando se puder fazer, **de fato**, a coação psicológica através de sistemas eminentemente científicos. O que se condena é **a dosagem** em excesso dessa violência” (Os grifos são do próprio delegado Schenini, que, pela gravidade de suas opiniões, preferiu dá-las por escrito) (*Torturas*, 10 dez. 1969, p. 20-21).

Esse não foi o único caso de intervenção do regime na **Veja**. Mino Carta⁴, ao comentar os tipos de censores que passaram pela redação da revista, relata um caso acontecido na preparação da edição especial do Sesquicentenário, diz ele:

Na véspera do Sesquicentenário em 1972, tínhamos uma série de matérias históricas sobre a Independência do Brasil. Lembro-me de uma longa discussão – penosa, demorada –, com uma funcionária da Polícia Federal que estava lá censurando as matérias e que discutia questões históricas, coisas como “D. Pedro I, não, foi D. Pedro II”. Uma coisa realmente lamentável (CARTA *apud* ALMEIDA, 2009, p. 113).

³ Aqui a revista se refere a sua matéria de capa da edição anterior (nº 65, 3 dez 1969) intitulada: *O presidente não admite torturas* (p. 18-24). Em síntese, o texto aborda o discurso do Gen. Médici que promete acabar com a tortura como método de combate a subversão.

⁴ Demetrio Giuliano Gianni Carta, mais conhecido como Mino Carta, é um dos jornalistas mais importantes do século XX. Nasceu em 1933, na Itália, mas é naturalizado brasileiro. Foi um dos fundadores da revista **Veja** e nela atuou como diretor de redação entre os anos de 1968 e 1976. Também fundou as revistas **Quatro Rodas** e **IstoÉ** e o **Jornal da Tarde**. Hoje é diretor de redação da revista **Carta Capital**.

Sua fala mostra um pouco como a censura agia. Algumas vezes atuando em assuntos de interesse direto do governo – como no caso da tortura – e outras usando seu poder de veto em áreas que fugiam da sua gama de conhecimentos. Esse parece o motivo do descontentamento de Carta com a policial que revisava os textos da edição especial.

No seu primeiro editorial, o editor e diretor Victor Civita⁵ (11 set 1968, p. 20) deixa claro os interesses da revista:

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo em que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros.

Civita apresentou também a grande missão da revista: unir o território. Prega-se, no final dos anos 1960, a tão almejada integração nacional:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E êste é o objetivo de VEJA (CIVITA, 11 set 1968, p. 20).

Para que isso acontecesse, acreditava-se na alta vendagem do seu produto. A edição de estreia vendeu 650 mil exemplares, porém essa marca não foi mantida e já no segundo número registra-se uma grande queda, caindo para 420 mil. No período que me interessa de maneira mais direta, o ano de 1972, eram impressos, em média, 144 mil exemplares, 85 mil iam para as bancas de revistas, onde eram vendidos cerca de 65 mil. Ainda existiam um pouco mais de 46 mil exemplares que eram para as assinaturas pagas e 13 mil exemplares que eram distribuídos para um público denominado de “vips”(cf. *A batalha por uma revista*, set 1972, p. 11).

O modelo de **Veja** seguiu o das revistas semanais (*newsweeklies*), especialmente as estadunidenses **Time** e **Newsweek**. Como lembra Corrêa (2011, p. 218), “a revista era muito compacta, com muito texto para ler, e a novidade não foi muito bem

⁵ Nascido nos EUA (1907), mas de família de origem italiana. Erradicou-se no Brasil e fundou a editora Abril (1950). Morreu em 1990.

entendida.” Os números (explicitados no parágrafo anterior) e o seu caráter de novidade mostram as dificuldades enfrentadas pelo semanário da editora Abril. A saída encontrada para resolver os problemas foram os contratos com os anunciantes⁶ e o forte investimento na área das assinaturas. Não por acaso, desde 1971, a Abril montou um departamento especial para cuidar das assinaturas de suas revistas.

Antes da análise da edição da revista que trata das comemorações do Sesquicentenário, construí um breve tópico que trata de um embate político. Ele chamou minha atenção por ter figurado nas páginas da **Veja** (tanto na edição comemorativa como em outras edições daquele ano) e serviu como um elemento que me ajudou a entender melhor a complexidade daqueles dias. É dele que trato nas páginas seguintes.

2.1 Disputas políticas: projeto antiimpacto

A revista **Veja** pode ser entendida como uma fonte sobre as disputas políticas daquele período. À primeira vista, essa afirmação pode parecer contraditória, mas é possível afirmar que a dialética⁷ se fazia presente. O embate ainda existe, e não me refiro à luta fora do sistema, como a luta armada⁸, refiro-me aos encontros dentro do sistema que, mesmo de maneira desigual, foram abordadas pelo periódico na sua edição comemorativa do Sesquicentenário e também em outras edições daquele ano.

⁶ Roberto Civita (1990, p. 221) atesta a importância dos anúncios para as revistas do tipo de **Veja**: “São importantes características de um veículo que ainda permite uma extensa variedade de utilização do espaço pelo anunciante. Numa revista, é possível até mostrar o produto, como já fizeram anunciantes de perfumes, molhos e tecidos. Além disso, é sempre bom lembrar, as revistas têm outra importante propriedade: a ‘rasgabilidade’. O leitor de revistas (inúmeras pesquisas comprovam isso) costuma recortar e guardar tudo que é de seu interesse, e isso vale tanto para matérias quanto para anúncios.”

⁷ Uso como respaldo para esta ideia a formulação de Edgard Morin (2002, p. 6) que, ao analisar as contribuições do marxismo às Ciências Humanas, aponta a reformulação da dialética, feita por Marx, como uma ferramenta central de análise do social. Nas palavras do pensador francês: “... a concepção dialética segundo a qual não apenas há ação recíproca dos fenômenos em relação uns aos outros na história e na sociedade, como há uma verdadeira totalidade de elementos em movimento, e que as contradições que aparecem nesta totalidade são o motor efetivo do desenvolvimento humano”.

⁸ Segundo Marcelo Ridenti (2010, p. 61), “quase todas as organizações de esquerda no período estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas com a via armada”. E que as mesmas acreditavam na “... ideia de uma vanguarda detentora do caminho da libertação, onisciente das leis da história, que sabe, melhor do que os próprios trabalhadores, os caminhos da revolução, encarnando uma consciência de classe pré-estabelecida.”

Para exemplificar o que acaba de ser dito, passo a retratar o acalorado debate entre os senadores André Franco Montoro⁹, membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e os também senadores José Sarney¹⁰ e Arnon de Mello¹¹, que faziam parte da Aliança Renovadora Nacional (Arena) sobre a questão da redistribuição de renda no país.

A ideia do senador emedebista é indagar seus colegas parlamentares com a seguinte questão: “O Brasil ficou mais rico. E o povo?” (*Congresso: sem impacto*, 30 ago. 1972, p. 20). Montoro ainda cita uma fala do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara¹², para afirmar o aumento da concentração de renda no país. Na década de 1960, os 40% mais pobres tinham uma participação de 10% na economia, número que caiu para 8% naquele ano; enquanto isso, os 5% mais ricos aumentaram a sua participação de 29% para 38% no mesmo período (Ibidem).

Essa “alfinetada” do MDB no governo fazia parte de um plano da oposição, que recebeu o nome de “projeto antiimpacto”. O objetivo não era ir muito além do discurso, não era tentar equalizar o problema da má distribuição de rendas, já que legalmente não existiam condições para isso, a oposição tinha menos de um terço dos votos no Congresso e os seus mandatos, vez por outra, eram ameaçados pelo regime. A proposta era ocupar os espaços permitidos nas diferentes esferas do poder, na tribuna do parlamento e na mídia, para, dentro dos limites da ditadura, mostrar os problemas do país. Nas palavras do Senador Montoro:

⁹ Nascido em São Paulo (1916-1999), formado em direito. Ocupou diversos cargos políticos, inclusive, governador do Estado de São Paulo (1983-1987). Na crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), integrava a comitiva do então vice-presidente João Goulart que visitava à China. Foi, juntamente com Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, um dos principais nomes da oposição consentida ao regime.

¹⁰ José Ribamar Sarney de Araújo Costa (1930), maranhense, formado em direito, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Um dos políticos mais importantes do país nos últimos cinquenta anos, foi, inclusive, alçado ao cargo de presidente da nação com a morte de Tancredo Neves (1985). Vale mencionar que a sua chegada ao poder no Maranhão se deu com o golpe militar de 1964, quando, adotando uma postura mais moderada, não descontenta os novos donos do poder nacional e promete modernizar o Estado. Utilizava o lema “a poesia no poder” (cf. COSTA, 04 ago. 2011, p. 6).

¹¹ Arnon Afonso de Farias Mello (1911-1983), alagoano, advogado, jornalista e empresário. Exerceu diversos cargos na política estadual e nacional, ocupando uma cadeira no Senado durante praticamente todo o período ditatorial. Sua vida empresarial foi ligada ao ramo da comunicação, o seu grupo é filiado à Rede Globo de televisão desde 1975. Ainda é digno de nota o caso, ocorrido no Senado Federal, em que Mello ao tentar matar o seu adversário político, o também senador Silvestre Péricles, acaba assassinando outro legislador, José Kairala. Os senadores envolvidos na confusão foram afastados dos seus cargos, só que, logo depois, foram absolvidos.

¹² Robert Strange McNamara (1916-2009), economista estadunidense. Presidiu o Banco Mundial entre 1968-1981. Foi também secretário de defesa dos EUA durante os anos de 1961-1968.

O que podemos fazer? À oposição resta falar no parlamento e dar entrevistas à imprensa. Para isso, torna-se necessário concentrar o esforço. Debatendo todos um mesmo tema, estaremos dando aproveitamento total aos nossos poucos meios de atuação (*MDB: fogo concentrado*, 05 jul. 1972, p. 24).

Do outro lado, os senadores da Arena, arregimentados pelo líder do partido, Filinto Müller¹³, Sarney e Mello, buscam rebater as afirmações feitas por Montoro. Sarney responde: “há outras formas melhores [do que a concentração de rendas], descobertas pela humanidade para trazer o desenvolvimento aos povos? Nossa resposta é não” (*Uma semana da Arena*, 6 set. 1972, p. 45). Já Mello, que sobe à tribuna para retrucar a afirmação de Montoro sobre o fato de nenhum trabalhador brasileiro ter recebido um tostão do Programa de Integração Social (PIS), afirma que a prova da melhoria de vida dos trabalhadores é o aumento de arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o número crescente de declarações de imposto de renda, bem como, o aumento da venda de aparelhos eletrodomésticos. Na resposta, não é apresentado nenhum documento que comprovem estas afirmações. Mesmo assim, suas palavras ainda soam um pouco mais ponderadas do que as proferidas pelo deputado Homero Santos¹⁴, que simplesmente afirma: “Gostaria de lembrar a Vossa Excelência que as estatísticas, às vezes, são contraditórias” (*MDB: fogo concentrado*, 05 jul. 1972, p. 24).

Enquanto os emedebistas se valiam de um vasto universo estatístico para embasar suas afirmações, os arenistas utilizavam respostas sem nenhum dado empírico. Dentro de um regime ditatorial, mais precisamente no contexto em que o AI-5 já vigorava, os espaços da oposição eram praticamente nulos e qualquer brecha deixada pelo regime, por menor que fosse, devia ser ocupada. Dessa forma, o que acabo de mostrar, nesse pequeno embate, é uma forma legalista de oposição ao regime ou “liberal burguesa e pequeno-burguesa no Congresso Nacional e na ‘sociedade civil’” (RIDENTI, 2010, p. 69), nos lembrando de que nenhum sistema de dominação consegue se impor de maneira integral, as frestas surgem e devem ser aproveitadas.

¹³ Filinto Strubing Müller (1900-1973), mato-grossense, militar, bacharel em direito. Participou do movimento tenentista na década de 1920. Nos anos 1930, ocupou o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal, foi considerado um dos mais cruéis ocupantes do cargo. Em 1970 foi eleito senador pela quarta vez, era o presidente da Arena no Senado.

¹⁴ Nascido em Minas Gerais (1930), bacharel em direito. Na época era o líder da Arena no Congresso.

Não é possível negar o crescimento gerado pelo “milagre econômico”¹⁵,mas, vale lembrar, que os dados econômicos apresentados pelo governo como o trunfo para legitimação das suas ações se mostraram, pouco tempo depois, como um grande problema. O que aconteceu foi um surto de crescimento, é verdade, mas sem equidade, levando ao aumento considerável do fosso entre ricos e pobres, como alertou Montoro.

O projeto antiimpacto não tem ligação direta com as festividades do Sesquicentenário. Isso é algo fácil de ser percebido. Entretanto, esse debate foi suficientemente forte para figurar nas páginas da **Veja** durante os dias nos quais, em tese, a nação só tinha olhos para as ações que visavam celebrar o seu “nascimento”. Por isso, que, começar esse capítulo, abordando esse tema ajuda a perceber que, mesmo com todos os impedimentos impostos pela ditadura, alguns embates chegavam ao público. Ele mostra que a festa cívica não era a única coisa que estava acontecendo.

2.2 A concepção de história da Veja

Nesse tópico, trato especificamente da seção especial da edição comemorativa do sesquicentenário dedicada a contar a história da nação, que recebe o nome de **Documento** e tem o sugestivo título de **E ficou a Pátria livre**. Ornada, já na sua primeira página, com uma foto do presidente Médici, inicia a narrativa em 1500 d.C. (como era de praxe à época, ignora-se o período anterior à chegada dos portugueses por estes territórios), indo até o ano de 1972.

Logo de início, busca definir a identidade do povo brasileiro. Sem muitas delongas, já no terceiro parágrafo do artigo, é dado o veredicto sobre o Brasil e esse se resume a um vocábulo: tolerância. Essa é a palavra que nos define, vejamos:

Essa qualidade [a tolerância] não se aprende nos livros, nem há institutos nascidos à sombra de alguma Sorbonne para ensiná-la. Ela é inata e está nos gestos cotidianos ou nos momentos históricos. Nem

¹⁵ As palavras a seguir explicam o que foi o milagre econômico: “A identificação do sucesso econômico com a aprovação do regime militar era tão grande que, na década de 1970, dificilmente um economista poderia fazer uma análise serena das condições econômica do país. Escrever trinta anos depois desses acontecimentos permite um distanciamento que conduz a uma reflexão menos apaixonada do período. O milagre econômico foi fruto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a ideia de legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seu aliados, e, ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento não encontravam limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime” (PRADO; EARP, 2003, p. 233-234).

sempre a nação brasileira manteve intata a sua capacidade de ser, acima de tudo, tolerante – mas logo voltou ao rumo usual. E nessa caminhada somente um defeito de visão levaria a enxergar na tolerância uma sua parente muito afastada, uma espécie de prima remota e torta, a indolência. Tão tolerante a nação brasileira que sua independência lhe foi entregue, há 150 anos, pelo filho do casal real que, por todas as razões, haveria de pretender mantê-la colônia (*E ficou a pátria livre*, 6 set. 1972, p. 20).

A palavra “tolerância” não representa um sentimento de respeito ao outro, se aproxima de uma ode à subserviência. Essa característica não vem do berço, não é histórica, é como se o articulista quisesse mostrar que a tolerância se faz presente nos nossos genes. Não confundi-la com a indolência é importante, pois esta aponta para a insensibilidade, não é este o nosso mal.

Em seguida, o autor dá contornos finais a essa formulação:

Na tarde da próxima quinta-feira, em São Paulo, às margens ajardinadas do Tamanduateí e à sombra do severo palácio do Museu do Ipiranga, o presidente Emílio Garrastazu Médici, viverá o momento mais significativo dos festejos do sesquicentenário ao lado dos restos mortais do primeiro chefe, dom Pedro I. E o tempo marcará também o perene aniversário da epopéia da tolerância. A nação brasileira aprendeu na política a arte da conciliação e hoje tem a oferecer a cordialidade típica de um povo realmente tolerante – isto é, capaz mesmo de tolerar os intolerantes (Ibidem).

O primeiro período do fragmento acima é simplesmente informativo, quando, onde e quem serão os protagonistas dos festejos. Estamos no ápice do evento, no seu ato mais solene: o reencontro de d. Pedro I com o lugar onde o Brasil foi “libertado” e com o presidente do país sobre o qual se dizia naqueles dias: um dos homens responsáveis pela elevação da nação a um patamar econômico nunca visto. Já o restante da citação leva o leitor para uma das interpretações clássicas da sociedade brasileira: o conceito de homem cordial, formulado por Sérgio Buarque de Holanda¹⁶, no seu livro **Raízes do Brasil** (1936). A cordialidade, diz ele, é “nossa forma ordinária de convívio social, é no fundo, justamente o contrário de polidez” (HOLANDA, 1995, p. 147). Nessa formulação, o guia das ações dos homens que fizeram e fazem a nação brasileira não são as “boas maneiras” ou a civilidade, mas a ambiguidade. Para tentar elucidar essa

¹⁶ Nascido em São Paulo, é tido como um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX. Foi, provavelmente, o primeiro pensador brasileiro a se utilizar das ideias de Max Weber. No ano de 1969, requereu aposentadoria da cátedra que ocupava na USP, como forma de apoiar os colegas que haviam sido afastados de suas funções pela Ditadura.

questão, recorro a uma nota explicativa, na qual Holanda (1995, p. 205), além de dar o crédito da expressão “homem cordial” ao escritor Ribeiro Couto, explica essa ambiguidade:

Cumpra ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim da esfera, do íntimo, do familiar, do privado (grifos no original).

Para Holanda, esse modo de ser é uma forte herança da colonização aventureira efetuada pelos portugueses no Brasil e impede que o país realize a separação entre as esferas públicas e privadas da vida, dificultando o surgimento de uma organização mais racional do Estado, sendo, enfim, prejudicial ao nosso futuro. Ao incluir esta ideia em seu texto, o articulista da revista **Veja** radicaliza o conceito de Holanda, mostrando a tolerância como algo inato, ao mesmo tempo em que se vale de uma apropriação do conceito de homem cordial para extrapolar os limites dos festejos do Sesquicentenário e formular uma interpretação do Brasil de então. A introdução do artigo é uma mensagem aos leitores e pode ser resumida na seguinte formulação: estamos longe da mudança. Isso ocorre porque, na epopeia brasileira, o que faz a sociedade se movimentar não são as lutas e as vitórias, o que nos diferencia, no final das contas, é a nossa capacidade de tolerar as situações mais terríveis.

Também chama atenção que, em um dos momentos considerados mais intolerantes da história brasileira, a revista queira rotular a identidade brasileira de tolerante. É possível entender a enorme distância que existia entre o discurso e a prática¹⁷.

Entre propagandas de cigarros e de aparelhos de som, surge o evento que, em virtude do Sesquicentenário, deveria receber um grande destaque nessa proposta de síntese histórica. Refiro-me à proclamação da Independência. Durante todo o artigo, os

¹⁷ A face intolerante do regime militar, especialmente do período Médici, é muito bem resumida por José Murilo de Carvalho (2008, p. 162): “Sob o general Médici, as medidas repressivas atingiram seu ponto culminante. Nova lei de segurança nacional foi introduzida, incluindo a pena de morte por fuzilamento. A pena de morte tinha sido abolida após a proclamação da República, e mesmo no Império já não era aplicada. No início de 1970, foi introduzida a censura previa em jornais, livros e outros meios de comunicação. Isto significava que qualquer publicação ou programa de rádio e televisão tinha que ser submetido aos censores do governo antes de ser levado ao público. Jornais, rádios e televisões foram obrigados a conviver com a presença do censor. Com frequência, o governo mandava instruções sobre os assuntos que não podiam ser comentados e nomes de pessoas que não podiam ser mencionados”.

acontecimentos são narrados na forma de sucessão, como se cada um deles estivesse ligado ao seguinte de uma maneira necessária, quase obrigatória. Ao agir dessa forma, retira-se a possibilidade de compreender as diversas forças que estavam em jogo em cada um dos momentos históricos narrados, inclusive os fenômenos sociais que levaram o Brasil a se tornar independente.

Não existe muito alarde com a Independência, o tom é muito parecido com o restante do artigo. O primeiro ponto que chama atenção no encadeamento dos fatos que culminam com a Independência do Brasil é uma de aproximação entre d. Pedro I e Tiradentes. Para tanto, é citado um trecho do **Manifesto aos Governos e Nações Amigas** (documento redigido por José Bonifácio, porém assinado pelo Príncipe Regente, como está dito na revista), datado de 6 de agosto de 1822, para criar um laço entre os dois heróis da nação:

Se cavavam o seio de seus montes para deles extraírem o ouro, leis absurdas e o quinto vieram logo esmorecê-los em seus trabalhos ao mesmo tempo que o Estado português, com sôfrega ambição, devorava os tesouros que a benigna natureza lhes ofertava. Queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam (*E ficou a pátria livre*, 6 set. 1972, p. 20).

Ao retomar a narrativa, relata que o trecho acima era algo "... que Tiradentes não conseguira dizer sequer em depoimento" (Ibidem, p. 32), faz questão de explicitar a conexão entre figuras históricas bastante díspares em vida, mas que a partir da invenção do sentimento de nacionalismo pelo Estado nacional, especialmente no final do século XIX e no início do século XX, foram aproximadas¹⁸.

É pertinente ressaltar que o embate sobre a memória da Inconfidência Mineira, sintetizada no seu herói Tiradentes, aparece ainda no século XIX como nos mostra Noé Freire Sandes (2000, p. 36) ao citar as palavras de Machado de Assis, numa crônica datada de 25 de abril de 1865. Esse texto já traz uma aproximação entre o primeiro imperador brasileiro e o mártir da Inconfidência:

Ora, o crime de Tiradentes foi simplesmente o crime de Pedro I e José Bonifácio. Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; queria que o século XVIII, data de tantas liberdades, não caísse nos abysmos do nada, sem deixar de pé a liberdade brasileira.

¹⁸ O importante estudo de José Murilo de Carvalho, **A formação das almas** (1990), aborda, entre outros temas, a maneira como a nascente República brasileira se apropriou da figura de Tiradentes. Para mais detalhes ver o capítulo intitulado: Tiradentes um herói para a República (p. 55-75).

Seguindo esse sentido, a síntese histórica da revista mantém a ligação – nada fácil de ser forjada, diga-se de passagem – entre aqueles que foram convertidos nos dois principais heróis nacionais. A ligação entre esses homens foi feita para garantir a continuidade e também a antiguidade ou a profundidade das raízes da nação, se quisermos usar a metáfora arbórea para compreender o fenômeno nacional¹⁹. Esta formulação foi mantida durante as comemorações do Sesquicentenário.

Essa aproximação fica ainda mais forçada se atentarmos para os primeiros anos do Brasil independente, quando se travava uma disputa sobre quais caminhos o novo país deveria seguir. Chamo atenção para o “ramo interrompido”²⁰ do liberalismo brasileiro, representado por Frei Caneca. Este, por exemplo, se recusa a discutir o projeto da Constituição elaborada pelo Conselho de Estado após o fechamento da Assembleia Constituinte, chegando a afirmar que o projeto não era liberal e, sim, contrário à liberdade (cf. FERRAZ, 1996, p. 86).

O Sete de Setembro chega marcado por uma capitulação, que é a maneira utilizada pelo autor para mudar de temática, ou melhor, para mudar de data histórica. O relato não traz muito impacto, o leitor não é tomado de assalto pela imagem de d. Pedro “libertando” o país do jugo português, como acontece, por exemplo, no quadro O grito do Ipiranga (1888), de Pedro Américo. A ocasião da Independência é introduzida a partir da cena em que José Bonifácio recebe o comunicado das medidas recolonizadoras das cortes em Lisboa e, logo em seguida, pede para um cavaleiro alcançar o Príncipe Regente que estava em São Paulo. É a partir desse encontro entre o anônimo mensageiro e d. Pedro que a Independência é laconicamente narrada: “Depois do encontro e do grito do Ipiranga, o Brasil entrou numa festa liberal. Uma das muitas que haveria de ter nos seus 150 anos de Independência” (*E ficou a pátria livre*, 6 set. 1972, p. 32). Não é a versão gloriosa do Grito, o texto foge dessa maneira de narrar o episódio²¹.

¹⁹ Aqui tomo de empréstimo a formulação feita por Agnes Heller e Ferenc Fehér (2002, p. 222-223) que, ao tratarem das nações europeias, usam essa metáfora de uma maneira que creio ser útil, nas suas palavras: “Não se buscam as raízes da ‘árvore da Europa’, pois essas raízes jamais existiram, e os europeus modernos só agora vieram compreender que sua ‘cultura européia’ projetada no passado remoto é um mito do século dezoito. A Europa como museu não é o museu da Europa”.

²⁰ O termo “ramo interrompido” foi cunhado por Socorro Ferraz, no seu livro *Liberais e Liberais* (1996). Essa obra discute, entre outros temas, o liberalismo caneciano (cf. p. 80-98).

²¹ A maneira gloriosa de narrar a Independência é resumida por Iara Lis Souza (2000, p. 7): “O tema da Independência molda o mito de origem do Brasil. Evoca heróis nacionais ao reverenciar a habilidade política de José Bonifácio e exaltar o caráter varonil de D. Pedro. Rememora incessantemente o fato histórico que causa, inaugura e irradia a nacionalidade: o Grito do Ipiranga”.

Desse modo, o artigo não heroificou o Sete de Setembro, mas manteve a ideia de que naquele instante nascia o Brasil. Talvez por crer que o Brasil já existia anteriormente ao Grito, esse marco não ecoou da forma mais recorrente. Por outro lado, ao abafar a cena às margens do Ipiranga, não significa dizer que exista uma percepção que fuja da ideia de que o Brasil tenha se tornado uma nação de maneira instantânea, quase como em um passe de mágica. O artigo não traz a percepção dos inúmeros conflitos que ocorreram na década de 1820, nem mesmo o fechamento da Assembleia Constituinte e posterior outorga da constituição (1824) são dignos de atenção²². Sua ideia era outra, foi construir uma versão apaziguadora da história. Sem os conflitos, a nação não é representada por vozes diversas, mas pelo Estado e por suas ações.

O século XIX pode ser sintetizado pela abordagem política, especialmente pelas mudanças no poder. São elencadas algumas datas, cito as que aparecem com mais destaque: a abdicação de Pedro I (1831) e o início do Período Regencial (também em 1831); o cenário em que Diogo Antonio Feijó se tornou regente (1835-1837); A proclamação da República (1889). Ainda sobra um pequeno espaço para tratar da assinatura da Lei Áurea (1888).

A figura tida como heroica que tem maior destaque na síntese histórica dos oitocentos é, não por acaso, o patrono do exército brasileiro: Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1803-1880). Ele tem seu espaço no artigo garantido por uma capitulação e é nomeado como “o grande articulador da unidade nacional” (*E ficou a pátria livre*, 6 set. 1972, p. 35). Seu papel e o da instituição da qual faz parte são tidos como fundamentais:

Se a unidade territorial tivesse dependido do jovem dom Pedro, por imaturidade, teria se esborado. Dependendo dos políticos essencialmente ligados a compromissos paroquiais, teria se dividido em paróquias. Dependeu do exército que, na época, constituía-se no único elemento de integração, ainda que em forma embrionária (Ibidem).

²² Com o intuito de mostrar um pouco desses conflitos, uso as palavras de Socorro Ferraz (1996, p. 26) que, ao justificar o seu recorte temporal, mostra as décadas de confrontos na província de Pernambuco: “Impõe-se, ainda, uma explicação sobre o período escolhido: o ano de 1821 é um dado evidente da descolonização, porque é através de um movimento insurgente, neste ano, que é expulso o governador português e eleita uma junta de brasileiros para dirigir administrativa e politicamente a província. A partir daí, as revoltas, motins, as insurreições serão frequentes até 1848, configurando-se em manifestações de um processo antigo. Este processo entra em declínio e a derrota dos praieiros em 1848 é também o fracasso dos interesses regionais em se opor à hegemonia econômica, política e ideológica que o Sudeste escravista, impôs, particularmente no Nordeste”.

O texto analisado deve ser pensado a partir do seu tempo, essa é uma tarefa que faz parte do cotidiano do historiador. A citação louva o papel do exército na manutenção do Estado nacional eremete, de maneira quase direta, sem muito disfarce, aos dias da ditadura militar brasileira. Não pretendo negar o papel dos militares na formação do Brasil como nação, mas, sim, ressaltar a necessidade existente, naquele momento histórico, de formar um panteão de “heróis nacionais”. Ao se recontar as façanhas de um determinado “herói”, ele passa a servir aos interesses específicos daquela ocasião histórica. Isto posto, é possível compreender a importância do duque de Caxias para aquele contexto histórico.

Depois de cerca de vinte páginas, adentramos nos relatos que se referem ao século XX. Este surge entremeadado por propagandas e imagens que retratam a história do país. Os primeiros anos da República brasileira são retratados de maneira apressada. Os recortes temporais são estabelecidos a partir dos governantes e de um ou outro feito seu. O método é praticamente o mesmo durante toda a narrativa, quando muito o chefe político é substituído por outro “grande nome”, como o Barão do Rio Branco²³ ou Rui Barbosa²⁴. Em um ritmo acelerado, os primeiros quarenta anos da República são resumidos em pouco mais de uma página.

Outra característica dessa síntese histórica é ser recheada de documentos que tentam legar ao artigo um tom maior de veracidade. Um bom exemplo do que acaba de ser dito, é o episódio do suicídio de Getúlio Vargas (1882-1954), em 26 de agosto, quando expõe uma imagem do rascunho da Carta-Testamento. Isso foi feito para refutar a versão de que ele teria sido apenas assinado e não redigido o seu último ato político.

O período Vargas mereceu destaque ao longo do texto, pelas suas realizações – não se nega os avanços no campo da indústria –, mas se faz questão de ressaltar os problemas gestados durante aqueles anos. Definitivamente, o legado do período não foi tão bom, segundo a revista: “a ele o Brasil deve a industrialização do aço e do tráfico de influência” (Ibidem, p. 40). Para concluir, é dito que seu último ato no poder, o suicídio, não teve o resultado esperado, não o levou para a tão desejada eternidade:

²³ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912) assumiu o Ministério das Relações exteriores, 1902, ficando no cargo até 1912. Foi responsável pela demarcação de quase todas as fronteiras entre o Brasil e os seus vizinhos. O ponto alto desse processo se deu durante as negociações e posterior compra do território do Acre da Bolívia (1903).

²⁴ Nascido na Bahia (1849) foi um dos intelectuais mais importantes do final do século XIX e início do século XX. É retratado como advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Morreu no ano de 1923.

Enganou-se, porém. Desde o fechamento do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, é cada vez menos lembrado. Há duas semanas, no aniversário de sua morte, mal se falou dele. No entanto, sua morte foi sobretudo um prestígio. Quando menos, porque, se o mago da conciliação se mata, as dificuldades políticas estão atingindo pontos insuperáveis (Ibidem).

Ao ler esse excerto, fica a impressão de que não se vivenciava um regime ditatorial, em 1972. Existe uma pretensão de legitimidade democrática²⁵, dando a entender que os acontecimentos comemorados e os eventos que deveriam ser esquecidos se dessem de uma maneira espontânea e não passassem por nenhuma espécie de crivo social. Se esta é uma formulação falsa para um regime democrático, é mais ainda para uma ditadura como a vivida pelo Brasil. A memória sobre o período Vargas ainda não foi pacificada, não deve existir descuido quanto à escolha dos heróis que deviam habitar o panteão cívico naquela atualidade. Não deve ser esquecido que João Goulart (1919-1976), o presidente deposto, era visto pelos militares, e pelo próprio texto aqui analisado, como um protegido do “pai dos pobres” (cf. Ibidem). Vale lembrar que essa ligação existia, já que Jango, que à época era o presidente do PTB, foi Ministro do Trabalho de Vargas (1953-1954).

O texto da revista também narrou os feitos dos seus contemporâneos. Com isso, reconta não só os sucessos antigos da nação como também reforça alguns acontecimentos recentes, que estavam intimamente ligados àquela conjuntura.

A trama se torna mais complicada no início dos anos 1960, especialmente no episódio que marca a renúncia de Jânio Quadros (1917-1992) e a posse de Goulart (1961). O autor se limita a afirmar que “por muito tempo restará a dúvida quanto à tentativa de intervenção militar ocorrida em 1961” (Ibidem). O que salta aos olhos nesse

²⁵ Segundo Maria José Rezende (2001, p. 72-73), essa torpe ideia de democracia era um dos pontos centrais do discurso elaborado pelo regime militar, nele se abolia o espaço da política, entendido como o fundamento da democracia. Mais adiante, no mesmo livro, a autora reforça que a forma de governo, nomeada naquele momento de democracia, em nada se parece com essa forma de governo, nas suas palavras: “Assinale-se, novamente, que o regime militar autodenominava a sua estratégia política de democracia mesmo não existindo qualquer relação entre ela e os elementos que, no decorrer dos tempos, se constituíram em traços centrais das pressuposições em torno da democracia. A busca de legitimidade pela ditadura exigia essa constante recorrência a uma supositícia ideia de democracia que passava ao largo das garantias constitucionais (direitos políticos e sociais), da existência de uma estrutura partidária e representação que expressasse as diferentes forças sociais, da publicização das decisões tomadas no âmbito do Estado, do controle dos cidadãos sobre as mesmas e da valorização das instituições políticas fundamentais” (2001, p. 83-84).

episódio não é, por exemplo, a criação da Campanha da Legalidade²⁶ para garantir a posse de Jango, este evento nem mesmo é citado pelo articulista. Fica nítido que sua preocupação era contar os acontecimentos que contribuíam para a identidade nacional pensada pelo regime. O destaque é dado à censura feita ao jornal **Diário de notícias** (RJ), no dia 30 de agosto de 1961, que teve sua primeira página mutilada pelos censores do governo. A revista, caprichosamente, reproduz essas páginas. Observo aqui o propósito de criar um contraste entre o clamor pela legalidade e um ato que fere a liberdade de imprensa. Mostra-se que os anos que antecederam o golpe não foram tão democráticos como alguns incautos pudessem crer.

O ápice da ideia de história defendida pela revista é destacado nos últimos parágrafos da narrativa. É neste instante que se justifica o golpe militar de 1964 ou, para usar o termo preferido pelo governo, a revolução:

Em 1964, diante do colapso administrativo, da corrupção e de sérios perigos políticos, as Forças Armadas, cuja hierarquia e disciplinas estavam anuladas, fizeram a mais profunda intervenção da história republicana. Em oito anos, o sistema econômico vacilante foi substituído por um complexo e organizado conjunto legislativo. Os desmandos populistas tiveram seus vãos violentos cortados. Ainda assim, porém, o centro nervoso da questão política, sendo corrigido, tornou-se original. Alterou-se o direito constitucional. Mudaram-se as prerrogativas do Legislativo e os métodos de trabalho do Executivo (Ibidem).

O golpe é travestido em “intervenção” e o populismo – que mais tarde será compreendido como trabalhismo²⁷ – torna-se um projeto irracional. O fechamento do Congresso, as cassações de políticos, os intelectuais aposentados, sem contar os fenômenos abomináveis que aconteciam nos porões do regime, foram convertidos em

²⁶ Movimento civil-militar que, logo após a renúncia de Jânio Quadros (25/ago./1961), visava garantir a posse do vice-presidente João Goulart e evitar um Golpe de Estado. Liderado por Leonel Brizola (1922-2004), então governador do Rio Grande do Sul, o episódio tem contornos dramáticos. Leiamos algumas palavras de Brizola, pronunciadas na Cadeia Radiofônica da Legalidade: “Nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio [Piratini]! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada (...). O certo porém é que não será silenciada sem balas” (Citado por FERREIRA, 2008, p. 329).

²⁷ O trabalhismo pode ser definido da seguinte forma: “Constituiu-se no quadro do processo de urbanização e de industrialização, e se caracteriza por um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Rede de proteção para os trabalhadores: instituto de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego” (REIS, 2001, p. 345).

“alterações de rumo” ou, para parafrasear a revista, um novo plano de voo foi traçado, levando o país a um futuro melhor.

O artigo termina com uma alusão à importância do conhecimento histórico para o entendimento do Brasil. Trata-se de uma crítica à organização política brasileira que, ao longo dos seus 150 anos, não conseguiu redimir seus erros históricos, não é capaz de “fugir” do passado:

Paradoxalmente, 150 anos depois do Grito do Ipiranga, as organizações políticas brasileiras ainda estão em busca de um conjunto de normas. Se José Bonifácio rerepresentasse sua tese do “arcontado vitalício”, seria certamente ouvido. E talvez, nessa procura por dias melhores, o Brasil, através dos tempos, tenha cometido o erro de debitar ao passado os erros do presente, cujas omissões sempre foram creditadas ao futuro. Vícios desse tipo podem ter afastado a curiosidade de muitos pela história do país. E nela certamente há muito a aprender. O próprio presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1969, pouco depois de ter assumido o governo, anunciou: “Não se governa sem história” (Ibidem).

De acordo com o que está escrito acima, é possível entender que o Brasil padece do mal de acreditar que todos os seus problemas advêm do passado – por isso, a sugestão de Bonifácio ainda seduziria muitos –, este exagero impossibilita os avanços da nação. O futuro, não se precisa quando e nem como, torna-se o responsável pela redenção dos erros cometidos. Apesar de todos os problemas, o autor não pretende descartar a história na construção de uma nação forte e próspera. O seu conselho é que se faz necessário um redimensionamento do seu papel, aguçando a “curiosidade” da população, promovendo uma reaproximação entre o povo e os domínios de Clio. Para terminar, usam-se as palavras do presidente para construir uma sentença final que atenta para a relação entre história e poder.

Para buscar alcançar algum grau de compreensão desse desfecho, valho-me de uma proposta de Reinhart Koselleck (cf. 2006, p. 310), que pode ser resumida da seguinte maneira: o futuro não é o resultado puro e simples do passado, mas existem relações entre um e outro. Essa argumentação mostra uma instigante trilha para a análise da concepção de história defendida pela revista e explicitada nessa última citação. Ao que me parece, para o articulista, no caso brasileiro, o “espaço de experiência”²⁸ foi

²⁸ Koselleck (2006, p. 309) define experiência da seguinte maneira: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundam tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento”.

maximizado e para corrigir esse erro propõe-se uma regeneração, uma reorientação desse espaço, mudando o “horizonte de expectativas”²⁹ da população brasileira. Assim, na avaliação histórica do país, atenua-se o vínculo entre o passado e o presente³⁰, tenta-se diminuir o peso do que aconteceu e, conseqüentemente, a culpa de quem administra. O presente sempre nos foge e as elites brasileiras utilizaram a efemeridade do tempo presente para se afastar dos problemas criados, na maioria dos casos, por elas mesmas.

Seguindo a proposta de Koselleck (2006, p. 313-314), “não se pode conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa”, pois “eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual”. Ao colocar que os problemas daquele tempo (vésperas do Sesquicentenário) estavam ligados ao passado, não se deixa de pensar no futuro, o lugar das omissões. De certa forma, cria-se um prognóstico vazio para os dias que virão, fecham-se as possibilidades de mudança e tenta-se evitar que exista uma alteração de rumo. O futuro, como quis nos fazer crer a revista **Veja**, não pode ser resumido a um tempo oco.

2.3 O personagem principal: Pedro I

Ao longo das páginas da revista **Veja**, as referências ao primeiro imperador do Brasil são inúmeras. O objetivo desse tópico é destacar essa centralidade, a partir da seção de Literatura da revista, que é dedicada ao relançamento da biografia **A vida de d. Pedro I**, de Otávio Tarquínio de Sousa³¹, dividida em três volumes e lançada, originalmente, em 1952. Essa biografia transmite a imagem do imperador como o principal herói da nação brasileira, ajudando a solidificar uma invenção identitária favorável ao regime.

²⁹ A definição de expectativa também é tomada de Koselleck (2006, p. 310): “... também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”.

³⁰ A definição de Marc Bloch (2001, p. 60) sobre o que é o presente representa bem a ideia da revista: “No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória”. Mais adiante em uma definição menos precisa, Bloch (*Ibidem*) arremata: “Na linguagem corrente, ‘presente’ quer dizer passado recente”.

³¹ Otávio Tarquínio de Sousa era bacharel em direito, foi presidente do TCU (Tribunal de Contas da União) entre os anos de 1934-36. Foi responsável pelos volumes da **História dos Fundadores do Império do Brasil** (lançados na década de 1950) e dentre estes consta a biografia de d. Pedro I relançada durante os festejos do Sesquicentenário. Otávio Tarquínio nasceu em 7 de setembro de 1889, no Rio de Janeiro, e faleceu em 22 de dezembro de 1959 em um acidente aéreo que também vitimou a sua esposa Lucia Miguel Pereira.

Ressalto que um trabalho biográfico não deve ser visto como um trabalho de menor importância para os historiadores. Pelo contrário, é uma tarefa extremamente árdua que deve envolver um grande grau de complexidade ao ser capaz de relacionar o biografado com toda a conjuntura que lhe afeta e que também é afetada por ele. Nesse sentido, busco ressaltar como esta breve resenha construiu uma imagem do primeiro imperador do Brasil a partir das informações retiradas do livro de Otávio Tarquínio.

A resenha, que recebe o título de **Vírus da liberdade**, foi escrita por Leo Gilson Ribeiro³², sendo esse um dos poucos artigos da revista que contém assinatura do seu autor. Uma das primeiras assertivas de Ribeiro (6 set. 1972, p. 91) visa conceituar o fazer história:

A História é um jardim que encontra poucos cultivadores no Brasil: requer a podagem da reflexão objetiva, a irrigação cuidadosa da pesquisa ampla e exige mais conclusões arrancadas do terreno árduo da dedução do que à fertilidade tropical da intuição e da inspiração.

A ideia da História como um jardim ilustra bem a concepção adotada por Otávio Tarquínio, nela transparece o papel do historiador como um cultor: aquele que cuida e, por conseguinte, preserva o passado. Dessa forma, se for bem tratada, essa planta pode gerar bons frutos, como parece ser o caso dessa biografia de d. Pedro I, nomeada por Isabel Lustosa (2006, p. 298) como “sem dúvida a mais completa.” Nessa edição especial do Sesquicentenário, ela ainda se torna mais frutífera por serem acrescentadas 610 ilustrações. Essa concepção, é importante ressaltar, não me parece ser a que melhor se adequa ao momento atual do debate historiográfico. A ideia do historiador como cultor remete a uma passividade perante o objeto de estudo. É mais proveitoso designar a quem escreve sobre as ações humanas no tempo o papel de construtor do seu objeto, a partir de vestígios múltiplos que, por motivos diversos, o tempo tratou de preservar.

Existem algumas diferenças físicas dessa nova edição em relação à primeira, que não são abordadas por Ribeiro, porém são dignas de análise. A mais nítida é esse grande

³² Falecido no início de 2007, aos 77 anos, o tradutor, ensaísta e dramaturgo foi descrito pelo jornal **O Estado de São Paulo** no seu necrológico: “Nascido em Varginha (MG), Gilson Ribeiro era doutor em Literatura pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Foi professor de Literatura Brasileira na Universidade de Hamburgo e o primeiro brasileiro a colaborar com a revista americana *The Kenyon Review*, escrevendo ainda para a *Christ und Welt* (Alemanha) e a *Lever* (Inglaterra) (...) Durante sua longa carreira, Gilson Ribeiro recebeu vários prêmios, entre eles o *Esso de Jornalismo*, em 1969, pela matéria *A Noite dos Balões*, que contava a história trágica de um casal de idosos assassinados por menores infratores. Em 1976, foi reconhecido com o Prêmio de Melhor Crítico Jornalístico/Literário do Brasil pela Editora Nórdica, e em 1988, recebeu o Prêmio de Melhor Ensaio, da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) pelo livro **O Continente Submerso**.”

número de ilustrações inseridas na edição comemorativa. Só para se ter uma ideia: enquanto no volume I, da edição original, constam oito gravuras, todas elas ligadas à realeza; o mesmo volume, da edição de 1972, traz cerca de oitenta ilustrações. O terceiro volume, da edição comemorativa, além das imagens ligadas aos fatos e às pessoas que marcaram a vida de d. Pedro I, ainda reproduz fotograficamente cenas do traslado dos seus restos mortais de Portugal (dia 10 de abril) – com uma cena que mostra o seu esquife sendo levado para o navio responsável pela viagem de retorno ao Brasil –, até a chegada ao Monumento do Ipiranga (São Paulo, dia 06 de setembro) – a fotografia apresenta militares perfilados, com o monumento ao fundo.

Outro detalhe que chama atenção é o preço alto dos volumes da biografia. O preço anunciado na resenha é de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros), numa época em que o salário mínimo era de Cr\$268,80 (duzentos e sessenta e oito cruzeiros e oitenta centavos). Quem ganhava essa quantia por mês precisaria desembolsar, para comprar os três volumes, o equivalente a 33,5% do seu salário. A partir desses dados é possível perceber que esse alto custo pode ser compreendido como um elitismo dessa faceta dos festejos. Entretanto, é preciso ressaltar que o acesso aos volumes poderia, provavelmente, acontecer por meio das instituições de ensino e suas bibliotecas, como também nas próprias bibliotecas públicas dos estados e municípios. Mesmo tendo em mente que as bibliotecas públicas eram e continuam sendo extremamente raras no Brasil, essa possibilidade não deve ser descartada.

Na resenha de Ribeiro (6 set. 1972, p. 91) é possível perceber que ele nutre uma admiração pela biografia que analisa, em determinadas assertivas, isso fica nítido. Um bom exemplo é o trecho a seguir: “... a profundidade das reflexões e a vibrante atitude democrática, que caracterizam o autor, contagiam o texto, tornando-o vivo, apaixonante como uma obra de ficção escrita por um mestre.” Esse tom é mantido durante toda a resenha, condizendo com o clima das comemorações em que a biografia se insere³³.

O elogio feito na citação acima destoa das intenções de Otávio Tarquínio de chegar ao d. Pedro I real e afastar-se da biografia romanceada. O biógrafo faz questão de afirmar em dois prefácios diferentes (na primeira edição de 1952 e na segunda de

³³ Nem todas as resenhas escritas por Ribeiro para a revista tinham esse tom. Na edição anterior da **Veja** (30 ago. 1972, p. 83) ao resenhar o livro **Cinema de Ubá** (Antônio Olinto), ele não poupa críticas ao que considera ser um **Bolo de letras** (título da resenha). Começa dizendo que “ao contrário de um bolo o romance não é o produto de ingredientes misturados em uma batadeira” e arremata afirmando que a leitura pode causar problemas estomacais: “O crítico involuntariamente procura com as mãos aflitas um sal de frutas para essa indigestão de literatice. Mas já pela metade do livro parece inútil prosseguir na escalada heroica: seu dever para com o autor já foi estoicamente cumprido”.

1953) que não é essa a sua intenção. Inicia a primeira edição afirmando: “Mais uma vez o autor procurou evitar a biografia romanceada, tão do agrado de numerosos leitores, a despeito de sua completa falsidade” (SOUSA, 1972, xxxvi). Na segunda, em uma breve nota introdutória, cuja principal finalidade é comentar o seu espanto pelo rápido esgotamento da edição anterior, afirma: “Mas nem assim se justifica menos a minha surpresa, já que evitara deliberadamente a biografia romanceada e fizera com maior escrúpulo livro de pesquisa e reconstituição...” (SOUSA, 1972, p. xxxviii). Deve ser ressaltado que, por mais que o autor não quisesse, é como obra ficcional que Ribeiro analisou **A vida de d. Pedro I**.

Na parte final da resenha, Ribeiro busca traçar um paralelo entre biógrafo e biografado. Mesmo reconhecendo a dificuldade de unir personalidades tão distintas, como atestam suas adjetivações: d. Pedro I é “ímpetuoso, arrebatado, boêmio, sentimental” e Tarquínio é o “introvertido historiador que meditava longamente antes de escrever e que mantinha um círculo reduzido de amigos, todos do seu nível intelectual” (RIBEIRO, 6 set. 1972, p. 92). Esse artifício é usado para construir uma transição entre a análise que fez da obra e os comentários tecidos sobre o autor. Com isso, dedica os últimos parágrafos para exaltar as características de Otávio Tarquínio, deixando um pouco de lado os postulados do seu livro.

No último parágrafo, d. Pedro I retorna com a força de um grande herói:

Seus gestos audaciosos – da guerra ao irmão dom Miguel, usurpador do trono da sua filha dona Maria da Glória, à separação dos laços que oprimiam o Brasil em vez de uni-lo a Portugal – não são teatrais, retóricos, mas produto de uma lealdade intrínseca e extremamente ciosa de sua altivez. Ele é bem o sucessor daquele antepassado que colocara uma rainha já morta, a infortunada Inês de Castro. Liberal, generoso, estouvado, corajoso, sensual, inculto mas não ignorante e atiladíssimo e impulsivo, ele surge das páginas desses três admiráveis volumes como prenúncio do país que ele libertara e despreveria com lirismo e apego como um “adolescente que diariamente adquire forças e não se pode reter debaixo da dependência do velho hemisfério”³⁴(Ibidem).

As inúmeras adjetivações tomam conta do desfecho da análise, são elas que guiam o leitor para um primeiro contato sobre quem foi d. Pedro I. Se existem algumas que não necessariamente são um elogio (como estouvado e inculto), elas são

³⁴ O trecho entre aspas da citação foi retirado da parte final do volume I da biografia assinada por Otávio Tarquínio. É um trecho de uma carta escrita por d. Pedro I ao seu pai d. João VI e datada de 21 de maio de 1822 (cf. SOUSA, 1972, p. 329).

amenizadas ao citar características que não cabem ao imperador (são estas: ignorante e impulsivo). Ao usar o trecho da carta escrita por d. Pedro I, citada pelo seu biógrafo, Ribeiro se vale do artifício de juntar a nascente nação brasileira à imagem do seu primeiro imperador, tornando-os indissociáveis. Apresenta também o relançamento desse livro como um ponto de destaque dos festejos.

Os dias de festa e de entusiasmo nacionalista combinam bem com o livro escrito por Otávio Tarquínio, sendo, assim, possível entender o seu relançamento pela editora da Biblioteca do Exército. Para completar o vínculo com os festejos, o livro é ornado, no canto superior da capa, com o símbolo das comemorações do Sesquicentenário.

O resenhista e o livro resenhado se entrelaçam, criando uma simbiose que alcança o falecido autor. No final das contas, pode ser dito que na bifurcação maniqueísta³⁵ que assola boa parte das biografias o caminho escolhido foi o da louvação. Nessa formulação, chamo atenção para o fato de Ribeiro e Sousa serem assombrados pelos velhos “íolos da tribo dos historiadores”³⁶, especialmente o “ídolo individual”. Estes aparecem para tentar tornar tudo mais simples e são usados, muitas vezes, com o interesse de salvaguardar os personagens, como d. Pedro I, que acabam servindo de síntese para a versão construída pelo Estado nacional como a verdade sobre a nação brasileira.

Marcel Detienne (cf. 2013, p. 36), a partir de uma apropriação das ideias de Jules Michelet, chama esse tipo de história de “ressurrecionista”. De acordo com essa maneira de pensar, o historiador tem uma dívida com os mortos e é necessário que ele cuide daqueles que não estão mais por aqui, criando uma cidade comum entre os mortos e os vivos. Michelet (*apud* CABANEL, 2011, p. 20) diz que:

³⁵ Isabel Lustosa (2006, p. 12) comenta com precisão essa forma maniqueísta de pensar uma biografia: “É quase um impulso natural tentar saber se alguém é mocinho ou bandido, se é bom ou ruim. Tentar dividir o mundo dessa maneira é fácil e nos garante um roteiro claro para sabermos se estamos indo na direção certa, na direção do bem. A natureza humana é maniqueísta e classificatória. Quando se trata então de personagens extraordinários, heróis ou santos, esse sistema é ainda mais exigente. Se fulano foi um herói, como é que batia na mulher? Se sicrano foi santo, como poderia ter sido um rei, um governante, alguém que tinha de tomar decisões ou fazer escolhas que necessariamente contrariavam ou prejudicavam alguém?”

³⁶ Essa formulação é de autoria de François Simiand (1903) e foi resumida por Peter Burke (1997, p. 21) da seguinte forma: “Segundo ele, havia três íolos que deveriam ser derrubados: ‘o íolo político’, ‘a eterna preocupação com a história política, os fatos políticos, as guerras, etc., que conferem a esses eventos uma exagerada importância’; o ‘ídolo individual’, isto é, a ênfase excessiva nos chamados grandes homens, de forma que mesmo estudos sobre instituições eram apresentados como ‘Pontchartrain e o Parlamento de Paris’, ou coisas desse gênero; e, finalmente, o ‘ídolo cronológico’, ou seja, ‘o hábito de perder-se nos estudos das origens.’”

... é preciso fazer ouvir as palavras que nunca foram ditas, que ficaram no fundo dos corações (vasculhem os seus, elas ali estão). É preciso fazer falar os silêncios da História, essas terríveis pausas, em que ela não diz mais nada e que são justamente seus acentos mais trágicos. Somente então os mortos se resignam no sepulcro.

Essas ideias mostram que existem mortos, como d. Pedro I, que não descansam nunca, que são condenados a vagar através do tempo e do espaço dizendo, quase sempre, as mesmas coisas, divulgando uma determinada ideia de nação. É um morto-vivo, impedido de ter o seu merecido repouso, sendo violentamente chamado a participar, em um tempo que não é mais o seu, das mais diversas obras e cerimônias que visam, a partir dos seus restos materiais ou não, alicerçar uma determinada identidade nacional.

2.4 Propagando o Sesquicentenário

Na edição comemorativa do Sesquicentenário da Revista **Veja**, vários aspectos chamam a atenção do leitor, a começar pela capa. Esta é inteiramente dedicada ao Sete de Setembro, trazendo o numeral sete em destaque, nas cores verde, amarelo e azul, e no canto direito traz a frase “como se fez a nação”. Não é difícil perceber que o destaque da festividade cívica vem expresso desde o primeiro olhar lançado sobre a revista.



Figura 1: Capa da Revista **Veja**, nº 209, 6 set 1972, p. 1.

Antes de chegarmos às propagandas, em uma das várias seções da publicação, existe uma charge, logo no começo, que chama bastante atenção, escrita e desenhada por Millôr Fernandes³⁷, que leva o nome de: “Millôr – enfim, um escritor sem estilo!” (p. 10-11). Reproduzida a seguir.

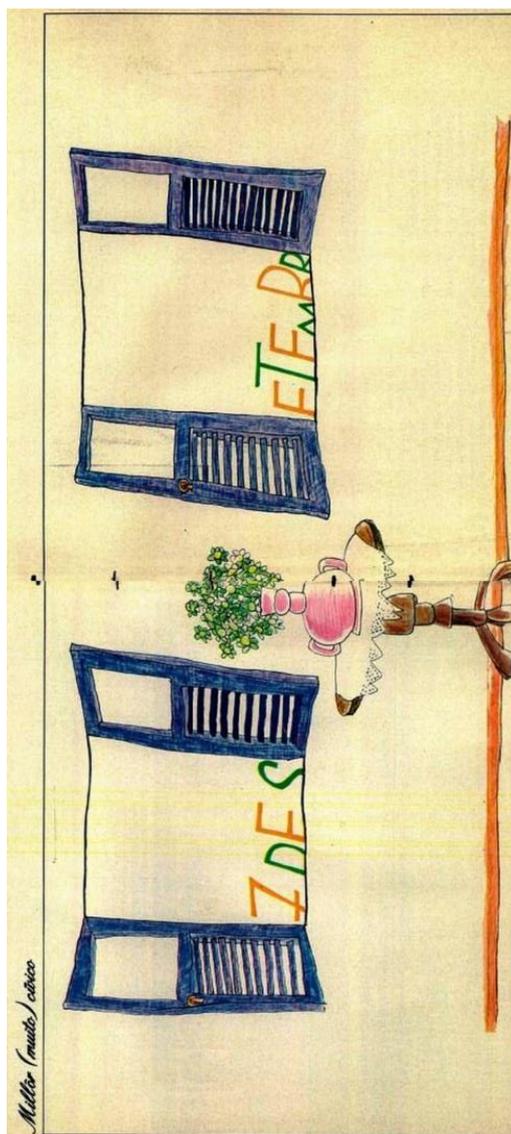


Figura 2: Revista *Veja*, nº 209, 6 set 1972, p. 10-11.

³⁷ Millôr Fernandes (1924-2012), escreveu na revista *Veja* entre 1968 e 1982. No seu primeiro artigo na revista (edição número 13, dezembro de 1968) escreveu uma **Autobiografia de mim mesmo** (À maneira de mim próprio), nela destaco os trechos a seguir como pistas interessantes de como Millôr se apresenta para o público desse periódico: “Não me acho possuidor de um poder divino, mas de vez em quando solto meus trovões, e algum raio que os parta. Quanto a certos chefes de Estado, acho que devemos lhes dar todo o nosso apoio para ex-presidentes. E como recompensa exijo pouco – apenas, se a coisa endurecer, ser fuzilado por último. Pois em matéria de Democracia a que eu aprecio mesmo é a do Papá Doc, que, esse sim, não faz discriminação a favor de ninguém. Fuzila amigos, inimigos e parentes na mesma proporção e com a mais serena equidade (...) Em suma: um humorista nato. Muita gente, eu sei, preferiria que eu fosse um humorista morto, mas isso virá a seu tempo. Eles não perdem por esperar” (FERNANDES, 04 dez 1968, p. 42-43).

Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997, p. 406), analisando o uso das imagens como documento histórico, afirmam que elas não devem ser aprisionadas no tempo, mas compreendidas como uma mensagem construída através do tempo. Dessa forma, a fonte assume o caráter de uma imagem/documento e uma imagem/monumento – a referência às reflexões feitas por Jaques Le Goff é clara – se tornando uma ferramenta de análise bastante útil. É possível, ainda, retroceder um pouco e encontrar na formulação do próprio Le Goff um bom caminho para dialogar com a representação³⁸ da festa cívica criada por Millôr. Desse modo, seu alerta sobre como os historiadores devem se debruçar sobre as fontes merece ser citado:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1996, p. 547-548).

A constatação de que o documento não é inocente e que seu resultado é uma montagem é o caminho que tomo para tentar não ser ingênuo perante o desenho acima reproduzido. O desenho é marcado por duas janelas idênticas, a perspectiva de quem ler a imagem é da sala da casa para a rua. No centro da imagem, encontra-se uma mesinha decorada por uma toalha e que tem em cima um jarro de flores. Ao olhar para o lado de

³⁸ O conceito de representação não deve ser pensado de maneira isolada e sim coletiva, também não deve ser pensado no singular e sim no plural. Como está expresso na citação a seguir: “A comunicação de representações coletivas de uma pessoa para outra é o meio pelo qual os indivíduos são socializados nas representações compartilhadas em sociedade ou grupos sociais. A interação e a associação de indivíduos dependem de sua comunicação para que haja uma circulação constante de representações de uma sociedade. É por meio dessa circulação que elas passam de um indivíduo para o outro e podem ser reproduzidas. No entanto, ao agir com base em representações e comunicá-las aos outros, os indivíduos sempre desviam, modificam e inovam criativamente. Assim as representações particulares e o inventário como um todo se transformam com o tempo” (SCOTT, 2010, p. 176-177).

fora, podemos ver, pelas janelas, o “7 de setembro”, em verde e amarelo, passar. Esse Millôr (muito) cívico – que dá título ao desenho – colocou uma parede entre os moradores da casa e o desfile cívico, as pessoas assistem à data símbolo da nação brasileira ao invés de participarem do momento. Não existem pessoas, apenas uma data que perambula pela rua. Essa analogia me leva a refletir sobre a ideia de nação, implementada pelo Estado, e como essa se distancia da população de uma maneira geral.

Ao seguir folheando a revista, nota-se que são raras as páginas que não trazem, pelo menos, uma ilustração. Nessa edição, as propagandas chamam bastante a atenção do leitor. O espaço disponibilizado é grande: das 132 páginas da revista, 55 são propagandas, perfazendo um percentual de 42% das páginas totais do periódico. Dentre esses espaços, existem 24 páginas que se relacionam diretamente com os festejos do Sesquicentenário, elas podem ser traduzidas, em termos percentuais, ao equivalente a 18% do número total de páginas da revista e a 44% dos anúncios. A partir desses dados, é possível atestar a importância que os anúncios tinham dentro dessa edição, com destaque para os que tratam dos festejos³⁹.

O perfil dos anunciantes é bastante heterogêneo, vai desde uma marca de café (Café Solúvel Brasília, cf. **Veja**, 6 set. 1972, p. 18), passando por produtos para cabelo (Shampoo Wella, cf. **Veja**, 6 set. 1972, p. 78) e chegando a uma empresa concessionária de energia elétrica (CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., cf. **Veja**, 6 set. 1972, p. 77). Do número total de propagandas exibidas na revista, apenas seis têm vinculação com o setor público (algo em torno de 12% do total). Enquanto o restante é ligado ao setor privado, com uma preponderância de divulgações feitas pelas S.A. (Sociedade Anônima). São quatorze anúncios desse tipo de empresa (que equivale a 27% do total de propagandas anunciadas na revista), sendo que apenas uma é ligada ao setor público, a Petrobras (cf. **Veja**, 6 set. 1972, p. 59).

O preço corriqueiro da revista era de Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos), esse também era o preço da edição que trata do Sesquicentenário. Tomando como base, mais uma vez, o salário mínimo da época, que era de Cr\$268,80 (duzentos e sessenta oito cruzeiros e oitenta centavos), a aquisição da revista significava desembolsar um percentual de apenas 1,3% do salário para poder comprar um exemplar.

³⁹ A importância da propaganda pode ser atestada nos dizeres da própria revista, que se preocupa em mostrar o sucesso editorial com crescimento do número de anunciantes: “A revista vendeu 656,5 páginas em 1969; 1.227 em 1970; 1.350 em 1971 e este ano espera perto 1.500” (A batalha por uma revista, set 1972, p. 17).

Não deve ser esquecido que a revista era semanal e caso quisesse adquirir os quatro exemplares, nas bancas de revistas, o custo subiria para 5,2% dos proventos. A título de comparação, naquele mesmo ano, uma edição do jornal **Folha de São Paulo** custava Cr\$ 0,60 (sessenta centavos) e uma edição do jornal paraibano **A União** custava Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos). A revista *Manchete*, de proposta semelhante a da *Veja*, custava Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros) e a sua edição especial do Sesquicentenário – em um formato maior – custava Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Outro cálculo que ajuda a entender melhor o valor da revista pode ser feito a partir do preço de um gênero de primeira necessidade, tomo como exemplo o feijão. Em São Paulo, a saca de 60 kg, do tipo mais caro (bico de ouro especial), era vendida a um preço que variava entre Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) e Cr\$ 82,00 (oitenta e dois cruzeiros) (cf. Bolsa de cereais de São Paulo, 07 set. 2013, p. 42). Dessa forma, cada quilo tinha um valor aproximado de Cr\$ 1,35 (um cruzeiro e trinta e cinco centavos). Esse é o preço do quilo no atacado, já no varejo o valor era de Cr\$ 2,23 (dois cruzeiros e vinte três centavos) (cf. Preços médios mensais no varejo, 15 jan. 2014). Assim, creio ser correto afirmar que a aquisição de um número ou outro da revista não era algo demasiado oneroso para boa parte dos cidadãos brasileiros.

Existe uma diversidade de produtos e serviços anunciados. Dentre estes, os que mais chamam atenção são aqueles que tratam da relação entre as pessoas e as novas tecnologias. O primado do novo para um país que alardeava estar próximo a se tornar uma potência mundial poderia ter um efeito sedutor. A partir dessa premissa, é possível traçar um tipo ideal⁴⁰ de público que a revista buscava atingir. Ele poderia ser descrito da seguinte maneira:

⁴⁰ Tipo ideal é um dos principais métodos desenvolvidos pelo sociólogo alemão Max Weber e poder ser definido da seguinte maneira: “O discutido ‘tipo ideal’, expressão-chave na discussão metodológica de Weber, refere-se à construção de certos elementos da realidade numa concepção logicamente precisa. A palavra ‘ideal’ nada tem com quaisquer espécies de avaliações. Com finalidades analíticas, podemos construir tipos ideais de prostituição ou líderes religiosos. A expressão não significa que profetas ou prostitutas sejam exemplares ou devam ser imitados como representantes do modo de vida ideal” (H.H. Gerth; C. Wright Mills, 1982, p. 78). Para complementar essa definição utilizo as palavras de Gabriel Cohn (1991, p. 8): “Consiste em enfatizar determinados traços da realidade – por exemplo, aqueles que permitiam caracterizar a conduta do burocrata profissional e a organização em que ele atua – até concebê-los na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. Por isso mesmo esses tipos necessitam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das ideias sobre fenômenos e não nos próprios fenômenos. Assim concebido, esse conceito de ‘tipo ideal’ não é senão a forma assumida no plano metodológico pela mesma ‘vocalização para o exagero’, pois corresponde ao pressuposto de que a realidade só pode ser conhecida quando aqueles traços que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, para em seguida poderem formular com clareza as questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados”.

Um homem que, ao chegar do trabalho, escuta música no seu “conjunto esthereophônico Philips” (6 set 1972, p. 29), acende um cigarro Hollywood que tem “... aquele gosto amigo do sucesso” (6 set 1972, p. 31) e toma uma dose do conhaque Dreher, descobrindo “... que o prazer é todo seu” (6 set 1972, p. 55). É um instante de descanso e, além da revista **Veja**, ele gosta de folhear as páginas da revista **Placar**, que cobrirá “a primeira fase do campeonato nacional [que] terá 325 partidas” (6 set 1972, p. 122), e também a revista **Quatro Rodas** que, na sua edição especial de agosto, conclama o leitor a “visitar o Brasil no ano do Sesquicentenário” (6 set 1972, p. 129), mostrando um roteiro de turismo histórico. Quando quer saber as horas, olha para o seu relógio Seiko, “relógios que você nunca vê em paradas porque estão sempre em movimento. Como o Brasil de hoje” (6 set 1972, p. 105). Já é noite e o tique-taque o faz perceber que precisa fazer uma ligação interurbana e esta é a “hora de você falar, sem demoras, mais barato” via Embratel (6 set 1972, p. 61). Ele usa roupas da marca Tergal, já que é esta marca que “defende o nome do Brasil na Olimpíada” (6 set 1972, p. 51). Por último, ainda é possível dizer, que o nosso leitor ideal é um patriota, visto que “sente o charme e o veneno de um carro 100% brasileiro” (6 set 1972, p. 131), um Volkswagen SP.

Através dos anúncios, também é possível encontrar uma ideia de nacionalismo e a maneira que esses produtos ou serviços se relacionavam com o público leitor da revista. É preciso ressaltar que, mesmo sendo uma fonte diferente que ocupa as páginas da revista, as propagandas estão em consonância com a ideia de nação divulgada pela revista. Logo nas primeiras páginas, temos um primeiro exemplo dessa conexão, reproduzido na página seguinte.

O clima festivo da imagem (Figura 3) salta aos olhos de quem folheia a revista, as crianças parecem entusiasmadas com os festejos e tremulam fortemente suas bandeirinhas do Brasil; a única exceção parece ser um menino, posicionado no canto esquerdo inferior da fotografia, que olha para a direção oposta, não sorri e nem tem a sua bandeira à mostra. A fotografia é ladeada por um texto que conclama as pessoas a serem mais brasileiras, o trecho final é bem significativo: “Pois quem ama, sente, estuda e trabalha por este país tem sempre 90 milhões de pessoas torcendo por ele. Faça isso. Abra seu coração que você será muito mais brasileiro”.

Sigo o caminho traçado por Denise Bernuzzi de Sant’Anna (cf. 1997, p. 89-90), que propõe que o estudo da propaganda deve prestar bastante atenção na relação entre texto e imagem, evitando separá-los. Nesse caso, a mensagem passada pelo Banco

Português do Brasil é a de integração do país: começa com as crianças e sua alegria capaz de contagiar, muitas vezes, as figuras mais carrancudas; posteriormente, ao deslocar o olhar da esquerda para a direita, o complemento textual que apela para o coração dos leitores, o órgão tradicionalmente identificado com os sentimentos, especialmente com o amor, nesse caso o amor à nação e, quando o olhar volta para as crianças, ainda é possível ver a projeção do futuro “deste gigante despertado pela força da sua própria gente” (trecho que abre o texto da propaganda). Aqui é possível afirmar que os interesses privados do banco pegam uma carona no clima festivo e emotivo do Sesquicentenário para tentar angariar mais clientes.

O BRASIL ESPERA QUE CADA UM ABRA O SEU CORAÇÃO.

...sinta a força deste gigante despertado pela força de sua própria gente.

Que cada um abra seu coração e cumpra seu dever.

Ajudando a construção deste Brasil de hoje.

Que cada um abra seu coração e sinta a importância do seu próprio trabalho.

Para que o resultado desse trabalho seja motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Que cada um abra seu coração e sinta que nunca estará sozinho.

Pois quem ama, sente, estuda e trabalha por este país tem sempre 90 milhões de pessoas torcendo por ele.

Abra isso.

Abra seu coração, que você será muito mais brasileiro.

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL S.A.

Uma sociedade em Sociedade Fechada

o Banco conta com grande experiência

Figura 3: Veja, nº 209, 6 set 1972, p. 6-7.

Páginas à frente, uma ideia semelhante da propaganda analisada aparece, só que dentro de outro contexto. Agora não é mais uma instituição bancária que se utiliza das páginas da revista para marcar presença nas comemorações, mas a Companhia Siderúrgica Nacional (ver figura na página seguinte).

A propaganda está recheada de crianças, só que estas são mais variadas e estão mais dispersas. Algumas estão vestindo roupas que remetem às fardas das bandas marciais, inclusive segurando os instrumentos que fazem parte da composição das fanfarras, outras estão com o uniforme dos escoteiros e a maior parte delas traja roupas civis, com o detalhe que estes últimos também seguram instrumentos musicais. Ao fundo, impressiona a montanha de minérios e o maquinário existente. Essa propaganda, diferente da sua predecessora, e até mesmo por ser de uma empresa estatal, é endereçada ao próprio presidente.

As palavras grafadas no céu azul da fotografia são ditas pelas crianças, naturais de Volta Redonda, que afirmam que o “bom” caminho da independência cotidiana será mantido pelos jovens. O curioso é que essa missiva não traz o ar pueril criado pela fotografia, o texto, redigido em tom laudatório, serve para reafirmar a ideia repetida pelo governo de que o país estava no rumo certo para se tornar uma potência mundial. É pouco provável que esse fosse o interesse desses jovens, causando um descompasso entre a fotografia e o texto.

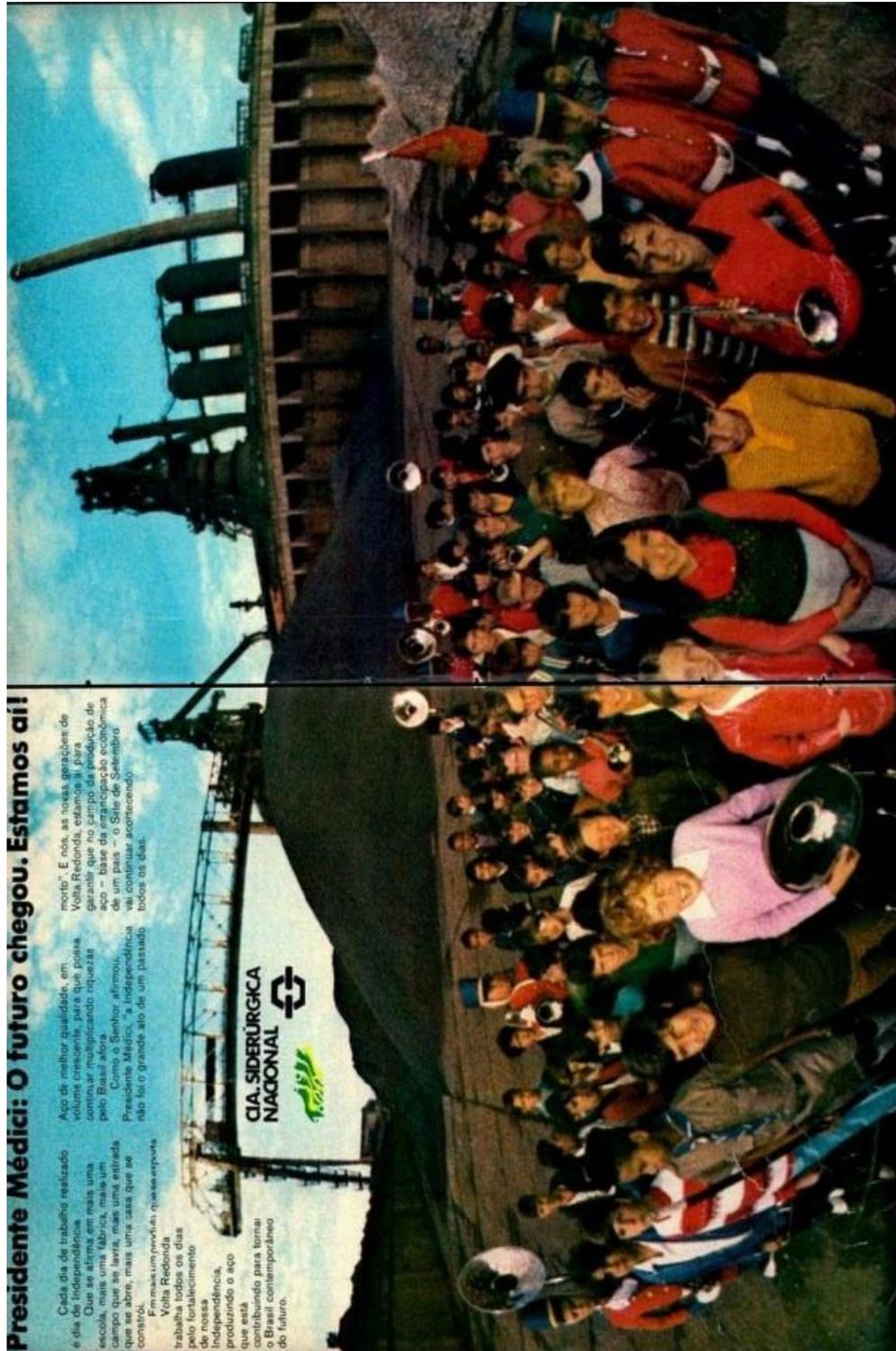


Figura 4. Veja, nº 209, 6 set 1972:62-63.

Uma das imagens que mais se repete nas propagandas é a da bandeira nacional, sendo usada várias vezes: ela aparece nas mãos de criancinhas que tremulam orgulhosas o pendão (cf. a figura da página 27); serve de pano de fundo para uma propaganda da empresa área Varig (cf. **Veja**, 6 set 1972, p. 8-9); em outra do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) (cf. **Veja**, 6 set 1972, p. 65); e, por último, na celebração do dia oito de setembro (dia mundial da alfabetização), quando uma mão adulta aparece desenhado o estandarte nacional (cf. **Veja**, 6 set 1972, p. 116-117).

Dentre as propagandas que usam a bandeira, a mais chamativa é a da fábrica de máquinas de costura Singer, sendo um dos anúncios que ocupam duas páginas da revista. A associação entre a máquina de costura e a bandeira é fácil de ser percebida e o texto da propaganda se vale dessa aproximação para exaltar o nacionalismo:

É dentro de casa que se começa a amar o próprio país. Por isso estamos lançando um programa para você com sua família na Semana da Pátria. Compre um metro do tecido verde mais bonito que você encontrar. Outro metro do amarelo mais brilhante e mais festivo. Outro metro do azul mais parecido com o azul do nosso céu. Um pedaço de tecido branco. Prepare todo o material e o melhor dos seus sorrisos. E reúna toda a criançada. Peça que eles ajudem a recortar e costurar as partes. Vai dar um pouquinho de trabalho. Mas em compensação você estará dando para eles uma linda bandeira para ser pendurada na porta de casa no dia 7 de setembro. É um exemplo mais lindo ainda de amor ao Brasil (**Veja**, 6 set 1972, p. 42-43).

O texto é encerrado com uma frase em destaque que ocupa a parte inferior das duas páginas: “ponha mais amor no Brasil de seu filho.” O apelo aos sentimentos dos membros da nação, especialmente às mães – público ao qual provavelmente o produto se destina – é nítido. Deve ser lembrado que muitas vezes a nação recebe adjetivos que remetem à ideia de maternidade, a formulação da “pátria mãe” é uma das mais comuns. Outro ponto tocado pelo texto é o que se refere ao sentimento primordial do nacionalismo, o amor. O conceito da propaganda centra-se no forte apelo ao lado sentimental do seu público para trazer para mais perto os membros da comunidade e transmitir essa mensagem de uma geração para outra. Essa é uma das concepções mais tradicionais na invenção do sentimento do nacionalismo, como podemos ver a seguir:

Numa época em que é tão comum que intelectuais cosmopolitas e progressistas (sobretudo na Europa?) insistam no caráter quase patológico do nacionalismo, nas suas raízes encravadas no medo e no ódio ao Outro e nas suas afinidades com o racismo, cabe lembrar que

as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo auto-sacrifício. Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, as artes plásticas – mostram esse amor com muita clareza, e em milhares de formas e estilos diversos. Por outro lado, como é difícil encontrar frutos nacionalistas semelhantes expressando medo e aversão! (ANDERSON, 2008, p. 199-200)

A citação ajuda a compreender esses “frutos culturais do nacionalismo”, que se manifestam na peça publicitária. Desse modo, ela pode servir para lembrar à provável leitora/consumidora/patriota que o amor, o sentimento decantado na propaganda, é o responsável pela aglutinação dos membros do território – e ensinar os filhos a fazer uma bandeira, que se apresenta como símbolo⁴¹ máximo da nação, é uma ação que ajuda a repassar esse amor para as próximas gerações, algo fundamental para a perpetuação da nação. Ainda é possível perceber que o produto que a Singer vende não aparece de maneira explícita na propaganda – não existe uma frase que diga “compre máquinas Singer e seja uma patriota”, por exemplo –, deixando a relação entre o consumo e o sentimento amoroso pela nação apenas implícito.

Outra propaganda que merece destaque é a dos relógios da marca Seiko. Em um anúncio menor, uma página, temos uma foto de uma banda marcial, logo abaixo uma mostra de alguns relógios de pulso dessa marca e na parte superior da página um texto que diz o seguinte:

Eles estão por aí, desfilando pela pátria. Por cima e por baixo. Por cima, na qualidade que trazem do berço. Por baixo, na profundidade que podem alcançar. São os Seiko Cronômetro. Totalmente impermeáveis. Antichoques. Antimagnéticos. Com resistência suficiente para mergulhar a até 70 metros de profundidade. **Relógios que você nunca vê em paradas porque estão sempre em movimento. Como o Brasil de hoje (Veja, 6 set 1972, p. 105. Grifos meus).**

⁴¹ A importância dos símbolos para a nação é demonstrada por Montserrat Guibernau (1997, p. 91): “A consciência de formar uma comunidade criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação. Favorecendo ocasiões em que eles podem se sentir unidos, e exibindo emblemas – símbolos – que representam sua unidade, a nação estabelece as fronteiras que a distinguem das outras. Um símbolo foi originalmente um objeto, sinal ou palavra usada para o mútuo reconhecimento e com uma significação combinada que só podia ser entendida pelos iniciados. A significação de um símbolo não pode ser deduzida. Os símbolos só têm valor para aquele que os reconhecem. Dessa forma, proporcionam um mecanismo revelador para distinguir entre membros e ‘estranhos’, e para elevar nas pessoas a consciência – e a sensibilidade – dos seus aspectos comunitários. O soldado que morre por sua bandeira assim age por identificar a bandeira com seu país. Mediante essa associação, ele perde de vista o fato de que a bandeira é apenas um sinal. Como um símbolo, a bandeira é valiosa: representa o país”.

Para encerrar, aparece o slogan: “SEIKO precisão mundial.” A parte mais significativa é o desfecho da narrativa, mais precisamente, as duas últimas frases, que buscam aproximar as qualidades do relógio aos caminhos da nação. Essa elaboração remete ao Brasil funcionando como os ponteiros do relógio Seiko. O controle do tempo de maneira extremamente precisa impede o país de parar. Mais uma vez se aproximam os valores da nação – pelo menos os valores que a Ditadura considerava importantes: o avanço no tempo futuro que promete ser bem melhor – e os anseios do mercado – que usa os festejos pátrios para aumentar o prestígio e a vendagem do seu produto.

Ainda sobre o trecho destacado da propaganda, a ideia de movimento também merece ser analisada. Uma vez que a apreciação genérica dos regimes ditatoriais tende a construí-los como um bloco monolítico, que vive na estagnação. O mundo contemporâneo, como nos diz Anderson (cf. 2008, p. 54-55), é medido pelo relógio e pelo calendário, estas duas ferramentas servem para marcar a coincidência temporal, tão importante para a nação. Partindo dessa afirmação, Anderson (2008, p. 56) chega à seguinte conclusão:

A ideia de um organismo sociológico [uma sociedade qualquer] atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história seja em sentido ascendente ou descendente.

Essa reflexão ajuda a compreender melhor os regimes ditatoriais, como o brasileiro daqueles dias, ao levar em consideração a necessidade de mobilidade e a conseqüente capacidade de criar a ideia de simultaneidade entre os membros dessa comunidade. O que se busca é perceber os mecanismos criados para projetar o regime para frente sem abalar a sua estrutura.

Ainda existe mais um tipo de propaganda que merece ser perscrutada, são as que se utilizam de pinturas históricas como tema central dos seus anúncios. Estas se resumem em um par e têm como personagem principal d. Pedro I. A primeira, da Rhodia (uma empresa mundial de química de especialidades), ocupa um espaço de duas páginas e dedica uma delas exclusivamente a uma parte do quadro de Pedro Américo –

O grito do Ipiranga⁴² (1888); já a segunda, do café solúvel Brasília, ocupa uma página inteira.

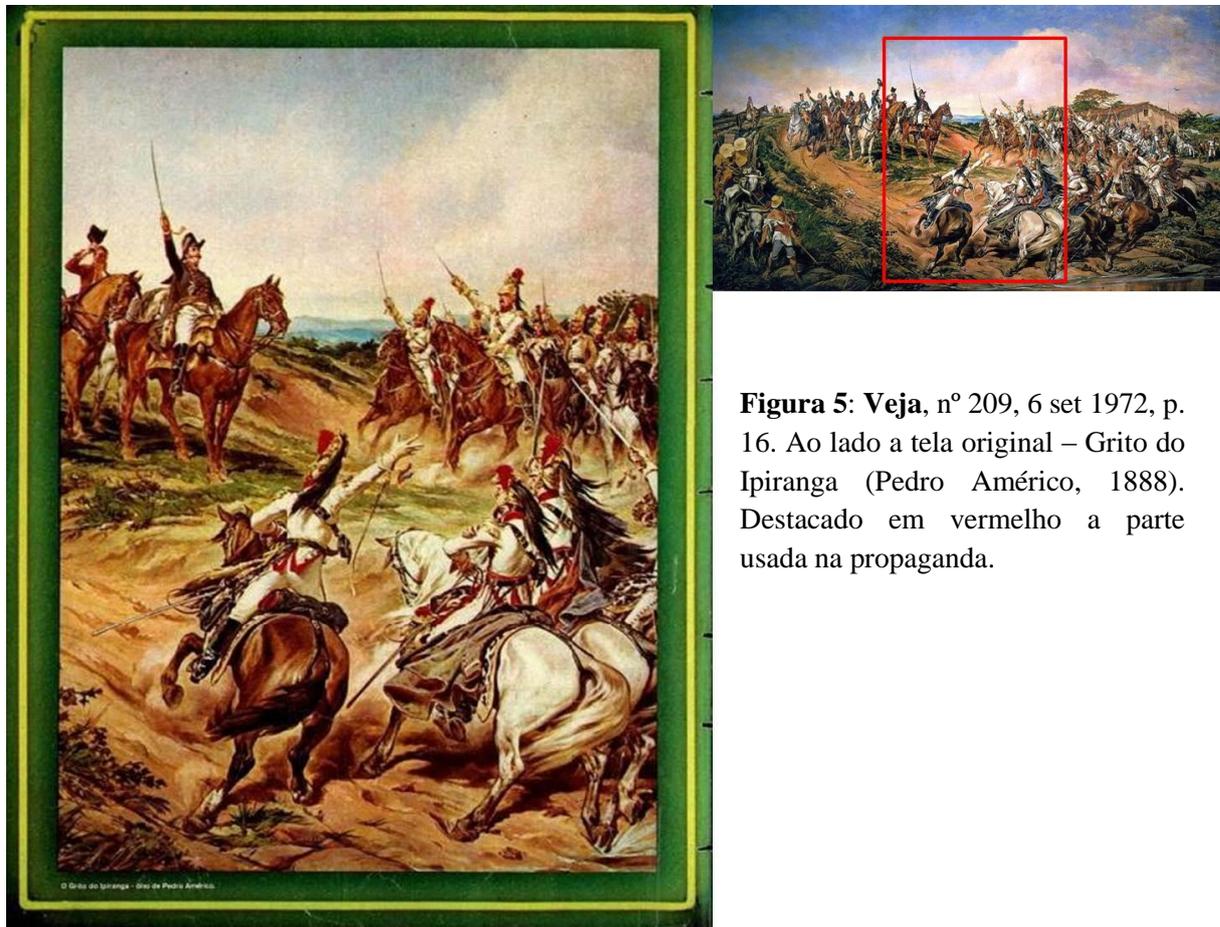


Figura 5: *Veja*, nº 209, 6 set 1972, p. 16. Ao lado a tela original – Grito do Ipiranga (Pedro Américo, 1888). Destacado em vermelho a parte usada na propaganda.

⁴² Sandes (2000, p. 71-72) mostra as escolhas feitas por Pedro Américo na construção dessa visão romântica da Independência do Brasil: “Pedro Américo distingue o historiador do pintor na medida em que a realidade inspira e não escraviza o pintor. Se pensarmos na concepção de História no século XIX, poderíamos concluir que, como supôs Pedro Américo, o historiador é escravo da realidade. Como pintor-historiador, Pedro Américo reuniu inúmeras evidências acerca do Sete de Setembro, afastando os ‘incidentes perturbadores’ e buscando inspiração no que lhe parecia digno de ser oferecido à contemplação pública. Ao pintor interessava registrar o feito como memória coletiva capaz de ser objeto de contemplação. Cabia ao pintor, portanto, descartar certos elementos – como o tipo de cavalo que o príncipe montava e que dizia tratar-se de um cavalo zaino tocado a escuro. Também erro possível omitir o fato de Dom Pedro sofrer de certos distúrbios gástricos, pois tal detalhe em nada contribuía para a solenidade do que nessa tarde sucedeu.”



Figura 6: Veja, nº 209, 6 set 1972, p. 18. Ao lado a tela original - A proclamação da Independência (François-René Moreaux, 1844). Destacado em vermelho a parte usada na propaganda.

As duas telas passaram por um processo muito parecido de apropriação para serem usadas como peças de propaganda. Para isso, efetuam-se recortes da tela que aproximam ainda mais o leitor da representação do imperador. Foram retiradas boa parte dos contextos e dos cenários originais. Nas duas, o destaque dado nas telas ao fictício ato da Independência ganha um ar ainda mais central do que a versão original, deixando nítido que os produtos querem ter sua marca associada ao personagem que “criou” o Brasil.

Todas essas representações do imperador e, por extensão, da ideia de nação divulgada pelo regime se inserem dentro dos propósitos comemorativos. São pequenas mostras de que o sesquicentenário se fazia presente nas vésperas do dia Sete.

2.5 As moedas

Uma das questões que chamam a minha atenção na construção da história nacional são as inventivas conexões realizadas entre personagens históricos distintos. Algo parecido com o que foi feito entre Tiradentes e Pedro I e abordado no tópico 2.3 deste capítulo. Ressalto, ainda, que essa tarefa é realizada pela história oficial e divulgada por instituições distintas e, entre elas, aparece a edição da revista **Veja** aqui analisada.

Ao continuar folheando a revista – em uma de suas seções mais escondidas, Economia e negócios – me deparo com uma pequena fotografia de uma moeda de trezentos cruzeiros e vejo nesse subtópico – intitulado **Para colecionar** – uma forte conexão entre o passado e aquele presente. Ela se realiza quando se busca aproximar a figura do primeiro imperador a de Médiçi. Isso aparece de forma nítida na revista nesse pequeno espaço dedicado à apresentação das moedas comemorativas (que não têm valor monetário) e também das moedas correntes (no valor de um cruzeiro) lançadas em virtude do Sesquicentenário.

Georg Simmel, no final do século XIX, atentou para a crescente importância do dinheiro na sociedade, nomeada por ele, de moderna. Apresenta diversos aspectos de como o dinheiro entrou nas nossas vidas e passou a ocupar um lugar central nas mais diversas atividades, servindo para medir e vulgarizar o mundo⁴³. Também analisa como o dinheiro foi convertido em um fim em si mesmo, chegando, em uma bela passagem, a afirmar que: “O dinheiro é, propriamente, nada mais que uma ponte aos valores definitivos, e não podemos morar numa ponte” (SIMMEL, 1998, p. 34). Dentre as suas contribuições para pensar como o dinheiro age no mundo, a ideia que mais me atraiu foi a seguinte:

Quem lamenta o efeito separador e alienador do intercâmbio monetário não deve esquecer o seguinte: o dinheiro gera uma ligação extremamente forte entre os membros de um setor econômico pela necessidade de trocar dinheiro para obter valores definidos e concretos. E precisamente porque o dinheiro não pode ser consumido imediatamente, ele aponta para outros indivíduos, dos quais se pode

⁴³ Diz ele: “De fato, as coisas mesmas são também desvalorizadas, num sentido mais geral, pela equivalência com aquele meio da troca válido para qualquer coisa. O dinheiro é ‘vulgar’ porque é o equivalente para tudo e para todos; somente o individual é nobre; o que corresponde a muitas coisas corresponde ao mais baixo entre elas e reduz, por isso, também o mais alto para o nível do mais baixo” (SIMMEL, 1998, p. 32).

exigir o que se quer consumir. Consequentemente, o homem moderno depende de um número incomparavelmente maior de fornecedores e de fontes de abastecimento do que os homens livres da antiga Germânia ou, mais tarde, os servidores dependentes. Sua existência encontra-se em cada momento numa rede de ligações tecida por centenas de interesses monetários, sem os quais ele tampouco poderia continuar existindo como um membro de um ser orgânico afastado da circulação de sangue (SIMMEL, 1998, p. 29).

A capacidade que o dinheiro tem de estabelecer conexões, mesmo que vulgares, entre os indivíduos faz com que as mensagens inscritas na sua superfície circulem como o sangue nas veias e artérias do organismo. Por conseguinte, as inscrições que apresentam uma determinada representação da nação podem ser analisadas como um fenômeno que pode causar impacto social.

O breve texto que descreve o lançamento das moedas comemorativas conta que elas foram encomendadas à Casa da Moeda de Paris, pelo Brasil, e vieram acomodadas em um estojo preto, que na sua capa trazia o brasão da República. Quando aberto, apareciam as inscrições douradas: “Banco Central do Brasil: Sesquicentenário da Independência”. No texto da revista, é possível encontrar uma descrição minuciosa das mesmas:

A moeda de ouro tem 27,5 mm de diâmetro e espessura de 1,8 mm, pesando 16,65 g. Na borda traz a inscrição “Sesquicentenário da Independência”, substituindo a tradicional “serrilha”. No anverso estão as efígies de dom Pedro I e do presidente Emílio Garrastazu Medici (nas moedas de prata de 2 mil-réis lançadas no centenário da Independência, as efígies eram de dom Pedro I e Epitácio Pessoa, presidente da época), com a palavra “Brasil” e o símbolo oficial do sesquicentenário. No reverso figura um mapa do Brasil com linhas partindo de Brasília em várias direções, simbolizando a integração do país. A moeda de prata apresenta os mesmos elementos figurativos (Para colecionar, 6 set. 1972, p. 87-88).

A seguir, reproduzo a moeda de ouro que aparecia na revista:



Figura 7: Moeda comemorativa do Sesquicentenário, no valor de trezentos cruzeiros (1972).

Nela aparecem as efígies de d. Pedro I e de Médiçi, uma após a outra, de maneira que se completam. É possível reparar que o nariz e a testa de Médiçi foram cunhados de maneira que se encaixam, quase que perfeitamente, com a parte anterior da cabeça de d. Pedro I. Isso demonstra, além da proximidade entre os governantes, a maneira que um complementa o outro. Promove, inclusive, uma inversão temporal, haja vista, que ao juntar o governante atual ao “fundador” do Brasil, ao invés do contrário, cola-se o presente no passado, o hoje no ontem, amalgamando-os e reforçando a ideia de continuidade.

Ainda nessa mesma face, aparece incrustado o símbolo oficial das comemorações do Sesquicentenário, mostrando ainda mais a relação entre esse determinado produto e as festividades. Desse modo, a logomarca aparece na moeda, aqui em questão, nas propagandas (veja, como exemplo, as figuras utilizadas no tópico anterior) e em diversas outras ocasiões e objetos. Só para dar um breve exemplo, extrapolando um pouco o âmbito da revista: o símbolo oficial dos festejos é encontrado na contracapa de um compacto de vinil promocional patrocinado pelo Banco Real que traz os hinos brasileiros e da Independência, executados pela banda marcial da Polícia Militar de São Paulo.

A logomarca é datada de 1971 e foi criada por Aloisio Magalhães⁴⁴ (1927-1982), um dos mais importantes designers brasileiros, essa situação é por ele mesmo descrita da seguinte maneira:

Este sinal designativo do sesquicentenário da Independência nasceu espontaneamente. Em reuniões nos Correios para a programação dos selos comemorativos de 1972, surgiu a necessidade de se fixar o evento.

O problema era complexo. O caráter de miniatura, a superfície útil limitada de um selo, não possibilitaria o uso de frases ou elementos demasiadamente impositórios. O partido lógico me pareceu ser a ligatura singular, particularmente das duas datas.

No desenvolvimento do trabalho senti que a ideia transcendia o uso em selos e poderia eventualmente ser utilizada em outras áreas.

Do ponto de vista formal, o sinal atende a amplitude de áreas e níveis de cultura a que se propõe comunicar, uma vez que se baseia no elemento concreto das duas datas.

⁴⁴ Nascido em Pernambuco, em uma família tradicional, seu pai era o médico Arggeu Sérgio de Godoy Magalhães, irmão do importante político Agamenon Magalhães. Formou-se em Direito, mas não se dedicou a essa atividade. Teve a oportunidade de trabalhar com Stanley William Hayter, no Atelier 17, que era um importante centro de gravura da Europa.

Do ponto de vista semântico ou da carga de significação, a ligatura das duas datas sugere de maneira graciosa, ondulante – como de uma bandeira –, a passagem do tempo 1882-1972 (MAGALHÃES, 2003, p. 226).

Dois aspectos chamaram mais a minha atenção nessa citação. O primeiro, mais ligado ao que diz respeito à fórmula encontrada por Magalhães para resolver um problema de ordem prática: criar, dentro do espaço diminuto de um selo, uma marca visual que sintetizasse esses cento e cinquenta anos da Independência. Ele conseguiu de uma maneira simples mostrar os marcos temporais e as ondas responsáveis por interligarem o passado e o presente.

O segundo aspecto é o denominado de semântico. Nesse, a situação é mais complicada, porque o autor apresenta o passar do tempo como algo harmônico e gracioso, assim como o tremular de uma bandeira pelo vento. Quero ressaltar que não pretendo analisar a festa cívica e as suas diversas manifestações por aquilo que ela não teve ou por aquilo que ela não foi. Também não me proponho a apontar o que faltou para que o evento tivesse as características que considero mais interessantes para contar a história da nação. Não é este o meu viés interpretativo. Ao mesmo tempo, não concordo em eximir a análise do evento da crítica social, tal postura dilui uma trama complexa, como a invenção da nação brasileira, em algo que se resume ao tremular de uma bandeira, desconsiderando que o conhecimento histórico pode ajudar os membros da nação a entenderem o seu papel dentro dessa trama. A explicação de Magalhães, em relação ao aspecto semântico da logomarca, pouco informa sobre as diversas desventuras desse espaço de tempo.

Do outro lado da moeda, literalmente, aparece a síntese de um dos principais ideais da ditadura militar, o da integração nacional, como está dito na citação e expresso no seu reverso. O mapa descreve a maneira que essa integração é feita. Essa face mostra um modelo centralizado de integração, já que as linhas são emanadas de Brasília e, se quisermos fazer o caminho inverso, é na capital federal que elas também se encontram. Todos os contatos, entre as diversas partes da nação, passam pelo centro do poder. Não existe, na ótica desse mapa, a interligação entre os estados que compõem a federação. Percebo nesse sentido implícito da moeda uma boa síntese do Estado Nacional daquele período.

Creio que é válido reproduzir o “modelo inspirador” da moeda comemorativa do Sesquicentenário:



Figura 8: Moeda comemorativa do Centenário, no valor de dois mil réis (1922).

Como vem sendo argumentado, continuidade é um termo chave na empreitada da invenção da nação, do seu passado imaginado e do seu panteão heroico. Seguindo por esse caminho, não é de estranhar que a mesma fórmula tenha sido usada cinquenta anos antes, durante as comemorações do Centenário da Independência. O anverso dessa moeda traz d. Pedro I e o presidente Epitácio Pessoa, de uma maneira muito parecida com a que se apresenta na versão do Sesquicentenário. No reverso, a ideia se repete, trazendo os brasões do Império e da República (lado a lado), acima, a referência à data comemorativa e, abaixo, os marcos temporais do centenário.

Todavia, nem tudo é igual: uma das diferenças notáveis é que estatraz mais informações escritas do que a sua congênere. Aludo, como um dos possíveis motivos para isso, o pouco contato que a população geral tinha com as imagens dos seus governantes. Nos anos de 1920, a maioria da população tinha uma baixa escolarização e se tornava mais fácil ler ou pedir para alguém ler a legenda da moeda do que folhear as páginas de um periódico qualquer que trouxesse as imagens desses ilustres personagens.

Também é plausível pensar, mais uma formulação feita a partir das considerações de Simmel, que o dinheiro poderia chegar aos lugares onde os periódicos não se fazem presentes. Isso me parece factível também para o início dos anos 1970, mesmo levando em consideração o aumento do espaço urbano e da alfabetização, ainda é possível dizer que, em alguns recônditos, os rostos dos governantes apareciam quase que pela primeira vez.

Outro impacto desse modelo de comemoração é aquele que se faz presente no cotidiano da maior parte da população do país, que passaria a lidar com esses personagens históricos nas tarefas mais corriqueiras do seu cotidiano: da compra de uma carteira de cigarros ao troco do pão de cada dia, passando pela cerveja gelada no bar e

chegando à oferenda feita na cerimônia religiosa. Suas imagens se inserem no cotidiano, tornando uma formulação histórica, que considero arbitrária, algo familiar, inscrevendo uma mensagem na coletividade de quem são os personagens principais da história da nação.

2.6 Desfecho: a edição seguinte

A edição de **Veja** dedicada aos festejos não aborda as comemorações em si, vale lembrar que o seu lançamento foi no dia seis de setembro daquele ano, um dia antes do aniversário da Independência. Em vista disso, é na edição seguinte, datada do dia treze, que a festa do dia Sete é mostrada. Resume-se a uma única matéria, de pouco mais de seis páginas, quatro das quais são exclusivamente de fotos e mostram as comemorações na cidade de São Paulo (o centro da festa), cidade à qual o texto também se refere. O personagem principal dessa narrativa é o presidente Médici.

O início da matéria descreve o tom eufórico das comemorações na cidade de São Paulo. É transmitida a ideia de um grande alarido de vozes oficiais e não oficiais em favor da festividade da Independência, unindo o passado e o presente da nação: “E durante dois dias, enquanto o presidente Medici presidia pessoalmente as principais cerimônias, o fim da festa do sesquicentenário oscilou entre o culto ao passado e a exibição de resultados do presente” (*O colorido fim de festa*, 13set. 1972, p. 12). Nessa passagem, aparece o argumento que norteia o artigo: o diálogo entre essas duas temporalidades.

Primeiro, aparece o presente. Antes de se dirigir às festividades, Médici vai à simbólica inauguração da primeira linha de metrô do Brasil, no dia 6 de setembro:

Antes do reencontro com o primeiro ministro português, o presidente Medici inaugurou, simbolicamente, a primeira linha do metrô Jabaquara. Diante de 2 000 pessoas que pouco antes ouviam “Partido Alto” de Chico Buarque de Hollanda, pelos alto-falantes, o presidente apertou o botão da sirena de partida da primeira composição-protótipo do metrô, que, pela superfície, percorreu algumas centenas de metros debaixo dos aplausos de populares que haviam sido dispensados para a festa (Ibidem).

No cinejornal **Brasil hoje**⁴⁵, número 19, é filmado esse acontecimento. Nas imagens aparecem, além do já mencionado Médici, o governador de São Paulo, Laudo Natel, e o prefeito da capital, Figueiredo Ferraz, mostrando que existia um conagraçamento dos poderes públicos. Na reportagem, não existe o som ambiente do canteiro de obras onde as autoridades se encontram, ouvimos apenas o narrador – Ronaldo Rosas – e uma música de fundo que ajuda a compor a matéria. O presidente aparece em um lugar mais alto acenando para um número considerável de pessoas e “faz acionar o primeiro trem protótipo do metrô de São Paulo” (Brasil hoje, nº 19, 02 jan. 2014).

Nessas pequenas notas sobre a visitação governante da nação ao metrô paulista, obra que tem uma conotação de modernização no estilo que a ditadura tanto apreciava, dois aspectos chamam atenção. O primeiro, da matéria de revista, é a menção à canção de Chico Buarque, música lançada naquele mesmo ano e que havia sido censurada⁴⁶. Não me parece ser mero acaso essa citação feita pelo articulista da revista. É com ela que é composto o cenário do artigo, mostrando que dentro de um mesmo ato coexistiam o gesto oficial, a inauguração, e a canção que revela uma outra interpretação da nação. O segundo, no cinejornal, é a figura de Médici, facilmente perceptível nas imagens, estabelecendo um contraste com o grande número de pessoas que assistem a cerimônia.

⁴⁵ Os cinejornais eram noticiários produzidos para passar nos cinemas antes dos filmes principais. O **Brasil hoje** funcionou entre de 1971 até 1979 e era produzido pela Agência Nacional, um órgão federal e por isso mesmo isento de censura. Segundo José Inácio de Melo Souza (1997, p. 134): “A partir da década de 70, os cinejornais tornaram-se anacrônicos. O crescimento do número de televisores presentes nos lares brasileiros associado ao jornalismo produzido cada vez mais próximo do tempo real foram dois fatores que empurraram o cinejornal para fora do mercado. O terceiro foi o número cada vez maior de alfabetizados com acesso a jornais e revistas”.

⁴⁶ O site do Instituto Antonio Carlo Jobim, que possui o acervo digital de Chico Buarque de Holanda, se refere a música **Partido alto** (02 jan. 2014) da seguinte maneira: “Essa música teve dois termos vetados. A palavra ‘titica’ teve que ser substituída por ‘coisica’, e a palavra ‘brasileiro’ acabou substituída por ‘batuqueiro’. Mas essa alteração só acabou registrada na gravação de estúdio do MPB-4 [gravação original]. Nas outras versões, constam as palavras originais”. A seguir, reproduzo a letra original da música, com destaque para as palavras censuradas: “Diz que deu, diz que Deus,/Diz que Deus dará,/ Não vou duvidar, ô nega /E se Deus não dá,/Como é que vai ficar, ô nega?/Diz que deu, diz que dá,/E se Deus negar, ô nega/Eu vou me indignar e chega,/Deus dará, deus dará/Deus é um cara gozador,/Adora brincadeira/Pois prá me jogar no mundo,/Tinha o mundo inteiro/Mas achou muito engraçado/Me botar cabreiro/Na barriga da miséria/Nasci **brasileiro**/Eu sou do Rio de Janeiro/Diz que Deus dará,/Não vou duvidar, ô nega/E se Deus não dá, /Como é que vai ficar, ô nega?/Diz que deu, diz que dá, /E se Deus negar, ô nega/Eu vou me indignar e chega, /Deus dará, Deus dará/Deus me fez um cara fraco, /Desdentado e feio/Pele e osso simplesmente, /Quase sem recheio/Mas se alguém me desafia/E bota a mãe no meio/Dou perna a três por quatro/E nem me despenteio/Que eu já tô de saco cheio/Deus me deu mão de veludo/Prá fazer carícia/Deus me deu muita saudade/E muita preguiça/Deus me deu perna cumprida/E muita malícia/Prá correr atrás de bola/E fugir da polícia/Um dia ainda sou notícia/Jesus cristo ainda me paga,/Um dia ainda me explica/Como é que pôs no mundo/Essa pouca **titica**/Vou correr o mundo afora,/Dar uma canjica/Que prá ver se alguém me embala/Ao ronco da cuíca/E aquele abraço prá quem fica” (HOLLANDA, 1972).

A montagem feita pelo vídeo não apresenta os rostos e nem a voz dessas pessoas “comuns”. Aparecem, apenas, como plateia de um ato oficial.

Em seguida, a matéria da revista acompanha o itinerário das comemorações. Contudo, é dada pouca atenção a uma das partes mais importantes das festividades do Sesquicentenário: a cerimônia de inumação dos restos mortais de d. Pedro I. O périplo da volta de d. Pedro I ao Brasil é longo: começa em agosto de 1971, com o pedido do governo brasileiro ao governo português da guarda dos restos mortais; o esquife chega ao país em abril, percorre todas as capitais brasileiras (mais de 26 mil quilômetros); e tem como fim a cerimônia de inumação no monumento do Ipiranga (cf. CORDEIRO, 2002, p. 53-54). Apesar desse longo trajeto, o texto reserva apenas um parágrafo do tópico **A alegria dos anúncios**, que, como o próprio título entrega, não faz referência à cerimônia de inumação e, sim, aos usos que as empresas fizeram de temas nacionalistas para venderem os seu produtos.

Outra parte de destaque da matéria foi o desfile cívico na Avenida Paulista, que contou com a presença de um grande número de pessoas. Mesmo sendo um acontecimento mais popular dos festejos, os olhos da revista, através do seu jornalista, voltam-se, mais uma vez, para Médici, isso fica nítido quando lemos:

Durante todo o desfile, que durou duas horas e meia com a apresentação de 17 000 homens o presidente fumou seis cigarros e sorriu comovido quando passaram diante do palanque os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Para o povo, porém, a maior atração eram sempre as bandas (*O colorido fim de festa*, 13set. 1972, p. 17).

A atenção com o governante era grande, no texto se chega ao extremo de contar os números de cigarros fumados por ele. O texto mostra uma dicotomia entre o interesse do povo e o da matéria. Enquanto a multidão voltava suas atenções para o préstito cívico⁴⁷, com todas as suas evoluções e apresentação de músicas, não apenas marchas militares, mas também canções populares, como **Amanda amante**, de Roberto Carlos. Em meio a tudo isso, a revista atenta para um sorriso e para o número de cigarros fumados durante aquele período de tempo. Denotando, nesses pequenos gestos, o lado mais humano de Médici.

⁴⁷ A expressão “préstito cívico” remete a transposição de elementos do “culto católico” para o “culto cívico”, essa proposta pode ser encontrada em Mona Ozouf (1976). Nesse artigo, a autora vai tratar das festas ligadas à Revolução Francesa, mas os seus argumentos servem para o meu objeto de estudo.

O passado entra em cena com mais força na parte final de reportagem, quando se faz um apanhado do espetáculo **Som e luz**, evento qualificado como “a grande comemoração popular, depois da parada” (Ibidem). O texto da revista não se preocupa em explicar o que foi o espetáculo, por isso, tomo a liberdade de transcrever um trecho da matéria do caderno Folhinha de São Paulo, que descreve esse evento:

Trata-se de um espetáculo que está em preparo há meses. Vocês todos que forem ao Monumento do Ipiranga vão acompanhar de perto os episódios que culminaram na Independência do Brasil. Durante 70 minutos todos ouviremos, como se estivessem bem próximos de nós, as vozes de D. Pedro I, D. Pedro II, José Bonifácio, Dona Leopoldina, a Princesa Isabel, Castro Alves e outros, dos primórdios do nascimento do Brasil, como o Padre Anchieta, o Padre Manuel de Paiva, Fernão Dias, Raposo Tavares e outros grandes vultos da nossa História.

(...)

“Som e Luz” constitui-se num programa especial do Governo do Estado e foi planejado pela secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Para prepará-lo foram necessárias centenas de pessoas, técnicos, atores e atrizes, a Orquestra Filarmônica de São Paulo, o Coral Promúsica Saera e os Titulares do Ritmo.

Tudo foi gravado em fita magnética, na Holanda, e apresenta uma visão panorâmica da História do Brasil. Todos vão entender tudo, porque o narrador irá contando episódio por episódio: a chegada do homem branco; a fundação do Colégio de São Paulo por Anchieta; a ação das Bandeiras; a luta de D. Pedro I para a Independência; Ordem e Progresso e a apoteose, dedicada a chegada dos restos mortais de D. Pedro ao Monumento do Ipiranga (*A Independência com muita luz e som*, 03 set. 1972, p. 07).

O número de pessoas que foi a essa primeira apresentação impressiona pela quantidade e pela disparidade na contagem. A matéria da **Veja** mostra dois valores: o primeiro, são os números oficiais, cita 300000 pessoas; já o segundo, atribuído a outros cálculos que não têm sua fonte mencionada, fala de 150000. Aqui surge o primeiro problema, os bons lugares foram destinados apenas às autoridades, a maioria dos presentes não pôde apreciar de maneira apropriada o show. O outro problema, ainda segundo a revista, é que o espetáculo não empolgou, o responsável pelo texto chega a dizer que: “o espetáculo, apesar de sua grandiosidade, não arrancou grandes aplausos”. A crítica é arrematada com as palavras do jornalista português Rui Souza Romano:

Na parte histórica lhe falta justeza. Dom João é tratado quase como um imbecil. Além disso, nem se menciona Brasília. Na parte técnica, confesso que o nosso, do Mosteiro dos Jerônimos, que recebeu o

mesmo equipamento da mesma firma, apresente um espetáculo mais bonito do que o daqui(*O colorido fim de festa*, 13set. 1972, p. 17).

Três edições adiante (nº 213, 4 out. 1972, p. 6), na seção de cartas, Ruy Affonso, o roteirista de **Som e luz**, responde às críticas feitas ao espetáculo, transcrevo seus comentários sobre a falta de empolgação nos aplausos:

Eu, como autor do texto que constitui o roteiro do espetáculo, evidentemente sou suspeito para falar dos aplausos. Mas após a cena do brado “Independência ou morte”, eles me pareceram muito fortes; no final até mesmo delirantes. Todos aplaudiram. E muito. A começar do próprio presidente da República, de quem pouco depois, ouviu-se a afirmação: “Foi o espetáculo mais bonito que assisti na minha vida.”

A crítica da revista me parece pertinente no que diz respeito a como a maior parte do público teve acesso ao espetáculo no dia da Independência. O grande número de pessoas comuns no evento não deveria ser uma surpresa, tendo em vista que a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) disponibilizou ônibus direto para o Ipiranga, com saída a cada quinze minutos (cf. *Ônibus direto ao Ipiranga*, 07 set. 1972, p. 20). Por consequência, não deveria existir estranhamento com o grande contingente de pessoas presentes em um evento que se pretende popular. Também chama atenção o argumento usado por Affonso para atestar a qualidade do espetáculo, a frase atribuída a Mé dici usada para encerrar a carta, é com ela que rebate as críticas feitas pela revista.

A parte mais apologética do artigo aparece nos parágrafos finais, quando o articulista esquece o cunho histórico das comemorações e volta suas atenções para o presente, representado pela Feira Brasileira de Exportação (Brasil Export 72). Pelo tom da matéria é possível perceber que esse, sim, é o espetáculo mais importante.

Um dia após o Sete de Setembro, no período da manhã, lá estava Mé dici visitando a feira. Esse instante que serve para fazer o gancho, ainda dentro do texto que conta o final dos festejos, com o sucesso do Brasil de então. A feira é o lugar onde aparecem “alguns dos resultados obtidos pelo Brasil em 150 de independência” (*O colorido fim de festa*, 13 set. 1972, p. 19). Ainda na mesma edição da revista, a Brasil Export 72 é descrita como “a Feira dos 150 anos de independência” (*Uma exibição de virilidade*, 13 set. 1972, p. 85), estabelecendo uma estreita conexão entre os dois eventos.

O cinejornal **Brasil hoje**, edição de número 20, retrata a visita de Médici à feira. Existe um ponto em comum entre a matéria da revista e o cinejornal, ambos fazem questão de ressaltar que a visita foi feita a bordo de um carro elétrico, algo que remete a um avanço tecnológico. Na filmagem, existe uma mudança de perspectiva quando passa-se a tratar do presidente percorrendo os corredores da feira. As cenas filmadas anteriormente são estáticas, focando os *stands* e as pessoas que nele se encontram. A partir do instante que Médici entra no carro elétrico, temos as filmagens feitas no estilo de *travelling*, com a câmera passeando pelos corredores como se fossem os olhos do general ou ainda como se o espectador estivesse no carro junto das autoridades. A ideia do cinejornal de inserir o seu espectador no evento foi um recurso diferente do utilizado pela matéria da revista, já que nesta o leitor sempre está de fora dos acontecimentos. Do mesmo modo que outros acontecimentos ligados aos festejos, a exaltação da feira não é fortuita. Para entendermos melhor essa ênfase vejamos, mesmo que brevemente, o contexto econômico.

Quando Costa e Silva assumiu o comando do governo, em 1967, a situação econômica era de recessão e isso começa a gerar um desgaste do regime. Por esse motivo, uma mudança de rumo na política econômica do país foi vista como necessária e no início da década de 1970 existia uma conjuntura favorável (condições externas: um crescimento da economia mundial nos anos de 1960; condições internas: na segunda metade dos anos de 1960, um planejamento para a retomada do crescimento possibilitado pela queda na taxa de inflação) para essa mudança de rumo e, conseqüentemente, conseguir afastar a oposição que começava a se mostrar. As palavras de Luiz Carlos D. Prado e Fábio SáEarp (2003, p. 220) resumem bem essa mudança de rumo:

Portanto, nesse cenário conturbado, seria extremamente recomendável alterar as prioridades da política econômica, para obter o que Roberto Campos chamou de “legitimação pela eficácia”. Esta seria alcançada “pela reversão de uma situação caótica, e depois pelo ímpeto reformista e, finalmente, pelo sucesso desenvolvimentista” (CAMPOS, 1976, p. 227). Neste novo cenário, deveriam ser alcançadas taxas mais altas de crescimento econômico, induzidas principalmente pelo gasto público, articuladas como uma política ainda mais gradual de controle da inflação.

A feira **Brasil Export 72** aparece como um elemento de divulgação dessa “legitimação pela eficácia”. É inegável que as comemorações do Sesquicentenário eram

uma oportunidade singular de interligar o passado e o presente da nação – uma ideia repetida várias vezes nos discursos da revista –, promovendo naquela atualidade as qualidades do regime, contribuindo para implementar a sua cultura política⁴⁸. Esse tipo de ação tem um lugar de destaque nas decisões que visam à manutenção do poder.

A cultura política tem peso na formação da identidade dos indivíduos. No caso da feira, aparece a “...visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção de sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura” (BERSTEIN, 1998, p. 351). A revista apresentou a feira, através dos seus discursos e dos seus símbolos, aquilo que os detentores dessa cultura consideram mais importante.

O último tópico da matéria da **Veja** é nomeado de **O teste de popularidade**. Esse artigo procura discutir, mesmo que de maneira breve, como a figura do governante se saiu durante os festejos. Nesse caso, a avaliação foi positiva, algo que é demonstrado pelos gritos de “viva a independência,” seguidos pelos gritos de “viva o presidente Medici.” Ainda há tempo para fazer uma ressalva, ao comentar que esse sucesso de popularidade não é comparável ao do amanhecer do tricampeonato de futebol (1970), essa, sim, uma manhã de popularidade inquestionável.

O último parágrafo da matéria é construído com referências ao discurso oficial de encerramento das festividades do Sesquicentenário, leiamos as palavras que terminam o artigo:

Na noite de quinta-feira, no momento em que o rosto do presidente surgiu nos aparelhos de televisão de todo o país, desejando que “sejamos nós exemplos de concórdia de convivência fraterna, de convergência de impulsos e de organização da vida social”, talvez o país tenha começado a se preparar para usufruir o sentido de unidade e o ambiente de confraternização que o sesquicentenário conseguiu reavivar em cada brasileiro (*O colorido fim de festa*, 13set. 1972, p. 19).

⁴⁸ Serge Berstein (1998, p. 361) revela a importância da cultura política para as análises históricas, nas suas palavras: “Ora, se a cultura política retira a sua força do fato, de interiorizada pelo indivíduo, determinar motivações do ato político, ela interessa ao historiador por ser em simultâneo, um fenômeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenômeno de geração encontra justificação plena total, é bem este. Submetido a mesma conjuntura, vivendo em uma sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos”

Esse desfecho é guiado pelo discurso do chefe de Estado, veiculado em rede nacional de televisão para encerrar as festividades. A ideia de que os sentimentos despertados durante as comemorações devem ser levados em frente pode ser encontrada no seguinte trecho do discurso oficial:

Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança, em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social (*Que o sesquicentenário inspire a obra de renovação*, 08 set. 1972, p. 2).

Com isso, as críticas pontuais feitas ao longo da matéria são redimidas nesse final com a “invasão” feita pelo discurso oficial, guiando os dizeres na tentativa de, em uníssono, criar o consenso tão importante para a ditadura. Esse impossível consenso não veio com o término do Sesquicentenário, como queriam o governo e a revista, porque, vez ou outra, os autofalantes ou a “multidão sem rosto” apareceram no meio das cenas montadas pelos agentes do poder oficial.

CAPÍTULO 3

A NAÇÃO CONSTRUÍDA NO DIA A DIA DAS NOTÍCIAS

Os jornais e o início das comemorações cívicas

(De abril a setembro de 1972)

Antes de me ater aos acontecimentos que deram início às comemorações do Sesquicentenário da Independência, é preciso situar o leitor sobre as escolhas efetuadas para execução desse capítulo.

Primeiro, existem recortes espaciais¹. Esses precisaram ser feitos devido às incontáveis fontes existentes nos mais diferentes lugares do país. A análise foi elaborada a partir das comemorações em três estados do território nacional, mais precisamente nos eventos ocorridos nas suas capitais.

Dois deles, Rio de Janeiro e São Paulo, representam o centro das comemorações. A capital fluminense marca sua centralidade por ter sido o lugar escolhido para a chegada dos restos mortais de d. Pedro I, no dia 21 de abril – data que marca o início oficial dos festejos. Os paulistanos, por sua vez, são os responsáveis pelo desfecho das festividades, com a recepção e acomodação de d. Pedro I na cripta do museu do Ipiranga, no dia 6 de setembro. Esses dois lugares representam o eixo central das comemorações. Ao percorrer esse caminho, existe a possibilidade de analisar os fenômenos que tiveram uma maior visibilidade e, conseqüentemente, uma maior divulgação nas páginas dos jornais.

O outro recorte espacial escolhido foge do centro e atenta para um lugar relegado à periferia da história nacional, pelo menos na sua versão tradicional. Desse modo, faço o caminho contrário do descrito no parágrafo anterior. A ideia é analisar as festas na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, e estabelecer comparações com os eventos ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa escolha foi motivada pelo interesse de legar uma maior complexidade à análise histórica.

¹ Sobre o conceito de espaço cito o geógrafo Milton Santos (1985, p. 49). Ele entende o espaço como uma instância social, ao invés de pensá-lo de forma estática e imutável: “Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço”.

Uma das maneiras de perceber as disparidades entre esses lugares é atentar para o número absoluto de habitantes no período da pesquisa. O estado de São Paulo possuía 17.958.693 de pessoas e a sua capital tinha 5.978.977 (esse número equivalia a 33,3% do total de habitantes). Já o Rio de Janeiro/Guanabara² possuía 9.110.324 e a sua capital tinha 4.315.746 (esse número equivalia a 47,4% do total de habitantes). O estado da Paraíba possuía 2.445.419 e a sua capital tinha 228.418 (esse número equivalia a 9,3% do total de habitantes) (cf. IBGE, 1972, p. 42 e 45). A diferença nos números é muito grande, basta dizer que as capitais dos estados do sudeste tinham uma população de quase o dobro de todo o estado da Paraíba.

Outro parâmetro de comparação são os números de licenças para construir, eles mostram a área total de edificações erigidas em metros quadrados nessas três cidades. Vejamos os números: São Paulo teve 9.994.729 m² de área construída; Rio de Janeiro 1.880.225 m²; João Pessoa 68.793 m² (Ibidem, p. 256). Esses números ajudam a perceber as assimetrias astronômicas no ritmo de crescimento dessas três cidades.

A Segunda escolha foi a das fontes. Eleger quais jornais poderiam melhor representar o vínculo de simultaneidade com os diversos membros da nação, dentro do recorte espacial. Os **Boletins de circulação de jornais**, elaborados pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), serviram de guia para essa escolha. Esses são pesquisas sobre os hábitos de leitura de jornais da população das diversas cidades brasileiras. A partir desses dados, foi possível ter um panorama das vendas desses periódicos em cada uma das capitais, bem como uma noção da penetração cotidiana de cada um e da sua popularidade.

O **Jornal do Brasil** (cf. 10 abr. 1972, p. 1) – doravante abreviado como **JB** –, por exemplo, fazia questão de anunciar nas suas páginas que alcançava uma tiragem de mais de 260.000 exemplares aos domingos. Desse montante, segundo os dados levantados pelo Ibope, no mês de maio, pouco mais de 133.000 exemplares eram vendidos nas bancas de jornal. Esse número era o equivalente a 24% das vendas dos jornais matutinos de domingos. Nos dias normais, a venda avulsa era precisamente de 55.980 exemplares por dia do mês de maio de 1972 (cf. IBOPE, jun. 1972, p. 2).

A **Folha de São Paulo** – doravante abreviada como **Folha** – tinha um alto número médio de exemplares vendidos por bancas de jornal (parâmetro usado pelo Ibope nessa pesquisa). A grande São Paulo possuía 2.700 bancas de jornal e todas

² Entre os anos de 1960 e 1975 houve uma separação entre a Guanabara (que compreendia o território do município do Rio de Janeiro) e o estado do Rio de Janeiro. Para fins de comparação resolvi juntá-los.

vendiam exemplares da **Folha** ao longo dos sete dias da semana. O número médio de exemplares desse periódico durante a semana era o seguinte: de terça a sexta-feira 22 exemplares (equivalente a 12,7% do número de jornais vendidos); sábado 19,6 exemplares (equivalente a 13% do número de jornais vendidos); domingo 42,7 (equivalente a 23,2% do número de jornais vendidos); segunda 26,4 exemplares (equivalente a 14% do número de jornais vendidos). A média de exemplares por dia da semana era de 27,7 jornais (equivalente a 15,8% do número das vendas) (cf. IBOPE, jan. 1973, p. 3)³.

Vale salientar que, se levarmos em consideração todo o Grupo Folha, esses números são muito maiores. Os outros jornais do grupo vendidos na grande São Paulo eram: Última hora, Notícias Populares, Folha da Tarde e Folha de São Paulo. Somando esses periódicos, os números das vendas ficam dessa forma: de terça a sexta-feira 74,1 exemplares (equivalente a 42,5 % do número de jornais vendidos); sábado 63,7 exemplares (equivalente a 42,2% do número de jornais vendidos); domingo 75,5 (equivalente a 41,1% do número de jornais vendidos); segunda 83,2 exemplares (equivalente a 44% do número de jornais vendidos). A média de exemplares por dia da semana era de 74,1 jornais (equivalente a 42,5% do número das vendas) (cf. *Ibidem*).

A importância da **Folha** dentro do grupo é atestada pela sua liderança nas vendas. Como é possível perceber pelos números a seguir: Folha de São Paulo 110,7 (equivalente a 37,3% do número de jornais vendidos); Notícias Populares 95,2 (equivalente a 32,1% do número de jornais vendidos); Folha da Tarde 71,4 (equivalente a 24,1% do número de jornais vendidos); Última Hora 19,2 (equivalente a 6,4% do número de jornais vendidos) (cf. *Ibidem*).

Os jornais que circulavam na capital da Paraíba são contemplados por uma pesquisa de julho de 1970 – data mais próxima do ano de 1972 encontrada. Diferente das anteriores, que se debruçavam sobre o número de vendas, essa aborda o público leitor a respeito de quais jornais eles liam. A pergunta que abre a pesquisa é direta: “qual o jornal que leu ontem?” (IBOPE, jan. 1970, p. 2) As respostas foram as seguintes: O Norte 29%; Correio da Paraíba 9%; Diário de Pernambuco 8%; Jornal do Comércio 5%; A União 1%; outros 6%; nenhum 54%⁴ (*Ibidem*).

Esses números merecem ser olhados com mais atenção. Destaca-se a presença dos jornais do estado de Pernambuco, no terceiro e quarto lugares respectivamente,

³ Os dados são referentes ao mês de dezembro de 1972.

⁴ Os totais superam 100% devido à possibilidade de respostas múltiplas.

reafirmando a proximidade e a influência do estado vizinho. O pequeno percentual de leitores do jornal **A União**, o órgão de imprensa do Estado, não parece ser do gosto do público. Porém, no que diz respeito aos objetivos dessa pesquisa, ele tem a importância de ser o porta-voz oficial do governo do Estado. A pesquisa também mostra que o percentual de pessoas que não leem nenhum jornal é muito grande.

Outro dado revelado pela pesquisa é o número, relativamente alto, de releituras do jornal. A média geral é de 2,80 releituras de um mesmo exemplar (Ibidem, p 4). Dessa forma, é possível multiplicar os percentuais por essa média. A releitura expande o alcance dessas publicações, levando suas notícias para um público muito maior do que seria possível imaginar a partir dos primeiros números citados. O que se apreende é que as informações e, por conseguinte, as ideias que estas carregavam circulavam pelas cidades, fomentando a intrincada rede de conexões sociais que formam a nação⁵.

Para a organização dos festejos por todo o território nacional foi estabelecida a Comissão Executiva Central do Sesquicentenário (CEC) – criada pelo decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972. Esse mesmo decreto falava da necessidade de instituir ramificações dessa comissão nos estados e nos municípios da federação. Assim, o projeto comemorativo alcançava todo o território nacional. Por isso, ao estabelecer essa comparação entre o centro e a periferia, é possível ter uma visão mais ampla do processo de invenção da identidade nacional. Outro ponto positivo dessa abordagem é que ela permite perceber as semelhanças e as diferenças no modo que essas partes do Brasil aderiram à festa cívica.

3.1. Editoriais

Os editoriais aqui analisados servem para mostrar um pouco das ideias que os jornais citados no tópico anterior faziam circular nas suas cidades. Isso ajuda a tornar mais visível os ideais de nação que eles propagavam durante o período. A proposta é caracterizar os jornais para depois pensar as comemorações.

⁵ A referência para essa afirmação remonta a leitura do livro **O queijo e os vermes** (GINZBURG, 2006, p. 15 e p. 19), especialmente as seguintes passagens: “Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI”. “A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo repropõe com toda força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin”.

No início das festividades (21 de abril), o **JB** aborda em seu editorial, intitulado Lição de uma data (21 abr. 1972, p. 6), algumas ideias sobre a formação da nação brasileira. A lição é a do reconhecimento da irmandade com Portugal e da sua importância para o Brasil, chegando a dizer que: “é no duro e robusto português (...) que se assenta o fundamento do extraordinário amálgama que forma e informa a personalidade brasileira” (Ibidem). Não deixa de falar das outras etnias que compõem o país, pois no texto somos caracterizados como um povo “afro-ameríndio-europeu”. Feita essa caracterização, busca-se explicar o significado do Sesquicentenário:

O sesquicentenário da Independência, sendo em si mesmo uma efeméride de primeira grandeza, é também uma oportunidade para refletirmos sobre as inspirações que nos vêm do passado, e que não podemos repudiar, mas é igualmente um pretexto para analisar o presente e sondar o futuro que nos cumpre engrandecer. De um país de pouco mais de meia dúzia de milhões de habitantes, há 150 anos, chegamos hoje à respeitável densidade de quase 100 milhões de brasileiros solidamente confraternizados numa cultura de perfil singular e original. No vasto território, um dos mais extensos do mundo, fruto da conquista épica das Bandeiras, somos hoje um povo só, sem discriminação de qualquer natureza. A partir da unidade nacional, que soubemos conservar integralmente em todos os planos, podemos medir a grandeza do destino que vimos construindo através dos tempos (Ibidem).

No desfecho, clama para que os festejos de 1972 sigam o exemplo do centenário e se tornem: “... um ano-chave na construção de uma pátria que progride em ritmo acelerado no plano material, sem desfigurar o lastro de sua herança espiritual. Esta há de ser a grande lição do sesquicentenário” (Ibidem).

As conexões temporais feitas nesse editorial merecem destaque. A primeira, moldada pela ideia de irmandade e da existência de uma continuidade entre a história do Brasil e de Portugal, colocando a ex-colônia com um pé na Europa e no dito mundo civilizado. A segunda faz um apanhado dos 150 anos de existência do Brasil, enfatizando o grande crescimento nesse período e a manutenção da unidade no seu sentido amplo. O último trecho remete a uma data mais específica, a do centenário, e clama para que o momento atual seja tão memorável como o de cinquenta anos atrás.

A **Folha** escolheu um caminho um pouco diferente do seu congênere carioca, mas chega ao mesmo fim. O editorial tem no seu título a sua síntese: Tiradentes atual (21 abr. 1972, p. 6). É um texto mais curto que o do **JB** e sua ideia central é resumida na seguinte passagem:

Tiradentes morreu para que florescessem as aspirações transformadas em realidade em 1822. É sob a inspiração do exemplo do mártir de 1789 que o Brasil de nossos dias prossegue em seus esforços de afirmação. Todo o nosso empenho na aceleração do desenvolvimento nacional repousa na convicção de que ele é de vital importância para que nos emancipemos definitivamente de dependências externas, e para que possamos ditar nossos próprios destinos. Não era outra coisa que Tiradentes desejava. Não foi por outra coisa que deu sua vida. Daí a permanente atualidade da lição de Joaquim José da Silva Xavier.

Aqui os ideais da nação ganham forma e força quando personificados em Tiradentes, algo diferente do direcionamento escolhido pelo editorial do **JB**. Mesmo assim, não é possível negar que os caminhos se encontram. A citação também mostra que existe uma lição a ser retirada do passado, que há uma possibilidade de aprender com esse vulto e de sermos melhores ao aprendermos seus ensinamentos.

No que diz respeito aos jornais paraibanos, o editorial mais significativo foi encontrado nas páginas de **A União**. Nele também aparecem as conexões históricas que têm o interesse de mostrar que o Brasil estava no caminho certo:

Foi, sem nenhuma dúvida, após a Revolução de Março de 1964 que aprendemos a confiar no futuro. Afinal, emergíamos do verdadeiro caos e passávamos a construir definitivamente para a posteridade. Isto valoriza o sacrifício de patriotas da estirpe de Tiradentes, Peregrino de Carvalho e de tantos outros, ao lado da bravura do Príncipe Pedro e da sabedoria do Conselheiro Andrada.

Para os brasileiros, a data que assinala a passagem do sesquicentenário de sua independência ganha dimensão maior, muito mais empolgante neste momento em que as atenções do mundo inteiro se voltam para este povo que soube elevar-se muito acima de suas próprias limitações, arrancando o país do subdesenvolvimento e do atraso, admirando a todos com a imagem de uma nova potência que desponta, trazendo a paz, a liberdade e a democracia como legenda (Heroísmo nacional, 7 jul. 1972, p. 3).

Esse texto foi escrito na véspera da chegada dos restos mortais de d. Pedro I à cidade de João Pessoa, é nesse clima que ele se insere. A sua argumentação é parecida com a dos outros editoriais: o tempo ruim se foi e a nação, seguindo os passos dos seus heróis, pode desenvolver todo o seu potencial, que levará o mundo todo a reconhecer suas qualidades. A diferenciação mais sensível é a inserção do nome de um “herói”

local, Peregrino de Carvalho⁶, junto das figuras nacionais. Outro detalhe é o fato de ser um texto um pouco mais calcado no presente do que os anteriores.

Esses editoriais são regidos pela formulação de que a História é a mestra da vida [*Historia magistra vitae*⁷]. Busca-se um *continuum* histórico de validade geral (cf. KOSELLECK, 2006, p. 43). A história, segundo esses jornais, serve para instruir o presente. A ditadura se apropriou de uma pedagogia cívica, que ensina como deve ser pensada e, posteriormente, vivida a nação brasileira. Os textos analisados são exemplos de como o passado pode ser utilizado para tentar ensinar o presente e também são uma demonstração de como o capitalismo editorial reproduz essa forma de entender a história.

Para Koselleck, essa concepção estaria superada desde meados do século XVIII e seria substituída, no século seguinte, pela percepção de que a história tem um caráter inédito e singular. Essa nova formulação defende que não existe coincidência entre passado e futuro, assim sendo, não é mais possível aprender com o passado. Essa análise gera uma questão: por que a “História como mestra da vida” ainda aparece nesses editoriais? E ainda: se alguns dos principais dizeres do regime estavam ligados à chegada do futuro, como justificar esse apego aos ensinamentos do passado?

⁶ Na minha dissertação de mestrado analisei a tentativa do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) de transformar Peregrino de Carvalho em um herói local, em um processo que se aproxima do que foi feito com Tiradentes, mas sem obter o mesmo êxito. O trecho a seguir aborda essa ideia: “São encontradas algumas semelhanças entre Tiradentes e Peregrino, já que ambos são apropriados como figuras capazes de legar uniformidade ao tecido social, de oferecer uma lição moral e diminuir os dissensos. Os dois são tratados como personagens santificados, não existem máculas em suas biografias. Por outro lado, existem diferenças gritantes. A figura de Tiradentes estende sua influência para todo o país. Enquanto a imagem de Peregrino é uma construção mais débil, tendo sua atuação, quando muito, circunscrita às fronteiras da Paraíba. O herói de 1817 tem mais importância dentro dos estreitos limites do IHGP. São seus membros, que seguindo as ideias de Irineu Pinto, tentaram lhe dar um lugar de destaque. O problema reside na incapacidade do Instituto em alcançar a maior parte da população. Enquanto por trás da criação do herói Tiradentes temos um imenso aparato institucional apoiado pelo governo federal, que imprimirá, através da educação, a sua imagem em nossas mentes. O herói Peregrino conta com os esforços de alguns homens interessados em passar uma imagem do seu estado, que fuja do lugar periférico que ocupa. Esforço este que não encontrou apoio na estrutura administrativa estadual” (MORAIS, 2007, p. 62-63).

⁷ Essa concepção de história é definida por Reinhart Koselleck (2006, p. 42): “Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”.

A resposta pode ser encontrada no próprio Koselleck (2006, p. 56), que fala da impossibilidade de criar, dentro desse novo conceito, regido pela supremacia da história como *Geschichte*⁸, uma amnésia social:

Um dos resultados colaterais dessa revolução histórica foi o fato de que, a partir de então, também a escrita da história tornou-se menos falsificável do que manipulável. Quando a Restauração se instalou, proibiu, por decreto de 1818, aulas de história sobre o período entre 1789 e 1815. Exatamente ao negar a Revolução e suas consequências, a Restauração parecia admitir tacitamente a impossibilidade de repetir os eventos passados. Mas a tentativa de superar a anistia [*Amnestie*] por meio de uma amnésia [*Amnesie*] foi em vão.

A história não pode ser interrompida por uma ação política, mas ela pode ser manipulada e, com isso, determinadas ações podem ser realçadas ou mitigadas pelo Estado. Foi isso que a ditadura fez, usou a versão dos acontecimentos do passado que considerou favorável a sua concepção de nação e silenciou sobre os eventos que não cabiam nessa formulação. Tudo isso mantendo a perspectiva de futuro como um horizonte ao alcance das mãos.

Outro editorial da **Folha**, do dia 30 de junho, traz uma importante pista sobre as linhas gerais de pensamento dessa publicação. Porém, para entendê-lo melhor, é preciso atentar par o fato de que ele é uma resposta ao artigo *A punição dos presos políticos* (25 jun. 1972, p. 3), publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, cinco dias antes (um domingo). Esse texto pede que o problema dos presos políticos no Brasil seja resolvido “à luz dos princípios que regem internacionalmente a questão” (Ibidem). Também diz que os ditos criminosos políticos não podem ser tratados como bandidos comuns e descreve a situação dessas pessoas:

Ora, seja por imprevisão ou por qualquer outro motivo, observa-se hoje em São Paulo, a situação deprimente, a que se relegou o preso político. O Estado não pode ter interesse no tratamento desumano que se lhe dispensa, acrescido das restrições que, normalmente, são impostas a quantos se deixaram levar pela violência, movidos por fins puramente políticos. Tais presos permanecem, aqui, se não em promiscuidade com os presos comuns, até em situação pior que estes. As visitas são-lhes muitas vezes interdidas ou dificultadas pelo sadismo de carcereiros, que chegam a submeter seus familiares a revistas vexatórias. Nega-se-lhes, até, a visita de religiosos, por vezes dignitários, que procuraram levar-lhes conforto espiritual. Seus

⁸ Termo utilizado “para designar, de modo confluyente, tanto a sequência unificada dos eventos que constituem a marcha da humanidade, como o seu relato” (JASMIN, 2006, p. 11).

advogados são ameaçados e coagidos. E, amiúde, são eles transferidos de um estabelecimento para outro, sem condições para acolhê-los com um mínimo de dignidade. Assim se faz para impedir que a opinião pública, devidamente esclarecida, possa aquilatar da gravidade da situação e atuar como elemento de pressão no sentido de que as coisas sejam, afinal, postas em seus devidos termos (Ibidem).

Ainda faz questão de dizer que não está defendendo a impunidade, mas que é necessário dosar as penas. A feroz resposta da **Folha** vem em forma de indagação: *Presos políticos?* (30 jun. 1972, p. 6). Desde a sua primeira linha, esse editorial busca desqualificar todos os argumentos usados pelo seu congênere, dizendo que não existem presos políticos no Brasil. Até admite que tal “... distorção da verdade possa ocorrer no exterior (...) pela imperiosa necessidade que têm as esquerdas mundiais de denegrir e de negar a inusitada ascensão de um país que emerge da desordem e do subdesenvolvimento pelos caminhos da livre empresa” (Ibidem). Por outro lado, não admite que um jornal brasileiro dê respaldo a essa versão. Defende que no Brasil existe liberdade e que as pessoas podem ser contra o regime. Corrobora essa afirmação citando o exemplo do Congresso, dizendo que algumas de suas cadeiras são ocupadas por opositores. Ainda vai mais além:

Ninguém neste país ignora haver também, ainda que tão minoritário e inexpressivo, um pensamento contrário ao Governo e à Revolução, que se expressa em alguns jornais, e principalmente naquele que engrossa aqui dentro a injúria que lá fora se tentou levantar. Ninguém conhece a existência de um só jornalista que esteja hoje expiando na prisão o crime de se haver oposto ao Governo em comentários de jornal.

Ninguém neste país ignora a existência de pessoas que professam ideologias de esquerda, de todos os matizes, e que se mantendo apenas no terreno intelectual de suas próprias ideias e convicções, vivem ser incomodadas. Ninguém conhece a existência de um só homem de esquerda que esteja preso em decorrência exclusiva de seu pensamento (Ibidem).

Ao atentar para essa tolerância com os pensamentos divergentes do propagado pelo Estado, a **Folha** incorporou o lugar, pelo menos nessa disputa editorial, de quem defende, com todo o vigor possível, a pretensão de legitimidade democrática defendida pelo governo. A prerrogativa desse jornal é a de que a democracia é vista como um prêmio pelo bom comportamento (cf. REZENDE, 2001, p. 177). O ato de pensar de

forma diferente até poderia ser tolerado, em alguns casos, o mesmo não se pode dizer das ações⁹.

Na sua resposta, a **Folha** faz questão de recapitular e, posteriormente, refutar todos os argumentos usados em defesa dos presos. Entretanto, um dos pontos levantados pelo **Estado de São Paulo** em sua defesa do tratamento diferenciado é o de que “... os delitos de caráter político são classificados como tais, em verdade, pelos detentores do poder, em razão do que sua conceituação e seu reconhecimento variam segundo o tempo e o regime instaurados” (*A punição dos presos políticos*, 25 jun. 1972, p. 3). A afirmação de que o Estado, especialmente nos regimes autoritários, é quem conceitua o que é um crime político não foi contestada na contestação.

O desfecho do editorial da **Folha** insiste que a divergência ideológica era permitida, as punições ocorreriam quando tais ideias fossem colocadas em prática, como mostra:

É sabido que esses criminosos, que o matutino qualifica tendenciosamente de presos políticos, mais não são que assaltantes de bancos, sequestradores, ladrões, incendiários e assassinos, agindo, muitas vezes, com maiores requintes de perversidade que os outros pobres diabos, marginais da vida, para os quais o órgão em apreço julga legítimas todas as promiscuidades (*Presos políticos?*, 30 jun. 1972, p. 3).

No final das contas, o raciocínio da **Folha** é o de que não existiam criminosos políticos no Brasil, todos são criminosos comuns. Não importava o motor da ação, importava apenas o pretenso crime na letra fria da lei. No final das contas, o discurso se aproxima do texto da *Lei de Segurança Nacional* (decreto 898, 29 de Setembro de 1969), que trata dos crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Esse decreto não prevê qualquer tipo de tratamento diferenciado para os criminosos políticos. Todas as tentativas de subverter a ordem político-social vigente são passíveis de

⁹ É Rodrigo Pato Sá Motta, no livro **As universidades e o regime militar** (2014, p. 329), quem nos mostra o limite dessa tolerância, diz ele: “Naturalmente isso não diminui a importância e a gravidade das ações repressivas, que implicaram demissões, prisões e até tortura e morte. Além disso, a disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menor o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário. Em outras palavras, se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores eram as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas”.

punições duras. O que existia era uma distinção das penas para os criminosos que tentassem transformar a ordem vigente por meio da força ou por meio da palavra¹⁰.

A finalidade do jornal, entendido como uma empresa, se resume à necessidade de lucro. Essa foi uma das explicações encontradas para o endosso da **Folha** ao Estado ditatorial, como nos explica Boris Casoy, que ingressou nesse jornal em 1974 e foi seu editor-chefe entre 1977 e 1984. O trecho a seguir se refere ao contexto do início dos anos 1970:

A Folha foi atrelada [ao Estado], até um determinado momento, por razões econômico-financeiras, de pagar suas dívidas. Então ela se atrelou ao governo (...) hoje [1981], se ela fizer, vai ser por opção editorial; não fez, é um jornal independente (Apud TASCHNER, 1992, p. 117).

Essa afirmação não deve ser levada até as últimas consequências. O alinhamento desse jornal com o governo deve ser pensado dentro de uma conjuntura mais ampla. Uma boa pista é dada por Claudio Abramo¹¹, que define esse momento como o de renúncia à política:

(...) de 1969 até 1972 a Folha atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir às pressões do governo, e por isso não provocava. Foi uma política muito sábia, que Frias aplicou ao jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal (Apud Kushnir, 2012, p. 230).

¹⁰ O artigo 27 é um bom exemplo de como os atentados violentos a ordem poderiam ser punidos: “Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação: Pena: reclusão, de 10 a 24 anos. Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte: Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo”. Já o artigo 45 exemplifica as punições para quem expressasse publicamente uma maneira de pensar contrária ao governo: “Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV - Realizando greve proibida; V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições; VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores: Pena: reclusão, de 1 a 3 anos. Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional: Pena: reclusão, de 2 a 4 anos”.

¹¹ O lugar de Abramo na Folha é descrito por Beatriz Kushnir (2012, p. 221): “Cláudio Abramo assumiu o jornal em 1967 e esteve à frente dele quando, entre 1969 e 1972, este viveria um momento de censura imposta pelo regime militar, que não findou no início dos anos 1970 para a totalidade da imprensa. Em 1972, Abramo foi nomeado diretor de redação da *Folha*, sendo afastado pouco depois e substituído por Ruy Lopes, da sucursal de Brasília. Ficou longe dos jornais por cerca de dois anos e, em 1974, esteve, com outros jornalistas, em um seminário na universidade norte-americana de Stanford”.

O editorial da **Folha** não está fora da política, ele se adequa aos ditames da época. Nesse período, como é sabido, estavam estabelecidas estratégias de controle da imprensa pelo Estado ditatorial. O espaço para divergir era bem pequeno, apesar disso, ele existia e foi usado por alguns veículos de imprensa. Quero reafirmar que a **Folha**, nessa querela editorial, saiu em defesa dos valores da ditadura.

Um fator de aproximação entre a **Folha** e o **JB** foi a forma que eles atuaram perante a censura. Ambos optaram pelo caminho da aceitação das ordens do regime, acreditando que assim poderiam continuar com a sua missão de informar o leitor¹². Motivações menos nobres também podem ser apontadas para a aceitação, como mostra Marialva Barbosa (2007, p. 192-193), nas suas palavras:

Parece demasiadamente simplista explicar essa falta de envolvimento contra o cerceamento da liberdade de imprensa e ampla inclusão e aderência ao regime autoritário por uma espécie de medo prévio da censura. Preferimos acreditar que, tal como estamos mostrando, historicamente o jornalismo e os jornalistas se imiscuem às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas. A construção de defensores do bem comum, dos interesses públicos, das liberdades democrática é muito mais um efeito discursivo – no caso da imprensa brasileira – do que, de fato, se configura na prática. E esse discurso contribui para a ampliação do público, através da construção de um lugar simbólico onde se destaca o papel de defensores do bem comum e dos anseios da população de maneira geral. Com isso, se autoconfiguram como intermediários entre o poder e o público, referendando o seu lugar de poder.

A citação mostra, de maneira dura e direta, como o regime militar conseguiu cooptar boa parte da imprensa e, por outro lado, como a imprensa se utilizou do regime militar. Aproximar-se do poder e dos poderosos para usufruir das suas benesses é uma assertiva válida. Porém, não inviabiliza a ideia anterior de que não bater de frente com o regime poderia criar espaços para que os discursos contrários chegassem ao público. É muito mais simplista acreditar que existia apenas uma maneira de resistir ao regime¹³.

¹² Maria Aparecida Aquino (2002, p. 520) relata a justificativa para essa atitude: “Alguns jornalistas ou empresas jornalísticas até justificaram essa opção alegando, assim, que conseguiriam fazer passar ‘nas entrelinhas’ muito mais informações ao leitor do que adotassem uma atitude mais dura que implicasse a imposição da censura prévia na redação”.

¹³ Alzira Alves Abreu (2002, p. 15) atenta para a complexidade da relação entre a ditadura e a imprensa, e que esse foi um momento de ganho para os dois lados: “A relação dos militares com a imprensa teve, contudo, uma outra face. Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos

Bilhetes e telefonemas¹⁴ com os temas proibidos chegavam às redações e eram encarados como um mal menor, quando comparados com a presença de um censor dentro do jornal. Várias dessas proibições foram catalogadas pelo próprio **JB**, constituindo **O livro preto**, que nada mais era do que uma pasta onde se encontravam arquivados os comunicados da polícia federal vetando os mais variados assuntos (cf. *JB 119 anos: o livro preto da censura*, s/p, 14 dez. 2014). Esses bilhetes não se restringiam ao **JB**, contudo esse foi o periódico que melhor preservou esse material¹⁵.

Dentre as inúmeras proibições, uma me interessa de maneira mais direta, foi recebida no dia seis de setembro de 1972 e trazia os seguintes dizeres: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito” (Apud MARCONI, 1980, p. 243). O decreto a que se refere o bilhete é datado de 28 de agosto de 1821, esse documento é sempre lembrado como o marco da liberdade de imprensa no Brasil¹⁶. O bilhete deixa claro que não existia liberdade de imprensa no país e também revela como era difícil conciliar alguns acontecimentos do passado com o clima dos festejos do sesquicentenário.

São diversos os caminhos que nos levam às fontes e ao contato com os acontecimentos de um tempo distinto do nosso e, quando isso acontece de maneira inesperada, é sempre uma boa surpresa.

políticos”. Mais adiante ela complementa essa ideia atentando para a importância da propaganda estatal para os veículos de comunicação (p. 16-17): “A formação de grandes redes, estimuladas pelos militares, exigia da informação, com recursos obtidos junto ao governo. Não se deve esquecer que nos anos de regime militar a imprensa escrita, o rádio e a televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver, e que os maiores anunciantes eram os órgãos estatais. Valorizando a eficiência técnica e gerencial, o governo entregava sua publicidade aos órgãos da mídia que tinham maior capacidade de circulação”.

¹⁴ É Kushnir quem melhor explica essa prática, colocando, inclusive, o ano de 1972 como um marco dessa maneira de agir para o Grupo Folha, também explica como esse modelo de intimidação perdurou durante alguns anos (cf. 2012, p. 192-207).

¹⁵ Essas proibições foram publicadas no apêndice do livro **Censura política na imprensa brasileira** (1968-1978), escrito por Paolo Marconi (1980, p. 225-303).

¹⁶ Isabel Lustosa (2003, p. 30-31) mostra que as coisas não eram tão simples assim, e que havia vários interesses em jogo no que diz respeito a liberdade de imprensa. O trecho a seguir revela esse momento de indefinição: “É importante lembrar alguns aspectos dessa imprensa que nascia em meio a tanta disputa. A legislação relativa aos usos e abusos da liberdade de imprensa – como aliás quase todas as leis do país, após a revolução portuguesa de 1820 – ainda não fora regulamentada. Valia o que fora estabelecido nas bases da constituição portuguesa e, na prática, iam-se adaptando as velhas leis. Por exemplo, para que o jornalista João Soares Lisboa [responsável pelo jornal **Correio do Rio de Janeiro**, lançado em 1822] fosse a julgamento o Conselho de Procuradores, pressionado por José Bonifácio, votou às pressas uma lei que estabelecia o sistema de jurados para julgar os mal definidos crimes de abuso da liberdade de imprensa”.

Nessa pesquisa, a surpresa surgiu a partir de uma indicação de Maria José Rezende (2001, p. 207), na nota 79 de seu livro, que me apresentou ao artigo de Fernando Pedreira (23 abr. 1972, p. 5), *O pão nosso, sem miolo*, publicado no jornal o **Estado de São Paulo**. Esse texto, que versa sobre a maneira que a nação compreende a democracia, ajudou a entender as escolhas ideológicas pelos periódicos aqui analisados.

Pedreira (cf. *Ibidem*) identifica que todo o problema surge na definição de democracia feita por Abraham Lincoln: “governo do povo, pelo povo e para o povo” – essa é a famosa frase proferida no Discurso de Gettysburg (1863). Segundo ele, esse conceito não serve mais, não comporta a diversidade do século XX, o caminho deveria ser diferente:

O que caracteriza a democracia não é o governo da maioria, por mais popular que ela seja, mas sim, ao contrário, a garantia dos direitos essenciais da minoria (ou das minorias) até essa espécie de minoria exemplar que é o cidadão, o indivíduo. Democracia é essencialmente liberdade de opinião; liberdade de defender a própria opinião. É o sistema que assegura aos cidadãos um grau suficiente de liberdade para permitir o entrelaçamento de forças divergente ou contrapostas – mesmo nos momentos em que não é possível fundar o governo sobre uma maioria bastante estável e expressiva (*Ibidem*).

Segundo Pedreira, a democracia é um regime, um sistema político e não uma forma de governo. No Brasil, a democracia foi reduzida a esse prêmio pelo bom comportamento e não deveriam existir enfrentamentos. Esse é o grande problema, “concordamos que a volta da democracia só poderá ocorrer com segurança no dia em que todos se conformarem com a permanência de um regime reconhecidamente antidemocrático” (*Ibidem*).

Hoje é fácil afirmar que no ano do Sesquicentenário não existia democracia no Brasil – como argumenta largamente Rezende (2001) em seu livro. Sem a democracia ficava praticamente impossível existir jornalismo. Durante o regime ditatorial, a produção das notícias sofria a constante intervenção do Estado. O trabalho de divulgar informações sobre um determinado acontecimento para um público, também determinado, passava por mais esse crivo, acabando com a possibilidade de haver, mesmo que minimamente, uma livre circulação das notícias. Mesmo resumindo o jornal a

mais uma mercadoria, algo que nitidamente já acontecia em 1972, o interesse por um produto que tem seu o campo de atuação restrito acaba sendo menor¹⁷.

3.2 Quadrinhos, livros e panfletos nos jornais

Uma vez concluída essa discussão sobre as fontes, passo a analisar algumas obras comemorativas que foram anunciadas nos jornais. Esse caminho é baseado na ideia de que os periódicos servem de guia para outras fontes. Sempre que possível, essas indicações foram investigadas e, quando o material encontrado foi considerado relevante para os objetivos da pesquisa, foi analisado.

Uma das primeiras publicações encontradas foi noticiada pelo **JB** (21 abr. 1972, p. 12) e também na **Folha** (2 maio 1972, p. 20). Ambos anunciavam a distribuição gratuita do folheto, **Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil**. Confeccionado pela Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, teve uma tiragem de um milhão e quinhentos mil exemplares (cf. CORRÊA, 1972, p. 108). A sua capa é bem sugestiva:

¹⁷ O diretor de redação da Folha, Otávio Frias Filho (filho de um dos compradores da Folha, em 1962), em 1986, data da declaração a seguir, ao se reportar a esse período e refletir sobre a ação da censura, aponta para essa mesma direção, nas suas palavras: “Acho que deprecia a mercadoria jornalística. É mais ou menos como fabricar suco de tomate que não possa ter gosto de tomate (...) tenho a impressão de que isso iria reduzir o mercado de suco de tomate. É um exemplo grosseiro, mas imagino que se possa especular um pouco mais nessa direção: depreciar o valor da mercadoria jornalística e, portanto, pode, eventualmente significar algum tipo de redução ou não-crescimento do mercado jornalístico, se confrontando com o que ele poderia ter crescido em um ambiente de liberdade política” (citado por TASCHNER, 1992, p. 119).

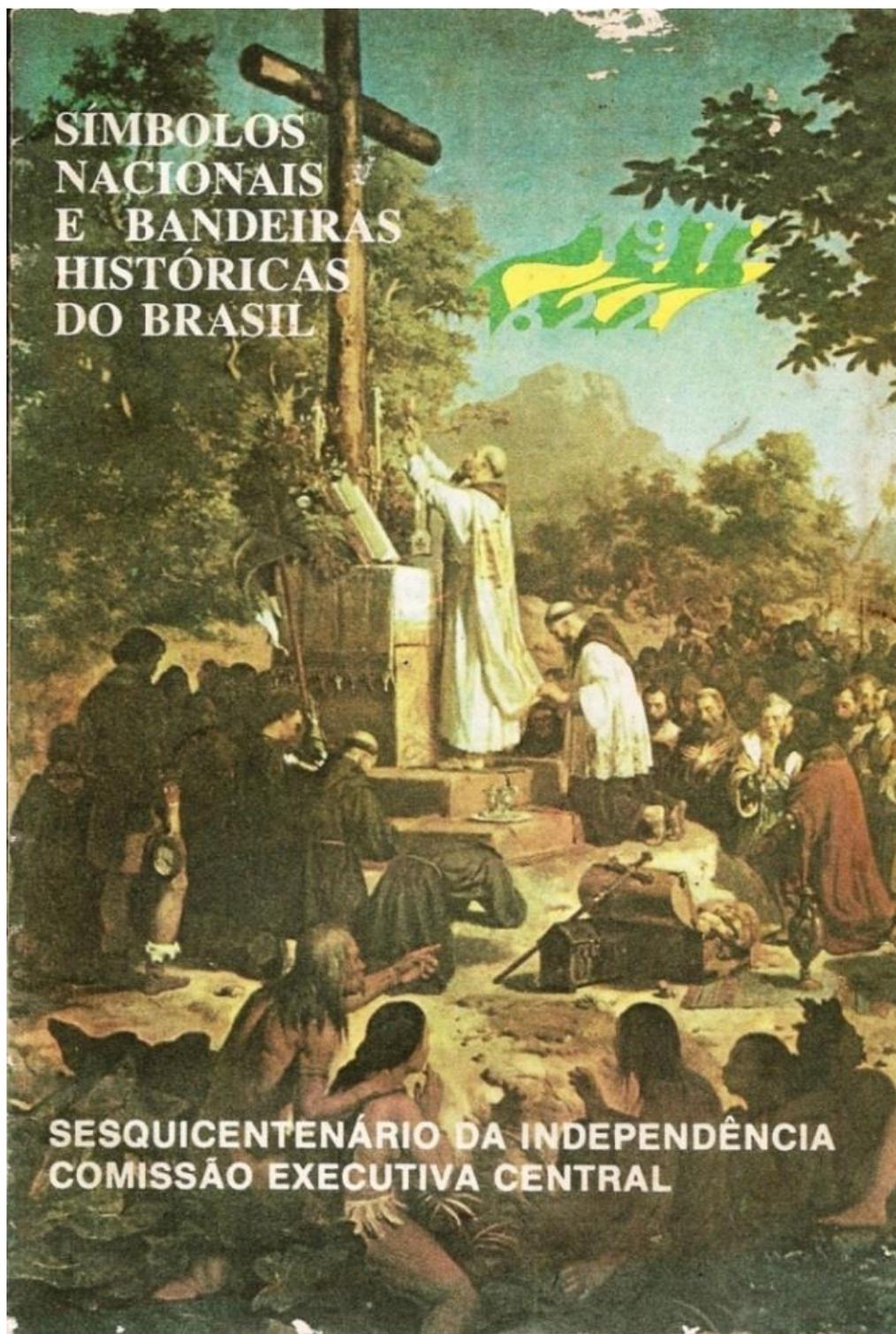


Figura 1: Capa do panfleto Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil (1972).

A primeira informação que chama atenção é a escolha da imagem da capa, o quadro *Primeira missa no Brasil*, pintado por Victor Meirelles, em 1860. Por mais que seja uma pintura histórica de relevância, assim como o *Grito do Ipiranga*, de Pedro

Américo, usado na contracapa do panfleto, não é um símbolo nacional oficial, e muito menos uma bandeira. Outro destaque é a inserção da logomarca oficial dos festejos, ao fundo, no céu azul da pintura. Essa intromissão talvez tenha sido feita para deixar muito claro, mais do que o nome na parte de baixo da capa, à qual comemoração essa publicação se referia.

A introdução é feita com um trecho de um texto de Rui Barbosa (1972, s/p) que conceitua a pátria:

A pátria é a família amplificada. É a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Multiplicai a célula, e tendes o organismo. Multiplicai a família, e tereis a pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum* [Amarás o teu próximo como a ti mesmo].

É esse conceito de pátria, retirado de um discurso de Barbosa, de 1903, que abre o folheto. Ele cria uma visão organicista¹⁸ da pátria e também a aproxima da ideia de família ampliada. Dentro de uma conjuntura em que qualquer tipo de dissenso deveria ser rechaçado, as duas ideias, que servem de síntese para o conceito, são úteis aos propósitos das comemorações. Era uma das preocupações do regime, manter o todo nacional funcionando organicamente¹⁹.

O amálgama entre o Estado e a nação foi o modelo de sociedade pretendido pela ditadura. Os jornais, durante boa parte do tempo da minha pesquisa, coadunaram com esse projeto. A aparição de um panfleto oficial nas páginas desses jornais é um exemplo direto de como essa proposta de nação, que é possível chamar de organicista, encontra lugar para reverberar para além dos discursos oficiais.

¹⁸ André Akoun (1990, p. 180-181) define o organicismo da seguinte forma: “O organicismo estabelece um paralelo entre corpo social e organização fisiológica; exerceu sempre um forte atrativo desde Aristóteles. Mas é no séc. XIX que se vê de maneira consequente o modelo biológico impor-se como modelo de explicação sociológica, depois de Lamarck, G. Cuvier e por fim C. Bernard terem mostrado a integração das funções e dos órgãos num todo coerente, no mundo vivo (...) Mas sobretudo o organicismo e um funcionalismo absoluto impedem que os conflitos sociais e as crises sejam pensados de outro modo que não como sinais patológicos. Fora de toda a teleologia, fora de todo o organicismo, fica por dar à noção de ‘função’ uma delimitação sociologicamente frutuosa”.

¹⁹ Esse § retoma a ideia de Renato Ortiz citada na introdução da tese.

Os jornais se apropriam de representações criadas em outros suportes e os transportaram para as suas páginas. Um bom exemplo é quando a **Folha** publica no seu caderno infantil – **Folhinha de São Paulo** (3 set. 1972, p. 8-16) – um resumo dos quadrinhos **Pequena história da Independência do Brasil** (1972), com 20 páginas. Mais uma das publicações patrocinadas pela Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, sendo mais uma publicação oficial. Assim como o panfleto, **Símbolos nacionais...**, teve uma tiragem de um milhão e quinhentas mil cópias (cf. CORRÊA, 1972, p. 108).

Cabe lembrar que a edição dos quadrinhos publicada na **Folha** está inserida na edição especial do jornal, dedicada às comemorações do Sesquicentenário. Nos dias que antecedem essa edição, o jornal divulgou várias propagandas destacando o fato de essa ser uma edição colorida. Nesses anúncios também são mencionados os quadrinhos e as suas 16 páginas em cores (cf. *Folha*, 25 ago. 1972, p. 3).

Essa **Pequena história...** foi uma condensação – termo usado nas próprias publicações de 1972 – de **A independência do Brasil em quadrinhos** (1970), com 35 páginas, que tem o subtítulo de “edição pré-comemorativa do Sesquicentenário da Independência”. Todas essas narrativas da Independência foram publicadas pela Ebal²⁰ (Editora Brasil-América), com quadrinização de Pedro Anísio e desenhos de Eugênio Colonnese. Esse exercício de redução merece destaque, ele revela aquilo que era mais importante de ser contado²¹. Abaixo reproduzo as primeiras páginas das três edições:

²⁰ Essa editora foi fundada em 1945, por Adolfo Aizen, um russo naturalizado brasileiro, funcionou até 1995. Foi um dos principais nomes do mercado de revistas em quadrinhos no país. Era esse o panorama da editora na década de 1960: “Em 1964, durante visita à sede da editora americana Western Printing – que produzia, publicava e distribuía personagens como **Lone Ranger**, **Tarzan** e **Pernalonga** –, Naumim [Aizen, filho de Adolfo e um dos diretores da Ebal] deparou com um desânimo generalizado entre os editores e artistas de HQs. Foi informado por um deles de que as vendas de revistas em quadrinhos vinham caindo assustadoramente em todo o mundo. E passou a temer pelo futuro da editora e de sua família. A partir daí, a Ebal, sempre com Adolfo Aizen no comando, decidiu mudar de rumo. Em 1965, começou a intensificar a publicação de livros infantis, que se tornariam seu principal produto nas duas décadas seguintes. No Brasil, porém, essa crise ainda demoraria a chegar. Uma pesquisa de 1967 constatou que somente Abril, RGE e Ebal vendiam juntas respeitáveis 18 milhões de revistas em quadrinhos todos os meses — mais de 200 milhões de exemplares por ano. A editora de Aizen, embora tivesse mais títulos, àquela altura já estava atrás de suas duas concorrentes em vendas, com pequena diferença” (GONÇALO JR, 2004, p. 386-387).

²¹ Sigo as recomendações de Paulo Ramos (2009, p. 21) sobre como entender as histórias em quadrinhos: “Seguimos, neste estudo, a linha teórica que vê os quadrinhos como um grande rótulo que agrega vários gêneros que compartilham uma mesma linguagem em textos predominantemente narrativos”.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

EM QUADRINHOS



A História da Independência do Brasil, cujo herói principal foi D. Pedro I, é uma espetacular aventura que começa quando a Raça Brasileira toma, aos poucos, consciência de sua formação.

Índios, brancos e negros demonstram seu amor à Pátria e o desejo de vê-la unida e sómente sua, lançando-se na luta pela expulsão dos invasores.



A Insurreição Pernambucana, em 1645, contra os holandeses, é bem o símbolo do conagraçamento dos vários sangues para o ideal comum. O negro Henrique Dias, o nobre paraibano André Vidal de Negreiros, o índio Poti (que se chamou cristãmente Antônio Filipe Camarão) e o branco Fernandes Vieira reuniram-se para formar o Grupo dos Independentes, sob a divisa de "Deus e a Liberdade". Já aí, a palavra liberdade vibrava no coração da Raça.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

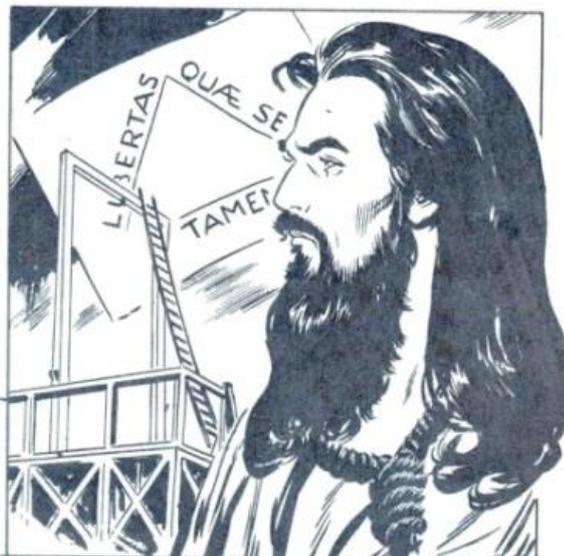
Figura 2: A independência do Brasil em quadrinhos (1970, p. 3).

PEQUENA HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Índios, brancos e negros demonstram seu amor à Pátria e o desejo de vê-la unida e somente sua, na luta pela expulsão dos invasores, na Insurreição Pernambucana, em 1645. O negro Henrique Dias, o nobre paraibano André Vidal de Negreiros, o índio Poti (batizado Antônio Filipe Camarão) e o português João Fernandes Vieira reuniram-se para formar o Grupo dos Independentes, sob a divisa de "Deus e Liberdade", na luta contra os holandeses. A palavra *liberdade* começava a vibrar no coração do Povo.

E a liberdade viria a se ampliar com o correr do tempo, já então com os próprios filhos da terra brasileira ansiando livrá-la de qualquer jugo. Em 1684, no Maranhão, Manuel Beckman, senhor de engenho, rebelou-se contra decisões da Coroa. No princípio do século XVIII, aconteceu a Guerra dos Emboabas, entre paulistas e reinóis. No Norte, a Guerra dos Mascates fez o povo pensar pela primeira vez na proclamação da República brasileira.



E a idéia da República ressurgiu em Minas, em 1720, pela qual foi sacrificado Filipe dos Santos, esquartejado, tal qual viria a ser Tiradentes, setenta e dois anos depois, pela mesma causa da liberdade.

Figura 3: Pequena história da Independência do Brasil (1972, p. 3).

Quadrinhos da Independência

PEQUENA HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Há 150 anos, houve o Grito do Ipiranga. Mas a história da nossa Independência começa muito antes, quando o Povo Brasileiro toma aos poucos consciência de sua formação.

"O Grito do Ipiranga", de um quadro de Pedro Américo.

Índios, brancos e negros demonstram seu amor à Pátria e o desejo de vê-la unida e somente sua, na luta pela expulsão dos invasores, na Insurreição Pernambucana, em 1645. O negro Henrique Dias, o nobre paraibano André Vidal de Negreiros, o índio Poti (batizado Antônio Filipe Camarão) e o português João Fernandes Vieira reuniram-se para formar o Grupo dos Independentes, sob a divisa de "Deus e Liberdade", na luta contra os holandeses. A palavra *liberdade* começava a vibrar no coração do Povo.

E a liberdade viria a se ampliar com o correr do tempo, já então com os próprios filhos da terra brasileira ansiando livrá-la de qualquer jugo. Em 1684, no Maranhão, Manuel Beckman, senhor de engenho, rebelou-se contra decisões da Coroa. No princípio do século XVIII, aconteceu a Guerra dos Emboabas, entre paulistas e reinóis. No Norte, a Guerra dos Mascates fez o povo pensar pela primeira vez na proclamação da República brasileira.

E a idéia da República ressurgiu em Minas, em 1720, pela qual foi sacrificado Filipe dos Santos, esquartejado, tal qual viria a ser Tiradentes, setenta e dois anos depois, pela mesma causa da liberdade.

Condensação de
"Pequena História da Independência do Brasil"
Publicado com autorização especial da
Editora Brasil-América

Legendas de PEDRO ANÍSIO
Desenhos de EUGENIO COLONNESE
Determinação de cores: Lúcia Costa
Separação de cores: Equipe FOLHA DE S. PAULO

Figura 4: Folhinha de São Paulo (03 set. 1972, p. 8).

Na página de abertura da primeira edição, os textos e as imagens encontram-se melhor distribuídos e existem menos informações. Nas outras duas reedições, as páginas são praticamente iguais, a única diferença entre elas é o deslocamento do texto que trata de Tiradentes – na edição que aparece na **Folhinha** – para dentro da sua representação.

Com essa medida, ganhou-se um pouco de espaço e foi possível acrescentar as referências da publicação que originou essa síntese. Essa imagem do inconfidente foi transportada da página seguinte da primeira edição, mostrando, assim, o trabalho de síntese efetuado.

A representação dos responsáveis pela expulsão dos holandeses do litoral da atual região nordeste foi outra alteração ocorrida. Na edição de 1970 existem duas representações desses “heróis”: a primeira, mostra as três etnias no seu “estado natural”; já a segunda, apresenta esses mesmos tipos já como brasileiros, note-se, por exemplo, a cruz no pescoço da representação do indígena. Nas reedições, a primeira representação é retirada, ficando apenas a imagem dos brasileiros.

Nessas primeiras páginas, a diferenciação que mais chama atenção é a inserção do quadro de Pedro Américo, imagem ausente de toda a edição original. Parece que dois anos antes do Sesquicentenário não tinha ocorrido aos realizadores do projeto utilizar a imagem consagrada da independência. Isso foi “corrigido” nas edições seguintes, quando o retrato de d. Pedro I foi substituído pelo Grito do Ipiranga.

A Ebal não parou nessas publicações e promoveu, naquele mesmo ano, o “I grande concurso de história em quadrinhos, feito para comemorar o Sesquicentenário da Independência” (NOVELLI, 1972, s/p). O título vencedor foi **Uma estória na Independência**, escrita e desenhada por Luiz Antônio Novelli, uma publicação em preto e branco, apenas a capa é colorida. Tem um tamanho que foge do padrão das publicações brasileiras (feitas quase sempre no padrão chamado de formato americano ou formatinho, geralmente 13 x 21 cm), ela é bem grande, chamando bastante atenção (tem 30 x 24 cm). Segue a reprodução da capa da mesma:

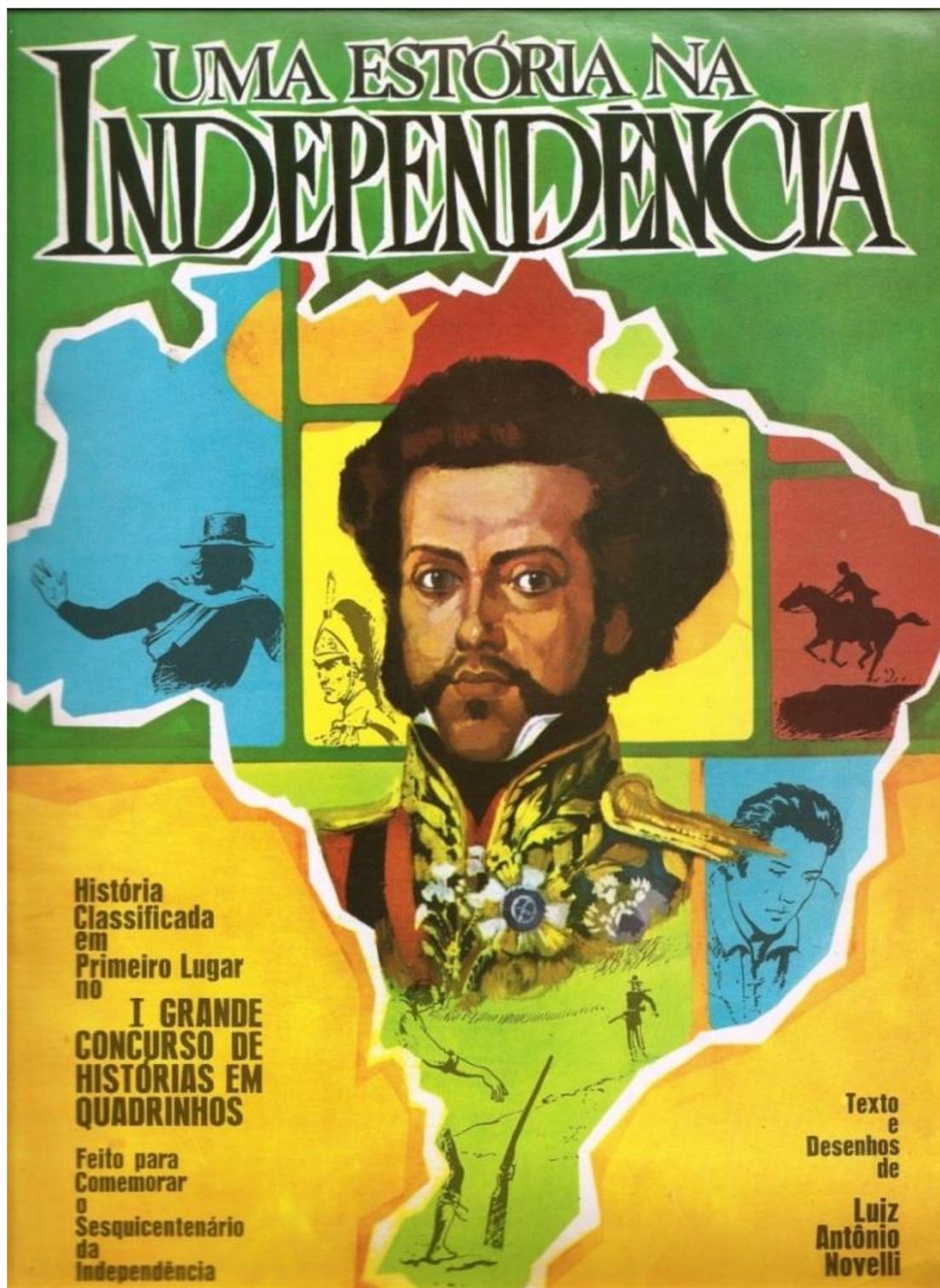


Figura 5: Capa de Uma estória na Independência (1972)

A introdução da história é feita por um dos editores da Ebal, Naumim Aizen. Nela são narradas as motivações do concurso, que são: homenagear o Sesquicentenário da Independência e descobrir um novo desenhista de história em quadrinhos. Nesse mesmo espaço, ele explica como o concurso se desenvolveu:

Recebemos 56 originais, que vieram de todo o País. Chegavam diariamente, aos montes, de todas as formas possíveis. Houve, até, um concorrente que desenhou com caneta esferográfica em caderno escolar, dos dois lados das folhas. Apesar de uma das condições do concurso ser o tema desenrolado na época da Independência do Brasil, vários originais exploravam um gênero muito atual: a ficção científica, cheia de discos voadores, viagens interplanetárias e plataformas espaciais. E a Independência era sempre um “acidente”. Mas se o enredo, o desenvolvimento e os desenhos fossem de boa qualidade, melhores que outras histórias apresentadas, qualquer original de ficção-científica seria o vencedor. Nenhum deles, no entanto, explorou convenientemente o assunto (AIZEN, 1972, s/p).

Vários concorrentes investiram na ideia de criar uma visão alternativa da Independência. No entanto, essas tentativas de reescrever a história, sem tomar como base os acontecimentos tidos como “verdadeiros”, não foram bem recebidas pela comissão julgadora do concurso, formadas por homens da própria Ebal. Eles fizeram uma pré-seleção, escolheram seis trabalhos e os enviaram à redação de **O Pasquim**, os membros dessa revista foram os responsáveis por escolher o vencedor. É o próprio Aizen (1972, s/p) que descreve as maiores qualidades de **Uma estória na Independência**:

Já para o final do prazo de inscrição e entrega chegou-nos um envelope enorme, muitíssimo bem acomodado, com originais cujos desenhos nos impressionaram a primeira vista. Isso, porém, não bastava. Bons tinham que ser os desenhos, como boa tinha que ser a história. E, de fato, lidos e examinados todos os concorrentes, aquele, o do envelope, sobressaía aos demais. História bem desenvolvida, com lances cinematográficos, sem grandes complicações, nem implicações, desenho limpo mas muito bem elaborado, indicando um verdadeiro artista com largos conhecimentos de gravura, apesar de, nas figuras humanas, não ter conseguido o nível dos cenários; isso, porém, se ofuscava diante de vários quadros, pequenas obras-primas, formando um conjunto super-harmônico no todo que é uma história-em-quadrinhos. Estávamos diante de alguém que sabia o que fazer! Mas a última palavra não seria apenas nossa.

O texto não se aprofunda em falar do processo final de seleção, apenas cita algumas palavras elogiosas de Ziraldo – um dos fundadores do **Pasquim** – ao autor do trabalho vencedor, são elas: “desenha como um anjo” e “os cenários dos quadros têm um nível que eu nunca vi antes, nem mesmo nas melhores histórias internacionais” (Ibidem).

Uma estória na Independência tem seu enredo correndo em paralelo aos eventos que supostamente ocorreram nas margens do Ipiranga. Centrada na figura de Adriano, um jovem que mora na casa retratada no fundo do quadro *Independência ou morte*, e que, em um lance do acaso, acaba se envolvendo com um grupo de pessoas que almejam a independência. Um traidor, Hermeto, mata seus companheiros de causa, restando apenas o próprio Adriano. Nesse momento, o jovem tem que correr para retornar as suas terras, porque é o único que pode evitar que o vilão mate d. Pedro e impeça o Brasil de se tornar um país livre. O clímax da narrativa ocorre quando Adriano se encontra frente a frente com Hermeto e, em um duelo, o vilão é morto. Nessa passagem, a inspiração nas histórias de faroeste é nítida. Na peleja, o mocinho é alvejado com um tiro no ombro, mas é socorrido e levado para a sua casa. Vale notar que a casa, convenientemente, ficava nas imediações da disputa. Em seguida, por causa desse tiro, ele morre. Seu falecimento acontece no exato instante do grito. A seguir, reproduzo a primeira e a última página da obra:

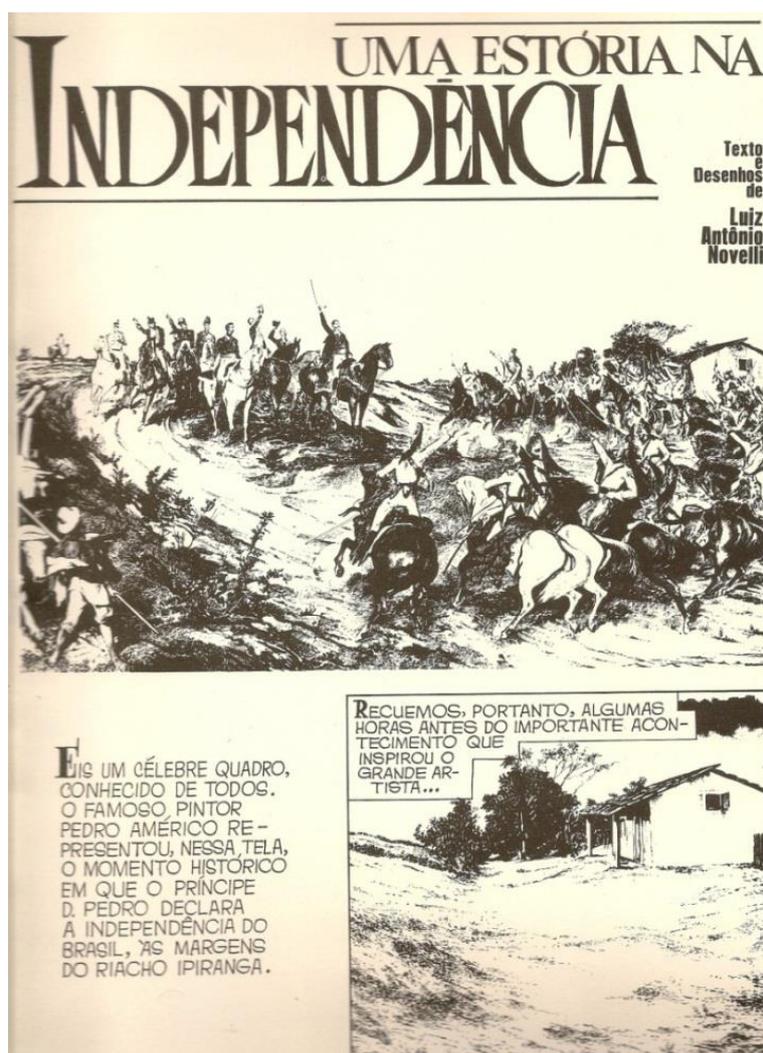


Figura 6: Uma estória na Independência (1972, p. 7).



Figura 7: Uma estória na Independência (1972, p. 38).

A primeira página abre com o quadro de Pedro Américo, levando o leitor a se familiarizar com o tema, algo feito pelos inúmeros materiais produzidos para os festejos. Inclusive, duas das histórias em quadrinhos apresentadas a poucas páginas atrás usam esse mesmo recurso. Mais do que nunca, a representação tradicional da independência tem um lugar de destaque nas imagens construídas para comemorar a nação.

No seu desfecho, a obra retorna para o lugar de início, usando a casa como cenário principal. Dali é possível ouvir o grito e as respostas da comitiva que viajava ao lado de d. Pedro. O último quadro é centrado na paisagem despida dos elementos humanos, um grande vazio, onde a voz do pai de Adriano indaga sobre uma possível homenagem ao seu filho.

Essa peça comemorativa não parece ter tido o mesmo sucesso ou pelo menos a mesma longevidade de **A independência do Brasil em quadrinhos**, obra que foi reeditada, pelo menos, até 1983. Nem o seu autor parece ter seguido esse caminho profissional. A aventura de Adriano não obteve sucesso e essa versão sobre a Independência não seguiu adiante nas disputas sobre o que deveria ser lembrado quando nos remetemos ao suposto nascimento da nação brasileira.

As histórias em quadrinhos podem ser classificadas nos mais diferentes gêneros²². No caso das que foram aqui discutidas, o seu enredo é calcado na aventura. Nelas a atuação dos heróis é bem delimitada: quando folheamos os quadrinhos que retratam o ato da Independência, esse papel cabe a d. Pedro I e nas páginas de **Uma estória na Independência** o papel do mocinho é de Adriano, sendo esse construído como um mártir oculto da libertação do Brasil.

Diversos tipos de publicação ocuparam as páginas dos jornais. Seu espaço não foi de uso exclusivo dos quadrinhos, suas páginas também foram utilizadas para propagandear livros que abordavam a história do Brasil. É importante lembrar: o jornal é uma mercadoria que é vendida duas vezes, para os leitores e para os anunciantes. Esses mercados se inter-relacionam, tendo em vista que um maior número de leitores corresponde a um valor mais alto cobrado pelo espaço cedido às propagandas veiculadas no periódico (cf. TASCHNER, 1992, 175-176).

Nesse sentido, uma das publicações que mais chamou atenção é a reedição dos três volumes da **História do Brasil**, escrita por Hélio Vianna e publicada pela Edições Melhoramentos. A propaganda (reproduzida na página seguinte) é uma das poucas que aparecem simultaneamente na **Folha** (12 set. 1972, p. 33) e no **JB** (14 set. 1972, p. 18). Essa propaganda ocupa mais de um quarto das páginas dos jornais e vende aquela que considera ser “... a obra mais completa escrita até hoje sobre a nossa História”.

Se levarmos em conta que a primeira edição do livro de Vianna foi lançada em 1963, e que, menos de uma década depois, já alcançava a sua décima edição, é possível dizer que essa foi uma publicação de sucesso. É uma edição comemorativa, que recebe

²² “A diversidade de gêneros está atrelada a uma série de fatores, como a intenção do autor, a forma como a história é rotulada pela editora que publica, maneira como a trama será recebida pelo leitor, o nome com o qual o gênero foi popularizado e que tornou mais conhecido junto ao público. É um assunto complexo e que precisa de um estudo mais aprofundado. Mas podem-se ver algumas tendências. Parece haver um maior interesse em rotular tais gêneros pela temática da história: super-heróis, terror, infantil detetive, faroeste, ficção científica, aventura, biografia humor, mangá (nome dado ao quadrinho japonês e seus diferentes gêneros), erótica, literatura em quadrinhos (adaptações de obras literárias), as extintas fotonovelas, o jornalismo em quadrinhos (reportagens feitas na forma de quadrinhos)” (RAMOS, 2009, p. 29-30).

o subtítulo de “revista e atualizada”. São mais de mil páginas e mais de uma centena de ilustrações, que têm como intuito descrever o Brasil desde o período colonial (volume I e parte do volume II), Império (volume II e parte do volume III) e a República (volume III).

Leia esta história para você se orgulhar ainda mais do Sesquicentenário.



Figura 8: Propaganda do estojo com os três vols. da **História do Brasil** (Folha de São Paulo, 12 set. 1972, p. 33).

Outra pista sobre o impacto dessa publicação é a resenha escrita para a **Folha**, assinada por José Geraldo Nogueira Moutinho (7 out. 1972, p. 33), nela é feita uma apreciação elogiosa dos três volumes, enquadrando-os dentro dos eventos comemorativos:

Verdadeiramente monumental, como convém um tratado geral de História, mas em nada lembrando a sisudez dos velhos cartapácios, a obra do prof. Hélio Vianna surge neste ano do Sesquicentenário como uma das excelentes reedições que a data propicia. Na verdade, quase se poderia anunciar uma nova obra a estrutura e a distribuição dos capítulos assim como as ideias e a teoria geral do trabalho, prosseguem neste lançamento a sua carreira. Há que falar porém das inovações em profundidade nesta décima edição, infelizmente realizada após a morte do prof. Hélio Vianna, mas minuciosamente atualizada pelo prof. Américo Jacobina Lacombe.

O detalhe da morte de Hélio Vianna, aos 63 anos, em janeiro daquele ano, não deve passar despercebido. É um elemento sentimental que garante um apelo maior a essa reedição, destacado também por Américo Jacobina Lacombe (1972, vol. I, p. 9), que no prefácio se descreve como o “... companheiro de estudos a quem ele [Vianna] confiara esse encargo, na triste hipótese ocorrida, da sua falta”. Outro destaque, levantado por Lacombe, são as “achegas” dessa nova edição, que aparecem como trechos de outros autores e também documentos que complementam o texto original. Ainda, nesse prefácio, aparece a síntese da maneira que Vianna fazia história: “atrás de cada afirmação singela há todo um travejamento de vigorosos esteios apoiado em massa respeitável de documentos” (Ibidem, p. 10)²³.

História do Brasil, de Vianna (1972, vol. II, p. 287), narra a proclamação da Independência da forma consagrada. Repete a versão na qual d. Pedro, ao receber os comunicados enviados por José Bonifácio e pela princesa Leopoldina, não viu outro caminho a não ser a separação de Portugal, em razão de que as intenções das Cortes era a de recolonizar o Brasil. O passo seguinte foi:

Retirando do chapéu as cores constitucionais portuguesas, azul e encarnado, atirou-as fora. Ouviram-se vivas à Independência e a D. Pedro, acrescentando-lhes este a divisa que daí por diante seria a do Brasil: “Independência ou Morte!”.

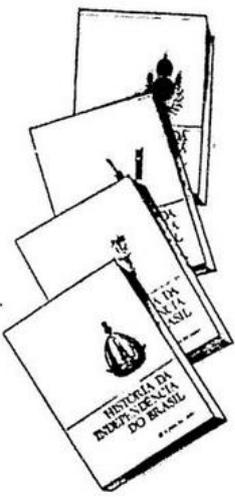
²³ Lacombe e Vianna eram bem próximos, “foi uma convivência de mais de quarenta anos” (LACOMBE, 1972, vol. I, p. 10). Também coube a esse amigo escrever a nota de falecimento presente na Revista do IHGB (jan-mar 1972, vol. 294, p. 323). Desta transcrevo a síntese da carreira acadêmica de Vianna: “Bacharelou-se em direito em 1932. Ensinou em seguida em vários colégios. Professor na Universidade do Rio de Janeiro, bem como na Pontifícia Universidade Católica, doutorou-se em História assumindo a cátedra de História do Brasil que exerceu por longos anos até aposentar-se em 1970. Era sócio efetivo, depois benemérito de nosso Instituto desde 27 de dezembro de 1944. Era igualmente sócio da antiga Sociedade Capistrano de Abreu, para a qual entrou pela mão de amigo Rodolfo Garcia, e da Academia Portuguesa de História, além de membro de diversos Institutos Históricos estaduais. Era membro do Conselho Federal de Cultura”.

Nessa descrição, o único elemento que faltou foi o desembainhar da espada, antes do grito. No mais, todos os outros ingredientes da descrição tradicional são encontrados nessas linhas.

O século XX é retratado por Vianna a partir da sucessão dos governantes, apenas inserindo, vez ou outra, um tópico para abordar alguma mudança que considera digna de nota. Fez isso, por exemplo, quando tratou do governo de João Goulart e criou uma cisão no texto para explicar a sua deposição. É uma narrativa centrada na sucessão temporal, essa ideia pode ser percebida quando aborda o AI-5 e limita-se a dizer que este ato "... armou [o governo] de novos poderes para enfrentar a agitação, dando continuidade ao espírito revolucionário de 1964" (VIANNA, 1972, vol. III, p. 320).

O último trecho do livro é dedicado ao período Médici. Não existe nada de muito significativo, o período é contado em apenas quatro parágrafos, menos de uma página. O desfecho aborda as eleições de 1970 e a predominância da ARENA no Senado Federal, ainda menciona a grande quantidade de votos brancos e nulos nesse pleito e alude que isso pode ser uma crítica ao sistema de votação (cf. *Ibidem*, p. 322). Nos trechos aqui citados fica nítido que sua preocupação é com a história dos atos políticos e administrativos.

O destaque da **História do Brasil**, de Vianna, só encontra comparação na **História da Independência do Brasil**, em quatro volumes, organizada por Josué Montello. Ela merece destaque pelo seu caráter oficial. Foi divulgada nos jornais do Rio de Janeiro e também de São Paulo. É uma publicação que busca impressionar o leitor pelo seu tamanho, pelo seu peso e pelo material com que foi elaborada. A propaganda abaixo exemplifica bem o impacto que essa edição procurava causar:



A MAIS COMPLETA
HISTÓRIA
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

Em quatro volumes, no formato de 30x22 cm, com um total de 1 100 páginas, esta é a mais atualizada obra sobre a Independência, desde seus antecedentes no século XVIII até o reconhecimento em 1825. Escrita por vinte e cinco especialistas, sob a direção de Josué Montello, impressa em papel de primeira qualidade, contendo 500 ilustrações fora de texto e 32 páginas a cores, constitui-se o grande monumento bibliográfico do Sesquicentenário, indispensável a toda e qualquer biblioteca.

EM TODAS AS LIVRARIAS – Cr\$ 350,00

Em luxuosa encadernação, com lombada de pergamimho, no formato de 37x27 cm, em uma tiragem limitada a mil exemplares, um presente de Presidentes por Cr\$ 1 000,00.

Edição da CASA DO LIVRO LTDA.
Rua da Quitanda, 27 — Rio — Tel.: 222-6631.

Figura 9: Propaganda da **História da Independência do Brasil** (O Globo, 1 set. 1972, p. 10).

Dentre os jornais pesquisados, foi o **JB** quem mais destaque deu a essa publicação. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de Montello, desde 1954, colaborar com esse periódico. Um dia antes da abertura das comemorações oficiais, Médici, juntamente com Américo Thomaz (governante português), receberam exemplares dessa coleção. A edição entregue aos governantes foi a mais luxuosa – descrita com minúcia no segundo parágrafo da propaganda anterior. Coube ao próprio Médici comentar a importância desse “grande monumento bibliográfico” (*Médici abre o sesquicentenário com mensagem à nação*, 21 abr. 1972, p. 15):

A cerimônia de entrega dos volumes foi realizada no andar superior do palácio das laranjeiras e o Presidente disse que o acontecimento ganhava maior significado no momento em que estão chegando ao Brasil os restos mortais de Dom Pedro I, “o homem que proclamou nossa Independência”.

– Não tenho dúvida – finalizou o Presidente – de que uma nova mentalidade está se implantando em nosso país, com os jovens e com os homens velhos como nós (Ibidem).

O caminho para refletir sobre essa publicação foi encontrado nas ideias de Jacques Le Goff (1996, p. 110). Mais uma vez suas considerações sobre a relação entre o historiador e suas fontes alimentam a minha análise. Nas suas palavras:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade.

No caso da **História da Independência do Brasil**, a ideia de convertê-la em um monumento é muito clara. Por isso, é necessário tentar desmitificá-la. É preciso deixar claro o seu caráter oficial, já que fazia parte da Biblioteca do Sesquicentenário. Uma iniciativa da Comissão Executiva Central, em convênio com IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)²⁴, calcada, basicamente, no relançamento de 16 obras que abordam o tema da Independência, tem seu ponto alto nessa coleção, como diz o decreto: “Destaca-se entre esses a obra **História da Independência**, em 4 volumes, organizada sob os auspícios da Comissão e coordenada pelo Acadêmico Josué Montello” (Apud CORRÊA, 1972, p. 111).

A orientação, o caminho, o tipo de história que se pretende perpetuar nessa coletânea é a pensada pela ditadura. Essa concepção de história aparece no Decreto nº 69.344, de 8 de outubro 1971, responsável pela designação da Comissão Nacional dos festejos, nele é dito que deve existir um “caráter excepcional, tendo em conta que a data assinalará o 150º aniversário de Independência do Brasil”; não devem ser circunscritas a uma dada localidade e “deverão estender-se a todo território nacional, com a participação de todo o povo brasileiro”; e terão como principal marca o “mais elevado espírito cívico e patriótico” (Apud Ibidem, p. 13). No desfecho de seu livro, o Gen. orrêa (Ibidem, p. 114) diz que o dever foi cumprido:

A cristalização de uma consciência nacional de desenvolvimento justo e humano, que se empenha o atual governo da República, foi caracterizada pelo elevado espírito cívico e patriótico que o povo

²⁴ Esse convênio foi publicado no Diário Oficial, de 26 de abril de 1972, e transcrito no livro **As comemorações do Sesquicentenário** (1972), escrito pelo Gen. Antonio Jorge Corrêa, presidente da Comissão Executiva Central dos festejos.

brasileiro emprestou às comemorações dos 150 anos de sua emancipação política.

Acredita a Comissão Executiva Central que os objetivos cívicos e patrióticos estabelecidos pelo Governo da República no primeiro ato oficial atinente às comemorações do Sesquicentenário (Decreto nº 69.344, de 8 de outubro 1971) tenham sido alcançados.

Procurou-se sempre, com as comemorações programadas, despertar nas populações esses sentimentos. Esforço prioritário, nesse sentido, foi dado pela Comissão às populações mais afastadas dos Estados e Territórios fronteiriços.

Os quatro volumes da **História da Independência do Brasil** foram construídos a partir desses preceitos. A primeira página da coletânea, na sua Introdução, o único artigo assinado por Montello (1972, vol. I, p. 12-34), revela seus interesses e a aproximação com o discurso oficial:

Este livro, vindo a lume no ano em que se comemora o sesquicentenário do episódio capital da nacionalidade, traz consigo um propósito cultural, que se inspira na consciência da verdade histórica, e uma intenção comemorativa, que se harmoniza à atmosfera cívica da efeméride (Ibidem, p. 13).

Dentre os inúmeros textos da coletânea, destaco o capítulo **A proclamação da Independência**, redigido por Pedro Calmon (1972, vol. II, p. 47-85) – presidente do IHGB – e uma das figuras mais importantes na organização dos festejos. O Instituto tem um lugar de destaque na festa, seu presidente representava a instituição na Comissão Nacional e também na Comissão Executiva Central. Na primeira, Calmon aparece como um dos membros, sem nenhuma designação específica; já na segunda, ele participa da Subcomissão Especial de Assuntos Culturais.

Seu texto é recheado de imagens, das suas quase quarenta páginas, nove são inteiramente dedicadas às ilustrações ou reproduções de documentos da época da Independência. À primeira vista, esse número pode parecer pequeno. Porém, ele praticamente dobra quando se percebe que todas as páginas que continham imagens têm seu verso em branco. Esse recurso estilístico na composição do texto deu mais destaque às ilustrações e foi uma prática utilizada em toda a coleção.

Preso ao fetiche do documento, Calmon procurou transcrever os textos da época da Independência em praticamente toda a narrativa. A preocupação com a verdade histórica perpassa toda a sua obra, como nos mostra José Carlos Reis (2006, p. 35-36)

A verdade histórica, para ele, se apoia na fidelidade documental e no argumento persuasivo. A verdade histórica coincide com a continuidade da memória. Mas qual memória será a “verdadeira”: a da nação ou a do Estado? Ele hesita e se divide. Sua história política comemorativa, que associa verdade e memória, primeiro quis contribuir para a construção da nação e, após a Independência, para a construção do Estado. Sua História da civilização brasileira pode ser dividida em dois momentos: no primeiro, que vai do descobrimento até a chegada da família real, um primeiro Calmon faz o elogio da luta da nação brasileira pela autonomia; após 1808, um segundo Calmon passa a fazer a história da família real, do Estado contra a nação. Ou melhor, passa a confundir o sucesso da nação com a estabilidade do Estado, reduzindo a nação à Monarquia. O segundo Calmon foi fiel à tradição dos “descobridores do Brasil”, especialmente a Varnhagen, para quem o Estado é o sujeito da história brasileira e seus documentos é que interessam ao historiador. A memória da nação é reduzida à memória do Estado. A função da história seria elaborar e consolidar a identidade nacional, fundindo história e memória, ciência e valores éticos, impondo à nação a memória do Estado.

Seguindo essa lógica, o texto da coletânea estaria mais próximo do segundo caminho descrito. Mesmo concordando com a existência de diferenças na abordagem desses tempos, não me parece que existam dois Calmons. A maneira que ele compreende a história do Brasil é, inclusive, a tradicional, a qual tentarei sintetizar: cria-se uma confusão entre o Estado e a nação, usando como marco para essa junção a chegada da família real ao Brasil e todas as transformações causadas pela transmigração. A partir desses acontecimentos, que têm como ápice o 7 de Setembro, quem não estava do lado do Estado, encarnado na figura do Imperador, estava também contra a nação. Essa mesma formulação é utilizada durante a ditadura militar e alcança as festividades do sesquicentenário. Desse modo, é mantido o discurso da antiguidade da nação, que é um dos principais pressupostos para que ela seja aceita. Tudo isso para tentar conseguir, a duras penas, é verdade, a legitimação do Estado.

Calmon também descreveu o momento da Independência, utilizando, para isso, o recurso de criar um tópico intitulado: Independência ou morte. Todo o tópico é construído a partir das palavras do Capitão Canto e Melo, uma das testemunhas do grito. Transcrevo as partes que considero mais significativas:

A visão do Rei calado, do Congresso intolerante, do apelo às armas, da escolha feita, deixou-o um instante meditativo, *às margens do Ipiranga* (4 e meia da tarde de 7 de setembro). “Depois de um momento de reflexão” – recorda Canto e Melo, “bradou” (poderia dizer explodiu). “*Já é tempo! ... Independência ou morte! Estamos separados de Portugal...*”

Testemunhas do *grito*, foram o padre Belchior (que lhe estimulava os protestos); Manuel Marcondes, o Capitão Canto e Melo. Informa este: “*falou aos que rodeavam*” da intenção sinistra das Cortes, pelo que, devia declarar logo a Independência (completa Marcondes); “e arrebatando o tope do português que trazia no chapéu, e lançando-o por terra, soltou o brado *Independência ou morte*”.

Ato contínuo (continua Canto e Melo): “*desembainhando a espada, ele e os mais presentes prestaram o juramento de honra, que para sempre os ligava à realização da ideia generosa de liberdade*” (CALMON, 1972, vol. II, p. 67. Todos os itálicos são do original).

Sua maneira de escrever a história merece ser olhada mais de perto. Suas palavras servem como conexão entre os diversos textos da época que utiliza para contar o momento da independência. É como se fosse feita uma colagem de documentos diversos e os pequenos excertos, escritos por Calmon, servissem como a cola que liga esses recortes. Isso fica nítido, pois, além de usar as aspas para mostrar a citação de outro autor, usa também o modelo tipográfico itálico para demarcar os dizeres de maior impacto.

Essas publicações se encontram, são filhas do mesmo cenário intelectual. Calmon (Ibidem, p. 55), por exemplo, cita o livro **D. Pedro I jornalista** (1967), de Hélio Vianna. Contudo, são as palavras de Montello, ao comentar a morte de Vianna, que melhor descrevem a proximidade que existia entre eles:

Eu costumava dizer a Hélio Viana, meu vizinho no plenário do Conselho Federal de Cultura, que nossa amizade de companheiros, mais do que uma afinidade de sentimentos, correspondia a uma obrigação recíproca, tão frequentes eram as oportunidades que o destino nos oferecia para que ficássemos juntos.

Na realidade, durante anos sucessivos, tivemos ocasião de nos encontrar nas mesmas salas de trabalho: na Biblioteca do exército, a cuja Comissão de Publicações pertencíamos; no Instituto Histórico, de que éramos membros efetivos; na Biblioteca Nacional, no Museu Histórico Nacional, nas livrarias, nas salas de conferência e debates; no Conselho Federal de Cultura, de que éramos colegas da primeira hora, e ainda no curso de duas longas viagens: uma, a Boston; outra, a Angola e Moçambique (MONTELLO, 11 jan. 1972, p. 6).

É muito grande a aproximação entre esses dois homens de letras, os caminhos que percorreram ao longo da vida os colocou lado a lado inúmeras vezes. Não é de estranhar que existam similaridades entre as suas obras. Contudo, vou abordar primeiro as diferenças básicas entre os dois. O livro de Vianna foi elaborado há mais tempo e aborda “toda” a história do Brasil. Já a coleção organizada por Montello foi preparada

especificamente para o Sesquicentenário e trata somente dos eventos tidos como importantes para a Independência, é marcada por ser uma obra coletiva.

Para compreender as produções históricas elaboradas por Vianna, Montello e Calmon, utilizo o conceito de lugar social, na acepção de Michel de Certeau (1982, p. 65):

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével.

Alguns parágrafos depois, essa ideia ganha contornos finais:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Ibidem, p. 65-66).

Nessa criação conceitual falta um elemento primordial ao ofício do historiador, a perspectiva temporal. José Carlos Reis (2002, p. 9), com ideias muito próximas de Certeau, atualiza e complementa esse conceito:

Dominada pela temporalização, portanto, a imagem da história vivida muda constantemente como em um holograma. Os acontecimentos históricos exigem a sucessão, precisam do tempo, para revelar seu sentido. A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na inter-relação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específico. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com sua passagem. Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente,

lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que realiza. Febvre considera que a função social da história é “organizar o passado em função do presente” (FEBVRE, 1992). Um novo olhar sobre o passado e o futuro se elabora sob as pressões do presente vivido. A partir do presente, a visão do passado se altera e age sobre a visão e produção do futuro.

Nesse “mirante temporal” descortino um passado específico, a partir de um ponto de vista construído socialmente, o meu lugar social. Não é possível fugir dessa formulação que une o tempo e lugar social. Tenho consciência disso e formulo minha interpretação da festa cívica do Sesquicentenário a partir dessas premissas. Elas também são válidas para olhar para o passado e compreender como Vianna, Montello, Calmon e também outros historiadores construíram sua versão dos acontecimentos.

José Carlo Reis, no seu **As identidades do Brasil 2** (2006), analisa o pensamento de Pedro Calmon, vinculando-o à interpretação do Brasil herdeira da monografia escrita por Carl Friedrich Philipp von Martius, **Como se deve escrever a história do Brasil**, de 1843. Segundo Reis (2006, p. 40), ele incorpora a ideia de que a história do Brasil deveria ser escrita a partir do ponto de vista de um filantropo, cristão e humanista, cujo maior exemplo seria d. Pedro II. A conclusão sobre a maneira que Calmon interpreta a história do Brasil e a formação da nação é densa e aterradora:

Todavia, embora haja nela algo de belo, o amor à população brasileira, a atitude de Calmon me parece ultraconservadora, mais ainda do que fora a de Varnhagen. Este pelo menos via e criava dificuldades para a unidade nacional. Calmon não formula, nem resolve os problemas, dissimula-os. Ele narra uma evolução brasileira serena e integrada, mas falsa! A falsidade, a hipocrisia são familiares ao filantropo cristão e com essas “não virtudes” não se une uma nação. O filantropo, o benemérito, procura dissimular o seu asco, a sua mesquinhez, o seu ódio, a sua violência, a sua recusa do outro, com palavras edulcoradas, edificantes e desencarnadas, abstratas, vazias de sentido. O espírito conciliador, pacificador, de Calmon é aristocrático, monarquista, unitarista e repressor das expressões brasileiras mais vivas. Não se pode construir a unidade nacional sem ver e formular os seus problemas. É impossível construí-la dissimulando as suas tensões, os seus conflitos, as suas exclusões e misérias. A evolução da história brasileira é “amargosa”, e Calmon a chamava de “doce”, pintando um retrato sem profundidade e densidade. Mas perigosamente eficiente, pois feito para envolver e orientar a juventude em sua ação no futuro. Ao contrário do que pensava Freyre, Calmon esturpava o espírito dos jovens e até de crianças, nas escolas, e impunha-lhes uma opção ideológica ultraconservadora. No final, Calmon se reduziu a Varnhagen, ao não distinguir a história do Estado da história da nação e ao legitimar a violência do Estado. Ele ensinava à “mocidade” o “patriotismo de Estado”, supondo que ensinava a história da nação,

supondo que lhe dizia a verdade sobre a vida brasileira. A obra de Calmon “pacífica” nas escolas da mesma forma que o Exército “pacificava” os rebeldes brasileiros nos campos de batalha e a polícia política nas salas de tortura do Dops, nos anos 1960-70 (Ibidem, p. 42-43).

Logo em seguida aparece o desfecho da apreciação da obra de Calmon:

Sua “interpretação construtiva”, apaziguadora, impregna a cultura brasileira, que a decorou nos bancos e compêndios escolares, junto com a interpretação estatizante de Varnhagen, sem distingui-las. O que há de comum entre elas é o elogio da Monarquia, da aristocracia, o elitismo, o medo da República e a desconfiança em relação ao mestiço/povo brasileiro como sujeito histórico. A proposta feita aos brasileiros é de que não devem fazer a história, mas aplaudi-la, docilmente, e aceitar o desdobramento de uma essência brasileira que necessariamente irá se realizar e se encontrar por si mesma e cujos únicos legítimos intérpretes são os imperadores e sua aristocracia (Ibidem, p. 43).

A visão da nação construída por Calmon, duramente resumida por Reis, pode ser ampliada para os outros textos analisados nesse tópico. A versão conservadora da história usa da força – daí a ideia que Calmon estuprava o espírito dos mais jovens – para “pacificar a memória” (cf. SANDES, 2000, p. 228) sobre a construção da nação. Na versão da história do Brasil construída pelas obras aqui analisadas, resumida no seu pretense ato de fundação, não sobra espaço para a nação, quando esta é pensada em seu sentido mais amplo. É apenas o Estado e aqueles que usufruem das suas benesses²⁵ que conseguiriam um lugar ao sol no nosso país tropical.

3.3. O início das comemorações

Vinte e um de abril de 1972 foi a data escolhida para o começo das comemorações, ela tem um grande significado. O dia do martírio de Tiradentes é o prólogo do Sesquicentenário, merecendo uma atenção toda especial dos jornais. A abertura recebe o nome de Encontro Cívico Nacional.

Uma das primeiras notícias sobre o princípio das comemorações foi veiculada no **JB**, publicada no Dia do Fico. Ele se utilizou das palavras de Calmon para anunciar uma

²⁵ Não deve ser esquecido que uma das obras elaboradas pela Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, foi inauguração do novo prédio do IHGB (cf. CORRÊA, 1972, p. 99). A solenidade, ocorrida no dia 05 de setembro de 1972, contou, inclusive, com a presença de Médici.

das principais características da abertura desse encontro, a de que ele ocorrerá “... em todos os pontos do país” (Instituto Histórico e geográfico ouve Valadão e comemora o fico, 9 jan. 1972, p. 3). É a ideia de simultaneidade que serve de guia para a análise desse evento.

Boa parte das notícias se preocupa em mostrar a programação do dia 21 e conclamar a população a participar dos festejos nos mais diferentes lugares do país e ao mesmo tempo. Na empreitada de unir o poder e o tempo, o capitalismo editorial foi fundamental (cf. ANDERSON, 2008, 35-70). Para Anderson (Ibidem, p. 104), “... a própria concepção do jornal supõe a refração dos ‘fatos do mundo’ num certo mundo imaginado de leitores do vernáculo, e quão importante para essa comunidade imaginada é a ideia de uma simultaneidade sólida e constante ao longo do tempo”. Com o intuito de destacar essa coincidência temporal, usarei também os jornais paraibanos, citados no início desse capítulo.

Com a proximidade do Encontro Cívico Nacional, as notícias sobre as comemorações se intensificam. Do mesmo modo que são destacadas as notícias que se relacionam com o traslado dos restos mortais de d. Pedro I, trazidos de volta para o Brasil. Não por completo, vale enfatizar, pois seu coração ficou em Portugal, na cidade do Porto.

A viagem a bordo do paquete português Funchal começou no dia 10 de abril e terminou no dia 22 daquele mesmo mês. O **JB** mandou três enviados especiais (Carlos Alfredo Macedo Miranda, Humberto Borges e Evandro Teixeira) para Portugal. Eles foram os responsáveis pela cobertura dos preparativos para o retorno do imperador. Suas matérias narravam o dia a dia dos acontecimentos que antecederam o embarque e também a própria viagem, já que fizeram parte da comitiva de 17 jornalistas que acompanharam o retorno.

As várias matérias publicadas são assinadas pelos três jornalistas, dentre elas destaco a que relata um pouco da monotonia dos 12 dias da viagem. Mesmo o esquema criado para que a cada dia fosse divulgada uma notícia diferente, com o intuito de quebrar o marasmo e conseguir criar algum fato novo, não acabou com a pasmaceira. A situação dos jornalistas parecia ser dramática. Das 400 pessoas a bordo, apenas o chefe de gabinete do Ministro da Informação e Turismo de Portugal poderia dar entrevistas e as mesmas tinham os seus temas predefinidos, a saber: o programa a ser cumprido no Brasil, os horários dos eventos, os trajes que seriam usados e mais nada. A única parada foi na ilha de Cabo Verde, descrita da seguinte forma:

A descida em Cabo Verde, na sexta-feira, foi um alívio geral. A estadia de quatro horas na pequena ilha seca e poeirenta, mas linda como um lugarejo qualquer do interior da Bahia, transformou-se numa festa para os nativos, uns crioulos plásticos, que batem palmas e sorriem de orelha a orelha o tempo todo quando podem ver um Presidente da República. E que adoram quando descobrem que os brasileiros falam igualzinho a eles.

Mas depois viria o sábado, e viria o domingo, e viriam outros dias recheados do mesmo tédio de antes (MIRANDA; BORGES; TEIXEIRA, 24 abr. 1972, p. 30).

Durante a jornada reinou o marasmo e esse foi aguçado pelas amarras dos regimes autoritários que vigoravam nos dois países²⁶. Com poucas possibilidades de fugir do roteiro, a breve pausa em Cabo Verde acabou servindo como um momento de diversão para os jornalistas, muito mais interessados no exotismo e pouco preocupados em entender, mesmo que brevemente, aquela cultura.

Na pesquisa nos jornais paraibanos não encontrei nenhuma referência da viagem de retorno do primeiro imperador ao Brasil. Mesmo na **Folha**, a atenção dispensada à viagem do Funchal é bem menor do que o tratamento dado pelo **JB**. Ao que me parece, a tão propalada integração entre as diversas partes do território não era tão uniforme quanto se acredita à primeira vista. A cidade de João Pessoa também se preparava para os eventos do dia 21, mas de outra forma. Na Paraíba, as notícias são ligadas aos festejos na própria capital.

O número de notícias também aumenta consideravelmente a partir do mês de abril. Boa parte delas retrata a maneira encontrada pelo governo do Estado – encarnado quase que exclusivamente na figura do seu governador, Ernani Sátiro – para marcar as comemorações, a principal característica foram os anúncios sobre obras e as suas respectivas inaugurações. Antes mesmo do início dos festejos oficiais, no aniversário de oito anos do golpe – nomeado, pelo governador, de revolução –, durante a inauguração de um conjunto habitacional que leva, até os dias de hoje²⁷, o nome do Gen. Costa e Silva, Sátiro fala da maneira que o seu governo escolheu para comemorar o sesquicentenário:

²⁶ O Estado Novo português (1933-1974) tem o seu projeto de nação resumido por Fernando Catroga (2005, p. 169) da seguinte forma: "... no passado dar 'novos mundos ao mundo' (Camões); no presente, libertar o Ocidente da invasão dos novos infiéis – o comunismo ateu".

²⁷ Na cidade de João Pessoa, além do já mencionado Costa e Silva, existem mais três bairros que têm seus nomes ligados à ditadura militar, são eles: Castelo Branco (1968), Ernesto Geisel (1978) e o Valentina de Figueiredo (1984), nome da mãe do último presidente militar.

Sinto-me feliz por ter incorporado também às comemorações do primeiro ano do meu governo todas estas obras, todas estas inaugurações, de modo que para o meu coração esta é uma festa grata em todos os seus aspectos: primeiro no aspecto profundamente brasileiro, pelos 150 anos da nossa independência, num sentido mais profundamente revolucionário, porque não sou nenhum revolucionário do dia, porque fui um revolucionário da véspera. E finalmente por ver as minhas 150 obras nos 150 anos da nossa independência, ou seja o meu trabalho para a nossa emancipação econômica, dentro da comemoração da nossa independência política

(...)

Agradecendo a presença de todos que aqui compareceram, peço que todos elevem o coração para o alto abençoando a Revolução salvadora no dia em que comemoramos seu aniversário dentro deste grande quadro dos 150 anos de “Independência ou Morte” (Apud *Ernani inaugurou*, 3 mar. 1972, p. 3).

Em outro jornal da capital, o revolucionário de véspera, como se denomina Sátyro, diz: “a melhor maneira de se comemorar os 150 anos da Independência política do Brasil é entregando 150 obras aos paraibanos, para promover a emancipação econômica do Estado” (*Sátyro liga suas 150 obras aos 150 anos da Independência*, 4 abr. 1972, p. 12). Seu posicionamento favorável ao regime durou todo o seu governo e bem próximo do final do seu mandato, já durante a distensão²⁸, em uma nota publicada na revista **Veja**, ele se posiciona contrário aos novos caminhos apontados pelo governo Geisel:

Uma vez por semana o governador da Paraíba Ernâni Sátyro torna-se jornalista, escrevendo artigos para órgão oficial do governo do Estado, A União. No mais recente, proclamou: “Engana-se quem pensar que tudo isso (a Revolução) acabou. Cada povo pratica a democracia que merece. É preferível vê-la limitada a vê-la eliminada pelos seus inimigos, acuados, emboscados no seu próprio bojo. Em ambos os partidos”.

Na semana passada, no abandonado Palácio Tiradentes, no Rio, ele confirmou seus escritos aos jornalistas profissionais ali reunidos e fez outros comentários. E assim declarou considerar a melhor parte do recente discurso do presidente Ernesto Geisel exatamente aquela em

²⁸ A ideia de distensão marca o início do terceiro período da ditadura, como nos diz Mariana Joffily (2014, p. 133-134): “O terceiro segue de 1975 em diante, quando, em face do desgaste do regime militar e das pressões crescentes da sociedade civil, o general Ernesto Geisel (1974-1979) iniciou a política, no entanto, a segunda fase pode ser estendida até 1976, quando parte da cúpula do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi exterminada pelos órgãos de segurança e informação do Exército”. A distensão pode ser assim definida: “Em termos militares, uma retirada, ou seja, uma das operações mais complicadas e delicadas. Qualquer descuido, como se sabe, e a retirada viraria debandada. Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e em paz. Daí porque a distensão deveria ser, conforme Geisel anunciou em agosto de 1974, lenta, gradativa e segura. Lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas, de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e segura, sob controle, com a máxima segurança possível” (REIS, 2014, p. 57).

que garante a manutenção do AI-5 em vigor (*Desencontros*, 22 jan. 1975, p. 12).

Mesmo levando em conta que essa fala se insere no período de início do fim da ditadura, e ainda existiam muitas vozes favoráveis à manutenção do modelo de Estado garantido pelo AI-5, essa caracterização de Sátyro, como um homem a serviço do regime, é útil para entender seu posicionamento durante as comemorações do sesquicentenário.

A programação das comemorações em João Pessoa já havia sido divulgada em fevereiro e anunciava que as festividades começariam no dia 21 de abril, como em todo o país, e não mais no dia 13 de março com uma palestra sobre a Revolução de 1817 (cf. *Ernani de posse do programa do Sesquicentenário*, 19 fev. 1972, p. 8). Nessa pequena disputa pelo que deveria ser lembrado e, conseqüentemente, também pelo que deveria ser esquecido naqueles dias, a pretensa memória nacional levou vantagem sobre a memória local.

No início de abril, mais precisamente no dia sete, foi divulgada a programação dos seis meses de festejos cívicos da capital do Estado da Paraíba. O mês de abril é marcado pelo Encontro Cívico Nacional, mas também tem um toque local com a inauguração de um farol da marinha na praia do Cabo Branco – evento marcado para a noite do dia 21. Entre os meses de maio e agosto, as comemorações continuam com esse contorno local, são inúmeras manifestações de menor porte, cito alguns: concurso de arranjos florais como motivos alusivos à Independência (maio); encontro de cantadores nordestinos, com temas ligados aos nomes de d. Pedro I, Epitácio Pessoa, Ernani Sátyro, entre outros (junho); exposição de arte sacra (julho); festival do folclore paraibano (agosto); demonstração de educação física em todas as cidades paraibanas (agosto) (cf. *Programa do Sesquicentenário*, 9 abr. 1972, p. 7). Nem mesmo a passagem dos restos mortais de Pedro I pela capital, entre os dias 7 e 8 de julho, merece menção. As festas só tornam a ganhar ares de grandiosidade em setembro (como será abordado no capítulo seguinte).

É só no dia do Encontro Cívico Nacional que a simultaneidade acontece. O ponto alto é a mensagem presidencial divulgada por uma cadeia nacional de rádio e televisão. A ideia é que todos os cidadãos brasileiros deveriam, às 18:30h, do dia 21 de abril, parar o que estavam fazendo e participar desse ato de convergência. Nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo é dada ênfase ao fato da mensagem de Médici ter sido

gravada em cores no Rio de Janeiro, uma novidade para a época²⁹. Na Paraíba, o sinal colorido ainda não havia chegado e mesmo existindo aparelhos nas lojas nenhum ainda havia sido vendido. Os aparelhos coloridos eram caros, custavam 8 mil cruzeiros à vista e 10 mil a prazo (cf. *Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora*, 11 abr. 1972, p. 7). Vale lembrar que o valor do salário mínimo na época era de Cr\$ 268,80.

Mesmo com a falta do colorido na cidade de João Pessoa, é preciso entender que, no século XX, a simultaneidade extrapola o espaço dos jornais e encontra no rádio e, posteriormente, nas redes de televisão um campo amplo para divulgar os preceitos da nação.

A mensagem foi reproduzida nos diversos jornais da época e também no livro Gen. Corrêa (cf. 1972, p. 34). Ela cumpre a missão de abrir as comemorações e, mais de uma vez, ressalta que o povo e os seus heróis anônimos são os responsáveis pela feitura da história. Esse é o discurso, mas na festa eles sempre aparecem como público e não como atores sociais. A parte que considero mais importante é quando Médici ressalta a ideia de que toda a comunidade brasileira está, literalmente, sintonizada naquele momento, nas suas palavras:

Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro com o signo das comemorações do sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e paz.

Nesse exato momento, ainda no Rio de Janeiro, 50 mil pessoas ouviam essas mesmas palavras no estádio do Maracanã. A matéria cita que esse público era formado por colegiais, fato que tira boa parte da espontaneidade dessa presença. Uma das principais atrações foi a disputa de um torneio de futebol, com crianças na faixa etária entre 10 e 11 anos, entre os quatro principais times da cidade. Antes de ouvirem a fala de Médici, um momento de tensão: uma briga em um dos setores do estádio. O

²⁹ A **Folha** publicou uma matéria só para exaltar o equipamento de alta tecnologia utilizado para essa gravação. Destaco o desfecho do texto: “Embora a Guanabara disponha de três emissoras de televisão, a escolha da TV Gazeta para realizar as gravações dos pronunciamentos do presidente ou ministros, foi feita com base em critérios essencialmente técnicos. O equipamento Marconi instalado no carro de transmissão é considerado um dos mais modernos do mundo, no momento, devido a sua forma compacta, permite ao veículo uma flexibilidade que não é encontrada nos demais emissoras. Esse carro de transmissão pode acompanhar o presidente para qualquer parte do país e, do local, gerar sinais para a Embratel retransmitir para todo o território nacional” (TV-Gazeta transmite fala do presidente, 21 abr. 1972, p. 4).

entrevisto não parece ter causado muitos problemas e a cerimônia continuou. Quando a mensagem soou nos autôfalantes do estádio, o silêncio foi total, o barulho só retornou quando a mensagem terminou e os gritos de Brasil foram ouvidos (cf. *Cinquenta mil estudantes vão ao encontro cívico no Maracanã*, 22 abr. 1972, p. 5).

Na cidade de São Paulo, um pouco antes das 18:30h, uma multidão já se encontrava no estádio do Morumbi. Estavam lá para participar do Encontro Cívico, mas também para assistir a uma partida de futebol, válida pela Copa Libertadores da América, entre o São Paulo Futebol Clube e o Barcelona de Guayaquil (Equador), marcada para as 19:00h. Outro detalhe é que a entrada era franca e que o transporte coletivo também foi liberado. Dessa forma, garantia-se um grande público para a abertura da festa cívica. Os microfones do estádio anunciaram a fala de Médici, eram 18:28h, as quase cem mil pessoas aplaudiram e depois houve silêncio para ouvir os quase sete minutos de discurso (cf. *O hino nacional é cantado por cem mil pessoas*, 22 abr. 1972, p. 3).

O sucesso da primeira parte da cerimônia não se repetiu na segunda. A partida de futebol terminou empatada, um a um. O time do São Paulo abriu o placar, minutos depois perdeu um pênalti e, em seguida, levou o empate, tudo isso no primeiro tempo do jogo. Para piorar, ainda é dito que o time equatoriano não contava com os seus principais jogadores (cf. *São Paulo não consegue vencer o Barcelona*, 22 abr. 1972, p. 16). Sem dúvidas, uma decepção para quem foi ao estádio naquela noite.

Enquanto isso, em João Pessoa, era esperado um público de 50 mil pessoas na Praça da Independência. Algumas medidas foram tomadas para garantir a presença de um grande número de pessoas, a principal delas foi a gratuidade dos transportes público durante o período do Encontro cívico (cf. *Encontro cívico vai começar às 16 horas*, 20 abr. 1972, p. 3). Nos jornais também circularam notas convidando a população a participar dos festejos, sendo mais uma das iniciativas para atrair público. O texto a seguir exemplifica esse tipo de estratégia:

Sexta-feira os pessoenses, às 18:30 horas, na Praça da Independência, estarão unidos física e espiritualmente no Encontro Cívico Nacional a realizar-se em todas as cidades brasileiras, dando início às comemorações do Sesquicentenário da Independência.

Você também é responsável pelo desenvolvimento do país e vai ouvir a palavra do presidente Médici para todos os brasileiros, participar do hasteamento da Bandeira, cantar o Hino Nacional, ver à explosão dos fogos de artifício e se integrar nos atos religiosos exaltando a figura histórica de Tiradentes (*Marco extraordinário*, 18 abr. 1972, p. 3).

Pelas notícias veiculadas nos jornais parece que a programação foi cumprida a contento. A única disparidade foi em relação ao número de participantes, se a previsão era de 50 mil, apenas 20 mil participaram da solenidade naquele início de noite. Graças aos autôfalantes instalados na praça, todos os presentes, pontualmente às 18:30h, ouviram a mensagem de Médici. Nos jornais é destacado o espetáculo pirotécnico, em verde e amarelo, que teve seu ápice com uma imagem de Tiradentes cercada por uma girândola (cf. *Povo foi à praça no Dia do Civismo*, 23 abr. 1972, p. 16).

É possível dizer, a partir dos fatos ocorridos nessas três cidades, que a tão desejada simultaneidade foi conseguida. Mesmo que as diferenças entre elas marquem cada uma das passagens do evento. Uma das que mais chamam atenção diz respeito aos lugares escolhidos para o encontro: nas duas cidades do sudeste, os seus maiores estádios foram o palco das festividades, contando, ainda, com partidas de futebol para atrair mais público – destaque para o Morumbi e a partida da Copa Libertadores da América; já em João Pessoa, uma praça pública serviu de palco e nada de muito chamativo foi feito para aumentar o público. As diferenças estruturais são grandes. Cabe ressaltar que a capital paraibana ainda não tinha um grande estádio, o José Américo de Almeida Filho (mais conhecido como Almeidão) só foi inaugurado em 1975.

A participação popular merece atenção. É possível perceber a existência de incentivos dos governos das três cidades analisadas para que um número maior de pessoas estivesse presente nos eventos. Isso fica nítido no oferecimento de transporte gratuito e das partidas de futebol após os atos do Encontro Cívico. Porém, isso não significa, por mais que seja difícil de quantificar, que uma boa parte dessas pessoas não se entusiasmou e se emocionou com a programação cívica. Por outro lado, é também plausível afirmar que muitos dos que estavam presentes nas praças e nos estádios no dia 21 e nos momentos subsequentes do sesquicentenário não estavam lá para louvar diretamente o regime. Muitos pais, por exemplo, levavam seus filhos em busca de um programa familiar que os tirasse da rotina. As motivações que levaram as pessoas a saírem dos seus lares e os significados que foram atribuídos aos festejos são mais amplos do que a intenção dos organizadores.

Esse foi só o primeiro dia. No dia seguinte, outro grande evento começava: o retorno definitivo de d. Pedro I ao Brasil.

A primeira cidade a receber os restos mortais de d. Pedro I foi o Rio de Janeiro. Essa escolha fazia todo sentido, pois, além de ser a antiga capital, foi à cidade onde ele

passou a maior parte da sua vida. Por isso, quem melhor narrou esses acontecimentos foi o **JB**.

No dia 22, às 10:30h, não por acaso, o dia que marca a chegada dos portugueses na terra que posteriormente chamariam de Brasil, os restos mortais de d. Pedro I foram desembarcados na cidade do Rio de Janeiro. O Funchal foi recebido pela corveta brasileira Piraquê e esta, por sua vez, levou a urna funerária até o cais improvisado na enseada da praia de Botafogo. Ao desembarcar, a urna foi levada para o Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial³⁰. Um grande aparato militar se fez presente, juntamente com um grande número de crianças (cf. *Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I*, 23 abr. 1972, p. 3). O **JB** divulgou uma representação do trajeto percorrido:

³⁰ O significado desse monumento para as nações modernas é dado por Anderson (2008, p. 35): “Não existem símbolos mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo do que os cenotáfios e os túmulos de *soldados desconhecidos*. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente *porque* estão vazios ou *porque* ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado. Para sentir a força dessa modernidade, basta imaginar a reação geral diante do sujeito intrometido que ‘descobre’ o nome do *soldado desconhecido* ou que insiste em colocar alguns ossos de verdade dentro do cenotáfio. Estranho sacrilégio contemporâneo! E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais”.

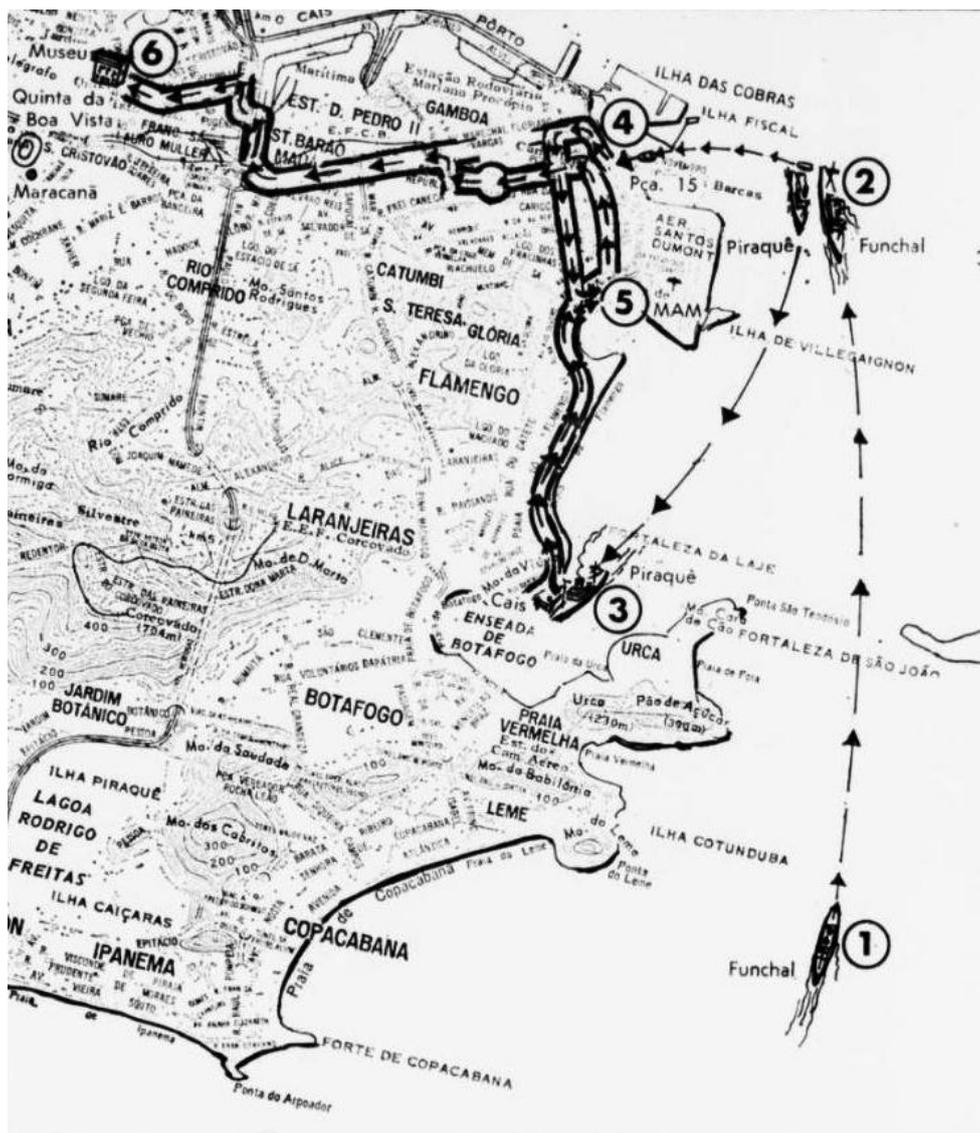


Figura 10: Caminhos percorridos pelos restos mortais de d. Pedro I (22 abr. 1972, p. 19).

Legenda: 1. Pacote Funchal; 2. Encontro entre o Funchal e o Piraquê, no centro da baía de Guanabara; 3. O Funchal conduz Américo Thomaz para o cais do distrito naval; Os governantes do Brasil e de Portugal rumam para o Monumento dos Mortos da Segunda Guerra Mundial; 5. Chegada ao Monumento dos Mortos; 6. Os restos mortais são conduzidos à Quinta da Boa Vista.

Uma das poucas ocasiões em que foi possível perceber a presença do grande esquema de segurança ocorreu no trajeto para o monumento, na altura da Rua do Ouvidor, quando uma placa de alumínio, pesando 5 quilos, caiu do nono andar do prédio do Banco do Comércio e Indústria, fazendo muito barulho, e quase acertando um rapaz que passava por ali. Nesse instante, a Polícia Militar apareceu e procurou

identificar o jovem. Nada é dito sobre o que aconteceu com ele e o texto volta a narrar o desfile da comitiva³¹ (*Desfile pela Avenida Rio Branco foi rápido*, 23 abr. 1972, p. 28).

Ainda durante o trajeto, o jornal ouviu algumas pessoas reclamarem do fato de Médici e Américo Thomaz passarem em carro fechado³². As medidas de segurança não podiam ser deixadas de lado, não há dúvidas que os momentos de maior exposição, como, por exemplo, um desfile em carro aberto, seria uma boa oportunidade para as ações dos chamados terroristas. Não deve ser esquecido que, em 1966, no aeroporto dos Guararapes (Recife - PE), houve um atentado à bomba, cuja intenção era matar o então candidato a governante do Brasil, o general Costa e Silva³³.

³¹ Essa não era uma precaução descabida, como mostra Elio Gaspari (2002, Vol. II, p. 396-397), no ano de 1972 ainda existiam ações da guerrilha urbana: “O surto terrorista brasileiro nada teve de incruento. Afora os sequestros, depois de 1969 faltaram-lhe as sonhadas bases rurais e as ações espetaculares, mas abundaram as vítimas. Descontando-se os guerrilheiros do Araguaia, morreram em torno de duzentos quadros das organizações armadas que atuaram nas cidades. Essas organizações mataram 36 agentes anônimos da ordem. Boa parte deles eram soldados e cabos das polícias militares. Estavam na base da pirâmide social, mas sustentavam a ordem da ditadura. O mesmo não se pode dizer de cerca de quinze guardas de bancos, carros-fortes e estabelecimentos comerciais. Morreram na cena das ações terroristas pelo menos outras dez pessoas que nada tinham a ver com a segurança dos locais onde estavam. Eram bancários, comerciantes ou mesmo um cobrador de ônibus. Num cálculo conservador — excluindo-se casos em que as pessoas possam ter sido atingidas por tiros disparados pela polícia — as mortes ligadas a ações terroristas ficam em torno de setenta. A esse número devem-se somar onze vítimas deliberadamente selecionadas, como foi o caso de Boilesen. Pode-se estimar que, para cada cinco mortos na esquerda ligada a ações armadas nas cidades, essa mesma esquerda matou duas pessoas. O surto começara com atentados urdidos para matar o marechal Costa e Silva e o captor de Che Guevara [1966]. Terminou no segundo semestre de 1973 com o assassinato de um professor de história e de um dono de bar, ex-militantes da ALN e do PCBR sobre os quais recaíra a suspeita da traição. O foco urbano estava aniquilado em 1972. Ao longo desse ano, aquilo que restava da militância armada de cinco organizações praticara apenas oito ações. Já estavam assaltando até caixa de drogaria. Cinco anos de combates revolucionários destinados a produzir uma guerrilha em que se formaria o exército popular da revolução brasileira começaram e terminaram como Che Guevara advertira: ‘Se você começa roubando bancos, acaba virando assaltante de bancos’”.

³² Não era para ter sido assim, segundo Adjovanes Almeida (2013, p. 280) a ideia inicial era que os governantes desfilassem em carro aberto, nas suas palavras: “As autoridades prepararam o cenário para que a chegada dos despojos de d. Pedro I fosse um evento grandioso. Assim, os organizadores planejaram que o presidente português, almirante Américo Thomaz, atravessaria a avenida Rio Branco em um carro aberto, acenando para as pessoas que ali estavam agitando bandeirinhas de Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo, a Federação das Associações Luso-Brasileiras convidava seus associados a comparecerem à avenida Rio Branco para saudar os presidentes Médici e Américo Thomaz”.

³³ Esse momento é narrado por Gaspari, no seu livro **A ditadura envergonhada** (2002, p. 240-241)(Volume I da série As ilusões armada): “Havia gente querendo a revolução, disposta a matar para fazê-la. Um cidadão entrou na banca de jornais do saguão com uma maleta e saiu sem ela. Pouco depois o serviço de alto-falantes anunciou que o candidato, que estava em João Pessoa, tivera uma pane no avião e chegaria de automóvel a outro ponto da cidade. O jornalista notou a maleta deixada no chão e pediu a um guarda-civil que a levasse para a sala de achados e perdidos. O guarda apanhou-a e tinha dado uns poucos passos quando ela explodiu. Costa e Silva deveria ter chegado às 8h30. A maleta detonou às 8h50. Guardava uma bomba feita com um pedaço de cano e que fora acionada pelo mecanismo de um relógio. Morreram no aeroporto um almirante da reserva e um jornalista. O guarda teve a perna amputada, e o secretário de Segurança de Pernambuco perdeu quatro dedos da mão esquerda. Treze pessoas ficaram feridas, inclusive uma criança de seis anos”.

Imediatamente após a passagem da comitiva é dito que tudo volta ao normal. A carreata cívica passa e o sentimento cívico segue com ela, sem deixar marcas naqueles que assistiam.

A imagem a seguir mostra como foi a distribuição espacial da recepção dos restos mortais no Monumento:

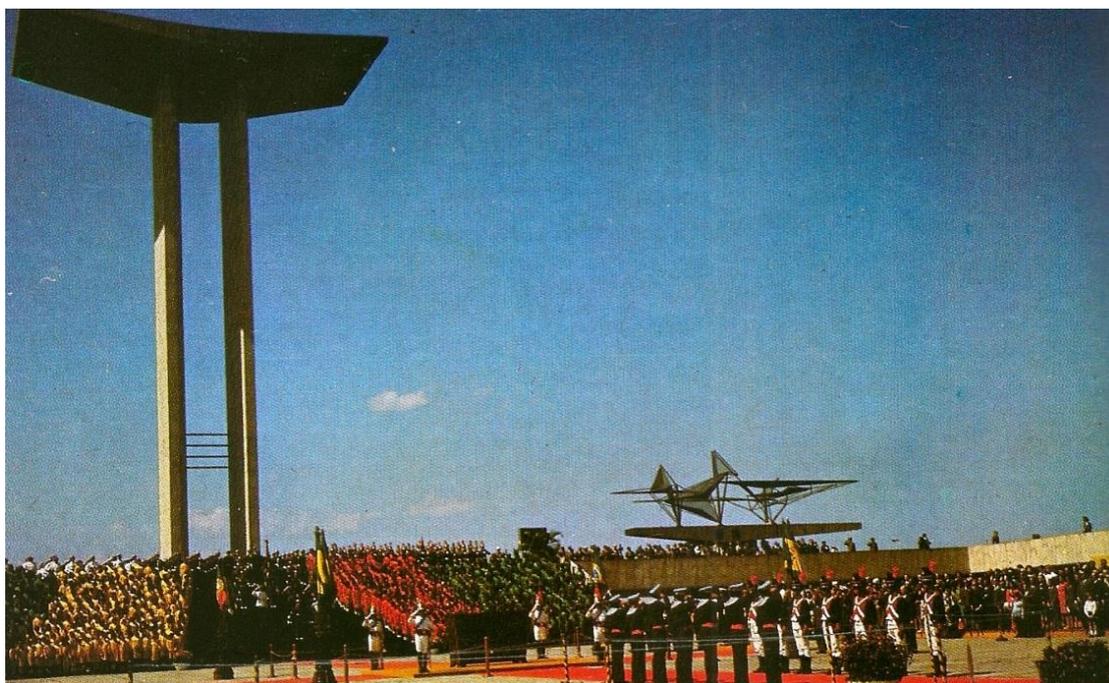


Figura 11: Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial na cerimônia de recepção dos restos mortais de d. Pedro I. (In: CORRÊA, 1972, p. 48).

No fundo da fotografia é possível perceber as crianças, eram mais ou menos mil, que estavam vestidas com becas nas cores verde e amarelo (para representar o Brasil) e vermelho e verde (para representar o Portugal). No que diz respeito aos trajés, o artigo destaca a falta de harmonia entre a roupa e o usuário, nas suas palavras:

Embora a ideia fosse considerada muito boa, a maioria dos presentes lamentou que as becas não tivessem sido feitas sob medida. Todas de um tamanho único, o comprimento das becas variava segundo o tamanho das crianças e, nas professoras, chegava a ser mini e até micro. Meias e sapatos também surpreenderam os espectadores: apesar da cor igual – meias brancas e sapatos pretos – as diferenças de modelos e comprimentos formavam um conjunto pouco harmônico (*Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I*, 23 abr. 1972, p. 3).

A foto e a citação, por mais que retratem a mesma cena, mostram-na por ângulos diferentes. A foto mostra um plano geral da situação, de longe não é possível enxergar os grandes desacertos e muito menos os problemas menores. Quem olha para essa imagem não percebe os fenômenos tidos como banais, ela cria esse plano geral harmonioso. A ditadura se aproxima da visão da fotografia.

O texto do jornal vai em uma direção diferente, nos coloca dentro do evento, mostrando as pequenas aflições que atingiram os participantes da cerimônia no transcorrer daquela manhã de domingo. Ainda é possível destacar mais um detalhe do texto, é que o autor tira dos seus ombros o peso da crítica. Ele não diz que as becas ficaram desarmoniosas, mas que “a maioria dos presentes lamentou” por essa constatação.

Ocorreu um considerável atraso, a chegada dos restos mortais ao monumento estava marcada para as 10:50h, mas só foi acontecer às 11:30h. Esse foi um dos motivos pelo qual algumas crianças, que aguardavam em pé a chegada da comitiva, passaram mal e precisaram de socorro médico. Saindo do monumento, a comitiva rumou para a Praça Tiradentes, chegando lá por volta das 12:10h, um coro de 1.200 crianças os recebeu com o hino da Independência. Da praça rumaram para o museu nacional, o primeiro lugar de exposição dos restos mortais (cf. *Junto à estátua, um coro canta*, 23 abr. 1972, p. 32).

Terminada essa primeira etapa uma nova começava, a da peregrinação dos restos mortais. Entre os dias 22 de abril e 6 de setembro a urna funerária percorreu todas as capitais brasileiras.

Para compreender melhor essa parte dos festejos, retorno para a cidade de João Pessoa. O desembarque foi no dia 7 de julho, ficando até o dia seguinte. Esse acontecimento foi amplamente divulgado nos jornais da capital paraibana. As páginas seguintes contam como foram esses dias.

Segundo os jornais, mais de 15 mil pessoas esperavam por d. Pedro I naquela manhã chuvosa. A síntese das notícias daquele dia 05 de julho é que a cidade parou para receber os despojos – como estava estampado na primeira página de **A União**. A cerimônia foi no período da manhã, no adro da igreja de São Francisco – uma das mais antigas e imponentes da capital. A cerimônia é marcada pela apresentação da Banda da Polícia Militar, que tocou os hinos de Portugal, do Brasil e, logo depois dos discursos das autoridades, encerrou a solenidade com o hino da Independência (cf. *Cidade pára e recebe os despojos de Dom Pedro*, 5 jul. 1972, p. 1). Para fugir um pouco da visão do

Estado, uso um trecho do **Correio da Paraíba** para mostrar o comportamento da população:

Considerável massa popular motivou a invasão ao local onde estavam concentradas as autoridades e militares, prejudicando o trabalho de jornalistas e outras autoridades responsáveis pelo cerimonial de desembarque da urna.

O povo no aeroporto, vibrava de curiosidade, portando bandeirolas do Brasil e de Portugal, causando uma boa impressão à comitiva baiana que acompanhava os restos mortais do Imperador. Silêncio absoluto no momento do traslado para o carro de combate.

No aeroporto, o cerimonial foi rápido: dez minutos apenas, desde a chegada do avião até a saída do carro de combate para a capital, sem nenhum incidente. Apenas a invasão dos populares ao local das cerimônias, porque queriam ver de perto o ataúde contendo os restos mortais de D. Pedro (*Restos de D. Pedro I recebidos na Paraíba com vibração popular*, 6 jul. 1972, p. 12).

Esse mesmo jornal, no dia seguinte, transcreve quase todo o discurso que Sátyro proferiu no adro da igreja. A fala se resume a uma série de elogios a diversos personagens históricos que ele nomeia de heróis. Cita, brevemente, dois baianos – Rui Barbosa e Castro Alves. Em seguida, volta a sua atenção para falar de alguns paraibanos que merecem destaque, especialmente Epitácio Pessoa – político paraibano, presidente da nação na época das comemorações do centenário – e Peregrino de Carvalho. Por último, aborda os heróis nacionais – Tiradentes, Pedro I e Pedro II. O destaque é para Pedro I: “– Essa nossa Independência foi inclusive a ação de dom Pedro I. E então podemos, através da presença do Imperador, pelos seus restos mortais e imortais, dizer mais uma vez a Portugal: **continuemos unidos!**”³⁴ (*Sátyro: os despojos são uma ponte de sentimento*, 6 jul. 1972, p. 12. Grifos no original).

Essa interpretação de d. Pedro I cria a estranha ideia de que existiriam “restos imortais”, expressão que não parece fazer muito sentido. É o uso de frases de efeito para convencer o público de que aquele amontoado de palavras tem alguma mensagem significativa. É uma tentativa de criar comoção. Esse discurso clama pela continuidade, que é o traço mais marcante da versão de história propagada pelos festejos oficiais. Sátyro segue a cartilha das comemorações, não aparece uma vírgula fora do roteiro. Mesmo os eventos e os pretensos heróis locais, que poderiam servir para essa invenção, são colocados em segundo plano para a exaltação do nacional.

³⁴ Esse discurso também pode ser encontrado vol. 3 das obras completas de Sátyro, com o título de **A energia que se chamou Pedro** (1994, p. 109-112).

Depois de um périplo de mais de quatro meses, no início de setembro, o tão aguardado descanso de d. Pedro I parecia se aproximar.

O trajeto final, realizado no dia 2, foi do Estado da Guanabara para São Paulo, feito de trem com o intuito de poder revisitar os mesmos lugares pelos quais o príncipe regente teria passado antes da proclamação da Independência. Ao longo do caminho, o cortejo parou no Santuário de Nossa Senhora Aparecida e na cidade de Pindamonhangaba, onde a comitiva pernitoiu para, no dia seguinte, chegar à cidade de São Paulo (cf. CORRÊA, 1972, p. 58-59).

Entre os dias 3 e 6 de setembro a urna com os restos mortais ficou exposta no Palácio dos Campos Elíseos, aberto à visitação pública. Essa etapa foi marcada pela simplicidade no trajeto até o palácio, o número de pessoas nas ruas não era grande, algo em torno de 6 mil e, em sua maioria, colegiais – essa caracterização leva a crer que ocorreu uma articulação das escolas para que eles estivessem ali. O destaque maior, nesse momento, foi para a execução da marcha fúnebre de Chopin, executada pela banda da polícia militar que, segundo a matéria, emocionou os presentes no palácio (cf. *Urna de D. Pedro I já está nos Campos Eliseos*, 4 set. 1972, p. 10). Nesses dias houve visitação pública aos restos expostos no palácio.

O tão aguardado dia seis chegara, o primeiro imperador, 150 anos depois, finalmente, terá o descanso eterno. A urna deixou o palácio no período da tarde e chegou ao monumento do Ipiranga às 16:10h, estavam presentes várias autoridades, o jornal destaca: o general Médici; o primeiro-ministro de Portugal, Marcel Caetano; o governador de São Paulo, Laudo Natel; o prefeito da capital, Figueiredo Ferraz; o presidente da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, general Antonio Jorge Corrêa, entre outros. Também é dito que mais de cinco mil pessoas acompanhavam a solenidade (cf. *O corpo do imperador está no Ipiranga, para sempre*, 7 set. 1972, p. 14).

A cerimônia é minuciosamente descrita. O ritual também é marcado pela assinatura de alguns documentos: a transferência do Monumento do Ipiranga e da Casa do Grito que foram doados ao patrimônio da União, antes administrados pelo poder municipal; a ata definitiva de doação dos restos mortais de d. Pedro I para o Brasil, assinada pelos governantes dos dois países. O discurso mais marcante foi o proferido pelo presidente do IHGB, Pedro Calmon. A matéria da **Folha** destaca o seguinte trecho:

Esta cerimônia exclui a morte; ela é uma comemoração da vida. O Ipiranga é o altar da Pátria e as pompas que acompanham o imperador são do Brasil inteiro que lhe agradece pelo grito dado 150 ano atrás: “Independência ou morte” (Ibidem)

Ao ler o discurso na íntegra (Apud CORRÊA, 1972, p. 66 e 70), nota-se que esse trecho é uma colagem de partes diferentes do último parágrafo da exaltação feita por Calmon, mantendo as frases originais. Transcrevo o desfecho do discurso destacando as frases usadas no texto da **Folha**:

Idealizamo-lo como os paulistas há 150 anos, garboso na montaria indócil, espada em punho, modelo arrogante de estátua que lhe perpetuaria o gesto, na hora certa, em que Deus e a História, num semicírculo de metais e ovações, a aguarda de honra – lhe ouviram o “grito” “Independência ou Morte”. **Esta cerimônia exclui a morte. É a comemoração da vida.** Desvaneceu-se no panorama e na memória a guarda de honra. Cerca-o uma possante palpitação de progresso. O **Ipiranga é o altar da pátria** guardado, de todos os lados, pela vida estuante da Cosmópole, que o cinge de prosperidade e grandeza. Aqui, repousará D. PEDRO I o sono dos criadores de pátria. Para estes, o sonho é a realidade. Montam-lhe sentinela aos sagrados despojos os que o ajudaram a fazer soberano o Brasil. Seu túmulo é o pedestal do monumento. Recolhe-se, com as honras triunfais, ao esdrúsculo das glórias brasileiras. Este é o trono que a versatilidade da fortuna lhe preservou; imperador que passa, império que fica. Eterna majestade de sete de setembro – o imperador retorna assim ao solo querido. As cores que o festejam são do auriverde pendão que nos deu outrora. As **pompas que o acompanham são do Brasil inteiro, que lhe agradece.** O hino que o conduz é o hino da Independência. “Por guarda de honra, dois povos livres”, bradou o poeta [Castro Alves, no poema *A visão dos mortos*]. Aqui se acham, para dizer-lhe o que fez o Brasil de 150 anos de vida; desde as 4 horas da tarde, do rutilo dia em que, destas alturas, **gritou o Príncipe, “Independência ou Morte”** (Ibidem, p. 70. Grifos meus).

Já o **JB**, que também tomou a liberdade de transcrever partes do discurso, fez uma adaptação diferente do texto original: “não se realiza aqui o ritual da morte, mas o culto da liberdade pelo seu autor” (*Urna fica na capela do monumento*, 7 set. 1972, p. 38). Outra parte do discurso de Calmon que é digna de nota é quando ele diz que “a Independência é o divino instante do encontro” (Apud CORRÊA, 1972, p. 70).

Com o sepultamento completado, cabe agora questionar: qual é o sentido de nação representado por esse encontro no principal lugar de apoio da memória³⁵ do Sesquicentenário?

Representa o encontro de uma nação manietada, que se apresenta como um drama – por mais que, vez ou outra, o enredo aponte para uma comédia. Já se disse aqui que o poder não age apenas pela força, não age apenas pela razão, ele também precisa emocionar, ele precisa produzir imagens que emocionem o seu público – no caso da festa cívica, esse público aparece como os diversos membros da nação³⁶. É possível dizer que “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeito, entre os quais os que se comparam as ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, p. 6).

Essa teatralidade política é acentuada pelo mito do herói, nesse caso, d. Pedro I. Usa-se o espetáculo para tentar fazer com que aquele momento entre para a história. Dessa forma, as junções de partes diferentes do discurso de Calmon ou as imprecisões na transcrição do mesmo não são um problema, porque elas mantêm o jogo da encenação. O objetivo é colocar a nação inteira em situação cerimonial, com a imprensa tendo um papel importante na divulgação e também na criação desse feito. O que se

³⁵ “Lugar de apoio da memória” é o termo utilizado por Pollak apresentado na introdução. Um conceito muito próximo desse é descrito por Pierre Nora (1981, p. 12-13): “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Dai o aspecto nostálgico desse empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”.

³⁶ Essa formulação é inspirada no livro **O poder em cena**, de Georges Balandier (1982, p. 7), a passagem a seguir sintetiza o meu uso dessa ideia: “O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo. Logo que a dramaturgia política traduz a formulação religiosa, ela faz uma réplica da cena do poder ou uma manifestação do outro mundo. A hierarquia é sagrada - como o diz a etimologia - e o soberano depende da ordem divina, dela fazendo parte ou recebendo o seu mandato. Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança”.

pretende é causar emoção e, com ela, a adesão do grande público que assiste a esse espetáculo a um determinado projeto de nação.

Tudo levava a acreditar que o sepultamento no Ipiranga seria o ponto final, mas não foi. Quatro anos depois, a **Folha**, em uma nota de primeira página, falava sobre a exumação dos restos mortais de d. Pedro I (*D. Pedro I definitivamente no Ipiranga*, 5 set. 1976, p. 1). Porém, não explicava os motivos de tal ato. Depois de uma pequena busca, uma notícia do **Estado de São Paulo** revelou o motivo:

O conjunto formado por um caixão de chumbo com as armas de Portugal colocado dentro de outro caixão, esse de madeira, era oito centímetros maior do que o sarcófago que deveria contê-lo, e como as autoridades portuguesas não autorizaram sua redução, foi preciso desmontar o sarcófago da cripta e aumentá-lo, para que recebesse o conjunto vindo de Portugal³⁷ (*Depositados no Ipiranga restos mortais de D. Pedro*, 5 set. 1976, p. 27).

Esse erro de projeto não foi noticiado em 1972. Dessa forma, foi retirado um pouco da pompa que revestiu o evento de 1972. É possível imaginar, com um certo ar cômico, a dificuldade pela qual passaram os responsáveis pelo depósito do caixão no sarcófago durante a inumação do sesquicentenário. A inumação nada teve de eterna.

Quatro anos depois, corrigidos esses oito centímetros, os restos mortais do primeiro imperador puderam, finalmente, ter o seu merecido descanso.

³⁷ Essa matéria foi encontrada graças a sua menção no texto **Oito centímetros impediram sepultamento de Pedro I**, de Liz Batista (14 dez. 2014, s/p).

CAPÍTULO 4: ONTEM, HOJE E SEMPRE? A festa cívica do Sesquicentenário (Setembro de 1972)

As festas do Sesquicentenário da Independência tiveram a intenção de deixar marcas na nação brasileira. Buscaram afirmar um determinado formato de identidade nacional que pudesse ser reproduzido nos anos seguintes, ajudando a garantir a perpetuação do regime militar. Os jornais tiveram um papel fundamental na divulgação e também na invenção dessa concepção de nação. Esse capítulo trata do ápice desse processo, abordando, principalmente, os primeiros dias do mês de setembro de 1972.

4.1 A Festa Nacional do Fogo Simbólico

Essa festa foi um dos momentos em que se buscou reforçar a integração entre os diversos membros da nação. Pode ser apontada como um dos grandes atos das comemorações e teve como seu desfecho a Corrida da Integração Nacional. Na corrida, iniciada em maio, as quatro tochas, que representavam a integração nacional, partiram dos quatro pontos cardeais do Brasil e se encontraram, no dia primeiro de setembro, exatamente à zero hora, no Monumento do Ipiranga, e juntaram-se à Chama Permanente da Pátria. Esse evento foi classificado pelo presidente do Comitê Executivo Central dos Festejos, Gen. Corrêa, como: “O primeiro grande acontecimento que abrirá a semana da pátria em São Paulo” (*Comissão divulga programa oficial do Sesquicentenário*, 25 ago. 1972, p. 10). O mapa da próxima página mostra esse percurso.

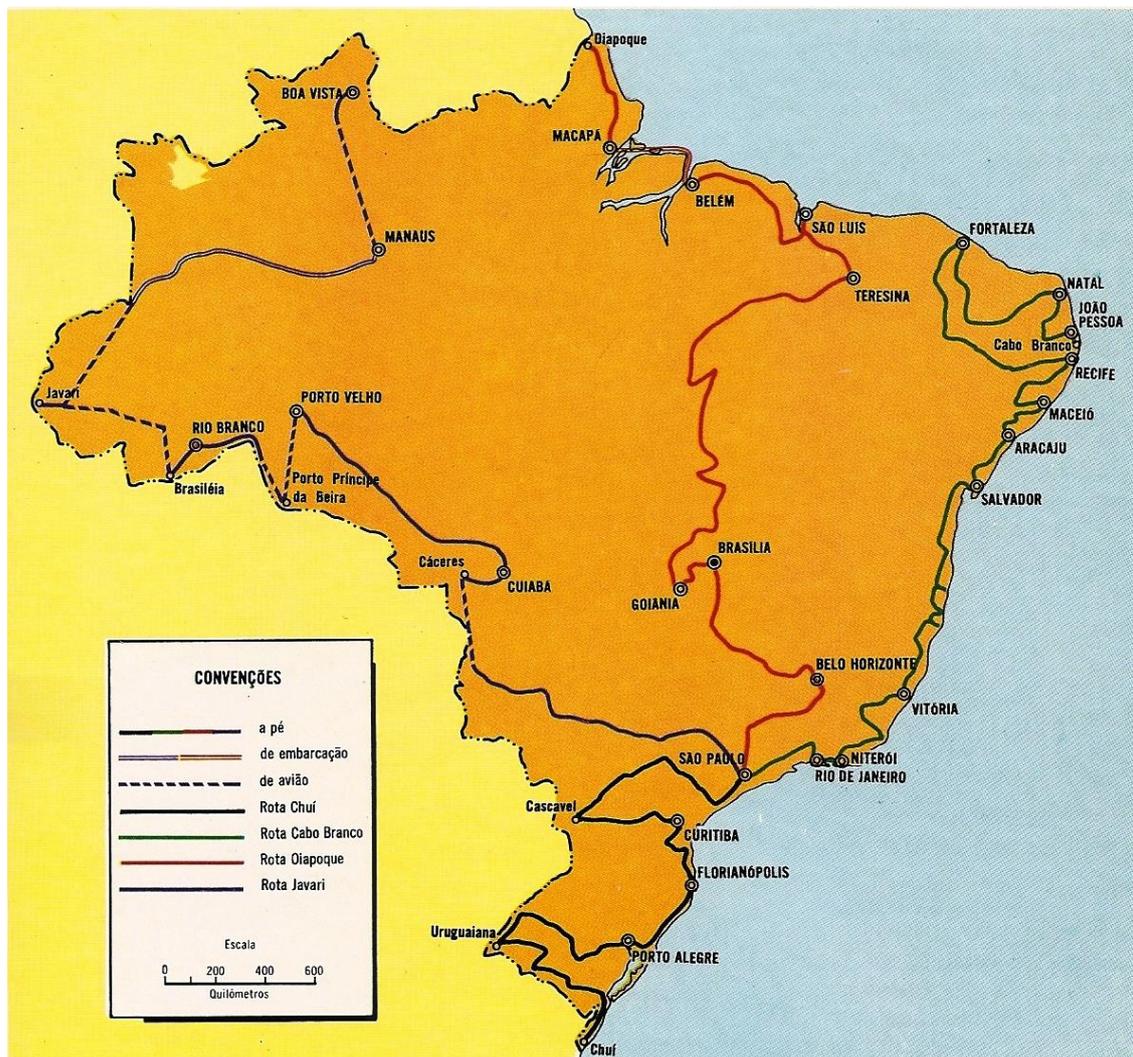


Figura 1: Mapa com o percurso da Corrida da Integração Nacional (Apud CORRÊA, 1972, p. 75).

A cidade de João Pessoa teve uma contribuição direta nessa parte dos festejos nacionais, já que uma das tochas, a que representa o ponto mais oriental do país, saiu de uma das praias do seu litoral. O ponto de partida foi o recém-inaugurado Farol do Cabo Branco (um dos marcos das comemorações nessa cidade, como dito no capítulo anterior). Este lugar, menos de um mês depois da sua inauguração, já tinha se caracterizado como uma atração turística da cidade. No dia três de maio, **A União** noticia que a Secretaria da Divulgação e Turismo entregava, desde o último domingo (dia 30 de abril), diplomas para os visitantes com os seguintes dizeres: “Pela sua visita à ponta mais oriental da América” (cf. *Farol já atrai turistas*, 3 maio 1972, p. 3).

A maior parte da corrida foi realizada a pé, apenas em alguns trechos da rota iniciada em Javari foram utilizados aviões e barcos. O trajeto passou por todas as capitais

brasileiras e foi louvado pelo Gen. Corrêa (1972, p. 71) como uma “... maratona cívica, sem precedentes na história do mundo, percorreu a pé cerca de 21.000 quilômetros do território nacional, levando uma mensagem de fé e de esperança aos mais afastados rincões do país”.

Por onde as tochas passaram foram distribuídos o folheto **Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil** e a história em quadrinhos **Pequena história da Independência** (ambos discutidos no capítulo anterior). Essas publicações são a materialização da concepção de história e também da versão de nação que a ditadura procurou transmitir para a população brasileira. Além dessas publicações, foram entregues mensagens às professoras e também para os jovens. O texto dedicado às docentes merece ser analisado com mais atenção, por isso transcrevo a nota na íntegra:

Às professoras Brasileiras:

É admirável – a tradição do fogo simbólico. Vem da velha Grécia, onde se chamavam piróforos os que, à frente dos exércitos, respeitados dos próprios inimigos, conduziam alto o fogo sagrado. Brilhava-lhes nas mãos robustas, como se fosse a alma da Pátria: lume que nos céus é relâmpago e nas lareiras é paz. Emblema da vida e sugestão de Eternidade; calor que acalenta o coração e aquece o mundo; seus nomes: entusiasmo e luz. As Olimpíadas herdaram dos antigos a cerimônia grandiosa do fogo; arde, votivo, sobre os pórticos da Força da Harmonia; representa a flamante beleza do Espírito. Nas piras olímpicas acendem-se também as tochas que, em punho atlético, circulam pelas estradas do País. Eis o fogo simbólico. Leva pelos caminhos do Brasil a consciência que somos um único povo, renovado incessantemente na sua unidade pela sucessão das gerações; representa a luminosa realidade da Pátria.

Vós, que tendes a doce responsabilidade de orientar a infância, sois agora convocadas para explicar-lhe o que em 1972 significa a passagem – diante dos vossos colégios – do Fogo Patriótico. Heroínas do dever, manipulais angelicamente, com solicitude e bondade o Futuro: o vosso título (que vos torna benfazejas operárias da Nação Maior) é de mestras dos brasileiros pequeninos. Ninguém ignora a importância desse trabalho, os sacrifícios que o sublimam, o que de materno, humano e santo nele palpita. Vibrais com as festas cívicas da nossa Terra: sois sobre tudo educadora. 1972 é, porém, um ano diferente. Comemoramos o 150º aniversário da Independência. Vamos celebrá-lo com as mais expressivas demonstrações de regozijo – em todos os rincões do Brasil. Por isso se realiza a Corrida de Integração Nacional: vindo das extremas do território, esse archote, batido pelas brisas de todas as regiões da Pátria, se destina a fulgurar – em 7 de setembro – na colina do Ipiranga. Extraído, por assim dizer, das fontes da nacionalidade, afirmará no Dia Máximo a sadia vitalidade do Brasil. Melhor a afirmará, levando, de lugar em lugar, de cidade em cidade, de escola em escola, a esperança da juventude e o aplauso das populações, a fidelidade, a confiança, a cordial adesão de quantos amam o Brasil.

Professoras – que sois exemplo e honra da Sociedade brasileira – acolhei festivamente o símbolo da Pátria Viva! (Apud CORRÊA, 1972, p. 71-72).

O início da mensagem funciona como uma breve aula sobre os significados da corrida. A preocupação é explicar as origens dessa tradição, o seu simbolismo é o de que somos um único povo. A intenção pedagógica do texto é nítida, cabe às educadoras retransmitir essa mensagem aos mais jovens membros da nação e colocá-los em sintonia com os acontecimentos do Sesquicentenário.

A maneira pela qual as professoras são representadas, como as grandes benfeitoras da nação, merece um pouco mais de atenção. Essas mulheres e o seu instinto maternal doutrina os mais jovens a seguirem os ensinamentos do que significa ser brasileiro. Essa tarefa é feita através da “manipulação angelical” do seu espírito. O lugar que elas ocupam no processo de invenção da nação pode ser explicado pela famosa formulação de George Orwell (2012, p. 35), no seu livro **1984**: “quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”. Ainda segundo Orwell (Ibidem), esse processo de controle era feito nos adultos, servindo para apagar as memórias divergentes – como as que povoavam a mente do protagonista, Winston –, para esquecer “o indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória”. A mensagem governamental remete a esse processo, só que nas crianças ele toma uma conotação mais branda, já que não haveria essa batalha entre as memórias individuais e as lições escolares.

A perspectiva geográfica também é enfatizada. A consciência de que os habitantes da nação vivem em um mesmo território, com as suas fronteiras bem demarcadas, é um dos principais pressupostos da invenção das nações modernas. As fronteiras extremas do país são descritas como as fontes de onde brotariam a nacionalidade, nessa crença, uma nação pronta e acabada surge do fogo. Os arcos servem para lembrar a grandeza do território e também a sua integração. Eles podem ser compreendidos como mais uma das estratégias para que os ideais de nação do regime fossem aceitos pela população.

Outra face dessa mesma ideia de integração é realizada por José Alves Pessoa, um senhor que na época tinha 69 anos, norte-rio-grandense, mas há muitos anos vivendo no Amapá, apelidado pela **Folha** de o “Andarilho do Sesquicentenário” (*Andarilho, em Campinas, diz que saiu do Oiapoque e irá até o Chuí*, 19 ago. 1972, p. 23). Segundo a matéria, o velho escoteiro saiu, no dia primeiro de março, andando do Oiapoque e estava indo em direção ao Chuí, já teria percorrido um trajeto de mais de quatro mil quilômetros.

Seu objetivo era chegar ao extremo sul do Brasil, no dia 19 de novembro, Dia da Bandeira. “Leva em sua bagagem um vidro com água do rio Oiapoque que deverá ser despejado no Chuí, simbolizando a integração brasileira” (Ibidem). Ao realizar esse feito, o vidro seria oferecido ao Gen. Médici. Esses gestos são explicados pelo próprio José Pessoa, em uma breve entrevista concedida ao **Estado de São Paulo**, nas suas palavras: “É a minha maneira de expressar patriotismo, já que as águas dos dois rios representam a integração nacional” (*Oiapoque-Chuí a pé, aos 60 anos, 27 ago. 1972, p. 27*).

Pouco mais de um mês depois, em uma pequena nota publicada no **JB** (24 out. 1972, p. 7), José Pessoa, ao passar por Porto Alegre, comenta a proximidade do fim da sua jornada:

Diga ao querido povo de Macapá que tenho feito tudo para lembrar nosso território por todo esse Brasil imenso. Agora que já percorri 5.590 quilômetros, vou andar mais devagar. Mas não é que eu esteja cansado, não. É que se andar na mesma marcha, faço os 500 quilômetros restantes antes do Dia da Bandeira.

Deixando as divergências na idade do Andarilho do Sesquicentenário de lado – na **Folha** diz que ele tem 69, o **JB** escreve 70 anos e o **Estado de São Paulo** fala em 60 anos – essa iniciativa individual foi notada pelos jornais, pois se aproximava das comemorações oficiais, especialmente da corrida e do seu discurso de integração nacional. A iniciativa individual de apoio aos festejos era digna de nota. Mesmo assim, não despertou interesse suficiente para que os periódicos se preocupassem em contar o desfecho dessa aventura. As maiores atenções estavam voltadas para as ações comemorativas engendradas pelo Estado.

Eram onze horas da noite, do dia primeiro de setembro, quando os quatro corredores chegavam à escadaria do Monumento do Ipiranga, em São Paulo, a grande corrida se aproximava do seu final. Vinte e três casais vestidos com roupas típicas receberam as quatro centelhas (*O fogo simbólico vem à meia noite, 31 ago. 1972, p. 1*). Os casais eram formados por estudantes desportistas, na faixa de 17 e 20 anos, e se vestiam com roupas típicas dos seus estados. O casal que representava a Paraíba na cerimônia estava vestido com roupas de pescadores, esse seria o traje típico do estado (*A Paraíba hoje na festa nacional do fogo simbólico, 1 set. 1972, p. 3*).

O discurso do Ministro da educação, Jarbas Passarinho, parece ter sido o momento alto desse evento, foi amplamente divulgado pelos jornais e reproduzido na íntegra pelo **JB**. No início da sua fala, retrata os quatro cantos de onde as tochas partiram, fazendo um

breve comentário histórico sobre cada um desses locais. Destaco o trecho que se refere ao Cabo Branco:

A terceira, que nos chega do Cabo Branco, pisou o solo sagrado dos montes Guararapes, onde o sangue holandês derramado fertilizou a terra que se iluminaria com a alvorada da nacionalidade brasileira. Esse facho vem, pois, do marco “onde se escreveu o endereço do Brasil” e baliza o desdobramento da nacionalidade brasílica, pois que passou também pela cidade de Salvador, a revolver, no chão histórico as marcas de Tomé de Sousa e, na Guanabara, as de Estácio de Sá (*Discurso de Passarinho*, 1 set. 1972, p. 3).

Esse trecho sintetiza essa parte do percurso, nele as escolhas sobre o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido devem ser destacadas. A Paraíba aparece apenas como ponto de partida, nenhum dos acontecimentos históricos desse território mereceu menção. A lembrança mais próxima, tanto no aspecto histórico como no aspecto geográfico, é, mais uma vez, a expulsão dos holandeses como um marco do nascimento da nação. Chama atenção que a tocha, ao sair do território paraibano, foi para o norte (cf. o mapa da página 2), passando pelos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, para só depois chegar ao solo pernambucano. Na ideia de integração nacional, partes consideráveis do território foram esquecidas em favor dessa síntese histórica. Essas escolhas não têm a intenção de informar sobre os diversos eventos que fazem parte da história nacional e, sim, contribuir para o modelo de nação pretendida pelos organizadores dos festejos.

No seu discurso, Passarinho ainda mostra a ideia de integração e também da realização da grandiosidade do Brasil:

É o Brasil independente, mas tranquilo, do mar de 200 milhas alargado; é o Brasil dos milhares de quilômetros de estradas serpeando, de Leste para Oeste, da “terra que estala no ventre quente do Nordeste”, para o chão todo verde da floresta, seguindo a trilha – que é a afirmação da posse máscula – da Transamazônica; é o Brasil do Mobral, redentor da chaga do analfabetismo; é o Brasil dos quase 700 mil universitários de todas as origens socioeconômicas, conscientes da pujança atual que esta pátria deve a nova geração, mas certos ainda da relevante e grandiosa tarefa que lhes caberá; é o Brasil das Forças Armadas democráticas, recrutando seus quadros segundo o único princípio do mérito e dando o seu sangue em holocausto à legenda sublime de “nunca desembainhar a espada sem razão e jamais volver a embainhá-la sem honra”; é o Brasil que vence audaciosamente a batalha do desenvolvimento autossustentado, não apenas devotado ao crescimento de sua riqueza, a taxas que impressionam o mundo, mas igualmente edificando uma sociedade justa, esmagando decididamente o ódio iconoclasta dos extremistas; é o Brasil

da juventude altruísta do Projeto Rondon, da Operação Mauá, dos Centros Regionais Universitários de Treinamento da Ação Comunitária, em alinhamentos de voluntários, descobrindo seu povo do interior, levando-lhes mais que assistência, o afeto, descobrindo, na sua gente, as mazelas para curar e as grandezas para com ela aprender a lição da humildade; é o Brasil da tecnologia que se afirma na Usina de Urubupungá, segunda maior hidrelétrica do mundo ocidental; é o Brasil “cadinho das raças”, todas elas entrelaçadas sem preconceitos odiosos; é o Brasil de um presidente sem rancores e só devotado ao Bem de seu povo; enfim, é o Brasil liberto de qualquer tutoria, exceto a de Deus nosso Senhor (Ibidem).

A cerimônia da integração é realizada pelo fogo, o discurso tenta explicar o que é o Brasil. Para isso, define o país nas mais diversas áreas, narrando as inúmeras qualidades e mostrando o fim dos problemas. O Estado ditatorial resolveu, pelo menos retoricamente, os problemas da nação. O Brasil, como aconteceu em outros momentos, foi resumido às supostas ações do Estado.

Não foi a primeira vez que a ditadura usou a ideia de integração nacional como mote para o seu projeto de nação. A corrida tem o mesmo nome de um dos programas criados pelo governo: o Programa de Integração Nacional¹ (1970). Essa foi uma das

¹ As origens do PIN e os caminhos do seu fracasso são descritos por Skidmore (1988, p. 214-215): “Forçado a meditar sobre o futuro do Nordeste, Médici concluiu o óbvio: a região, considerados os seus recursos, tinha excesso de população. Como era impossível transferir para lá novos recursos, ele optou pela ideia de tirar os nordestinos de lá. Mas enviá-los para onde? Um projeto da SUDENE do início dos anos 60 tentara a colonização no Maranhão, projeto que, entretanto, malogrou. De volta do Recife, Médici decidiu que o Nordeste e a Amazônia deviam ser atacados como um só problema. O Brasil construiria uma estrada transamazônica que abriria o ‘despovoado’ vale amazônico. O excesso de população do Nordeste seria levado para a Amazônia atraída pelas terras férteis e baratas proporcionadas pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Médici chamou a isso ‘a solução de dois problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia’. O PIN deveria incluir três elementos: 1. abertura do vale amazônico através de uma nova rodovia que facilitaria a colocação de 70.000 famílias; 2. irrigação de 40.000 hectares no Nordeste no período 1972-74; e 3. criação de corredores de exportação no Nordeste. O processo, segundo o documento de planejamento inicial do governo, seria a ‘ocupação gradual de espaços vazios’, frase indicadora do pensamento de Médici. Problemas sociais difíceis como a miséria em que vivia pelo menos um terço do Brasil seriam resolvidos não pela nacionalização ou redistribuição da riqueza ou da renda de quem quer que fosse, mas pela descoberta de novos recursos. A gigantesca população do Nordeste seria desviada de sua rota normal de migração para os ‘superpovoados centros metropolitanos do Centro-Sul’ e levada para as regiões semiúmidas do próprio Nordeste e da Amazônia e Planalto Central. ‘Absoluta prioridade’ foi dada à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Um novo programa tão ambicioso obviamente exigia recursos federais em escala substancial. Mas onde encontrá-los? Delfim informou o presidente de que não havia recursos – ‘a menos que os retiremos do fundo de incentivos’. A solução, portanto, era requisitar fundos federais já consignados para o Nordeste nos programas de incentivo tributário. Médici disse mais tarde que desviara ‘somente 30 por cento’ do fundo de incentivos”.

maneiras encontradas pelo regime para mostrar que o gigante havia acordado². Boa parte dos projetos decantados no discurso de Passarinho foram um fracasso e o projeto de integração também foi um deles³. Pelo menos a corrida, um evento efêmero que praticamente não deixou marcas na população que presenciou sua passagem, conseguiu cumprir o seu trajeto dentro do cronograma planejado.

4.2 A Igreja comemorou

As relações entre o Estado e a Igreja, principalmente a católica, foram fundamentais para invenção da nação brasileira. Durante muito tempo, o poder religioso serviu de elo entre o Estado e a população. No século XX, outras formas de fazer essa conexão ganharam forma e também força. A mídia escrita, principal fonte dessa pesquisa, pode ser apontada como um desses “novos” elementos de conexão e também de formação dos membros da nação. Isso não significa dizer que as antigas maneiras de aproximação deixaram de existir. A ligação entre o culto católico e as cerimônias cívicas continuava existindo e foi amplamente utilizada durante o Sesquicentenário (cf. OZOUF, 1976).

O Dia Nacional de Oração pela Pátria ocorreu em três de setembro. O ponto alto desse dia foi a Missa do Sesquicentenário. Para a sua celebração, na Praça da Sé, em São Paulo, foram convidados 80 bispos. A participação da Igreja foi descrita pelo arcebispo metropolitano de São Paulo, D. Evaristo Arns, da seguinte maneira:

Na nossa reflexão sobre a Independência observamos três pontos fundamentais do seu significado: a possibilidade de todos participar

² Gaspari (2002, Vol. II, p. 214. Grifos meus) aponta os vários projetos do governo que buscavam mostrar que o Brasil era uma grande nação, dentre estes aparece a ideia de integração nacional: “O governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza. Potência nuclear? O Ministério de Minas e Energia revelara a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciara a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis. **Integração nacional? Médici determinara a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre.** Gigante soberano? Estendeu-se a duzentas milhas da costa o limite das águas territoriais brasileiras. Tecnologia nacional? A Embraer recebera 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Obras históricas? Acelerou-se a abertura dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se o início da construção da ponte que atravessaria a baía de Guanabara, ligando a praia do Caju a Niterói”.

³ Reis (2014, p. 49-50) descreve muito bem a falência desse projeto: “... apesar de ter mobilizado sonhos e ilusões, acabaria em fracasso e seria abandonado pelo governo seguinte. Em 1974, quando isso ocorreu, em vez da promessa inicial de 1 milhão de famílias instaladas ao longo do eixo rodoviário a ser construído, havia apenas cerca de 6 mil às margens de uma estrada que, pelo menos em boa parte do trajeto, continuava precária, levantando nuvens de poeira à passagem de caminhões e outros veículos. O faraônico projeto foi esquecido e até considerado inexistente, para amargura das gentes que ali se encontravam. No final das contas, investimentos e incentivos acabaram servindo aos negócios lucrativos de empresas agropecuárias”.

livremente em favor da Pátria; que cresce dia a dia; a Independência não se realiza sem os serviços daqueles que têm o espírito mais evoluído, e queremos acordar em todos a vontade de trabalhar; finalmente, o ato de Ação de Graça, por tudo que aconteceu nesses 150 anos sem guerras, sem sangue e sem revoltas (*Mensagem papal será lida dia 3, 25 ago. 1972, p. 10*).

O evento ainda contou com a mensagem do Papa Paulo VI, gravada em português especialmente para as comemorações do Sesquicentenário e a presença do Patriarca de Lisboa, d. Antonio Ribeiro. Também esteve presente a imagem “verdadeira” – como fizeram questão de ressaltar algumas matérias publicadas na **Folha** (cf. 5 ago. 1972, p. 3) e também no **JB** (cf. 4 set. 1972, p. 3) – de Nossa Senhora Aparecida, retirada do seu santuário para essa ocasião. A seguir, reproduzo o cartaz de divulgação da missa.



Figura 2: Cartaz da Missa do Sesquicentenário (Mensagem papal será lida dia 3, 25 ago. 1972, p. 10).

Apesar da qualidade da imagem não ser das melhores, é possível perceber que o cartaz é o mapa do Brasil formado pelas contas de um terço, mostrando a estreita relação entre o território nacional e a Igreja.

Naquela manhã de domingo, 50 mil pessoas estiveram na Praça da Sé para assistir a missa. Esse número é citado pela **Folha** e difere bastante da quantidade de pessoas citadas no **JB**, que fala em 10 mil presentes (cf. *Papa diz que independência é dever diário*, 4 set.

1972, p. 1). O Papa disse, na sua mensagem, que “o Brasil recebeu o dom da fé, ao tornar-se, desde os alvares de sua descoberta, parcela do novo Povo de Deus” (*50 mil assistiram à missa de ontem na Praça da Sé*, 4 set. 1972, p. 7). O patriarca de Lisboa se limitou a agradecer a recepção calorosa da comunidade brasileira (Ibidem). A cerimônia recebeu muita atenção da mídia, sendo transmitida ao vivo por meio do rádio e da televisão (cf. *Dez mil assistiram a concelebração eucarística*, 4 set. 1972, p. 3).

As celebrações católicas ocorreram por todo o país. Em João Pessoa, no mesmo dia três de setembro, foram realizadas as Orações pela Pátria organizadas pela Cúria Metropolitana, seguindo as recomendações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse momento deveria ser repetido em todas as igrejas da Paraíba. Na capital foi celebrada uma missa campal, que contou com a presença do Governador do Estado, Ernani Sátiro (cf. *Igreja comemora sesquicentenário com celebrações*, 2 set. 1972, p. 3). A Cúria também buscou, através de uma nota publicada na imprensa, explicar o significado da Independência:

A independência é um marco muito importante da nossa história e não apenas um fato do passado, um acontecimento que terminou há 150 anos. É um fato cujas raízes estão assentadas no passado, que continua hoje vivo e atual.

Associando-se as solenes comemorações desta data tão significativa a Igreja da Paraíba reúne o povo cristão para consagrar também um dia com orações especiais pela Pátria, pelos seus dirigentes e por todo o povo brasileiro (*Igreja comemora a Independência hoje na homilia*, 2 set. 1972, p. 3)

Os dizeres se aproximam da mensagem divulgada pela CNBB sobre como a Igreja compreende todo o processo de comemoração dos 150 anos do Brasil. Este é definido com um “... documento em forma de mensagem para expressar a solidariedade da Igreja do Brasil, na alegria e nas esperanças do país, por ocasião do Sesquicentenário da Independência” (*Mensagem da CNBB pelos 150 anos*, 2 set. 1972, p. 7). Em determinada passagem diz: “Nestes dias de festa cívica, porém, não lhe basta [a Igreja] recordar com justa alegria um passado de bons serviços ao país. Ela quer refletir sobre o presente e o futuro” (Ibidem).

O poder de convencimento da Igreja não deve ser mitigado. Essa instituição foi uma importante aliada para as pretensões comemorativas do regime militar durante o Sesquicentenário. O discurso sobre a forma que a nação deve ser compreendida e

vivida, quando revestido pelo poder espiritual, ganha, pelo menos para uma parcela da população, uma formulação difícil de ser questionada. A união entre o poder secular e o poder eclesiástico, nos mais diferentes lugares do país, foi mais um dos elementos constitutivos dessas comemorações.

O documento da CNBB merece ser analisado com mais cuidado. Ele também faz uma avaliação histórica do papel da Igreja ao longo desses 150 anos de Brasil, mostrando as suas contribuições, dizendo que também é uma instituição passível de falhas – porém não diz como e nem onde cometera esses erros – e que olha, com atenção especial, para o futuro do país. Citando, algumas vezes, o sínodo **Justiça no mundo** (1971), remete à necessidade de libertação do ser humano no plano espiritual e terreno, como mostra a passagem a seguir:

... “a missão de pregar o Evangelho exige que nos comprometamos com a libertação total do homem, desde agora, em sua existência terrena” (Justiça no mundo, nº 35).

Decorre desta visão o sentido de nossa participação nos festejos do Sesquicentenário da Independência.

Unindo-nos, como Igreja, a essas comemorações, relembramos o muito que já foi realizado nestes 150 anos. Guardamos, no entanto, a nítida consciência de que há muito ainda por realizar, pois independência, não pode ser apenas um fato que passou, uma data que se festeja, mas uma conquista de cada dia, um processo permanente destinado a assegurar a progressiva libertação de todas as servidões que impedem o homem de realizar, com a possível plenitude, sua vocação humana cristã.

É viva a esperança de que nos aproximamos de um momento de maturidade nacional: o momento em que cidadãos deste grande país alcancem a plenitude da liberdade com responsabilidade, participem solidários na construção da Pátria que é de todos, desfrutem equitativamente dos benefícios de um patrimônio comum o momento em que Estado e Igreja se encontrem no serviço de um só e mesmo povo, num plano de mútua autonomia, no reconhecimento de suas respectivas competências e da extensão de limites de sua colaboração (Ibidem, p. 7).

Não é possível pensar a Igreja como um bloco monolítico, posições progressistas e posições muito conservadoras coexistiam dentro dessa instituição. Nessas marchas e

contramarchas⁴ que assolaram a Igreja católica e também a CNBB, é possível dizer que esse documento revela esse lado mais progressista. Ele se posiciona favorável às comemorações, mas o seu discurso, mesmo de maneira tímida, não coaduna com os propósitos dos festejos do regime militar. Alguns dos signatários desse documento tiveram disputas com o regime militar, vale destacar: Dom Aloísio Lorscheider⁵, presidente da CNBB, e o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns⁶.

Ainda durante a Semana da Pátria, o arcebispo Arns divulgou sua mensagem sobre o Sesquicentenário da Independência. Saudada pelo **JB** como uma “prece para o futuro”, a matéria é uma síntese do texto de Arns e se preocupa em mostrar a necessidade de manutenção da união da nação e de conseguir justiça social. Como mostra o trecho a seguir:

“Uma pátria dividida é uma pátria em decomposição”, por isso o Arcebispo faz um apelo para que todos os brasileiros esqueçam as divergências que no passado retardaram o progresso comum. “Possam os trabalhadores da cidade e do campo, construtores anônimos da riqueza e do bem-estar de tantos, fazer jus a uma retribuição condigna de suas fadigas e ter garantidas a tranquilidade e a promoção social de suas famílias”, disse D. Paulo Evaristo Arns. O arcebispo também fez um pedido aos homens de empresa para que se compenetrem de que “não há progresso econômico duradouro sem que sejam atendidos os reclames sagrados da justiça social, no que respeita à pessoa humana e à dignidade ao trabalho” (*Arcebispo exalta a “família ampliada”*, 6 set. 1972, p. 18)

A crítica é sutil, mas existe e deve ser inserida na conjuntura dos “anos de chumbo” do regime militar. Percebo semelhanças entre as ideias divulgadas pela CNBB, especialmente por Arns, e o Projeto Antiimpacto (abordado no tópico 2.1, do capítulo 2).

⁴ Gaspari (2002, Vol. II, p. 256) explica os posicionamentos da CNBB durante a ditadura: “Se em 1964 a deposição de Goulart isolara a esquerda do clero, o AI-5 iniciaria em 68 um processo de corrosão da frente conservadora que tomara o poder na CNBB com a deposição de d. Helder. Apesar de essa corrente ter sido formada no vácuo da ordem ditatorial e de ser liderada por bispos que simpatizavam com o regime, seu predomínio não derivava da qualidade das relações com a ditadura, mas de uma formulação que viria a ser denominada ‘pastoralista’. Sua racionalização pacificadora era uma faca de dois gumes. Convinha ao regime oferecendo uma Igreja apolítica, apostolar, mas inquietava-o porque ao mesmo tempo não fazia concessões em relação à sua integridade institucional”.

⁵ Lorscheider foi responsável (cf. GASPARI, 2002, Vol. II, p. 307-308) pela publicação no Observatório Romano (órgão oficial de imprensa da Santa Sé), da seguinte nota: “O terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão”.

⁶ Uma boa caracterização de Arns é oferecida por Thomas Skidmore (1988, p. 362): “A figura mais proeminente dessa Igreja católica radicalizada não era mais Dom Helder Câmara, sobre quem os censores não permitiam que uma só palavra chegasse aos meios de comunicação. Mesmo sem este handicap, Dom Helder teria sido eclipsado pelo Cardeal Arns de São Paulo. Titular de uma das maiores arquidioceses católicas do mundo, o cardeal demonstrara desde a sua nomeação em 1971 ser um ativista agressivo e eficiente. Sob sua direção, as CEBs e as pastorais leigas e religiosas de São Paulo se multiplicaram criando uma rede de ativistas no maior e mais industrializado centro urbano do Brasil”.

Portanto, esses textos podem ser pensados como uma forma branda de resistência à ditadura. Eles percebem a existência dos problemas, mas acreditam que estes podem ser superados de forma conciliatória, sem fraturar a sociedade.

Anos depois, em sua autobiografia⁷, intitulada **Da esperança à utopia** (2001), Arns caracterizou a Missa do Sesquicentenário como o principal evento religioso. O clima que antecedeu essa solenidade era de tensão. Ele mostra isso ao relatar um questionamento feito pelo Gen. Antonio Carlos da Silva Muricy, comandante do 5º Exército. O general lhe perguntou se, na referida missa, Arns iria derrubar o altar montado na Praça da Sé. A resposta “a essa monstruosidade” – maneira que o arcebispo se refere à pergunta – é direta: “Trouxe o programa impreso. Aí o senhor verá que tal ato não faz parte da liturgia, portanto não será realizado” (Ibidem, p. 354). Em suas memórias, a comemoração católica foi assim descrita:

Para dar caráter nacional à festa, trouxemos da basílica nacional de Aparecida a imagem da padroeira do Brasil. Ela chegou solenemente na sexta-feira, dia 1º, às dezoito horas, na Praça da Sé. A notícia da vinda da imagem não pôde ser divulgada, pois a imprensa se encontrava sob censura. Mesmo assim, o povo afluíu em massa. Naqueles três dias de festa, cada região episcopal se ocupava, por algumas horas, das orações, celebrações, leituras bíblicas, uma liturgia digna do Concílio Vaticano II. A missa principal, muito bem preparada e realizada na manhã de domingo, dia 3, transcorreu normalmente na Praça da Sé lotada de gente, enquanto as cerimônias civis no Ipiranga poucos atraíram, coisa que só não aconteceria à noite do dia 7, quando orquestras, corais e fogos celebraram dignamente os cento e cinquenta anos da Independência do Brasil. A nossa missa foi concelebrada também pelo cardeal-patriarca de Lisboa, dom Antonio Ribeiro, que nos apoiou com sua presença e seu estímulo de amigo e irmão. Ao final, tomaram a palavra Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo recém-transferido para Salvador, e eu mesmo, como arcebispo de São Paulo. O povo saiu satisfeito (Ibidem, p. 355-356).

O relato traz uma imprecisão: a vinda da imagem da padroeira foi divulgada nos jornais, ao contrário do que o texto afirma. O povo católico foi para o evento sabendo o que lhe esperava. É provável que a censura tenha ocorrido ao suprimir os nomes dos

⁷ Peter Burke (2000, p. 74) ao analisar as formas de transmissão da memória social mostra um bom caminho para a reflexão sobre o texto autobiográfico. Para ele esse tipo de escrito encontra-se dentro da “... tradicional esfera de ação do historiador, as memórias e outros ‘relatos’ escritos. Precisamos, é claro, nos lembrar de que esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem. Também precisamos ter em mente, como nem sempre fizeram os historiadores, o aviso de uma crítica literária perspicaz: ‘Quando lemos narrativas de memórias, é fácil esquecer que não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita’”.

arcebispos de Olinda/Recife e Salvador, dom Hélder Câmara e dom Avelar Brandão Vilela, que não foram nem citados nas matérias jornalísticas pesquisadas.

A parte que merece mais destaque é quando Arns compara a festa religiosa e a festa cívica, colocando a primeira como obtendo uma maior participação popular do que boa parte das ações comemorativas transcorridas no Monumento do Ipiranga. Esse fato não apareceu nas matérias jornalísticas. Não cabe dizer se Arns estava certo e os jornais estavam errados ou o contrário. O que o depoimento do arcebispo revela é um discurso calcado em outro lugar social, mostrando como a festa cívica, pelo menos naquele momento, mobilizou os interesses de pessoas e de instituições diversas.

Não existe uma contradição inerente entre a identidade religiosa e a identidade nacional. O membro da comunidade não tinha diante de si um questionário onde apenas uma das escolhas estava correta. Como nos lembra Eric Hobsbawm (1990, p. 146): “Homens e mulheres não escolhiam suas identificações como escolhiam sapatos, sabendo que se pode apenas colocar um par por vez”. É um ambiente social complexo, que comporta a existência de identidades e há também a sua sobreposição. Durante as comemorações religiosas foi possível perceber esse fenômeno⁸.

4.3 Sete de setembro / o ápice

Por mais que o ápice das comemorações cívicas fosse no dia sete, os periódicos não prestaram suas maiores homenagens nessa data. A **Folha**, por exemplo, resolveu se antecipar e mostrar seu fervor cívico ao Sesquicentenário na sua edição do domingo da Semana da Pátria, que circulou no dia três. Durante o mês de agosto, essa edição foi amplamente divulgada pelo próprio jornal. A seguir, reproduzo uma dessas chamadas:

⁸ Hobsbawm (1990, p. 146) aprofunda essa ideia: “Eles [os membros de uma comunidade] tinham simultaneamente, como ainda têm, várias adesões lealdades, entre as quais a nacionalidade, e estão simultaneamente interessados em vários aspectos da vida, e qualquer destes pode se tornar mais importante que os outros, dependendo da ocasião. Por longos períodos de tempo esses diferentes vínculos não representariam exigências incompatíveis para uma pessoa, de modo que um homem poderia não ter problema algum em sentir-se filho de irlandês, marido de uma alemã, membro de uma comunidade mineira, um trabalhador, um torcedor do Barnsley Football Club, um liberal, um metodista, um inglês patriota, um possível republicano e um apoiador do império britânico”.

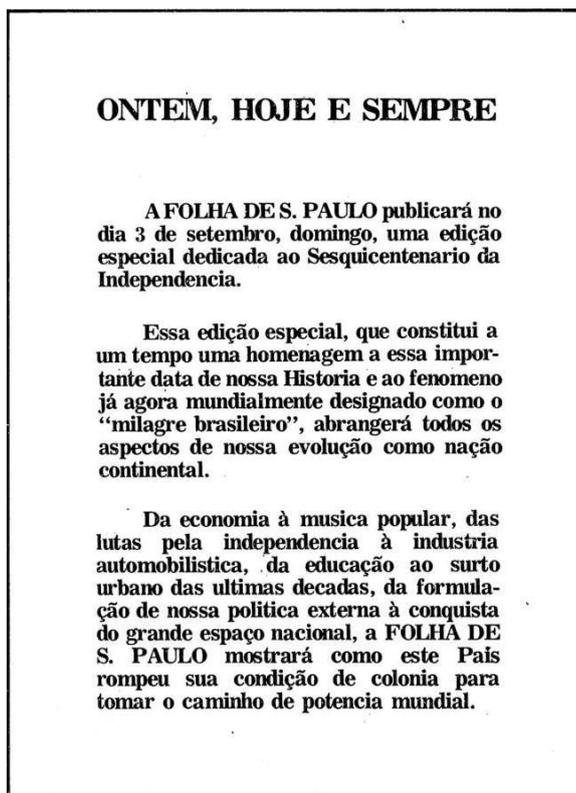


Figura 3: Propaganda de edição especial do dia 3 de setembro (**Folha**, 6 ago. 1972, p. 1).

A propaganda mostra que, nessa edição, foi feita mais uma síntese da nação brasileira, primando pelo estabelecimento de vínculos entre o passado e o presente, projetando o futuro grandioso que espera o país. Com essa iniciativa, a **Folha** muda nitidamente o seu patamar de participação nas comemorações: ela deixa de ser um veículo que, em tese, apenas divulga notícias sobre os acontecimentos e passa a construir a sua versão da nação brasileira.

A primeira página dessa edição especial traz uma miscelânea de imagens que tenta resumir a nação brasileira. Elas foram retiradas de diversas páginas do jornal, segue a reprodução:

1	2	3
4	5	6
7	8	9



Figura 4: As cores do Sesquicentenário (**Folha**, 3 set. 1972, p. 1).

A legenda original explica o motivo da escolha dessas representações da nação e os seus pretensos significados:

INDEPENDÊNCIA – Estas nove estampas constituem a imagem sumária do Suplemento Especial, comemorativo do Sesquicentenário da Independência, que publicamos nessa edição. Passado, presente e futuro de uma nação que procura realizar seus destinos refletem-se nos textos, nas ilustrações e nos conjuntos policromáticos desse trabalho especial. Nos grandes gestos e nos grandes vultos (como o de D. Pedro I [2] e Caxias [1]); nas reservas humanas e nas tradições históricas [6]; na expansão do parque industrial [5] e na diversificação dos centros econômicos [9] e; nas grandes vitórias esportivas [7]; na conquista dos ares e no avanço tecnológico [3 e 8] – o Brasil de ontem e de hoje é um só, a confirmar que o grito de D. Pedro, “Independência ou Morte”, não

se perdeu nas colinas do Ipiranga [4]. Continua ecoando nas fábricas e nas escolas, nas oficinas e nos laboratórios, nos quartéis, nos escritórios, nas realizações que abrem caminho ao nosso desenvolvimento (Ibidem).

Legendas das imagens: 1. Duque de Caxias, Patrono do Exército; 2. D. Pedro I, dizendo: “Brasileiros, a nossa divisa, de hoje em diante, será... Independência ou Morte!” – imagem retirada da **Pequena história da Independência do Brasil**, publicada nessa edição, página 11; 3. Crianças em cima de um tanque de guerra do Exército; 4. Marco imperial que lembra a inauguração da estrada do Vergueiro – essa imagem foi utilizada para marcar a relação entre ontem e o hoje; 5. A indústria automobilística é citada como o carro-chefe do desenvolvimento econômico; 6. Representação da reforma agrária – compreendida como uma maneira de estabelecer o equilíbrio entre o campo e a cidade; 7. A Lotus do piloto Emerson Fittipaldi – em 1972, ele se tornou o primeiro brasileiro campeão da Fórmula 1; 8. Aviões da Força Aérea voando em formação; 9. Usina siderúrgica.

As cores do sesquicentenário – título escolhido por ser uma edição colorida do jornal – foi uma tentativa de, a partir de um repertório iconográfico, mostrar o que era a nação. Os responsáveis por essa montagem definiram, a partir de critérios muito próximos aos estabelecidos pelo Estado, o que não deveria ser esquecido⁹. Assim, as imagens juntam o passado e o presente na tentativa de harmonizar a identidade nacional. Três delas remetem ao passado, sendo que duas assinalam os heróis e a outra é ligada ao caminho pelo qual o principal herói passou. As outras se ligam àquele presente e representam os resultados satisfatórios alcançados na área econômica, militar e esportiva. Nesses êxitos do presente, o ponto mais questionável, mesmo pensando dentro daquela conjuntura, é o que diz respeito à reforma agrária. Como se sabe, as medidas do governo militar passaram

⁹ Essas afirmações são inspiradas na ideia de Lúcia Lippi Oliveira (1989, p. 175): “Diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais é montada e organizada uma memória nacional dominante. Os especialistas – historiadores, publicistas, ideólogos, doutrinadores e educadores – constroem a memória nacional, organizando as comemorações, as festas, definindo os heróis que não merecem ser esquecidos”.

muito longe de acabar com os problemas da má distribuição fundiária no país¹⁰. Porém essa adversidade foi colada aos sucessos mais concretos daquele presente. Esse amálgama pode ser percebido como uma tentativa de ampliar o sucesso desse projeto de nação.

Outra explicação sobre o país que aparece nessa edição especial foi escrita por Alexandre Von Baumgarten, que publicava artigos na **Folha** regularmente. Ele redigiu uma matéria chamada: *O caminho para o progresso* (3 set. 1972, p. 5). Na sua interpretação, o golpe é nomeado de “sistema revolucionário” e diz que graças ao modelo econômico implantado foi possível promover “... o desenvolvimento programado para os diversos setores produtivos da Nação” (Ibidem). Também discorre sobre os avanços nas áreas da educação, da saúde, da agricultura, da comunicação e da siderurgia. Para mostrar que nem todas as dificuldades haviam sido superadas, diz que ainda existiam problemas na região nordeste, mas que “a perspectiva para um futuro próximo é otimista” (Ibidem). No desfecho, o artigo reafirma que o Brasil está no caminho certo:

Na realidade a conjuntura nacional, de uma forma geral, em comparação com o passado, é muito boa. O sistema através de sua pertinácia, trabalho e seriedade, conseguiu modificar a Nação. Tirou-a do “status” de falida e subdesenvolvida, para colocá-la no caminho da grande potência.

Essa realidade, ainda que alguns grupos, por interesses próprios, queiram negar ou comprometer com a projeção de problemas menores sobre o todo nacional, traduzindo, sempre que possível, sua aprovação ao Governo Federal, mediante inclusive o comparecimento em massa, por exemplo, nos festejos que assinalam o sesquicentenário de nossa Independência (Ibidem).

Esse artigo, que faz parte do mesmo projeto de nação das imagens, é melhor compreendido quando se revela as estreitas ligações desse jornalista com o Serviço

¹⁰ A maneira que a ditadura militar pensou a reforma agrária é resumida por Mário Grynszpan (2007, p. 322): “Em um contexto de repressão, a reforma agrária finalmente aprovada, ainda que incorporasse elementos do quadro anterior, fazia-o com um sentimento distinto. O Estatuto da Terra [criado em 1964, no governo Castelo Branco] se inscrevia em um projeto autoritário mais amplo, ganhando um sentido de desmobilização, excluindo a participação direta dos trabalhadores rurais. A ênfase política, característica dos debates anteriores, substituiu-se a econômica, subordinando-se a reforma ao objetivo, este sim prioritário, de aumentar a produtividade e a oferta de bens agrícolas, visto como fundamental para a promoção do progresso social e para consolidação de uma classe média rural. Contudo, esse aumento de produtividade e oferta de bens agrícolas não passava necessariamente por uma ampliação do acesso à terra. Na verdade, a reforma agrária, como política redistributiva, era apenas uma das dimensões do Estatuto da Terra, sendo a outra a promoção do desenvolvimento agrícola, com a transformação das grandes propriedades em empresas rurais. Para tanto, eram definidos mecanismos de pressão, como aplicação progressiva do Imposto Territorial Rural (ITR) e a desapropriação de terras improdutivas. Ou seja, previa-se que as grandes propriedades fossem levadas a ampliar suas áreas de plantio e intensificar a sua criação, premidas pela possibilidade de desapropriação, que, dessa forma, poderia ou não ocorrer”

Nacional de Informações¹¹ (SNI). Anos depois, em 1979, Baumgarten, com financiamento do SNI, reativou a revista **O Cruzeiro**, a ideia era torná-la um veículo de defesa do regime. Em 1981, afundado em dívidas, tentou chantagear seus patrocinadores e acabou sendo morto por eles¹². Desta maneira, o artigo pode ser descrito como uma defesa dos ideais do regime.

Depois de quase cinco meses de festividades, o tão esperado dia do Sesquicentenário havia chegado. Todos os eventos realizados, nas mais diferentes partes do território, apontavam para esse momento. Era a hora de mostrar o que havia de melhor no país e afirmar a grandeza da nação brasileira. A maioria das matérias jornalísticas pesquisadas dão a impressão que tudo funcionou de forma impecável.

Dentro das comemorações da Semana da Pátria em São Paulo, na terça-feira, foi inaugurada uma estátua em homenagem a José Bonifácio. Esta foi oferecida pela comunidade libanesa, representada pelo ex-prefeito da cidade e, na época, secretário de transportes do Estado, Paulo Salim Maluf. A cerimônia contou com a presença do governador do Estado, Laudo Natel, do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e outras autoridades. A estátua tinha o intuito de impressionar: “foi elaborada em bronze, com três metros e meio de altura, pesando cerca três toneladas; foi assentada em pedestal de granito verde Ubatuba, de quase dois metros de altura e um metro quadrado de base” (*Uma homenagem a José Bonifácio*, 6 set. 1972, p. 8). Essa homenagem ao “patriarca da Independência” é marcada pela participação de uma comunidade de origem estrangeira. Seu líder, Maluf, é uma das figuras mais controversas da política brasileira e ainda hoje (2015) exerce o cargo de deputado federal, com mandato até 2019. Essa passagem serve

¹¹ Foi criado pela lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Seus dois primeiros artigos explicam a sua finalidade oficial: “Art. 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional. Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”.

¹² Esse caso é relato por Gaspari (2004, Vol IV, p. 114-115): “...a conexão do SNI com a revista **O Cruzeiro** haveria de resultar no maior escândalo da história do Serviço. Alexandre von Baumgarten, um jornalista bem relacionado na Comunidade, conseguira transformar-se em plenipotenciário da ressurreição da revista, afundara em dívidas, vira-se abandonado pelos amigos militares e acabara assassinado durante um passeio de barco pela baía da Guanabara. A lancha em que ia com a mulher e um barqueiro se encontrou com outra, na qual Baumgarten reconheceu alguns amigos. Recebeu-os a bordo e foi metralhado. Os assassinos planejavam sumir com a lancha e os três cadáveres. A sorte faltou-lhes duas vezes. O jornalista caiu na água e afundou. Dias depois o corpo foi achado numa praia, com uma bala na cabeça. Ele entregara a pelo menos três amigos envelopes pardos, fechados, para serem abertos caso morresse em circunstâncias misteriosas. Pedia que o conteúdo fosse divulgado na imprensa. Nele, atribuíra sua morte ao general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI”.

para nos lembrar da habilidade que determinados políticos têm de se manter no poder, mesmo com as mudanças nas conjunturas políticas e sociais do país.

A principal notícia da véspera da Independência foi de caráter internacional e fugiu completamente dos interesses comemorativos do sesquicentenário. O Massacre de Munique, ocorrido durante as Olimpíadas, ocupou quase toda a primeira página da **Folha**. A morte de onze reféns israelenses por membros da organização palestina Setembro Negro, relegou os acontecimentos comemorativos ao canto da página. Vale lembrar que, mesmo diante da tragédia, os jogos continuaram. Nesse caso, os interesses comerciais falaram mais alto do que o luto¹³.

O palco principal estava pronto com antecedência, ficava na Avenida Paulista, mais precisamente no vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Tinha cerca de cem metros quadrados e esperava receber cerca de 1.400 pessoas. No seu centro havia um camarote feito para que o Gen. Médici e mais 20 convidados pudessem acompanhar da melhor forma possível o desfile (cf. *O maior desfile será em S. Paulo*, 6 set. 1972, p. 6). A parada militar é o principal evento daquela manhã (Foto na página seguinte).

A **Folha** do dia sete chegava às bancas dizendo na sua primeira página: “hoje, às 9 horas, São Paulo assiste ao maior desfile militar da história do Brasil” (*Na Paulista, às 9 h, o desfile*, 7 set. 1972, p. 1). Metade dessa página foi ocupada com uma bandeira do Brasil, oferecida como um presente, dizia: “Recorte a bandeira brasileira – é um presente de 7 de setembro” (**Folha**, 7 set. 1972, p. 1). Essa edição, como é de praxe nos jornais matutinos, é dedicada aos eventos do dia anterior. Por isso, suas matérias tratam, principalmente, do sepultamento de D. Pedro I no Ipiranga (tema discutido no capítulo anterior) e dos últimos acertos para a inauguração do espetáculo Som e Luz (que será apresentado no próximo tópico).

¹³ Antonio Jorge Gonçalves Soares e Alexandre Fernandez Vaz (2009, p. 485-486) dão uma boa dimensão do que aconteceu em Munique e de como os jogos estão inseridos em um grande negócio bastante rentável: “Em 1972, nos Jogos de Munique, um comando palestino invadiu a Vila Olímpica, matou e sequestrou atletas israelenses. Sua liberdade deveria ser trocada pela de militantes árabes palestinos encarcerados em Israel, entre outras reivindicações. Depois de um dia de extrema tensão, de interrupção dos Jogos e de fracassos nas negociações, um conflito no aeroporto de Munique resultou na morte de sequestrados e de três dos quatro sequestradores. O presidente do comitê organizador dos Jogos Olímpicos declarou que, apesar do episódio, a competição deveria ir adiante, ‘*The games must go on*’, afirmou literalmente. De fato, os compromissos comerciais em torno da competição, o ideal esportivo supostamente colocado acima das questões das políticas nacionais e as responsabilidades em relação ao caráter modelar que o esporte deve assumir nas Olimpíadas, não podem interromper o ciclo olímpico cada quatro anos tendo em vista sua expressão financeira e a continuidade da instituição organizadora”.

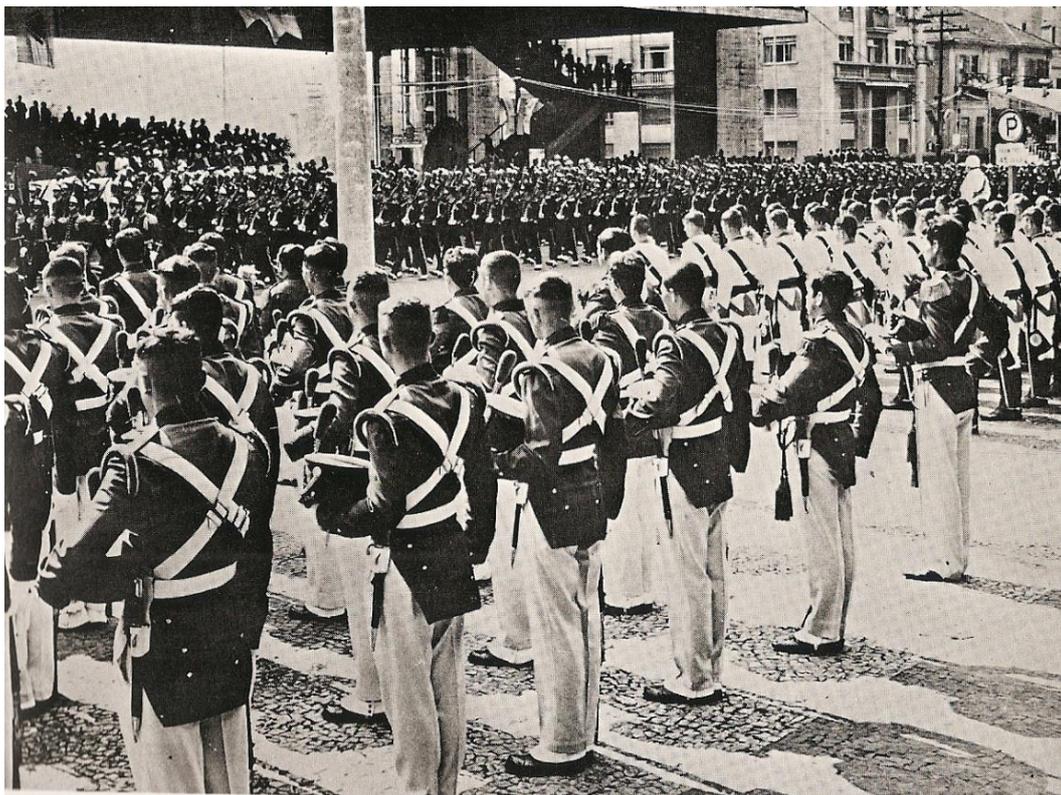


Figura 5: Fotografia da av. Paulista durante o desfile (CORRÊA, 1972, p. 79).

Em primeiro plano, de costas, um batalhão com uniformes históricos, no centro militares desfilam pela avenida e no fundo da fotografia é possível perceber o palanque principal, debaixo do vão MASP, onde estavam as principais autoridades.

No dia seguinte, a primeira página é quase que totalmente dedica ao relato dos acontecimentos cívicos do dia anterior. No alto da página uma frase retirada do discurso de Médici que encerrou as comemorações se destaca: “um dia maior do que todos os dias” (**Folha**, 8 set. 1972, p. 1). O préstito começou...

As 9h20 a Banda do II Exército surgiu diante do palanque oficial instalado sob o vão livre do Museu de Arte, na av. Paulista, executando a Marcha do Sesquicentenário. Estava iniciada a parada de 7 de Setembro, que apresentaria até o meio-dia 18 mil homens e uma quantidade de equipamentos militares nunca mostrada antes em São Paulo (*As três horas do grande desfile do Sesquicentenário*, 8 set. 1972, p. 4).

A parada cívica é descrita pela **Folha** a partir das suas “grandes cenas” (cf. *As grandes cenas do desfile de 18 mil homens em SP*, 8 set. 1972, p. 9). São várias manchetes e também um bom número de fotos utilizadas para contar essa parte das festividades. O desfile quer transparecer que existe uma interação entre os proponentes do evento e o

público. Um dos objetivos do jornal é mostrar que os participantes comungavam de uma mesma identidade nacional. Tudo isso calcado na ideia de emocionar quem estava presente na av. Paulista no dia Sete¹⁴.

Uma das matérias que merece destaque apresenta ao leitor o público que acompanhou o desfile. O clima que o texto transmite é de euforia: relata as ruas lotadas, com crianças subindo em postes e árvores; chama atenção para as janelas dos edifícios com bandeiras do Brasil e faixas penduradas; também atenta para os chapéus com dizeres patrióticos (“Avante, Brasil, Avante”, “Brasil no ano do Sesquicentenário”, “Brasil, conte comigo”); e as fitas verde-amarelas que o público usava como adereço (cf. *No desfile dos 150 anos, a tradição da av. Paulista*, 08 set. 1972, p. 5). O desfecho é dedicado ao que mais despertou a atenção do jornalista:

Cecilia Coelho, de três anos, foi a atração principal dos que se postaram à frente da esquina da avenida Paulista e rua Ministro Rocha Azevedo. De vestidinho rosa e cabelo amarrado com um rabo de cavalo, montada nos ombros da avó, ela achou ruim todas as vezes em que tentaram pô-la no chão. E bateu palmas quando apareceram os primeiros pelotões motorizados, e os carros-tanques.

Fernando Couto, de cinco anos, quase não viu o desfile, depois que o pai cansou de colocá-lo sentado sobre os ombros, mas achou uma atração especial na multidão: passou a rondar um “hippie” e fazer-lhe perguntas infantis sobre todos os assuntos.

Paulo Antunes, 23 anos, vestindo um roto e sujo blusão “Lee” sem mangas cobrindo uma blusa de malha listrada de vermelho e verde e uma calça azul, e calçando um tênis sujo e rasgado e carregando nas costas uma mochila com cobertor, veio do Rio de Janeiro para assistir o desfile.

Postado na frente do Edifício Grande Avenida, um dos lugares mais congestionados por estar perto do palanque presidencial, não deixou de ser uma atração pelo seu aspecto diferente (Ibidem).

¹⁴ A minha análise do desfile toma como ponto de partida as ideias de Mary Ryan (1992, p. 179-180): “Traduzidos para a linguagem mais modesta dos historiadores, os relatos de paradas são apenas muito eloquentes. Primeiro, a parada oferece uma excelente documentação de culturas do passado, evoca uma força emocional e uma expressividade estética que faltavam a mera formulação literária de ideia e valores. Em segundo lugar, os relatos de paradas registram não só as ações, mas também as palavras do passado. Em uma parada, um corpo organizado (constituído normalmente por homens) desfilava pelas vias públicas para demonstrar uma identidade social comum. Em terceiro lugar, quaisquer que sejam os *insights* que possam ser extraídos de uma parada, oferecem um nível muito alto de generalidade [muita gente envolvida]. Essa performance pública era realizada diante de uma audiência enorme e incluía um grande número de participantes – nos casos extremos, uma única parada contaria com cinquenta mil pessoas desfilando e outros três quartos de milhão observando das calçadas. Finalmente, muitas paradas, inclusive as que serão localizadas na presente análise, tinham por base um certo nível de consenso público: eram criadas e organizadas por funcionários públicos democraticamente eleitos, que concebiam esses suntuosos cortejos a fim de atrair e satisfazer toda a cidade. Ao focalizar esse tipo de comemoração, em vez das festividades dos feriados – dos quais só participavam grupos seletos da população – ou desfiles de caráter mais militante, pretendo reconstruir o retrato mais geral e mais explicitamente público que as cidades norte-americanas apresentavam de si próprias”.

Já citei, algumas vezes, a intenção pedagógica da festa cívica e nessa passagem ela aparece mais uma vez, só que de uma forma mais sutil. Para compreender o encontro dessas diferentes gerações que participaram do desfile uso a ideia de “método de imitação da aprendizagem”¹⁵. Os membros mais jovens da comunidade ao serem levados à parada, por pessoas em que confiam, poderiam apreender os valores que ela pretendia transmitir para aquele público e, no futuro, aumentar o coro daqueles que acreditavam naquela versão da nação brasileira. Aos olhos dos mais jovens, a força emocional e a expressividade estética do préstito poderiam deixar marcas. A imagem abaixo mostra essa participação infantil:



Figura 6: Fotografia das várias gerações que acompanharam os desfiles do dia Sete (CORRÊA, 1972, p. 81).

¹⁵ Esse método é explicado por Ernest Gellner (1983, p. 29): “O método de imitação da aprendizagem é seguido quando uma família, uma unidade de parentesco, uma vila, um segmento tribal ou uma unidade similar pega as crianças nascidas em seu seio, permitindo-lhes e obrigando-os a participar da vida comum, somados a uns poucos métodos comuns, como adestramento, exercícios, preceitos, ritos de passagem, etc., acaba por convertê-los em adultos moderadamente similares aos da geração anterior. Assim, se perpetuam a sociedade e sua cultura”. No original: “The one-to-one, on-the-job method is practised when a family, kin unit, village, tribal segment or similar fairly small unit takes the individual infants born into it, and by allowing and obliging them to share in the communal life, plus a few more specific methods such as training, exercises, precepts, *rites de passage* and so forth, eventually turns these infants into adults reasonably similar to those of the preceding generation; and in this manner the society and its culture perpetuate themselves”.

Na grande maioria das matérias, aqueles que tinham um “aspecto diferente” não foram dignos de nota. Pelo contrário, como essa formulação da nação prega a padronização dos sujeitos, aqueles que fogem desse modelo, como o “hippie”, raramente eram noticiados. Vale lembrar, que ele não é retratado como um membro dessa comunidade, o texto cria um contraste entre as suas vestes e as das pessoas que acompanhavam o desfile, mostrando-o como um elemento exótico daquela paisagem. A citação ao “hippie” parado na esquina pode ser compreendida como um pequeno ruído nesse cenário. Como dito na Introdução (p. 16), a partir da ideia de Ozouf (1976, p. 223), é possível existir reinterpretações e/ou ressignificações da festa, ela não deve ser analisada apenas pelo seu fim.

Era uma manhã de muito calor e algumas pessoas precisaram de socorro médico. Também houve espaço para os bandeirantes – forma que a **Folha** usou para designar os vendedores de bandeiras – e outros ambulantes que vendiam principalmente comidas e bebidas para as pessoas que acompanhavam a parada. Por volta do meio dia o desfile terminara, as ruas vizinhas foram desinterditadas, os garis começavam o serviço de limpeza e a avenida retomava o seu ritmo cotidiano (cf. *Um intervalo, e o desfile segue*, 08 set 1972, p. 5).

Na cidade do Rio de Janeiro, as comemorações da Semana da Pátria foram narradas com entusiasmo e ocuparam um amplo espaço nas páginas do **JB**. Existe uma diferença na abordagem desse jornal em relação à **Folha**: em São Paulo, quase não se falou de outras localidades do Brasil, o centro da festa deu pouca atenção aos outros eventos comemorativos; já no Rio, os acontecimentos de São Paulo e de outros estados também são retratados. Um bom exemplo dessa abordagem foi a manchete da primeira página do **JB** (01 set. 1972, p. 1), no início da Semana da Pátria: “Festejos dos 150 anos começam em São Paulo”. Esse título ajuda a lembrar onde ficava o palco central das festividades.

A abertura coube ao governador da Guanabara, Chagas Freitas, marcada para o início da manhã do dia primeiro, no Monumento dos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Aquela foi uma manhã chuvosa¹⁶ e isso atrapalhou o andamento da cerimônia de abertura,

¹⁶ O **JB** (2 set. 1972, p. 1) comenta a mudança de temperatura na cidade: “Uma queda de mais de 20 graus na temperatura (38,4 na quarta-feira, 17,7 ontem [sexta-feira]) alterou completamente, em apenas dois dias, a aparência e os hábitos dos cariocas, que trocaram a roupa leve de serviço e o mergulho matinal no mar pelos agasalhos de lã e só saíram de casa para a obrigação do trabalho ou o rápido passeio com as crianças. Sob a influência de uma massa polar, que provocou no Sul do país a formação de geadas e preocupa os exportadores de café e os plantadores de trigo, hoje no Rio ainda será frio, mas a temperatura tende a aumentar e o tempo a melhorar. Nas horas em que enfrentou o frio, o carioca procurou conforto em sua bebida preferida, consumindo num só bar do Leblon 50 litros de Cachaça”.

impedindo a realização de uma salva de tiros e os aviões da Força Aérea Brasileira de sobrevoarem o monumento (cf. *Governador abre as comemorações no Rio*, 2 set. 1972, p. 5). Também é dado destaque para o discurso do governador:

As comemorações do Sesquicentenário de nossa Independência atingem nesta semana à sua plenitude. Todo o Brasil se irmana na exaltação do feito de D. Pedro I e dos grandes estadistas que fundaram e deram lustre ao Império. Hoje somos uma nação de 100 milhões de brasileiros, mesclando raças acima de preconceitos e amando a liberdade e a justiça como imperativos da própria dignidade humana. Nossa história de país soberano se confunde com a história de harmonia de um povo fiel às suas tradições cristãs e cômico das suas responsabilidades em face da civilização ocidental. Criamos um estilo de vida que é modelo de paz social. Marcamos os contornos do país com a bravura e tenacidade das bandeiras. Por meio de tratados negociados livremente, fixamos as nossas fronteiras, cuja integridade é mantida pela vigilância das nossas gloriosas forças armadas. Nossa prosperidade reveste aspectos espetaculares, sendo objeto de admiração em todo o mundo. Tudo isso é a nossa pátria, construída com lealdade, com senso de dever, com verdadeiro instinto de grandeza. Somos uma nacionalidade coesa, unida pelos mesmos sentimentos, com idênticas atitudes nos momentos decisivos, pronta sempre para enfrentar e vencer com galhardia todos os perigos.

O discurso afirma que somos uma irmandade mestiça, sem preconceitos, cristã – como manda a nossa herança ocidental –, protegida pelas forças armadas e despertamos a admiração do resto do mundo, por causa da nossa prosperidade. Tudo isso inaugurado por d. Pedro I e por grandes estadistas. Essa é mais uma versão do discurso que busca unir a nação brasileira sob a tutela do Estado, usando a data da Independência como o mote para essa exaltação. Esse é um bom momento para lembrar dos “não-ditos” do discurso e perceber, por exemplo, que essa formulação da nação nunca fala em equidade. O que existe é a responsabilidade da obediência ao passado e tudo aquilo que ele encerra.

A primeira página do **JB** do domingo da Semana da Pátria dedicou pouco espaço para o Sesquicentenário, apenas uma pequena chamada sobre a recepção dos restos mortais de d. Pedro I em São Paulo e a indicação para o seu Caderno Especial. Esse caderno, assim como aconteceu com a **Folha**, só que em uma proporção menor, foi a maneira encontrada para mostrar a sua versão da nação brasileira. O Caderno Especial está dividido em quatro partes, assim nomeadas:

- Vale a pena crescer assim? – A proposta é fazer um inquérito sobre o desenvolvimento. Para isso foram chamados cinco “especialistas” para responder a essa questão. Os inqueridos foram descritos da seguinte

forma: “Vilar de Queirós (diplomata, chefe da Assessoria Internacional do Ministro da Fazenda); Robert A. Packenham (cientista político, especialista em problemas do Terceiro Mundo, professor de Política Comparada da Universidade de Stanford, nos EUA); Fernando Henrique Cardoso (sociólogo, diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento); Cândido Mendes de Almeida (cientista, político, diretor da Faculdade Cândido Mendes); Rômulo Barreto de Almeida (economista, secretário executivo da ALALC [Associação Latino-Americana de Livre Comércio] 61-62, presidente da Clan. Consultoria e Planejamento)” (cf. 3 set. 1972, p. 2).

- MCE [Mercado Comum Europeu], a nova superpotência. Escrita por Sergio Correa da Costa, embaixador do Brasil em Londres, é uma exposição dos possíveis impactos da criação desse mercado para o Brasil (cf. 3 set. 1972, p. 4).
- A revolução e a contra-revolução da Independência. Escrita por José Honório Rodrigues, é uma síntese da história do Brasil do final do século XVIII até a década de 1820. Tratando da independência – denominada por ele de revolução e dos momentos de restrição das liberdades nacionais, principalmente com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, em 1827 (cf. 3 set. 1972, p. 5).
- [Marcel] De Corte e o racionalismo. Texto de cunho filosófico sobre “o momento que o Ocidente desligou-se da sua tradição filosófica e iniciou a crítica ao racionalismo, aos aspectos negativos do espírito de Descartes” (3 set. 1972, p. 6).

Esses artigos são dotados de uma complexidade que foge do padrão de quase todos os textos encontrados nos diferentes jornais aqui analisados. O principal artigo é o primeiro, nele os convidados dão suas impressões sobre os rumos econômicos do país. Os posicionamentos são variáveis: Queirós é completamente favorável ao padrão adotado; Packenham também se mostra favorável, mas diz que problemas como a redistribuição de renda devem ser resolvidos; Cardoso é favorável ao crescimento, mas esse deve ocorrer sem aumentar a concentração de renda e sem endividamento externo; Mendes fala da necessidade de um desenvolvimento global, mas lembra do alto preço social cobrado; Almeida incorpora o jargão do regime e advoga pela ideia de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo (cf. *Vale a pena crescer assim?*, 3 set. 1972, p. 2-3).

Foi recorrendo à palavra de vários especialistas que o **JB** marcou a sua edição de domingo da Semana da Pátria. A iniciativa de levar autores que, provavelmente, eram pouco conhecidos dos leitores do jornal foge da abordagem sobre as maneiras de comemorar aqui apresentadas. Porém, também existia a possibilidade desses textos causar alguma estranheza a um público não acostumado com uma linguagem mais próxima do mundo acadêmico.

As principais comemorações na cidade do Rio de Janeiro foram na terça-feira, dia cinco. São dois eventos centrais: as inaugurações da primeira etapa da cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão¹⁷, e da nova sede do IHGB.

A inauguração da Cidade Universitária foi a cerimônia mais importante dentre aquelas realizadas no Rio durante a Semana da Pátria e uma das mais citadas dentro das festividades de um modo geral. A primeira página do livro escrito pelo Gen.Corrêa (1972, p. 7), presidente da Comissão Executiva Central dos festejos, descreve esse ato:

Sua Excelência Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, recomendou que as comemorações fossem expressivas e austeras, isto é, sem os excessos que redundam em prodigalidade, também sem as omissões que o evento comportaria. Partindo dessa preliminar, determinou de início que a vultosa verba que se destinaria a uma Exposição Internacional fosse aplicada à conclusão das obras da Cidade Universitária do Rio de Janeiro. O transitório tornar-se-ia com isso o benfazejo e o eterno. O programa subsequente obedeceu em tudo essa diretriz. Com o mínimo de ostentação, ganhou o máximo de comunicação, sensibilizando, em todas as localidades do País, a Nação Brasileira.

Com o espírito de transformar “o transitório em eterno”, foi inaugurada essa primeira fase da cidade universitária. É nesse mesmo propósito que a inauguração da nova sede do IHGB se insere. O jornal descreve o novo prédio do Instituto: “... prédio de 12 andares com ar condicionado central, auditório para mil pessoas, secções de microfilmagem, arquivo, biblioteca, sala de consultas, salão nobre e social” (*Rio comemora com Médici inaugurando o Fundão*, 3 set. 1972, p. 26).

Assim como em São Paulo – e também em João Pessoa, como veremos adiante – é com a aproximação do dia sete que as notícias ganham mais relevo. Porém, a mesma “intromissão” que aconteceu nas manchetes veiculadas na **Folha**, também apareceu no **JB**. O Massacre de Munique é quem ocupa a primeira página do periódico carioca no dia seis.

¹⁷ Sobre a Ilha do Fundão: “A Ilha do Fundão é uma ilha artificial, ou seja, criada por homens, formada a partir da aplicação de aterro sobre um conjunto de pequenas ilhas que já existiam. Ela corresponde ao campus mais importante da UFRJ e comporta o bairro Cidade Universitária, que foi construído para ser a sede da UFRJ. Criada a Universidade do Rio de Janeiro, como era chamada na sua fundação em 1920, em 1937, no período do governo do presidente Getúlio Vargas que se chamou Estado Novo, propôs-se pela Lei nº 452 uma reforma na estrutura da Universidade, agora chamada de Universidade do Brasil. Dentre as propostas desse programa de reforma estava a construção de uma Cidade Universitária que pretendia reunir todos os cursos da Universidade. As obras de construção da Cidade Universitária foram iniciadas em 1949 e só foi inaugurada, de fato, em 1972” (História de Ilha do Fundão, 13 nov. 2014, s/p).

Os desfiles são a principal marca da Semana da Pátria. A cidade do Rio já vinha realizando paradas cívicas antes do dia da Independência. Esses momentos foram retratados pelo **JB**, um bom exemplo é o narrado pela edição de domingo da Semana da Pátria, que conta os desfiles na zona norte da cidade. O texto destaca o menino Nelson, de apenas oito anos, que, vestido como d. Pedro I, marchou à frente de 14 mil alunos. Ele não foi o único estudante que se fantasiou, outro garoto, da mesma faixa etária, desfilou com trajes que lembravam Tiradentes, levando, inclusive, uma corda com um nó de forca em volta do pescoço (cf. *Nelson, 8 anos, foi Pedro I à frente de 14 mil alunos*, 3 set. 1972, p. 5).

Outras crianças vestiam os uniformes dos clubes de futebol da cidade e logo depois que terminaram sua marcha, de mais ou menos um quilômetro, se aproveitaram de uma das ruas interditadas para improvisar uma breve disputa futebolística. As apresentações eram longas, essa, por exemplo, começou por volta das 9:00h e só acabou lá pelas 13:00h. Durante esse período de tempo, muitas crianças se perdiam e também passavam mal, tendo que ser atendidas pelas ambulâncias que estavam no local (Ibidem).

Em uma outra apresentação, realizado no campo do Fluminense Football Club, com a presença de 40 colégios, o mesmo recurso foi utilizado, só que desta vez, o jovem que representava o imperador estava a cavalo, como mostra a imagem a seguir:



Figura 7: Jovem representando d. Pedro I durante desfile no Rio de Janeiro (Colégios desfilam no Fluminense, 5 set. 1972, p. 21).

Ele estava “vestido com um uniforme autêntico de Dom Pedro I, cedido pela Academia Brasileira de Letras” (*Colégios desfilam no Fluminense*, 5 set. 1972, p. 21), com a espada para o alto, foi a principal atração dessa apresentação cívica. A necessidade de fantasiar as crianças como os heróis do Estado, convertidos – sempre é bom lembrar – em heróis da nação, ajuda a propagar as ideias comemorativas do regime. D. Pedro I, mesmo prestes a ter o seu repouso no Ipiranga, aparecia reencarnado nos jovens membros da comunidade.

O dia Sete, no Rio de Janeiro, foi comemorado com mais desfiles. O **JB** mais uma vez atenta para o fato de que as principais apresentações serão em São Paulo, “onde se realizarão os festejos máximos do Sesquicentenário” (*Vinte e cinco mil homens desfilarão na Guanabara*, 07 set. 1972, p. 27). O préstito principal contou com a presença de 25 mil homens das três forças armadas e auxiliares (Colégio militar do Rio de Janeiro, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Guanabara) e um público de cerca de 60 mil pessoas. A matéria faz questão de ressaltar as ausências de alguns destacamentos militares, como, por exemplo, os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que não fizeram a sua tradicional apresentação com as bandeiras históricas, esse espetáculo foi realizado apenas na capital paulista. Foi uma “Alegre manhã”, como diz a matéria de capa do **Caderno B** do jornal, ela resume bem a visão divulgada desse momento cívico:

Pela primeira vez sem a presença do Presidente da República, que presidia aos festejos do Sesquicentenário em São Paulo, a parada militar de Sete de Setembro na Avenida Presidente Vargas foi porém ontem tão bonita como sempre. Na alegria da manhã de sol as muitas crianças entre os 60 mil assistentes eram as mais contentes e interessaram-se principalmente pelos carros anfíbios da Marinha – a grande atração deste ano – pelos paraquedistas e pelas tropas da Polícia Militar. E com a felicidade das crianças agitavam-se também muita bandeira para saudar a passagem dos 25 mil homens de nossas forças armadas e de segurança (*A alegre manhã*, 8 set. 1972, p. 1).

Pelo que se pode perceber na matéria, o Rio sentiu por não ser o centro das comemorações. A ausência de Médici foi a que mais pesou. Uma tradição foi quebrada, pois essa foi a primeira vez, desde a proclamação da República, que o governante da nação não participou da parada na antiga capital do Império (cf. *Guanabara faz desfile de 25 mil homens*, 8 set. 1972, p. 7). No ano seguinte, o último do governo Médici, nem o Rio e nem São Paulo contaram com essa ilustre presença. A partir dessa data, os generais que

comandavam o país passaram a assistir ao desfile da capital federal (cf. **Folha**, entre os anos de 1973-1985). Fato que visava mostrar a centralidade de Brasília.

A única cena registrada que fugiu do roteiro foi durante o desfile da cavalaria do Colégio Militar, um dos cavalos se assustou e derrubou o aluno. Nesse instante, as atenções se voltaram para o acidente, o jovem ainda tentou retornar, mas sem sucesso. (cf. *Guanabara faz desfile de 25 mil homens*, 8 set. 1972, p. 7).

O papel das crianças merece ser destacado. O **JB** teve uma preocupação com o lugar que elas ocuparam nas apresentações, destacando aquelas que estavam fantasiadas de d. Pedro I e Tiradentes. O método de imitação da aprendizagem – mostrado por Gellner e explicitado poucas páginas atrás (ver nota 15) – tem um significado ainda mais forte nessa situação: os jovens não são apenas o público da apresentação, eles são os atores principais. A estes que representavam os heróis nacionais somam-se todo o grande contingente de alunos, das escolas públicas e privadas, que marcharam pelas ruas durante a Semana da Pátria. Nesse sentido, o impacto da participação na parada cívica pode ser ainda mais forte na construção da identidade nacional. Essa foi mais uma etapa na invenção de uma memória nacional dominante.

Discutido o préstito cívico no epicentro dos festejos, cabe analisar como a Semana da Pátria foi comemorada na capital da Paraíba. Esse outro lugar oferece a possibilidade de compreender esses acontecimentos a partir de uma perspectiva que se afasta do poder central, abrindo espaço para perceber as ramificações do discurso e das ações que tentam engendrar essa invenção da nação em todos os lugares do território nacional.

Na cidade de João Pessoa, a passagem do mês de agosto para setembro foi marcada por um fato inusitado, narrado detalhadamente pela **A União**. A doméstica Maria José, de 20 anos, andava pela calçada da Lagoa do Parque Solon de Lucena – centro da cidade – quando, segundo o jornal, recebeu um “chamado de Exu”. A mulher ficou fora de si e tentou o suicídio, pulando nas águas da Lagoa. Não logrou êxito, pois foi resgatada pelas pessoas que transitavam pelas imediações. Não satisfeita, conseguiu se libertar das pessoas que a seguravam e tentou se jogar na frente dos carros que por ali passavam. Deixemos o jornal contar o desfecho do caso:

Finalmente, Maria José era mais uma vez subjugada por populares e trazida para cima da calçada, onde espumava, gemia e xingava como louca.

Entretanto, um formidável engarrafamento impedia que os veículos voltassem a circular e obrigava os guardas de trânsito a correr, apitar e gesticular também como doidos.

Mas enfim, apareceu Severino Pereira da Silva que abraçou Maria José e expulsou o “mau espírito”. Depois explicou para a multidão: “Estamos no último dia de agosto e é nesta data que Exu, o espírito do mal, procura as filhas de santo. Um ônibus para o [bairro do] Varjão partiu levando a moça e fazendo a Lagoa voltar à rotina de sempre (*Exu provoca reboição na Lagoa*, 1 set. 1972, p. 5).

Expulsados os maus espíritos, a Semana da Pátria começou dentro do planejamento feito pela Comissão Estadual do Sesquicentenário, seguindo os ditames oficiais. Os primeiros dias de setembro foram marcados pelos preparativos para o desfile do dia Sete. Muitas matérias destacam como as escolas estavam se organizando, uma atenção especial foi reservada para os ensaios que antecederam as apresentações oficiais. Junto com as escolas também marchou o aparato militar, com seus carros blindados e tanques (cf. *Desfile terá tanques e batalhão contra a guerrilha*, 5 set. 1972, p. 3).

Também existia uma grande preocupação com a segurança do préstito. Para garantir que tudo saísse como planejado, 290 homens foram convocados para trabalhar durante a parada. Os principais contingentes eram da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Ambos eram órgãos do poder estadual e faziam parte da estrutura das secretarias de Segurança. Uma atenção especial deve ser dada à participação do DOPS, pois era a Polícia Política do regime. Muitas vezes responsável por torturas, ajudavam os militares no combate ao chamado inimigo interno. Ainda existia uma preocupação com o trânsito e a interdição de ruas para melhorar o acesso à Avenida Eptácio Pessoa, o lugar do desfile. A matéria termina afirmando que é preciso existir integração nas ações: “Todos os órgãos estaduais e federais estão integrados, em um só plano, no sentido de que o pessoense participe das comemorações do Sesquicentenário na mais completa segurança” (*Esquema de segurança utilizará 290 homens amanhã*, 6 set. 1972, p. 3). Segundo o jornal, o sucesso da apresentação dependia da integração entre os diversos órgãos do Estado, esse seria um fator vital para o sucesso dessa parte dos festejos, ninguém poderia atrapalhar o

planejamento. Por mais que se fale em planejamento e organização, deve ficar claro que nem sempre esses fatores funcionavam¹⁸.

Os jornais tiveram a intenção de mostrar a grandeza do evento e, para isso, divulgaram, algumas vezes, os números da parada. As matérias dos jornais **A União** (*Cinquenta mil vão se concentrar hoje na Epitácio*, 7 set. 1972, p. 3), do **Correio da Paraíba** (*Comemorações da Independência tem ponto alto com o desfile*, 7 set. 1972, p. 8) e de **O Norte** (*Doze mil desfilam hoje lembrando 150 anos da Independência*, 7 set. 1972, p. 3) repetem, praticamente, as mesmas informações. O único ponto de discordância é sobre o número de pessoas que desfilaram: os dois primeiros escrevem que 7.900 participantes desfilaram e o último cita, como está no título da matéria, 12 mil. No parágrafo seguinte essas informações são sintetizadas.

O desfile contou com um total de 7.900 pessoas, nesse número estavam incluídos estudantes, ex-combatentes, militares e representantes de empresas públicas e privadas. Os primeiros a desfilar foram as escolas. Depois foi a vez dos carros alegóricos dos estabelecimentos de ensino, que nada mais eram do que veículos construídos para representar temas históricos ou do momento – como a construção do 14 bis, por Santos Dumont, ou a defesa das 200 milhas de mar territorial. Esses carros, mal comparando, lembram os carros alegóricos das escolas de samba. Veículos da prefeitura municipal de João Pessoa, da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) e da Polícia Federal também estavam presentes. Os carros da prefeitura se apresentaram com uma placa e nela podiam ser lidos os dizeres “adquiridos pela atual administração”. Por fim, desfilaram os militares, na seguinte ordem: os ex-combatentes, as tropas militares do 1º Grupamento de Engenharia, o 15º Regimento de Infantaria, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Marinha.

¹⁸ Marta K. Huggins (1998, p. 174-175) fala de como os DOPSS deveriam ser uma peça de um sistema todo integrado e de como isso não acontecia sempre. “O AI-5 e a Lei Segurança Nacional haviam sido promulgados em um momento em que todo o aparelho de segurança interna do Brasil ainda não constituía um sistema integrado de segurança. De fato, nas palavras de um analista brasileiro, em 1969, ‘quando os atos terroristas tiveram início [no Brasil], o sistema [repressivo do país] não tinha capacidade de apagar o incêndio’ (apud Lago & Lagoa, 29/1/79). Por exemplo, em 1969, as organizações da polícia social e política dos vários estados (os DOPSS) não estavam efetivamente centralizados sob o comando dos militares, nem mesmo ligadas entre os próprios estados. Para um analista militar brasileiro, havia grande variação na capacidade dos DOPSS dos diferentes estados para assumir um papel maior na segurança interna. Segundo a sua avaliação, o DOPS de São Paulo possuía um ‘bom’ aparelho de inteligência, enquanto os DOPSS de Porto Alegre e do estado de Minas Gerais eram apenas ‘razoáveis e o da cidade do Rio de Janeiro, apenas ‘regular’. Outros DOPSS estaduais aparentemente não eram sequer suficientemente bons para serem considerados (Lago & Lagoa, 29/1/79)”.

Tudo deveria estar pronto quinze minutos antes das 8:00h da manhã, hora em que o governador da Paraíba passou em revista as tropas e os pavilhões do estado e da nação foram hasteados. Uma das formas encontradas para que tudo corresse como foi planejado foi estabelecer punições aos colégios que não cumprissem o cronograma. A primeira delas dizia respeito ao atraso, a instituição que não estivesse pronta às 7:45h seria impedida de desfilar. Contudo essa não era a única norma, existiam outras que deveriam ser seguidas, são elas:

Entre as proibições constam as de que a representação do colégio ou entidade não pode parar em frente ao palanque oficial destinado às autoridades para executar evoluções de qualquer natureza, utilizar fogos de artifício durante a revista ou desfile, e fazer alto ou dispersar sem a necessária aquiescência do sargento orientador, após a passagem pelo palanque (*Normas para o colégio se apresentar*, 7 set. 1972, p. 3).

Caso o regulamento não fosse cumprido, a instituição seria impedida de desfilar no ano seguinte. A ideia era evitar tumultos durante o ápice dos festejos, nenhum ato de desrespeitos às autoridades que estavam no palanque ou a utilização de fogos de artifícios, comuns nesse tipo de comemoração, que poderiam por em risco a manutenção da ordem. A nação deveria ser comemorada dentro dos parâmetros estabelecidos pelos organizadores. Afinal, os tumultos de poucos anos atrás ainda não haviam sido esquecidos¹⁹.

Segundo dados do jornal **Correio da Paraíba**, mais de 50 mil pessoas assistiram ao préstito na Av. Epitácio Pessoa. Foi uma manhã de muito calor e as pessoas se refrescavam com água de coco, refrescos e picolés (cf. *Mais de 50 mil viram o desfile*, 9 set. 1972, p. 3). As abordagens da parada são parecidas, os jornais se preocupam muito em narrar o desfile em si e não deram muita importância para os acontecimentos paralelos. A única exceção, como será mostrado mais adiante, são as matérias de **A União** que abordam esse outro lado do desfile.

¹⁹ Um bom exemplo dos tumultos ocorridos, alguns anos antes, em João Pessoa são os fatos de 1968. Eles se inserem no contexto de comoção causado pelo assassinato, por policiais militares, do estudante secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro, no dia 28 de março daquele ano. Várias manifestações estudantis aconteceram pelo país e na capital da Paraíba não foi diferente. Monique Cittadino (2006, p. 326-327) mostra como foi: "... as manifestações realizadas por estudantes, no dia quatro [de abril de 1968], em João Pessoa, resultaram em confrontos mais sérios com a Polícia Militar. Após a missa também celebrada pelo estudante morto, seguiu-se a passeata de estudantes universitários e secundaristas, que foi dissolvida com violência pela PM (...) Nesse mesmo dia, em um outro confronto entre secundarista e a PM, três estudantes menores foram atingidos a bala. Os jornais não pouparam críticas a violência cometida: '... os policiais, além da vantagem numérica, estão armados de revólveres e cassetetes; o estudante está armado com a boca e com a apostilha'".



Figura 8: Fotografias das alunas do Liceu Paraibano que formaram a comissão de frente durante o desfile. Ao lado detalhe da primeira página do jornal, que enfatiza a jovem vestida com a bandeira da Paraíba. Estão representados os seguintes estados: Em pé: Alagoas, Mato Grosso, Sergipe, Bahia e Minas Gerais; Abaixadas: Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte (**A União**, 7 set. 1972, p. 5 e p. 1).

Entre as escolas que desfilaram a que mereceu mais destaque foi o Liceu Paraibano. No dia do desfile, **A União** chama atenção para a comissão de frente dessa instituição, composta por 22 moças vestidas com as bandeiras dos 22 estados do Brasil, as jovens marcharam carregando as taças conquistadas pela instituição em competições esportivas (cf. *Moças do Liceu vestem as bandeiras dos 22 Estados*, 7 set. 1972, p. 3). O jornal estampa duas vezes, na mesma edição, essas jovens. (Como reproduzido acima).

No dia nove, data que foram publicadas as matérias sobre os préstitos, esse mesmo jornal afirma: “A atração principal preparada pelo Lyceu Paraibano foi a apresentação de 22 moças, usando ‘shorts’ de cor branca e camiseta na mesma tonalidade tendo a frente do pelotão um grande quadro com os Estados brasileiros” (*Liceu, a grande atração da festa*, 9 set. 1972, p. 3). Essa não foi a única ocasião em que o jornal se preocupou em mostrar as jovens que desfilaram com as pernas de fora. Em pelo menos mais dois momentos outras moças também mereceram o destaque do fotógrafo de **A União**:



Figura 9: Jovens fotografadas durante o desfile (**A União**, 9 set. 1972, p. 2 e p. 3).

O enquadramento das fotografias diz bastante sobre as suas intenções. As duas foram tiradas da mesma forma, com a câmera baixa e voltada para cima. Desse modo, as pernas das jovens foram ressaltadas. As legendas são bem sugestivas: a primeira diz, “Beleza Típica: atração maior” e a segunda “Pio X [uma escola particular da capital]: uma beleza”. Não tenho elementos para afirmar que essa forma de retratar as moças que marchavam fizesse parte de algum planejamento editorial do jornal ou se foi apenas uma escolha do(s) fotógrafo(s), que queria(m) mostrar o desfile por outro ângulo. Defendo apenas que esse caminho não condiz com os ideais pensados para os festejos.

Assim como nos préstitos apresentados anteriormente, a figura histórica de maior destaque foi o primeiro imperador do Brasil. Essa constatação é feita pelo próprio jornal **A União**, que diz na sua manchete de capa: “Dom Pedro I foi o mais homenageado no Sesquicentenário” (9 set. 1972, p. 1). As reverências aconteceram com faixas, alegorias e a reconstituição da cena do grito durante o desfile.

Atestar a preponderância do imperador nas comemorações ocorridas em João Pessoa não significa dizer que o Gen. Médici não fora lembrado. Sua imagem não foi tão presente durante o desfile quanto a de d. Pedro I, mesmo assim, várias reportagens destacaram a sua atuação como o responsável pelo caminho auspicioso que o Brasil vem traçando desde 1964. Dentre essas matérias destaco uma do jornal **O Norte** (7 set. 1972, p. 3), que ocupou metade dessa página, ela traz o retrato oficial de Médici, que é seguido por um texto que o coloca como a síntese representativa daqueles que “salvaram” a nação oito anos antes. Nas palavras do jornal:

No dia em que a alma brasileira reverencia a memória daqueles que ajudaram a edificar, com o ardor do seu patriotismo e o sacrifício de suas vidas, o monumento da Independência da Pátria, nosso orgulho brasileiro se volta para as gloriosas Forças Armadas, encarnadas na figura do Presidente Emílio Garrastazu Médici, que num momento difícil da vida nacional, quando periclitava a liberdade conquistada há 150 anos, souberam ser dignas do passado de nossos ancestrais.

Uma das intenções foi mostrar como d. Pedro I foi importante para livrar o Brasil do domínio português e fundar essa poderosa nação. A etapa seguinte foi realizada pelos militares. Dentre esses, aparece Médici, encarnando e servindo como síntese de todos aqueles que, oito anos atrás, salvaram a pátria e que levarão o país rumo a um futuro de glórias.

Os organizadores do desfile usam esse momento, que “evoca uma força emocional e uma expressividades estética” (RYAN, 1992, p. 179), para divulgar a mesma ideia sobre a nação a partir do “método de imitação da aprendizagem” (GELLNER, 1983, p. 29). As crianças que representavam os personagens históricos durante o préstito, especialmente aquelas que se vestiam como o imperador, têm um lugar de destaque. Isso aconteceu, com algumas particularidades, nas ruas de João Pessoa naquele dia sete:

Em frente ao palanque oficial armado na avenida Epitácio Pessoa, um garoto de 10 anos, representando Dom Pedro I, montado num cavalo, parou. A cerca de 100 metros de onde ele estava, outro garoto representando um mensageiro correu em sua direção entregou algumas cartas. O primeiro leu as cartas e, depois de colocá-las numa alça levantou sua espada e proclamou a Independência do Brasil. A multidão que assistia ao desfile de anteontem aplaudiu delirantemente a representação do que ocorreu às margens do Ypiranga há 150 anos (*D. Pedro desfilou a cavalo*, 9 set. 1972, p. 3).

Essa encenação estava integrada a outro ponto crucial do desfile, a apresentação dos carros alegóricos. Os três jornais pesquisados destacaram essa iniciativa, os veículos abordaram os mais diferentes temas: descobrimento do Brasil; o padre Anchieta e a catequese indígena; os bandeirantes; Tiradentes, desfilando ao lado da forca; a integração nacional; o carro da SAELPA que lembrava a eletrificação rural; além dos carros, anteriormente citados, que fazia referência ao 14 Bis e à questão das 200 milhas.

O desfile cívico de João Pessoa é noticiado como o maior já ocorrido nessa cidade, nisso ele não difere das paradas de São Paulo e do Rio de Janeiro também descritas como sem igual pelos jornais, esse é o resumo do que aconteceu na capital paraibana:

A parada de Sete de Setembro de 1972, em João Pessoa, foi a maior e a mais concorrida já realizada na capital. Desfilaram os colégios, as empresas, a polícia militar, as tropas da Guarnição Federal, pelotões vindos de outras capitais, os escoteiros, os ex-combatentes e os bombeiros. Os carros alegóricos foram poucos, mas haviam novidades, como guardas de honra montadas a cavalo, motocicletas, bicicletas, muita beleza sob forma de mulher, muitas cores (especialmente verde amarelo, branco, vermelho e preto) e uma demonstração de garbo por parte dos participantes do desfile que fez o público aplaudir a maior parte do tempo (*Desfile do dia 7 foi o maior já realizado em João Pessoa*, 9 set. 1972, p. 1).

Essa é a face dos festejos que deveria ser mostrada, mas não é a única. Nem tudo seguiu o roteiro programado e alguns incidentes foram registrados. **A União** relata engarrafamentos durante e logo depois do término do préstito. O tumulto formado com o final do evento parece ter sido grande, três pessoas foram vítimas de atropelamentos, não ocorreram mortes, mas uma jovem teve as pernas quebradas. O jornal ainda aproveita para dizer que o movimento nas delegacias foi normal e não foi efetuada nenhuma prisão por desordem, “apenas quatro elementos foram presos, mas por motivo de embriaguez” (cf. *Trânsito: três atropelados no dia sete*, 9 set. 1972, p. 5).

A maior tentativa de quebra da ordem foi causada por Isabel Maria Bandeira²⁰, popularmente chamada de “Vassoura”²¹. Essa senhora ficou conhecida em João Pessoa, e

²⁰ Algumas indicações sobre a vida e a personalidade de Isabel Bandeira são informadas por Martha Falcão, no documentário **A Caminhada do Paraíba do Forró**, dirigido por Paulo Dantas (2005). Nas suas palavras: “Ela era filha de Santa Rita, muito embora as raízes dela tenham sido Itabaiana [cidade do agreste paraibano, distante 70 km da capital]. Acredita-se que ela tenha se casado com Antonio Bandeira e lá tenha nascido o seu filho, Paraíba do Forró [José Antônio Bandeira]. Ele [o marido] a deixou na rua da amargura, porque além de ter arrumado outra mulher, a deixou com um filho pequeno nos braços para criar. Por ter o seu resguardo quebrado, as pessoas dizem que ela enlouqueceu. Isabel Bandeira se contrapunha as usinas e nos seus discursos fazia verdadeiras esculhambações contra as usinas, era da oposição. Como não gostava do seu

também na região metropolitana, por andar em um cavalo pelas principais ruas da cidade, vestindo trajes patrióticos e carregando uma bandeira do Brasil. Ela também se notabilizou pelo fato de perseguir as pessoas que gritavam seu apelido na rua. Um dos seus hábitos era participar da parada cívica do dia Sete, sempre marchava com seu cavalo à frente dos militares.

Durante o desfile do Sesquicentenário, Isabel Bandeira tentou furar o cordão de isolamento para fazer aquilo que sempre fazia, mas, segundo a matéria de **A União**, não conseguiu. A nota encontrada sobre esse acontecimento foi escrita para desmentir a notícia, veiculada por uma estação de rádio – na matéria não é informada qual –, de que ela teria conseguido furar o bloqueio. Segundo o jornal:

Tudo aconteceu quando “Vassoura”, vestindo roupas confeccionadas com seda verde-amarela, lembrando cenas de um filme tropicalista, empunhando um estandarte de porte médio tendo em sua ponta a Bandeira Nacional, pensava ultrapassar o cordão de isolamento, na Epitácio Pessoa. Ela estava em seu cavalo, todo enfeitado com papéis amarelos.

Sendo impedida pelo policiamento, “Vassoura” indagava se não era patriota. Depois de muita conversa e da promessa dos repórteres em fotografá-la, “Vassoura” desistiu de sua ideia. O povo apenas observou o fato com murmúrios e risos, sem que a ordem fosse perturbada (“Vassoura” não rompeu o isolamento, 9 set. 1972, p. 5)

É possível pensar o lugar social de Isabel Bandeira, durante os festejos do Sesquicentenário, através das ideias que norteiam o livro de Eric Hobsbawm, **Pessoas extraordinárias** (1998, p. 7), no prefácio ele explica a abordagem dessa obra:

apelido passou a andar com um cacete e quem a chamasse da Vassoura ouvia coisas horrorosas. Ela fez campanha para João Agripino [governador da Paraíba entre 1966-1971] e ele se tornou grato a ela. Tudo isso, porque as pessoas diziam que quando Isabel Bandeira ‘pendia’ para um candidato ele podia mandar fazer a roupa da posse. Tudo isso acontecia em Santa Rita, ela chegava ao mercado público e começava a cantar. Eu acredito que essa veia poética do filho para compor músicas de forró foi herdada da mãe. Ele [o filho] não tinha condições de morar com ela, já que ela era louca”.

²¹ No mesmo documentário José Antônio Bandeira, Paraíba do Forró, explica como a mãe ganhou esse apelido: “Minha mãe tinha uma burra chamada Pastora. E acontece que ela era tropeira e ela pegava a ruma de animal dela e ia levar os animais para se alimentar. [Nessas andanças] comprava jaca, manga, galinha para vender, essas coisas. Na época quando mãe passava e dizia: ‘vai Pastora!’ E os cabra gritavam: ‘vai Vassoura!’ Com a burra, não era com a minha mãe. Era com a burra. E acontece que mãe queimava ruim, né!? Quando o juízo pegava. Mãe queimava ruim mesmo, e lá vai, botava para dizer aquelas coisas. Que eu não vou dizer aqui, que eu não sou nem besta! Acontece que o trem que fazia [a linha] Recife/João Pessoa, pegou a burra de minha mãe e matou. 15 dias depois, quando ela vinha com os animais, aí a turma: ‘Isabel Bandeira, cadê Vassoura?’ Com a burra! Não era com a minha mãe – transferiram o nome da burra pra mãe. E quando minha mãe cruzando [gritavam]: ‘Vassoura, cadê a burra?’ Aí foi que pegou quente mesmo”.

Este livro é quase inteiramente sobre a espécie de pessoas cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos exceto de sua família, seus vizinhos, e nos Estados modernos, as repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Ocasionalmente essas pessoas são conhecidas também pela polícia e por jornalistas em busca de uma “história humana”. Em alguns casos, seus nomes são inteiramente desconhecidos e impossíveis de conhecer, como os dos homens e mulheres que mudaram o mundo com o cultivo de safras no recém-descoberto Novo Mundo, importadas através da Europa e África. Alguns desempenharam um papel em pequenas, ou regionais, cenas públicas: a rua, a aldeia, a capela, a seção do sindicato, o conselho municipal. Na era dos modernos *media*, a música e o esporte conferiram notoriedade pessoal a uns pouco deles que, em épocas anteriores, teriam permanecidos anônimos.

São as ações que tiraram “Vassoura” do anonimato e a tornaram conhecida em toda a cidade pelo papel que desempenhava nas ruas²². Contudo, a sua fama era de ser alguém que quebrava a ordem, era isso que a tornava conhecida da polícia e também dos jornalistas, que, cada um a sua maneira, lutavam, naquele instante, para deixá-la do lado de fora da parada. Sua tentativa de participação no desfile aparece como uma disputa pelo espaço público e naquele momento não havia lugar para pessoas que destoavam do que havia sido programado para esse evento cívico. Por isso, creio ser possível pensar Isabel Bandeira – uma mulher pobre, negra e tida como louca – como um bom exemplo de uma parcela da população que foi marginalizada pelas comemorações, ficando de fora dessa configuração da nação brasileira.

As comemorações chegavam ao seu desfecho com o **Correio da Paraíba** dizendo: “Foram seis meses de intensa movimentação da comissão estadual, mobilizando toda a rede de ensino público e privado do Estado, associações de classe e, sobretudo, o povo. Um exemplo típico do civismo paraibano” (*A Paraíba no Sesquicentenário*, 7 set. 1972, p. 5). Por mais que ao longo desses meses o sesquicentenário da Independência tenha causado algumas inflexões no cotidiano dessa população, nenhum desses eventos foi forte o bastante para provocar mudanças duradouras nessa comunidade.

²²Sérgio Botelho (8 dez. 2014, s/p), em um texto memorialístico, fala sobre a fama de Isabel Bandeira: “‘Vassoura’ vagava pela cidade, da manhã à noite. Não houve um só lugar entre Santa Rita e João Pessoa, segundo creio, em que ela, tal qual uma Anita Garibaldi suburbana, e, aparentemente, meio louca, não tenha estado. Todos os pessoenses, bayeenses e santaritenses, do pobre ao rico, do poderoso ao humilde, do patrão ao empregado, que viveram na mesma época de ‘Vassoura’, a conheceram, ou tomaram conhecimento de sua existência. Sua montaria – não sei quantas chegou a possuir – estava sempre descansada, tranquila e calma. ‘Vassoura’ trotava devagar, toda a vida. A não ser quando tinha que perseguir insultantes, principalmente meninos, coisa que não faltava no dia a dia de Maria Isabel. ‘Vassoura’ foi, durante toda a sua vida, uma peregrina urbana”.

Três dias depois do término do sesquicentenário, **A União** publicava uma matéria intitulada: *As dez vantagens de ser província* (10 set. 1972, p. 5), assinada por Diógenes Brayner. O cerne do texto está explícito no título e os dez pontos, de maneira resumida, são esses:

1. “A gente conhece todo mundo da cidade”; 2. “Sempre existe um ponto de encontro para um bom bate papo”; 3. “A desocupação em atravessar as ruas pela certeza de que um atropelamento é coisa bem difícil”; 4. “Alto grau de macheza (...) não admite as desmunhecadas dos metropolitanos”; 5. “Parentesco entre todas as pessoas”; 6. “Dinheiro não é problema (...) sempre aparece um colega de papo e de copo para financiar a cervejinha”; 7. “Tudo tem sua hora certa”; 8. “O clube é ainda o local mais frequentado nos fins de semana à noite”; 9. “Os comerciantes tem duas horas e meia para almoçar e tirar sua soneca”; 10. “Morre-se feliz em província (...) Porque se tem a certeza de que quase toda a cidade vai para o velório”.

A rotina provinciana da capital foi alterada durante alguns momentos dos festejos, as mudanças se concentraram em três episódios: a abertura das festividades (dia 21 de abril), a recepção dos restos mortais de d. Pedro I (dia 5 de julho) e os préstitos cívicos (dia 7 setembro). Foi durante o desfile do dia sete que algumas pessoas foram atropeladas, contrariando o item três do texto de Brayner. No restante do tempo as comemorações não causaram grande impacto na rotina dessa população e mesmo os eventos que atraíram mais público se caracterizam pela sua efemeridade. Desse modo, poucos dias depois, tudo voltava ao seu ritmo normal.

O encerramento oficial foi com uma mensagem de Médici, lida em cadeia nacional de rádio e televisão. A mesma ideia da abertura foi repetida no desfecho. Esse texto foi divulgado integralmente na **Folha** com o título de *Que o Sesquicentenário inspire a obra de renovação* (8 set. 1972, p. 3) e também no **JB**, sendo nomeado de *Presidente quer avanço com justiça social* (8 set. 1972, p. 3). Essa mesma mensagem também foi transcrita pelo **Gen. Corrêa**, sendo destacada como o penúltimo capítulo do seu livro, nomeado de *Encerramento das comemorações* (1972, p. 111-112). Destaco alguns trechos desse discurso:

Meus compatriotas:

Recolhidos os restos mortais do fundador do Estado Brasileiro à Capela do Monumento do Ipiranga; silenciados os últimos aplausos das ruas de São Paulo ao grande desfile militar dessa manhã; e transposta a hora mais intensa das comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência,

quisera chegar à casa de quantos, por nascença ou opção, têm o Brasil por Pátria, para unir-se às alegrias, às emoções e aos votos de cada um, neste dia maior que todos os dias.

Assim procurei fazer também, a 21 de abril, quando começaram oficialmente os festejos, naquele imenso Encontro Cívico Nacional, na reverência a Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de Março consagrou como Patrono Cívico da Nação Brasileira.

(...)

Certo de que a História deve ser entendida como um processo de mudança, valendo as lições do passado para iluminar os rumos do porvir, quisera, neste fecho do dia do Sesquicentenário, que todos refletissem sobre o nosso tempo e os tempos vindouros.

Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade.

Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam a inspiração permanente para a obra de renovação e mudança, em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social.

Com vontade e imaginação, energia e coragem, trabalharemos ainda mais firmes na luta do dia-a-dia, nós todos que tivemos o privilégio de testemunhar este grande momento do Sesquicentenário.

O discurso faz um apanhado das partes mais importantes dos festejos, mas não se limita a isso. Começa pelo fim, ao remeter ao sepultamento dos restos mortais de d. Pedro I, juntando-o, em seguida, ao evento de abertura e à figura de Tiradentes. Desenha o Sesquicentenário como a porta para o futuro de uma nação grandiosa – como o regime militar gostava de alardear naqueles dias. Mantém a ideia de que o papel da história é atentar para as lições do passado e, dessa maneira, conseguir iluminar o futuro – é a formulação da “História como mestra da vida”, como discutido no capítulo anterior. O desfecho é voltado para a ideia de que essa formulação da nação seja o guia para um país ancorado na justiça social.

Os regimes políticos e os homens que os governam acreditam na perenidade do seu poder. Nesse caso específico, existia o discurso da ditadura de que estavam apenas

“arrumando a casa” para depois devolver o país ao regime democrático²³. Mesmo depois, quando o golpe de 1964 foi convertido em revolução, essa ideia de um regime híbrido ainda existia²⁴. No instante que acabavam os festejos, o homem que liderava a nação exaltava a possibilidade de continuar esse projeto, sem nenhuma vergonha das ações do seu governo²⁵. Durante a festa cívica, as propostas de um regime híbrido e de caráter transitório deram lugar ao argumento de perpetuação dessa invenção da nação.

Nesse aspecto, o **Som e luz: quatro séculos do Brasil ou Apoteose da Independência** foi a parte dos festejos que se propunha a ser mais duradouro. Ele representa a ideia de continuidade e mesmo de perenidade do projeto de nação elaborado pela ditadura durante o Sesquicentenário. É dele que trata o tópico seguinte.

4.4 Som e luz: quatro séculos do Brasil

Esse foi um dos maiores eventos das comemorações do Sesquicentenário da Independência, uma grande quantidade de notícias foiveiculada na **Folha** e no **JB** – a

²³ O discurso de transitoriedade da ditadura e da consequente abertura para uma democracia também se fez presente durante o governo Médici, porém as ações da oposição eram sempre vistas como um empecilho para a efetivação dessa transição. Essa interpretação é encontrada no texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007, p. 259), que diz: “A continuidade da política de concentração de renda, a *teoria do bolo* (segundo a qual é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo), o arrocho salarial e sindical e a continuidade do fechamento político acabam acelerando a reação política, com o aprofundamento da guerrilha urbana e rural. Para os militares, foram ‘eles’ (a oposição) que impediram um segundo projeto de abertura [o primeiro seria no governo de Castelo Branco], agora sob a égide de Médici. Aproveitando-se do sucesso econômico do Milagre Brasileiro, do clima de euforia gerado pela vitória na Copa do Mundo de 1970 e da maciça propaganda em torno do *Brasil potência* (*Brasil, ame-o ou deixe-o!*, dizia o slogan autoritário do regime), ter-se-ia conseguido realizar no final da gestão Médici a transição para um regime democrático. Entretanto, conforme as palavras do general Leônidas, ‘(...) eles começaram com as bombas e os assassinatos!’. Também o general França Domingues, comandante militar de Brasília nos anos 1970, defende a tese de que o ministro do exército de Médici, Orlando Geisel – de quem era genro –, propunha uma abertura política no final do governo Médici: ‘(...) o período ideal para a volta da democracia era o fim do governo Médici. O próprio Médici achava isso. Era a melhor hora de fazê-la. Não havia oposição alguma dentro das Forças Armadas. Só não foi feita por causa desses atos provocativos, atos guerreiros. Guerrilhas, assaltos a bancos, greves. Isso atrasou a abertura”.

²⁴ Reis (2014, p. 31) comenta sobre essa característica da ditadura: “Assim, desde a gênese, o processo foi marcado por um certo hibridismo, um imbróglio maior que durou até o fim de seus dias. De um lado, em função da proposta de destruir pela raiz o varguismo e o comunismo, o Ato Institucional, o estado de exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores, formas e ritos, e as autolimitações, os prazos de validade”.

²⁵ Marcos Napolitano (2014, p. 123) lembra que no seu discurso de posse Médici falava no retorno da plenitude democrática, nas suas palavras: “Em seu discurso de posse, no dia 30 de outubro [1969], o general Médici, homem de expressão cândida e simpática, surpreendeu até seus colegas de farda: ‘Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional [...] creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia aos direitos fundamentais do homem”.

revista **Veja** também dedicou sua atenção para esse espetáculo (como discutido no capítulo 2). É chamado no livro do **Gen. Corrêa** (1972, p. 92), presidente da Comissão Executiva Central dos festejos, de “apoteose da Independência”. Foi a última comemoração da programação oficial das festividades. O livro do general explicou o que era Som e luz:

O espetáculo reproduziu, por meio de som estereofônico e jogo de luzes, os episódios que culminaram na Independência do Brasil, focalizando os personagens que, direta ou indiretamente, participaram desse fato histórico.

O roteiro de gravação da fita magnética representa uma visão panorâmica da História de nossa Pátria. O espetáculo é iniciado com a música de abertura e os primeiros efeitos luminosos sobre o prédio Museu do Ipiranga, para em seguida entrar a voz do primeiro narrador falando da própria colina do Ipiranga. A partir daí, numa duração de 70 minutos, os episódios se sucedem na seguinte sequência: **Chegada do Homem Branco**, focalizando o descobrimento do Brasil; **Colégio de São Paulo**, apresentando a aula do Padre Anchieta aos meninos índios; **Saga dos Bandeirantes**, focalizando o movimento dos Bandeirantes na formação da nacionalidade e do território da Nação Brasileira; **Caminhos da libertação**, onde são evocadas todas as lutas que ocorreram no Brasil antes da Independência; **Apoteose**, dedicada, principalmente, à chegada dos restos mortais de Dom Pedro ao Ipiranga (Ibidem, p. 92-93).

O francês Georges Henry²⁶ foi o responsável pela montagem dessa atração. Ele já vivia no Brasil há muitos anos e ficou conhecido por ser o primeiro maestro da televisão brasileira, atuando como diretor musical da TV Tupi. A sua definição do **Som e luz**, dada em uma entrevista para o **JB**, complementa a citada anteriormente:

É a encenação de um fato, histórico ou não, através de efeitos luminosos e sonoplastia. Não há a participação direta de elementos humanos, mas tão somente luz e som. Por exemplo, se uma luz se acende, de um ponto de onde vem o rufar do tambor e essa luz faz um trajeto, sugere-nos ali a presença do homem e o caminho que ele percorre em passo cadenciado, desfilando ante nossos olhos, sem que de fato o estejamos vendo. Em resumo, o espetáculo dá ao espectador a impressão de estar vendo uma cena que ele conhece através da leitura, de ouvir falar ou de bancos da escola, acrescentou (*São Paulo verá luz e som no final das festas*, 3 set. 1972, p. 24).

²⁶ Na sua autobiografia, **Um músico... Sete vidas** (1998, p. 400-401), Henry se posiciona sobre a ditadura militar, mostrando ser favorável ao regime. O trecho a seguir remete à época do Sesquicentenário: “... não tinha nada contra o mencionado governo militar o qual, alguns anos antes, havia salvo o Brasil da desordem instalada à sombra da incúria de Jango Goulart, discípulo medíocre e esquerdizante do antigo ditador Getúlio Vargas”.

Som e luz foi mais uma oportunidade para o regime se alinhar com os acontecimentos mundiais e mostrar que a nação trilhava um bom caminho, dado que esse tipo de evento vinha ocorrendo nos mais diferentes lugares do mundo, especialmente nos pontos turísticos. Um ano antes do sesquicentenário, a romancista Lasinha Luis Carlos escrevia um artigo para **O Globo**, intitulado: *Roma: “Som e luz” sim ou não?* (9 set. 1971, p. 3). Sua resposta defende a vinda desse tipo de espetáculo para o Brasil. Nas suas palavras:

Tão difundido na Europa e, no entanto, ainda não chegou ao Brasil o espetáculo “Som e luz”. Por quê? Possuímos bastantes pontos de interesse histórico e artístico onde se adaptariam perfeitamente essas reconstituições audiovisuais tão interessantes. Magníficos os efeitos obtidos em locais famosos por meio de iluminação e de vozes, em admirável união, muitas vezes as palavras iluminando as cenas que vamos imaginando e, de outras, as luzes ajudando a relatar, em auxílio, às descrições. Sem dúvida, é esse um excelente sistema de fazer o passado voltar ao presente, diante de milhares de espectadores, apenas com o emprego de discos, gigantescos alto-falantes e sábia iluminação.

Assisti a cinco desses inesquecíveis espetáculos: o primeiro, na Grécia, em Atenas, diante da Acrópole; o segundo no Egito, perto Cairo, frente às Pirâmides e a esfinge de Giseh; a seguir, no Forum Romano, em Roma, e depois em Paris, junto à Igreja de Notre Dame, e por último em Lourdes [cidade francesa], tendo como cenário e tema o Chateau Fort.

O texto clama para que o Brasil integre o rol dos países que utilizam esse recurso para “reviver o passado” da nação, como vinham fazendo os povos que servem de modelo de civilização. Carlos descreve esse tipo de atração como sendo capaz de trazer os eventos de um tempo para o outro com o uso de uma tecnologia avançada, ela descreve algo similar a uma máquina do tempo, só que ao contrário. Porém, nesse caso, diferente dos fenômenos descritos pela ficção científica, os operadores do equipamento recortaram determinadas cenas e as montaram de acordo com os interesses daqueles que arquitetaram esse projeto de invenção de uma identidade nacional. Basta olhar à sequência dos acontecimentos narrados pela “apoteose da Independência” para perceber as escolhas feitas.

É possível afirmar que esse show é essencialmente paulista, como Corrêa (cf. 1972, p. 91) faz questão de reconhecer ao agradecer o empenho do governo do estado na realização dessa empreitada. Outro detalhe é que a verba para a realização do espetáculo

foi conseguida pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP)²⁷. Por isso, o principal guia desse tópico foi a **Folha**.

Tudo foi planejado e divulgado com uma antecedência considerável. A **Folha**, por exemplo, noticiou a distribuição de um folheto colorido que explicava o funcionamento do **Som e luz**, destacando que esse será um acontecimento montado pelo governo do Estado. A matéria tem o cuidado de transcrever os detalhes gráficos do material: comenta o seu tamanho (50 x 65 cm); a planta que mostra como o show vai ser montado; e transcreve o texto inscrito do lado esquerdo do folheto:

Silêncio. Aqui ouvimos pulsar o coração da pátria. Porque este é o momento eterno. De ontem, de hoje, de sempre surgem os vultos formadores do perfil da nacionalidade. E são os bandeirantes plasmadores das fronteiras, os soldados que voltam de todas as campanhas com a dimensão da sua nova geografia de brasilidade. D. Pedro, que proclamou a nossa independência, está de novo aqui. Atravessou o oceano, no seu esquife, para repousar para sempre em terras do Brasil, na colina do Ipiranga. Os homens que fizeram grande a terra que ele libertou, continuam respondendo a chamada. Aqui serão chamados os nomes de Tamandaré, Osório, Barroso, Caxias e Marçílio Dias, que responderão “presente”. A última chamada é a dos pracinhas da FEB, à qual responderá “presente” um coro de vozes dos heróis. Heróis de ontem, heróis de hoje, heróis de sempre! (*Folheto sobre o Sesquicentenário*, 11 mar. 1972, p. 8).

Existe uma preocupação em mostrar que esse é o lugar de encontro dos vultos²⁸ da nacionalidade, é um lugar de evocação de algo sagrado. O texto apresenta a intrínseca relação que existe entre história, memória e nação. Essa simbiose passa pela apropriação que a nação faz da história transformando-a em memória. Pierre Nora afirma: “História

²⁷ Um decreto do governador Laudo Natel, datado de 8 de fevereiro de 1972, diz no seu artigo primeiro: “Fica a Secretaria de Cultura Esportes e Turismo autorizada a firmar, em nome do governo do Estado de São Paulo, financiamento com o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP) para a aquisição de equipamento destinado ao Espetáculo de Luz e som, a ser montado no Museu do Ipiranga, nesta capital” (Diário oficial do Estado de São Paulo, 9 fev. 1972, p. 4).

²⁸ O substantivo vulto traz uma interessante dubiedade. Serve para se referir as pessoas notáveis, importantes – como na utilização da citação –, mas também serve para denominar uma figura de pouca nitidez. Por mais que a intenção do autor seja a de utilização do vocábulo na sua primeira acepção, esse segundo sentido não deve ser desconsiderado. Afinal, esses nomes são sombras de um passado. A palavra vulto tem sua origem etimológica no latim *vultus*, traduzido como: rosto, fisionomia ou semblante (cf. FARIA, 1962, p. 1078).

santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado”²⁹. Segundo o excerto acima, será formado um verdadeiro panteão dos heróis da nacionalidade durante o espetáculo. Mais um detalhe: nem sempre essa operação se completa, nem sempre a simbiose acontece, nem todas as figuras históricas citadas no folheto tiveram um lugar de destaque durante os meses de comemoração do Sesquicentenário, os homens da marinha (Tamandaré, Barroso e Marcílio Dias) raramente eram citados nas ações comemoracionistas do Sesquicentenário.

No dia 11 de agosto, esse jornal estampava, na sua primeira página, a manchete: “O grande cenário da celebração” (**Folha**, 11 ago. 1972, p. 1). A matéria traz uma foto aérea do museu do Ipiranga com a legenda: “Todo em ordem. O gigantesco edifício do Museu do Ipiranga está pronto para a celebração do Sesquicentenário da Independência” (Ibidem). O prédio, depois de 30 anos, recebera uma pintura nova, mas ainda faltavam alguns detalhes: o embelezamento dos jardins não estava terminado e o mesmo valia para a parte elétrica que seria utilizada no show. É nesse reformado “lugar de apoio à memória” (POLLAK, 31 jan. 2007, p. 3) que o espetáculo acontecerá.

Henry³⁰ (cf. 1998, p. 395) afirma que **Som e luz** foi o trabalho mais importante que lhe foi confiado ao longo da sua carreira. Na entrevista concedida ao **JB**, comentou a preocupação que tinha com a realização desse projeto:

²⁹Nessa passagem, Nora (1981, p. 11) se refere a como essa simbiose aconteceu na França. A transcrição do parágrafo situa melhor o leitor: “Houve um tempo em que, através da história e em torno da nação, uma tradição de memória parecia ter achado a sua cristalização na síntese da III República. Desde *Lettres sur l'histoire de France*, de Auguste Thierry (1827) até a *Historie sincère de la nation française*, de Charles Seignobos, adotando uma larga cronologia. História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado. Presente fragilizado pelo traumatismo revolucionário que impunha uma reavaliação global do passado monárquico; fragilizado também pela derrota de 1870 que só tornava mais urgente, com relação a ciência alemã como ao instrutor alemão, o verdadeiro vencedor de Sadowa, o desenvolvimento de uma erudição documentária de transmissão escolar da memória. Nada se equipara ao tom de responsabilidade nacional do historiador, meio padre, meio soldado: ele manifesta-se, por exemplo, no editorial do primeiro número da *Revue historique* (1876) onde Gabriel Monod podia legitimamente ver ‘a investigação científica, doravante lenta, coletiva e metódica’ trabalhar de uma ‘maneira secreta e segura para a grandeza tanto da pátria quanto do gênero humano’. Lendo-se um tal texto como cem outros semelhantes, pergunta-se como se pode acreditar na ideia que a história positivista era cumulativa. Na perspectiva finalizada de uma constituição nacional, o político, o militar, o bibliográfico e o diplomático são, ao mesmo contrário, os pilares da comunidade. A derrota de Azincourt ou o punhal de Ravaliac, o dia dos Dupes ou uma tal cláusula adicional dos tratados de Westphalia sobressaem de uma contabilidade escrupulosa. A erudição a mais aguda soma ou subtrai um detalhe ao capital da nação. Unidade poderosa desse espaço de memória: de nosso berço greco-romano ao império colonial da III República, não mais cesura do que entre a alta erudição que anexa ao patrimônio novas conquistas e o manual escolar que impõe a vulgata. História santa porque nação santa. É pela nação que a nossa história se manteve no sagrado”.

³⁰Essa autobiografia é compreendida a partir da perspectiva de Peter Burke (2000, p. 74), descrita na nota 7 desse capítulo.

Fiquei preocupado. Não é brincadeira apresentar a história de uma nação, principalmente da sua libertação, num espetáculo de apenas 45 minutos³¹, partindo da chegada do homem branco em terra firme e terminando pela colocação dos restos mortais de D. Pedro I no mausoléu do Monumento do Ipiranga (*São Paulo verá e luz som no final das festas*, 3 set. 1972, p. 24).

Creio ter sido a grandeza do evento que levou o maestro a destacar a sua atuação nesse show. Esses foram dias marcantes na sua vida, narrados com o cuidado de quem sentia saudades desse tempo. A sua ida à Holanda, que tinha como objetivo central ir à sede da empresa Philips para fazer a mixagem das gravações do espetáculo, é descrita como uma “viagem de primeira classe, hotel de luxo, etc., etc.”, “com pouquíssimas horas de trabalho por dia. Nesse ritmo eu tinha a impressão de não estar fazendo nada e de estar roubando o dinheiro que ganhava” (HENRY, 1998, p. 402).

A sua autobiografia traz um dado relevante, que não foi abordado pelos jornais e diz respeito à elaboração do roteiro dessa atração. A primeira versão foi redigida pelo próprio Henry, pelo escritor Mário Donato³² e por Michel Monti³³. Depois de um período de três meses de trabalho, durante o ano de 1970, o texto, regado a uísque, estava pronto. Findada essa etapa, o material foi enviado para que as autoridades militares dessem o seu aval sobre o que havia sido escrito, só então o projeto poderia prosseguir. O resultado não foi positivo. Henry (Ibidem, p. 399) dá sua versão para o que aconteceu:

Na realidade, como eu soube mais tarde, passou-se o que lhes vou relatar. Pessoalmente eu estava nas boas graças do governador. Mário Donato, alguns anos antes, tinha aceito um cargo no governo Jango Goulart, num setor considerado de esquerda. Teve que se esconder para não ser preso por ocasião da revolução militar de 1964, apesar de o coitado não estar muito ligado à política desse governo deposto pela revolução. Algo mais grave era o fato de que o “script” fazia apologia de Villa-Lobos, que não era simpático aos militares por ter sido muito ligado à ditadura de Getúlio Vargas, considerado socialista, demagogo e populista. Mais grave ainda era que Portinari era considerado simpatizante do comunismo e ainda mais grave era o caso de Niemeyer a alardear, como continua a fazê-lo, sua fidelidade ao Partido Comunista.

³¹ Tanto nos jornais como no livro do Gen. Corrêa (cf. 1972, p. 92) é mencionado que a duração do espetáculo é de setenta minutos.

³² Autor literário de reconhecida importância por ter publicado, entre outros, os livros **Presença de Anita** (1948) e **Partidas dobradas** (1978), que lhe rendeu o prêmio Jabuti no ano seguinte. Foi descrito por Henry (1998, p. 397): “Ele gostava imensamente de história, tinha bela cultura e escrevia um português apurado”

³³ Monti entrou para projeto por ser “... um homem com conhecimentos múltiplos de cinema, teatro, de rádio e televisão” (HENRY, 1998, p. 397).

Eu não ignorava todas essas particularidades e filiações partidárias, mas isso me parecia sem importância em vista do que esses homens significavam para o prestígio do Brasil e de sua história. Como cheguei a fazê-lo muitas vezes, não desconfiei da minha ingenuidade.

A primeira versão do roteiro não estava de acordo com a ideia de nação do regime. A ditadura usou como síntese da nacionalidade as figuras Tiradentes e, principalmente, d. Pedro I. Os personagens de Donato tinham um perfil que não condizia com a invenção identitária que vinha sendo construída até esse momento. De acordo com a lógica do governo, um evento oficial não era o lugar para a existência de um outro discurso sobre como as pessoas deveriam enxergar o país, a complexidade da nação e a diversidade dos seus membros deveria ser esquecida, em seu lugar aparece uma pedagogia cívica que favorece o poder estabelecido.

Som e luz, como sabemos, não foi enterrado. Outro roteiro foi feito, só que dessa vez por alguém “que era benquisto do governo militar” (Ibidem, p. 400), o escolhido foi o ator Ruy Afonso. O maestro recebeu o roteiro pronto e comentou: “... pelo menos tinha o mérito de estar na linha do governo militar” (Ibidem). Duas matérias jornalísticas, uma da **Folha** (*Como será o espetáculo da Independência*, 7 jul. 1972, p. 25) e outra do **JB** (*“Louvação do Ipiranga” fala em ponto de partida*, 3 set. 1972, p. 25), reproduziram partes desse roteiro. Segue um trecho da cena da Independência, intitulada O grito de D. Pedro:

Narrador

Estamos a Sete de Setembro. O ano é de 1822. São quatro horas da tarde. Pelo Caminho do Mar, D. Pedro e seus acompanhantes estão voltando de Santos.

(Ruídos de cavalgada)

D. Pedro

Alto!

Estacam os cavalos.

Farei alto aqui no Ipiranga. Comigo, meu Ministro e meu Ajudante de ordens. Que minha Guarda e minha Comitiva avancem e me esperem na colina.

(...)

[Logo depois recebe as correspondências enviadas por Dona Leopoldina e José Bonifácio]

D. Pedro

(Depois de uma pausa)

Ó! Essas infames Cortes de Lisboa. Eu bem sei o que esses traidores querem..., é que eu deixe de ser “Defensor Perpétuo” desta terra. Tanto sacrifício feito por mim, e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruína! (Pausa) Vejamos as cartas.

(...)

José Bonifácio [O trecho transcrito é o final da carta, é o mote para a cena final]

... Eu como Ministro, aconselho a Vossa Alteza que fique e faça do Brasil um reino feliz, separado de Portugal que hoje é escravo das Cortes despóticas... O povo brasileiro o deseja como seu soberano... Fique, para orgulho e felicidade do Brasil... Terra que tanto estima a Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima.

(Novos acordes de suspense)

D. Pedro

Claro que estimo...

(Ruídos de papel dobrado)

Também sinto assim...

É preciso acabar com isto!

Sigam-me!

(Ruídos de alguns cavalos a galope, em direção à Comitiva)

Um guarda

Sua Alteza avançou. Guardas aos cavalos.

(Ruído desordenado de cavalaria montando. Curta cavalgada. Cavalos estacam)

D. Pedro

Camaradas! As Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil, cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal!

(Ruído de espada desembainhada)

Grupo de vozes

Independência ou Morte!!!

(Acordes marciais. Cavalgada a galope. Salva de tiros de canhão).

O formato do espetáculo faz com que ele tenha que ser extremamente didático e, por causa disso, se torna necessário construir falas com um tom artificial. Um bom exemplo é quando D. Pedro (na terceira linha da primeira fala), para situar o público, precisa citar o lugar e o nome das pessoas que faziam parte da sua comitiva. Nesse caso, a luz e o som não foram suficientes para explicar a cena – como pensava o gerente da Philips em São Paulo, Leon Aisemberg³⁴ –, foi preciso recorrer ao roteiro para que a plateia compreendesse o que estava acontecendo e não ficasse perdida.

Esse roteiro, diferente da versão escrita por Donato, se adequa ao modelo de história elaborada e divulgada pelo regime militar. Nele aparece a representação de um

³⁴ Aisemberg falou algumas vezes à **Folha** sobre o **Som e Luz**. Esses depoimentos são transcritos como uma explicação técnica sobre o evento. O trecho a seguir resume a sua ideia: “Luz e som são os meios mais importantes de que o homem dispõe para se comunicar com o que o rodeia. Quando uma pessoa se encontra em total escuridão e em meio a completo silêncio é possível que tenha a impressão de estar vivendo uma realidade completamente nova. O sistema sugere ao espectador um mundo novo, no qual ele mesmo parece tomar parte. É uma voz que dá a impressão de que realmente tem alguém ali. **Ao iluminar-se um local, imagina-se que alguém acaba de ingressar nele. A luz e o som são os únicos componentes necessários para essa impressão.** Não há necessidade de intervenção direta de atores; ouvem-se apenas as vozes gravadas apoiadas pela música e pelos efeitos sonoros” (O roteiro de Som e luz está gravado em disco, 27 ago. 1972, p. 12. Grifos meus).

heroico D. Pedro, instigado pelo seu conselheiro, livrando o Brasil das garras das Cortes e, assim, tornando o país independente. Afonso cumpriu bem o seu papel perante a ditadura. Seu texto é calcado no triunfo do “ídolo individual” e das suas ações.

A ideia que a história é feita apenas por indivíduos foi, durante séculos, a maneira dominante de fazer história, como nos lembra Burke (1997, p. 17), narrando os grandes feitos desses grandes homens, que, não por acaso, assim como D. Pedro, têm seu lugar social junto às elites. É uma construção histórica feita por uma comunidade política determinada que inventa o seu passado como algo grandioso e busca convencer, pelos mais diferentes mecanismos, toda a sociedade de que esse passado é comum a todos. **Som e luz** foi um dos mecanismos utilizados para legitimar a dominação e ajudar na manutenção do poder do regime vigente.

Dois dias antes da inauguração oficial houve uma apresentação especial para as autoridades e para imprensa. Terminado esse evento teste, o governador Laudo Natel expressou à **Folha** todo o seu entusiasmo: “Eu estava ansioso para conhecer a reação do público. O espetáculo é realmente grandioso, digno das comemorações do Sesquicentenário: ele faz o povo amar ainda mais o Brasil” (*O êxito alcançado pelo Som e Luz*, 6 set. 1972, p. 9). O show nem havia começado e o poder oficial já divulgava que seria um sucesso.

Tudo estava pronto para a “apoteose da Independência”. As notícias deixaram claro que as coisas correram como o programado. A **Folha** (8 set. 1972, p. 1) dedicou metade da sua primeira página a uma fotografia do Museu do Ipiranga, que diz: “o som e a luz da Independência do Brasil ganham vida no Ipiranga”. A legenda dessa mesma foto faz um breve comentário sobre o espetáculo: “Som e Luz do Museu do Ipiranga é definitivo e será apresentado periodicamente, ao público, possivelmente três vezes por semana. Para estudantes será elaborado um programa especial” (Ibidem). Esses textos mostram aspectos que deveriam ser a marca desse evento: a possibilidade de reviver os episódios que eram considerados mais importantes da história do Brasil e a sua permanência. **Som e luz** faria parte do calendário cultural da cidade. A multidão lotou o parque, como vemos a seguir:

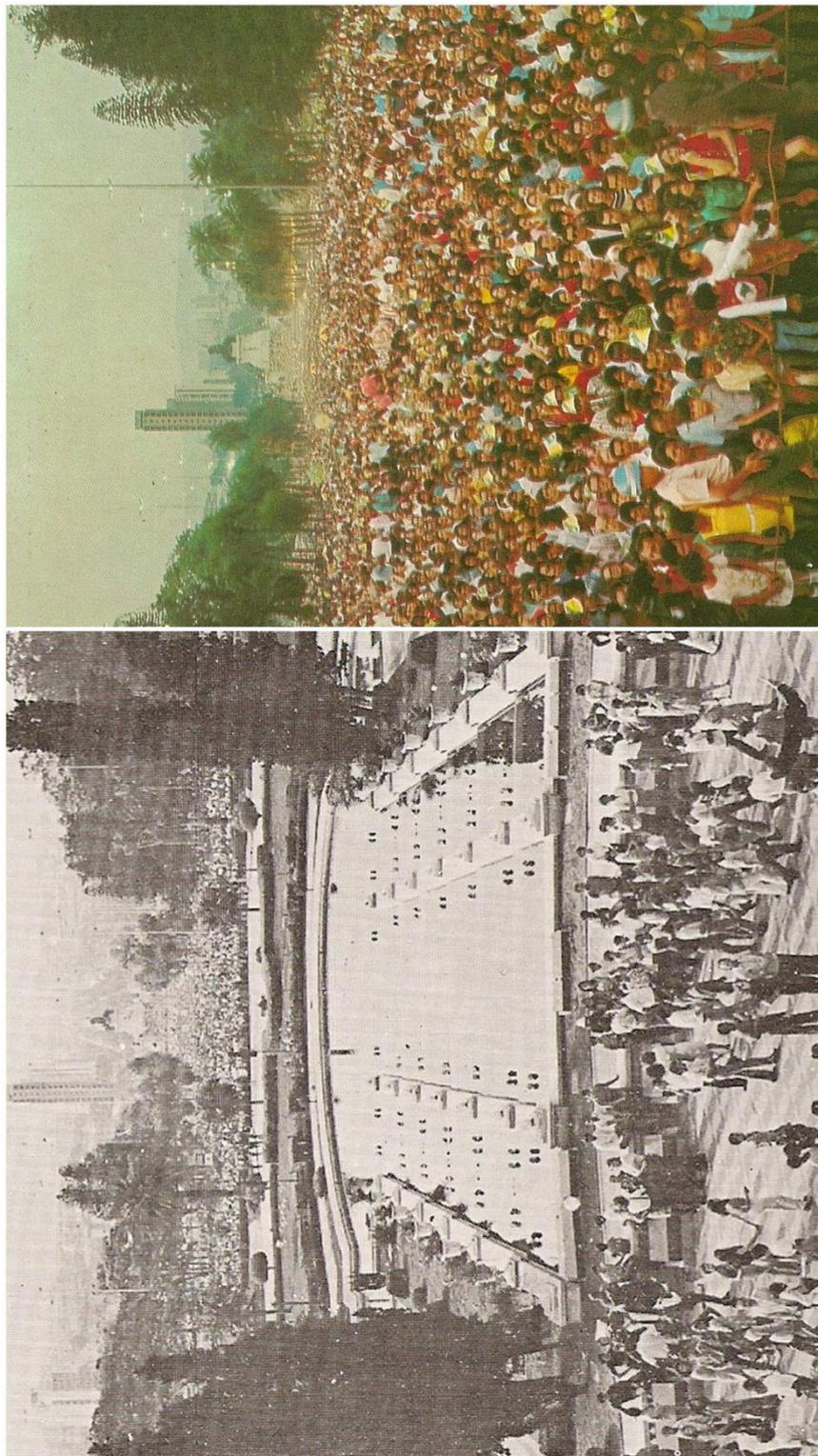


Figura 10: Lado esquerdo: foto do Museu Ipiranga no dia do espetáculo, ao fundo é possível perceber a multidão que esperava o **Som e luz**. Lado direito: Uma imagem mais aproximada da multidão. Nela nota-se o grande número de crianças e os policiais que garantiam o isolamento da área (CORRÊA, 1972, p. 92-93).

Para entender melhor a relação entre esse grande contingente populacional e o espetáculo é preciso lembrar a matéria da revista **Veja**, *O colorido fim de festa* (13 set. 1972, p. 17). Uma parte dela trata do **Som e Luz** e afirma que a multidão que estava presente não se empolgou. Essa crítica foi refutada por Affonso, roteirista do show, ele

afirma que os aplausos, na cena da Independência, lhe pareceram muito fortes (cf. Capítulo 2, p. 107). Para entender melhor a relação entre o público e essa atração é preciso atentar para como era a sua distribuição espacial dentro do Parque do Ipiranga. Vejamos:

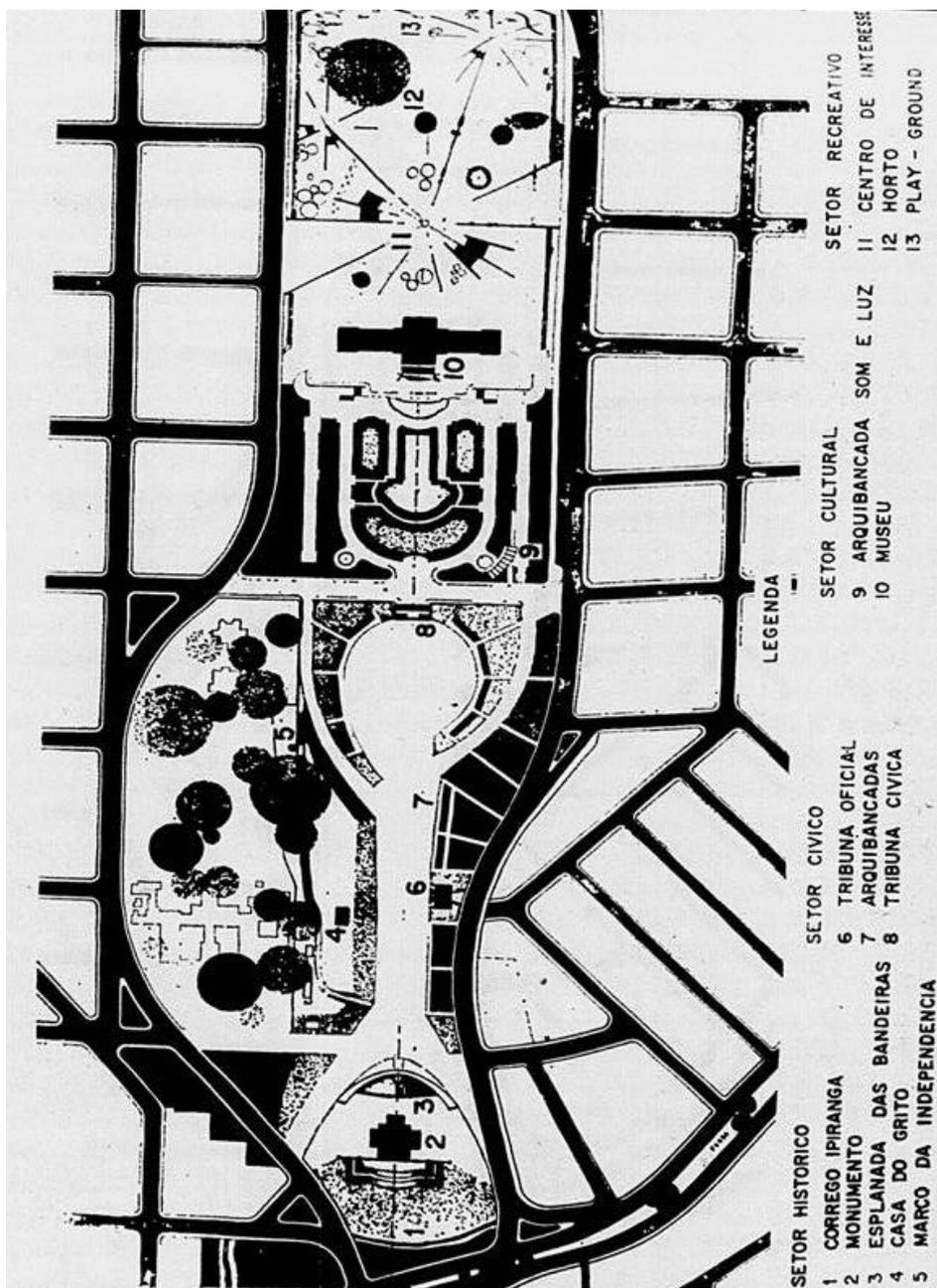


Figura 11: Representação do Parque do Ipiranga (Diário da Noite, 6 jan. 1972, p. 8).

As fotos da **Figura 10** mostram que a grande maioria do público estava concentrada próximo ao Setor Histórico (composto pelas áreas de 1 a 5) – como está denominado na **Figura 11**. Som e luz foi apresentando para as pessoas que estavam na Arquibancada que leva o nome do espetáculo (assinalada com o número 9). Esse espaço,

especialmente construído para as apresentações, comportava quinhentas pessoas³⁵, foi desse lugar que Médici e o governante português, Marcelo Caetano, aplaudiram a atração. O número de pessoas que foram tentar assistir a essa representação da “sua história” foi calculado em 150000 presentes, essas foram as estimativas mais baixas, já que os números oficiais falaram em 300000 indivíduos (cf. *O colorido fim de festa*, 13 set. 1972, p. 17). Já o **Estado de São Paulo** cita 200000 mil presentes nesse dia (*Parque repara os estragos da festa*, 19 set. 1972, p. 23).

Como vem sendo mostrado, essa atração, para funcionar minimamente bem, precisava que o público tivesse uma boa visibilidade do que estava acontecendo, algo próximo de uma encenação teatral. Para Henry (1998, p. 405-406), todo o problema partiu da maneira que o show foi divulgado para o grande público:

Infelizmente a publicidade orientada sem a minha ajuda, mas feita por direção artística e funcionários do governo de São Paulo, deu a impressão de tratar de algo semelhante à queima de fogos de artifício, que se pode admirar de qualquer lugar desde que o céu esteja visível.

E foi por esse razão que naquele dia 7 de setembro de 1972 multidões imensas se deslocaram na direção do Palácio Ipiranga e lá esperaram por aquilo que não iria acontecer. O “Som e Luz” funcionou maravilhosamente bem para o Presidente da República e seu séquito, para o grande número de convidados escolhidos a dedo que se achavam na arquibancada na estreia. Mas o grosso do público só pode ver vagas claridades e ouvir ruídos confusos e a música longínqua.

Nas inúmeras matérias lidas sobre os preparativos da festa, essa limitação de público não foi mencionada. Nem as entrevistas concedidas por Henry sobre a montagem do espetáculo ou as explicações técnicas dadas por Aisemberg citaram que poucas pessoas teriam condições de acompanhar o que estava se passando no Ipiranga naquela noite. Nos jornais, especialmente na **Folha**, esse fato também não foi aludido. Em suma, ou ninguém sabia dessa limitação – afirmação insustentável – ou a ideia de ter um grande contingente de pessoas no Ipiranga fazia parte do planejamento das comemorações, mesmo que estas não pudessem participar da programação.

Para refletir sobre esse silêncio, retomo Nora (1981, p. 12) ao afirmar que: “os lugares de memória são antes de tudo restos”. São lugares construídos com as sobras,

³⁵ Em uma matéria da **Folha** (7 jul. 1972, p. 25) sobre os preparativos do Sesquicentenário no Ipiranga, uma foto da arquibancada em construção traz a seguinte legenda: “Destas arquibancadas, que estão sendo construídas em concreto armado e não serão cobertas, o presidente Médici e seu 500 convidados assistirão ao espetáculo de som e luz ‘Brasil: 150 anos de Independência’”.

devidamente escolhidas, de um passado que é requisitado para justificar as ações do presente. No caso desse ritual, feito em um mundo que é desritualizado, a sua primeira tentativa de criar fidelidade foi um fiasco. Contudo, diferente dos outros acontecimentos comemorativos do Sesquicentenário, **Som e luz** não acabou naquele dia sete e a possibilidade de fidelização ainda continuava existindo.

A ideia é que fosse um evento permanente e pudesse atrair visitantes não só dos diferentes lugares do país, mas também de toda a América do Sul. Ainda existia uma proposta mais audaciosa: gravar o roteiro em inglês. Essa concepção tomou como base o sucesso de Notre Dame, em Paris, que em dois anos recebeu 400 mil turistas (cf. *Quase pronto o “som e luz”,* 22 ago. 1972, p. 4).

Poucos dias depois, no dia dez, um domingo, a **Folha** noticiava que, provavelmente, no próximo sábado (dia 16 de setembro), o **Som e luz** seria aberto ao público. O problema é que a parte dos jardins, onde ficavam os holofotes do show, foi danificada e precisava ser consertada antes da retomada das apresentações (cf. *O parque da Independência é agora um centro de lazer,* 10 set. 1972, p. 12). Desse modo, o reinício demoraria mais um pouco.

Na coluna social da **Folha**, do dia 5 de outubro (p. 42), a primeira dama do estado de São Paulo, Zilda Natel, convida as pessoas a assistirem ao espetáculo naquela noite. A renda seria em favor da Liga das Senhoras Católicas. Essa foi a primeira programação depois da inauguração.

Essa exibição foi um fracasso. Dos 500 lugares, apenas 150 foram ocupados. O frio e o alto valor dos ingressos, cinquenta cruzeiros, contribuíram para a pequena participação do público. Praticamente um mês depois da inauguração ainda não havia sido estabelecido como seriam as apresentações regulares. Seria necessário esperar mais um pouco para que o público em geral tivesse a oportunidade de assistir a representação de “quatro séculos de história do Brasil”. A previsão era de que esse programa ocorresse nas quintas, sábados e domingos e o ingresso custasse cinco cruzeiros (cf. *Pouca gente no espetáculo,* 6 out. 1972, p. 17).

O primeiro trimestre do ano de 1973 já havia terminado e os eventos regulares ainda não haviam começado. Uma nota citava: “Reabertura do Som e luz até o dia 30” (22 abr. 1972, p. 11) de abril daquele ano. Isso também não aconteceu e o governo explica o motivo para o atraso nas exibições periódicas: “essa exibição não tem sido possível porque sem a cerca uma parte do público tem invadido os jardins do Museu e danificado o

aparelhamento” (*Grade para proteger Som luz do museu*, 10 maio 1973, p. 10). Um mês depois, a **Folha** afirma “O espetáculo de Som e luz será cercado” (10 jun. 1973, p. 17). A justificativa para essa ação é a mesma da notícia anterior: “O Som e luz não pode ser programado com rotina, já que parte do público invade os jardins e danifica o aparelhamento”. O ponto comum nessas matérias é apontar o povo como os responsáveis pela demora do início das apresentações periódicas. É o “público” que não sabe se comportar condignamente. Assim como na questão da abertura política (citada na nota 23), que existiam um “eles” que impediam o governo de acabar com regime de exceção, aqui também existe um “eles” que dificultava a exibição desse programa cívico. A culpabilização do “outro” foi uma estratégia bastante usada pelo regime. As fontes não revelam quem ansiava para ir a esse show e nem se havia pressão popular para que essas exposições rotineiras começassem. As matérias, citadas acima, apenas fazem menção à expectativa do uso escolar do evento.

De todos os jornais pesquisados, apenas uma carta, endereçada à redação da **Folha**, fazia menção aos problemas enfrentados pelo **Som e Luz** nos seus primeiros meses de funcionamento. *Sem luz e sem som* (9 jun. 1973, p. 4) é o seu título e esse o seu conteúdo:

Não se concebe que o Estado, que gastou um dinheirão para montar o espetáculo de Som e Luz aqui em São Paulo, o mantenha fechado, parado, estragando-se sob a ação do tempo.

É um crime manter uma obra cara como essa, de indescritível beleza, jogada às traças, exposta a sanha dos vândalos e depredadores.

Poderia ser posta a funcionar uma ou duas vezes por semana para que o povo pudesse conhecer a beleza desse extraordinário espetáculo, que pouca gente conhece. Seria mais um lugar de diversão para o paulistano (que tem tão poucos) e um ponto de atração para os que visitam nossa cidade.

Além de distrair é instrutivo, pois ensina um pouco da história pátria. Pode também constituir-se uma boa fonte de renda.

No Cairo, não obstante os inúmeros pontos de atração turística que possui, como suas seiscentas mesquitas, aproximadamente, museus, o Nilo e tantos outros, o espetáculo de Som e Luz é o mais procurado pelos turistas – Luiz Lyria Lopes (Capital).

Essas reclamações não ecoaram nas páginas do jornal. Mais um Sete de Setembro chegou, passou e nada foi mudado em relação à atração. Já era outubro de 1973, quando, finalmente, mais de um ano depois da sua inauguração, o **Som e luz** passou a funcionar com alguma regularidade. As apresentações seriam feitas três vezes por semana, com duas

sessões por dia, a partir do dia doze daquele mês (cf. *Som e luz abre em outubro para o público*, 29 set. 1973, p. 6).

Ao longo do ano de 1974, as notícias veiculadas na **Folha** (cf. 2 ago. 1974, p. 40) sobre **Som e Luz** são pequenas notas informando sobre o seu funcionamento. Elas são encontradas na seção denominada Roteiro, que pode ser definida como um guia dos eventos da cidade. No ano de 1975, o show não é mais denominado pelo jornal de espetáculo e passa a figurar como uma atração fixa do Museu do Ipiranga. A seção não chama mais Roteiro, e sim Acontece. A informação sobre **Som e luz** é bem pequena, ocupando um canto da página (**Folha**, 27 jun. 1975, p. 37). Esses foram os únicos dois anos que houve um funcionamento regular.

Em setembro de 1976, na **Folha** (1 set. 1976, p. 11), lia-se: “Som e luz pode acabar”, chegando a afirmar que “os equipamentos, que custaram quatro milhões de cruzeiros em 1972, estavam abandonados há mais de um ano”. O espetáculo já não funcionava mais e o Parque do Ipiranga era tido como abandonado pelo poder público. O problema era grave:

... o equipamento externo do Espetáculo de Som e Luz está inteiramente deteriorado; D. Pedro e seu séquito, no Monumento à Independência, empunham espadas inexistentes, roubadas há vários anos; os tanques e os espelhos d’água são utilizados para a prática improvisada de natação e os gramados, para jogos de futebol ou encontro de casais (*Estado e Município dividem entre si o abandono do Parque do Ipiranga*, 26 nov. 1976, p. 12).

Só no final do ano de 1978 o jornal volta a fazer menção à atração do Parque. Comenta que em janeiro, do ano seguinte, haverá uma reforma e a sua programação será retomada. A matéria descreve o abandono do local:

Os nichos que protegem os holofotes estão todos quebrados e suas telas de ação estão arrebentadas. Os holofotes também estão quebrados, enquanto que várias cadeiras da arquibancada encontram-se fora do lugar e igualmente danificadas.

No local onde antes funcionava a fonte luminosa, que fazia parte do final do espetáculo há, apenas, água contaminada e cheia de detritos. Ainda, assim, diversos garotos da região usam o local como piscina, nos dias de verão. Sem qualquer advertência, eles permanecem na água durante a tarde inteira, correndo, ainda, o risco oferecido pelos fios elétricos que passam embaixo das instalações da fonte luminosa (*Reforma do “Som e luz” só em janeiro*, 17 dez. 1978, p. 38).

E assim os anos foram passando e o poder público nada fez para restaurar o parque e o espetáculo que representavam a sua grandeza perante a população. A última referência ao **Som e Luz**, encontrada na **Folha**, foi em novembro de 1980. A manchete, oriunda da seção *A cidade é sua* – nesse espaço os leitores enviavam seus textos para serem publicados –, mostra que nada havia mudado:

Lamentável para o povo paulistano, especialmente moradores do bairro do Ipiranga, observar o descaso das autoridades em relação aos jardins que circundam o Museu do Ipiranga, um dos logradouros públicos que deveriam primar pela limpeza e aspecto agradável, considerando sua importância histórica.

No entanto, continua abandonado, com seu conjunto de Som e luz apodrecendo e oferecendo aspecto desolador, como se o local não merecesse nenhuma atenção, apesar de toda a campanha feita para sua preservação (GOMARA SOBRINHO, 20 nov. 1980, p. 12.).

A minha perseguição às notícias sobre o **Som e luz**, nas páginas da **Folha**, foi até o ano de 1985. Nesse período de cinco anos não encontrei mais nenhuma matéria que fizesse menção à atração. Nessa parte final, passo a inferir sobre o fracasso desse espetáculo, acreditando que as reflexões sobre ele também são análises do projeto de nação pensado pelo regime militar.

No que diz respeito ao poder estadual, não houve nem uma quebra drástica no comando que pudesse servir de justificativa para o abandono do Parque do Ipiranga. O mandato de Laudo Natel, governador de São Paulo à época dos festejos e responsável, em última instância, pelo **Som e luz**, foi até 1975, único momento em que o show funcionou razoavelmente bem. O seu sucessor foi Paulo Egydio Martins (1975-1979), que era do mesmo partido de Natel, a ARENA, e mantinha estreitas ligações com **Gen**. Ernesto

Geisel³⁶, que comandava o país desde 1974. Na data da última manchete, 1980, o governador desse Estado era Paulo Salim Maluf (1979-1982), que militava pelo mesmo partido dos seus antecessores e era mais um dos homens alinhados com a ditadura.

Na esfera federal ocorreram mudanças no poder e também no direcionamento do regime. Com a chegada do **Gen.** Geisel ao Palácio do Planalto começa o período da distensão (como explicado na nota 29 do capítulo 3, p. 151) e se atentarmos, mais uma vez, para a última menção sobre o espetáculo, em 1980, ela alcança o último governo da ditadura, liderado pelo **Gen.** João Figueiredo (1979-1985). Outros fatos marcantes da vida política do país também estão nesse intervalo de tempo, são dignos de referência o fim do AI-5 (sobre esse ato ver a nota 7 da introdução, p. 9), 1978, e a concessão da Anistia³⁷, 1979.

As mudanças nos nomes dos chefes do poder executivo estadual e federal mostram a continuidade no poder e não podem ser apontadas como motivos para o fracasso do **Som e luz**. Mesmo as transformações na conjuntura sócio-política do país nesse período não impediriam a ditadura de continuar celebrando aqueles que eles consideram os fundadores

³⁶ Gaspari (2003, p. 433, Vol. III) comenta a proximidade entre Geisel e Martins e como ele foi escolhido para ser governador de São Paulo para evitar a ascensão do ex-ministro Delfim Neto: “Geisel foi além do veto a Delfim [que pleiteava ser governador]. Fechou sua manobranum só nome, recusou qualquer conciliação e impôs um candidato sem base política relevante. Liquidou afatura paulista na segunda semana de governo, mostrando que assim como bastava seu voto para vetar Delfim, bastava esse mesmo voto para eleger o engenheiro Paulo Egydio Martins governador de São Paulo. Ministro da Indústria e Comércio durante o governo Castello Branco, Paulo Egydio mantinha com Geisel uma rara relação pessoal. Hospedara-o duas vezes em sua casa de Campos do Jordão. Era uma das poucas figuras civis do regime que jamais militara na esquerda estudantil. Educado pelos jesuítas, presidira a União Metropolitana dos Estudantes (nagestão dele criara-se o restaurante do Calabouço) e lá ganhara o apelido de *Paulinho Coréia*, por defender aida de um pelotão brasileiro aos combates do primeiro conflito da Guerra Fria. Casara-se com a filha do industrial paulista Alberto Byington, sócio da mineradora americana Alcoa, e dirigira uma de suas empresas. Tinha um pé na velha plutocracia, sentava-se no conselho do Banco Comércio e Indústria de São Paulo. Tentara medir seu cacife nas urnas, mas acabara em oitavo e último lugar numa disputa pela prefeitura de São Paulo, com menos de 100 mil votos”.

³⁷ A lei da Anistia é explicada por Teixeira (2007, p. 270): “Decretada pelo governo, sem negociação com a oposição, em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria revanchismos – uma das principais preocupações das forças armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas”. Deve ser lembrado que essa lei gera debates até os dias de hoje, sendo, vez ou outra, modificada e também questionada. Como nos mostra Carla Simone Rodeghero (2014, p. 140-141): “Desde sua aprovação, em 1979, a lei vem sendo aplicada de maneira a impedir a abertura de processos judiciais contra civis e militares que reconhecidamente foram responsáveis por sequestros, torturas, desaparecimentos, mortes de pessoas consideradas inimigas do regime pós-1964. A lei hoje em vigor não é exatamente a sancionada em 1979, pois, em diferentes momentos, por votação do Congresso Nacional, artigos seus foram suprimidos ou modificados. Uma das alterações garantiu o pagamento de indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos (Lei nº 9.140, de 1995) e aos perseguidos políticos (Lei nº 10.559, de 2002). Nunca se tocou, no entanto, na menção aos crimes conexos, o que tem dificultado a efetiva implantação das medidas conhecidas como ‘justiça de transição’. Essas medidas dizem respeito ao esclarecimento dos crimes do passado, à reparação das vítimas, à valorização da memória dos que lutaram contra o regime, à consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos e à responsabilização judicial dos perpetradores. A anistia aos crimes conexos se erige como barreira especialmente à efetivação do último aspecto”.

da nação. O viés de explicação da falência desse instrumento de pedagogia cívica deve ser outro e encontra-se nas relações entre essas elites políticas e os demais segmentos sociais.

A ideia central que regeu as comemorações do Sesquicentenário pode ser resumida na tentativa de inculcar nos diversos membros que habitam o território uma determinada concepção de nação. Essa formulação da nação brasileira, como venho discutindo, foi inventada a partir de práticas que visavam incutir um espírito cívico que se resumia aos feitos dessa própria elite. Essa invenção identitária não encontrou resposta no seu público. Um dos motivos está ligado à própria formulação do **Som e luz** e a maneira “estreita” que ele foi concebido. É provável que os milhares de pessoas que se apinhavam no Parque do Ipiranga, naquele dia Sete de Setembro de 1972, caso tivessem conseguido assistir ao show, não encontrassem naquela interpretação da história do Brasil elementos capazes de despertar emoções e convencê-los de que são membros dessa “comunidade de destino”³⁸.

O outro elemento dessa falência está ligado à falta de continuidade do espetáculo. Uma das formas de aprendermos algo é através da repetição, quanto mais vezes ouvimos, vemos e revemos sobre uma determinada ideia a sua apreensão se torna mais provável. Essa afirmação ajuda a lembrar que nesse período existia uma boa dose de preocupação com o aumento do grau de escolarização³⁹ dos membros da nação e também que

³⁸ O conceito de “comunidade de destino” é definido por Otto Bauer (1980 p. 79-80. Grifos no original) e se aproxima da ideia de nação utilizada ao longo dessa tese: “Comunidade não significa somente identidade. Assim, por exemplo, no século XIX, tanto Inglaterra quanto Alemanha conheceram o desenvolvimento capitalista. As forças atuantes deste, cuja influência sobre o caráter é determinante, foram as mesmas nos dois países. *Porque comunidade de destino não significa submissão a uma mesma sorte, mas experiência comum da mesma sorte*, numa troca constante e numa interação contínua. Ingleses e alemães viveram o desenvolvimento capitalista: mas em momentos diferentes, em locais diferentes e mantendo relações distantes. As mesmas forças motrizes talvez os tenha feitos mais semelhantes que o passado, mas elas nunca conseguiriam fazer deles um único povo. Não é a identidade do destino, mas somente o fato de viver e sofrer a comunidade de destino engendra a nação. Comunidade significa, segundo Kant ‘*interação recíproca profunda*’. Somente o destino vivido na interação recíproca profunda e em relação mútua constante engendra a nação”.

³⁹ O crescimento da escolarização no período é demonstrado por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2014, p. 55-56): “Em 1960, 73% das crianças de 5-9 anos de idade frequentavam a escola primária; em 1968 esse percentual havia aumentado para 89%. Embora números comparáveis não estejam disponíveis para os anos seguintes, observa-se que em 1985 aproximadamente 79% das crianças de 5-14 anos estavam matriculadas na escola primária. Ademais, no período de 1960-1980, as matrículas do ensino secundário e universitário cresceram mais que a população. As mudanças mais importantes ocorreram no ensino secundário. Enquanto o ensino primário apresentou uma trajetória regular de crescimento, mantida pela continuidade dos investimentos, no ensino secundário ocorreu uma alteração drástica no ritmo de expansão. Entre 1963-1984 o número de professores do ensino secundário duplicou passando de cerca 121 mil para 215 mil, e as matrículas aumentaram de 1,7 milhão para 3 milhões. Mas a grande transformação foi no papel que o governo passou a desempenhar no ensino secundário. Em 1963, 60% dos alunos desse nível de ensino estavam matriculados em escolas secundárias privadas. Em 1984 a situação se alterara radicalmente, pois naquele ano 65% das matrículas no ensino secundário ocorriam nas escolas públicas. Os 3 milhões de estudantes do ensino secundário representavam mais de 22% de todos os estudantes de 15-19 anos, contra 12% em 1972.

esses jovens deveriam receber ensinamentos de acordo com a versão da história defendida pelo regime⁴⁰.

Som e luz foi gerado a partir desses princípios. Contudo, o breve período de tempo que funcionou e suas apresentações irregulares não foram suficientes para colaborar com o projeto de nação defendido pela ditadura. Por isso, creio ser possível concluir que, nesse caso, a modernização que o regime promoveu, à custa do cerceamento das liberdades – é sempre bom lembrar –, falhou em inventar uma identidade nacional que servisse minimamente à nação considerada em seu sentido amplo.

⁴⁰ A versão de história da ditadura era ensinada nas escolas através da disciplina de Educação Moral e Cívica. Motta (2014, p. 207-208) ao comentar Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, que trata da inclusão dessa disciplina no currículo escolar, faz um bom resumo da concepção de história do regime: “Os objetivos [do decreto-lei] representam uma mescla dos valores defendidos pelos diferentes grupos que sustentavam o regime militar. Notam-se no texto laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elementos próximos da tradição integralista, mas também paga-se tributo, ao menos formal, a valores caros aos setores liberais, como a menção a ‘princípio democrático’ e ‘amor à liberdade’. Entretanto, ‘democracia’ está conectada ao ‘espírito religioso’ e ‘sob a inspiração de Deus’, enquanto ‘liberdade’ encontra-se limitada pela ‘responsabilidade’. No fundo, mais importantes, na visão dos autores do decreto, eram os valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família). E a atuação posterior dos responsáveis por zelar pelo cumprimento desses dispositivos viria a confirmar a inclinação conservadora da iniciativa. Não se trata exatamente de programa fascista, que dificilmente incluiria menções a liberdade ou democracia, mas era certamente um formato ao agrado das facções da direita radical, inclusive os fascistas. Por outro lado, o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava exatamente como defensor da pátria e da moral, e opositor da subversão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa cívica da Independência do Brasil foi uma tradição inventada pelo Estado, a comemoração do seu Sesquicentenário tentou, através de eventos grandiosos, deixar marcas na memória da população como um todo. Não conseguiu.

Deve ser lembrado que essa não foi a primeira vez que um aniversário de um século e meio foi usado para celebrar um acontecimento histórico considerado relevante. O **JB**, por exemplo, fez menção às comemorações do Sesquicentenário da Independência dos Estados Unidos (1926) (cf. *Congresso de jornalistas em Washington*, 2 jan. 1926, p. 7) e ao Sesquicentenário da Revolução Francesa (1939) (cf. *As comemorações à data da Revolução Francesa*, 9 jul. 1939, p. 5). Deve ficar claro que a ideia de comemorar o sesquicentenário não foi uma invenção brasileira.

Mesmo olhando só para o Brasil, as celebrações dos 150 anos da Independência não foram as primeiras. Ocorreram sesquicentenários anteriores a esse, cito: o natalício de Francisco Manoel da Silva¹ (1945); o nascimento do Duque de Caxias² (1953) e a Abertura dos Portos³(1958). Desses, segundo o que foi pesquisado nos jornais, o do Duque foi o que teve maior impacto social, considerando como recorte espacial o Rio de Janeiro. Sua celebração foi feita com a distribuição de flâmulas, louças e postais coloridos⁴ alusivos à data. Também houve uma missa campal e bandas militares tocando nas praças públicas da cidade (cf. *O início das solenidades comemorativas do nascimento do Patrono do Exército*, 23 ago. 1953, p. 6).

¹Responsável pela melodia atual do hino brasileiro, não parece ter sido uma festividade de muito impacto. Recebendo apenas uma nota do **JB**, no exato dia de sua comemoração (*150º aniversário de nascimento de Francisco Manoel da Silva*, 21 fev. 1945, p. 6).

² O jornal **O Globo** informa, no dia 13 de novembro de 1952, que “segunda-feira próxima, dia 17, às 15 horas, no Salão nobre da secretaria da Guerra, 8º andar, reunir-se-á, pela primeira vez, a grande comissão nomeada, pelo presidente da República (decreto de 25 de agosto de 1952) para organizar e executar o programa dos festejos comemorativos do 150º aniversário do nascimento de Caxias, que transcorrerá, no ano vindouro” (*Sesquicentenário do Duque de Caxias*, 13 nov. 1952, p. 2).

³Em 31 de janeiro de 1958, a **Folha** noticiava esse evento. Chama atenção o fato do cronista Jamil Almansur Haddad (31 jan. 1958, p. 6) comentar que essa era a primeira vez que ouvia o termo sesquicentenário, nas suas palavras: “... o que está acontecendo é a comemoração do 150º aniversário da abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial. Isto vem a ser o sesquicentenário. Palavra bonita e guindada. Talvez servisse melhor para dar nome a papoula ou a orquídea. O leitor já imaginou alguma coisa assim como uma Catleia Sesquicentenaria? Seria lindo. Seja como for, confesso com toda a humildade que hoje aprendo palavra nova. Apesar de tudo não sou daqueles que, como Vitor Hugo, na expressão de Charles Baudelaire, englutiram um dicionário. De modo que o acréscimo pode ser substancial ao português básico do cronista”.

⁴ Sobre esses postais: “Estes cartões, aos milhares, vêm sendo distribuídos, não só na exposição Duque de Caxias, no Assírio, como também, nas escolas, hospitais, quartéis, fábricas, usinas e outros” (*O início das solenidades comemorativas do nascimento do Patrono do Exército*, 23 ago. 1953, p. 6 JB).

A comemoração do Sesquicentenário da Independência se insere em uma conjuntura mais ampla que não se restringe aos limites do território brasileiro e nem aos primeiros anos da década de 1970. Esse é um processo sempre incompleto de invenção de uma nação, de criação de uma identidade. No Brasil, isso aconteceu a partir de um modelo pré-estabelecido, e tem na Europa Ocidental o seu arquétipo. Por isso que ele não pode ser pensado apenas internamente. É possível ser um pouco mais específico e apontar que o modelo para o século XIX foi “uma sociedade rural francesa que aparecia como paradigma de civilidade para a sociedade escravagista dos campos do Império” (ALENCASTRO, 1997, p. 43). Existia a ideia disseminada, em boa parte da intelectualidade brasileira, de que a França é a segunda nação dos brasileiros (cf. RICUPERO, 2004, p. 45-81).

No século XX, especialmente depois do final da Segunda Guerra Mundial, esse paradigma sofre mudanças. A influência estadunidense passa a ter um peso considerável na maneira das pessoas e dos governos pensarem e agirem no mundo. No caso brasileiro, no período imediatamente anterior ao golpe, as diversas lutas que preconizavam as mudanças necessárias para tornar o país menos socialmentedesigual foram convertidas, pelas forças conservadoras que seguiram o modelo vigente, em ações de “comunização” da sociedade⁵. Esse discurso é amplamente difundido na época do Sesquicentenário da Independência⁶. Nesse sentido, a análise de Raine e do seu *Awakening Giant*, me possibilitaram refletir sobre a grande dimensão que esses fenômenos tiveram e o seu impacto sobre esse período da história do Brasil.

A principal marca do processo de divulgação e também de construção da festa cívica do Sesquicentenário da Independência se deu através do capitalismo editorial. Ele foi o principal guia dos outros três capítulos dessa tese. Através da materialização textual de uma determinada identidade nacional foi possível pensar essa invenção histórica. O ponto de partida foram os jornais (estrangeiros e nacionais) e a revista **Veja**. Eles abriram

⁵Como nos explica Patto (2006, p. 24): “Em resumo, o anticomunismo militar em vigor nos anos 1960, que, em grande parte, explica o comportamento das FFAA em 1964, era resultado da síntese entre um anticomunismo tradicional, construído em torno das narrativas sobre a Intentona, e novas conceituações elaboradas pelo pensamento militar no quadro da Guerra Fria, como guerra revolucionária e doutrina de segurança nacional”.

⁶ O Governador da Paraíba, Ernani Sátiro, em seu discurso que comemorava o oitavo ano do golpe explica como os militares salvaram o país da comunização: “Mas se nós procurarmos os dois marcos mais definitivos, aqueles construídos para sempre no chão da nossa Pátria, se procurarmos identificar o que de mais importante aconteceu no Brasil até hoje do ponto de vista político institucional, esses dois marcos foram a Independência de 1822, que completa agora 150 anos, e a **Revolução de 1964, que para sempre afastou do nosso País, do nosso caro Brasil, o perigo do comunismo, o perigo da anarquia, o perigo da destruição, o perigo da morte**. É este o grande acontecimento que estamos celebrando este ano, e particularmente hoje, porque estamos aqui ao mesmo tempo em um comemoração da Revolução de 31 de Março de 1964 e já nos começos da comemoração do grande feito quefoi a Independência do Brasil” (*Discurso do governador Ernani Sátiro*, 31 mar. 1972, p. 3. Grifos Meus).

um horizonte de possibilidades e através deles foi possível chegar aos livros comemorativos, às propagandas, às revistas em quadrinhos e aos eventos cívicos – especialmente os desfiles e o espetáculo **Som e luz** –, enfim, todos os aspectos abordados tiveram como ponto de partida essa documentação.

Essas fontes mostraram a existência de uma “receita para se fazer um herói”⁷. São inúmeros exemplos da tentativa de converter, principalmente, D. Pedro I no grande herói nacional. A turnê nacional com os seus restos mortais, que passou por todas as capitais do país, foi uma mostra desse esforço. A peregrinação durou, praticamente, todo o período dos festejos, começou no dia 25 de abril e só foi terminar no dia 6 de setembro. A criação desse longo ritual de devoção foi um dos principais atos de “teatralização da política”⁸. Ele teve a intenção de unir o país durante o Sesquicentenário.

Outras figuras também foram enquadradas nesse caminho, como Tiradentes – não esquecer que o dia da sua morte é o dia do começo das comemorações oficiais – e o **Gen. Médici** – vários discursos buscaram heroificar o líder da nação, muitas vezes o aproximando da figura de D. Pedro I. É bom lembrar que a invenção de Médici como um herói da nação tem a sua validade circunscrita ao período que ele governou o país, sua

⁷ Esse é o título de uma canção da banda **Ira!**, gravada no disco *Psicoacústica* (1988). Tempos depois descobri que a letra da canção é um poema de Reinaldo Ferreira (1922-1959) – nascido na Espanha, mas radicado em Moçambique – denominado: *Receita para fazer um herói*. Publicado no seu único livro, **Poemas** (1960). A versão musicada traz pequenas diferenças do texto original sem alterar o seu sentido. Segue a transcrição da letra da música: “Toma-se um homem/Feito de nada como nós/Em tamanho natural/Embebece-lhe a carne/De um jeito irracional/Como a fome, como o ódio/Depois perto do fim/Levanta-se o pendão/E toca-se o clarim.../Serve-se morto”.

⁸ A expressão de Georges Balandier (1982, p. 8) pode ser assim explicada: “O mito da unidade, expresso pela raça, pelo povo ou pelas massas torna-se o cenário da teatralização política. Ele mobiliza e recebe sua aplicação mais espetacular na festa que põe a nação inteira em situação cerimonial. Durante um curto período, uma sociedade imaginária, e, conforme a ideologia dominante, pode ver e viver. O imaginário ‘oficial’ mascara a realidade e faz sua metamorfose. A festa nazista, à qual não faltam nem mesmo os poderosos simbolismos cósmicos, é a ilustração lembrada com mais frequência. Ela apaga as discriminações sociais, ela elimina o discurso em proveito do sortilégio, é quase uma comunhão, ela leva quase à alienação. J. Duvignaud diz que ela substitui a sociedade civil por uma ‘fusão delirante’. Ela transforma um povo inteiro em uma multidão de figurantes fascinados pelo drama em que os envolve o senhor absoluto do poder”.

figura não serviu aos propósitos de invenção da identidade nacional, nem mesmo depois de morto⁹.

Através das fontes também foi possível perceber uma forma determinada de escrever a história do Brasil durante os festejos. No geral, o modelo se aproxima bastante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que converte o historiador em um cultor do passado – para retomar a ideia Leo Gilson Ribeiro ao se referir à maneira que Otávio Tarquínio de Sousa escrevia história (como foi abordado no capítulo 2) – ou, se preferimos, em um “garimpeiro do passado”¹⁰. É a ideia de escrever uma história científica nos moldes de ciência do século XIX. O interesse era fazer uma história objetiva, sem a possibilidade de existir contestações. Nessa época, explicitar a subjetividade era um dos piores pecados que um historiador poderia cometer¹¹. Essa vertente historiográfica aparece nos diversos livros comentados ao longo da tese, nas diversas matérias jornalísticas que buscam explicar a história do Brasil, nas revistas em quadrinhos e no roteiro do espetáculo **Som e luz**.

Uma das premissas desse projeto de nação é que ele deveria alcançar todos os recônditos do território brasileiro. Isso foi feito a partir da ideia de simultaneidade, representada pelo Encontro Cívico Nacional, e de integração nacional, marcada pela Festa Nacional do Fogo Simbólico. Nesse sentido, foi muito proveitoso analisar como essas ações comemorativas foram recebidas na cidade de João Pessoa. Pela maneira que interpreto os dados da minha pesquisa, é possível afirmar que as diferenças ideológicas nos

⁹ Janaina Martins Cordeiro (2014, p. 151-152) comenta sobre o esquecimento que se abateu sobre a figura de Médici como o responsável pelos anos dourados do regime depois do final do seu governo: “No entanto, o ‘silêncio’ ao qual Médici se recolheu após o fim do mandato não está ligado apenas às características de sua personalidade. Para além desse aspecto, o general se dizia ‘injustiçado’. Em primeiro lugar, pelo próprio regime, que, como se ressentiam o ex-presidente e sua família, relegara-o ao ostracismo. Para ele, seus sucessores teriam assumido os méritos pela abertura e lhe reservado o peso e a responsabilidade de uma ‘herança maldita’. Diante disso, calava-se: ‘Não, eu não posso dizer nada. Tenho que ficar calado. Eu sou o arbítrio, eu sou a ditadura. A ditadura não fala’. Simultaneamente, ele sentia-se injustiçado pela sociedade que não mais reconhecia ‘sua obra’, mas representava-o cada vez mais como *ditador, o carrasco de terríveis anos de chumbo*. O general percebia a lenta transformação pela qual passava a sociedade e respondia, mais uma vez, com o silêncio: ‘Gostaria de desfazer alguns equívocos, colocar tudo em seu devido lugar, responder a algumas críticas, separar o gado. Mas ainda prefiro a lição do velho [Eurico Gaspar] Dutra. Aqui é minha rua do Redentor, a aguardar o julgamento da História. Só este me interessa”.

¹⁰ Essa expressão é de Lília Moritz Schwarcz (1993, p. 114) e se refere ao IHGB, nas suas palavras: “Escrever a história constituía dessa forma um ato de garimpagem, de quem recolhe documentos assim como se procuram preciosidades. O ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente de seu ofício, separa as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que oferecem pouco brilho ao olhar”.

¹¹ Essa maneira de fazer história no Brasil tem em Varnhagen o seu principal expoente no século XIX. A sua obra tentou ser completa, mas é a mais incompleta por ter essa pretensão. Como diz José Carlos (2002, p. 50): “Mesmo se todas as obras de história são inevitavelmente incompletas e lacunares, o que não é um problema incontornável para o historiador que sabe disso, a de Varnhagen, talvez, seja-o mais ainda por ter ele ingenuamente pretendido produzi-la geral e completa”.

modos de comemorar são mínimas. O que tornou diferente as comemorações no centro e na periferia do país foi a parte estrutural da celebração, especialmente durante a parada cívica.

Os ditos heróis paraibanos só foram acolhidos dentro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e não saíram às ruas naqueles dias. Foi apenas nas páginas da revista do Instituto que os heróis locais ganharam força. Mesmo assim, de uma forma discreta: em um único artigo de apenas quatro páginas, publicado na edição de nº 20 (1974) – a primeira lançada depois de 1972. Esse texto, nomeado de *Sesquicentenário do Brasil independente*, é a transcrição da palestra proferida por Antonio Freire (1974, p. 102), divulgada pelo rádio durante a Semana da Pátria. Cito o parágrafo de abertura:

A Independência foi um presente do príncipe a um povo que tinha anseios de liberdade. A uma jovem nação que ansiava por sua emancipação política e administrativa. Milhões de brasileiros sequiosos por serem árbitros de seu próprio destino. O Brasil já se havia contaminando da flama patriótica, que levara Vidal de Negreiros a expulsar os holandeses, Tiradentes, Peregrino e Amaro [Gomes] Coutinho a se imolarem por uma pátria livre.

Nesse excerto, segue-se o mesmo caminho de boa parte dos textos que contaram a história da nação durante os quase cinco meses dos eventos do Sesquicentenário. Muito do que foi divulgado ressalta a capacidade de D. Pedro I de atender aos anseios da população do que viria a ser o Brasil¹². O herdeiro do trono, segundo Freire, seguiu a rota já traçada por outros nobres homens que lutaram contra os inimigos da nação. Não importa se quem estava do outro lado eram os holandeses ou os portugueses e nem em qual século o enfretamento aconteceu – XVII ou XVIII ou XIX? Tanto faz! –, a temporalidade e as especificidades que cada um desses acontecimentos encerra não fazia diferença para Freire. O que conta é que essas ações foram ressignificadas como relevantes para conseguir a libertação do país e louvar os feitos individuais.

¹²Deve-se ter em mente que a ideia de Brasil praticamente inexistia nesse momento. Apenas em meados do século XIX uma pequena parcela da população, a elite, começava a se denominar como tal. Richard Graham (06 jun. 2006, p. 43-44) explica esse processo: “Não estou sugerindo que, pelos meados do século XIX, a maioria dos brasileiros se considerasse um único povo e se identificasse, entre si, como parte de um todo maior, diferentes daqueles que viviam sob a jurisdição de algum outro estado. É improvável que escravos, que somavam um quarto ou talvez um terço de toda a população nos meados do século, considerassem-se como “brasileiros”, nesse sentido. Da mesma maneira, os camponeses e os pequenos proprietários livres analfabetos, os tropeiros, os proprietários de vendas de beira de estrada, em suma, os destituídos e os quase destituídos de propriedade, provavelmente definiam-se e eram definidos por outros pelas categorias relevantes locais de raça ou classe e por um conjunto local de lealdades, e não pelas lealdades nacionais. Mesmo em 1872, os recenseadores descobriram que setenta e nove por cento das pessoas livres acima de seis anos não sabiam ler ou escrever. Como consequência, eles não poderiam facilmente desenvolver um senso de finalidade comum com aqueles em lugares distantes”.

No final da citação aparecem, logo depois de Tiradentes, os nomes dos heróis paraibanos, ambos lutaram no movimento de 1817, e, assim como o inconfidente, tiraram a própria vida pela causa da independência. É importante frisar que eles não se ofereceram ao martírio, não foi isso o que aconteceu. Todos os três, cada um deles, no seu respectivo tempo e no seu respectivo lugar, foram mortos pelo mesmo poder real representado por D. Pedro I. A estreiteza dessa invenção histórica obriga seus formuladores a realizarem verdadeiros malabarismos com os acontecimentos do passado. Tudo isso, para que eles sirvam aos propósitos de uma determinada identidade nacional.

No período da tarde de Sete de Setembro de 1972, dia do 150º aniversário da Independência do Brasil, as ruas de João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo e de muitas outras cidades terminavam de ser limpas. O cotidiano das pessoas começava a voltar ao normal. Ainda existia, é verdade, um último ato: assistir a mensagem presidencial. Mas esta podia ser ouvida ou vista no aconchego do lar. Talvez pudesse até ser deixada para ser lida no jornal do dia seguinte. Não era mais necessário ir à rua ver a nação passar. E, assim, terminou o Sesquicentenário da Independência do Brasil...

No domingo posterior às comemorações, Lourenço Diaféria¹³ escrevia uma crônica na **Folha** intitulada: *O bom da festa é que não é a última* (10 set. 1972, p. 50). O texto trata, com um tom bem humorado, da necessidade de começar a pensar nas próximas comemorações cívicas da nação, nas suas palavras:

Mas como dizíamos, a festa terminou e convém ir preparando a próxima: o bicentenário da Independência. Por motivo de ordem técnica, possivelmente não compareceremos pessoalmente, o que nos dará grande pesar. Mas mandaremos representantes, que sem dúvida reverenciarão a lembrança de muita gente que hoje comemora e amanhã será comemorada. Ou não será. Não sei, com franqueza, se estou dando uma boa ou má notícia – mas a fragilidade é um fato, conforme diz o Eclesiastes e a Imitação de Cristo confirma. De qualquer forma, para que isto não pareça alta dose de pessimismo, lembro aos menos avisados que

¹³ Ele foi preso em 1977, após publicar uma crônica intitulada *Herói. Morto. Nós*. (1 set. 1977, p. 44), o texto foi tachado de ofensivo ao regime. Gaspari (2004, Vol. IV, p. 445,) define essa crônica: “Era um comentário romântico. Louvava a conduta de um sargento que morrera em Brasília depois de se lançar num poço de ariranhas do jardim zoológico para salvar uma criança. Contrapunha seu gesto humano à pompa da delirante estátua do duque de Caxias (obra de Victor Brecheret) existente no centro da cidade”. O texto propunha trocar o herói Caxias pelo herói sargento Sílvio, nas suas palavras: “O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel – onde se reúnem ciganos e as pombas ao entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar. O povo quer o herói sargento que seja como ele: povo. Um sargento que dê as mãos aos filhos e à mulher, e passeie incógnito e desfardado, sem divisas, entre seus irmãos (...) O povo prefere esses heróis de carne e sangue”.

daqui a dezessete anos acontecerá o centenário da República, e eis uma excelente oportunidade para esbaldar (Ibidem).

O texto continua discorrendo sobre o futuro, dele destaco as seguintes proposições: a divisão dos seres humanos entre os que andam e os que dirigem; as guerras que serão travadas usando o lema olímpico como guia – o importante não é vencer, é competir; a violência não fará mais parte do cotidiano das pessoas; e mais alguns tópicos que apontam para um futuro melhor como a grande maioria das pessoas acredita. O desfecho merece ser transcrito:

Estas coisas, que sem dúvida acontecerão um dia, digo a uma criança cujo nome não sei, mas sei que existe. Numa dessas noites passadas, essa criança estava subindo, no ventre da mãe, uma avenida onde há plátanos e pequenos fantasmas. A mãe ia pesada e lenta, agarrada ao braço do marido, carregando uma mofina sacola. Estava na cara que a mulher ia dar à luz. Pensei em oferecer carona, mas, por uma grossa covardia sem aparente explicação, toquei o carro em frente. E me fiquei depois amargurando por não ter feito o gesto que me custava nada. Hoje, essa criança já deve ter um nome e, se não lhe aconteceu o mau, deverá me substituir nas festas da Independência. Ou talvez estejamos juntos nas festas da República. Ou em qualquer outra festa que inventarmos, por nossa conta. Gostaria, como qualquer sujeito, que essa criança, nascida em plena festa, descobrisse no futuro um mundo com menos safadagem. Um mundo de festa geral sem tiros, sem mortes indecentes, sem lágrimas, sem ódios, sem vinganças, sem medos e (se não for pedir demais) sem tantos cordões de isolamento.

Acho que o imperador me entende; e, se não me entende ele, entenderá a paciente dona Maria Leopoldina; ou, em último caso, apelo à adorável Domitila de Castro, a quem, aliás, reitero os meus respeitos, neste manso domingo de festival setembro (Ibidem).

A criança do texto, hoje com quase 43 anos, tem uma boa possibilidade de assistir ao bicentenário da Independência. Diafêria, como ele mesmo previu, não chegará a essa data, morreu em 2008. O mais importante é que, infelizmente, seu desejo não se realizou, é pouco provável que a “criança desconhecida”, hoje um “adulto desconhecido”, encontre um mundo de “festa geral” em um prazo de tempo tão curto. A desigualdade social e todos os problemas que ela provoca continua presente e não existe uma mágica capaz de fazê-la desaparecer até o ano de 2022.

Porém, é possível repensar o ideário nacional e ampliar o seu significado para além de uma estratégia de legitimação do poder de dominação de uma determinada elite. Na falta de uma outra grande forma de associação humana, podemos começar a inventar uma

identidade nacional que respeite a diversidade dos povos que deram origem a quem somos hoje. Esse pode ser um primeiro passo para uma versão mais complexa dessa identidade.

Essa proposta não tem a intenção de trocar um herói por outro, não é substituir um D. Pedro I por um Zumbi dos Palmares – por mais que esse último represente uma parcela muito maior do que hoje é o Brasil – ou trocar o Duque de Caxias pelo Sargento Sílvio (como sugere Diaféria na nota 13). Também não é fazer troça do passado e dizer – como propôs o quadro **É muita história** (2007), do programa Fantástico da Rede Globo – que a Independência resultou de “um dia de fúria de D. Pedro”¹⁴.

A pretensão é dar condições de compreensão, especialmente aos mais jovens, da complexa configuração social que nos trouxe até aqui e a partir dela perceber os nossos problemas históricos e traçar caminhos para tentar corrigi-los. Dessa forma, daríamos o primeiro passo para o desaparecimento dos cordões de isolamento. Afinal, a Independência e os “grandes nomes” que se associam a essa data são apenas uma pequena parte da nossa história.

¹⁴ Segundo o programa, D. Pedro estava estressado por diversos motivos: a longa viagem do Rio de Janeiro até São Paulo; a paixão por Domitila de Castro; a rejeição de uma escrava por quem ele se afeiçoou e o seu dono não quis vendê-la; os jornais que não o deixavam em paz; a comida ingerida durante a viagem de volta, que lhe causou um desarranjo intestinal. Essa série de fatores combinados causou a Independência (cf. Fantástico, 8 maio 2014).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Artigos de Jornais e revistas

150º aniversário de nascimento de Francisco Manoel da Silva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1945, p. 6.

50 mil assistiram à missa de ontem na Praça da Sé. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 1972, p. 7.

97 million Brazilians lover soccer, music. In: **TheHartford Courant**, 27 abr. 1972, p. 40.

A alegre manhã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 set. 1972, p. 1.

A batalha por uma revista. **Uma história deVeja**: reflexões de um dia de aniversário (edição especial), São Paulo, set 1972, p. 09-17.

A edição colorida do dia 3 de setembro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 25 ago. 1972.

A Independência com muita luz e som. **Folhinha de São Paulo**, p. 07, 03 set. 1972.

A Paraíba hoje na festa nacional do fogo simbólico. **A União**, João Pessoa, 1 set. 1972, p. 3.

A Paraíba no Sesquicentenário. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 5.

A punição dos presos políticos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 25 jun. 1972.

A tiragem do jornal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 abr. 1972.

AFFONSO, Ruy. Som e luz (carta). **Veja**, São Paulo, n. 213, p. 06, 4 out. 1972.

AIZEN, Naumim. Uma história vitoriosa. In: NOVELLI, Luiz Antônio. **Uma estória na Independência**. Rio de Janeiro: Ebal, 1972.

Andarilho, em Campinas, diz que saiu do Oiapoque e irá até o Chuí. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 19 ago. 1972, p. 23.

ANÍSIO, Pedro; COLONNESE, Eugênio. **A independência do Brasil em quadrinhos**: edição pré-comemorativa do Sesquicentenário da Independência (1822-1972). Rio de Janeiro: Ebal, 1970.

_____. **Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos**. Rio de Janeiro: Ebal, 1972.

_____. Quadrinhos da Independência. In: **Folhinha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 1972, p. 8-16.

Arcebispo exalta a “família ampliada”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 set. 1972, p. 18.

As comemorações à data da Revolução Francesa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1939, p. 5.

As cores do Sesquicentenário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 set. 1972, p. 1.

As grandes cenas do desfile de 18 mil homens em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 set. 1972, p. 9.

As três horas do grande desfile do Sesquicentenário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 set. 1972, p. 4.

BAKOTA, Carlos S. Brazil, Awakening Giant by Philip Raine. In: **The Modern Language Journal**. Vol. 60, Nº 3, Mar 1976, p. 137-138. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/324220>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BAUMGARTEN, Alexandre Von. O caminho para o progresso. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 set. 1972, p. 5.

BRAYNER, Diógenes. As dez vantagens de ser província. In: **A União**, João Pessoa, 10 set. 1972, p. 5.

Brazil marks 150 years of Independence. In: **The Los Angeles Times**, 8 set. 1972, s/p.

Brazil to free thousands to mark Independence Day. In: **The New York Times**, 6 set. 1972, s/p.

Brazil's 150 years of Independence. In: **The New York Times**, 8 set. 1972, s/p.

CARLOS, Lasinha Luis. Roma: “Som e luz” sim ou não? In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 set. 1971, p. 3.

CARVALHO, Ricardo; Fernando, FOCH. Madre Maurina Retorna ao país, sem ressentimentos. In: **Folha de São Paulo**. 04 mar. 1979, 1º caderno, p. 15.

CHILCOTE, Ronald H. Class, Race, Progress, and Nationalism in Brazil. In: **Latin American Research Review**. Vol. 12, Nº 1, 1977, p. 222-227. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2502689>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

Cidade pára e recebe os despojos de Dom Pedro. **A União**, João Pessoa, p. 1, 5 jul. 1972.

Cinquenta mil estudantes vão ao encontro cívico no Maracanã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 22 abr. 1972.

Cinquenta mil vão se concentrar hoje na Epitácio. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

Colégios desfilam no Fluminense. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 set. 1972, p. 21.

Comemorações da Independência tem ponto alto com o desfile. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 8.

Comissão divulga programa oficial do Sesquicentenário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1972, p. 10.

Como será o espetáculo da Independência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1972, p. 25.

Congresso de jornalistas em Washington. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 jan. 1926, p. 7.

Congresso: sem impacto. **Veja**, São Paulo, n. 208, p. 20, 30 ago. 1972.

COSTA, Sergio Correa da. MCE, a nova superpotência. In: **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 2-3.

D. Pedro desfilou a cavalo. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

De Corte e o racionalismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 6.

Depositados no Ipiranga restos mortais de D. Pedro. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 27, 05 set. 1972.

Desencontros. **Veja**, São Paulo, nº 333, p. 22, p. 12 jan. 1975.

Desfile do dia 7 foi o maior já realizado em João Pessoa. **O Norte**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 1.

Desfile pela Avenida Rio Branco foi rápido. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 28, abr. 1972, p. 28.

Desfile terá tanques e batalhão contra a guerrilha. **A União**, João Pessoa, 5 set. 1972, p. 3.

Dez mil assistiram a concelebração eucarística. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1972, p. 3.

DIAFÉRIA, Lourenço. O bom da festa é que não é a última. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 1972, p. 50.

_____. Herói. Morto. Nós. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 set. 1977, p. 44.

Diário oficial do Estado de São Paulo, 9 fev. 1972, p. 4.

Discurso de Passarinho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1972, p. 3.

Discurso do governador Ernani Sátyro. **A União**, João Pessoa, 31 mar. 1972, p. 3.

Dom Pedro I foi o mais homenageado no Sesquicentenário. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 1.

Doze mil desfilam hoje lembrando 150 anos da Independência. **O Norte**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

E ficou a pátria livre. **Veja**, São Paulo, n. 209, p. 20-40, 6 set. 1972.

Encontro cívico vai começar às 16 horas. **A União**, João Pessoa, p. 3, 20 abr. 1972.

Ernani de posse do programa do Sesquicentenário. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 8, 19 fev. 1972.

Ernani inaugurou. **A União**, João Pessoa, p. 3, 3 mar. 1972.

Esquema de segurança utilizará 290 homens amanhã. **A União**, João Pessoa, 6 set. 1972, p. 3.

Estado e Município dividem entre si o abandono do Parque do Ipiranga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1976, p. 12.

Exu provoca reboição na Lagoa. **A União**, João Pessoa, 1 set. 1972, p. 5.

Farol já atrai turistas. **A União**, João Pessoa, 3 maio 1972, p. 3.

FERNANDES, Millôr. Millôr – enfim, um escritor sem estilo! In: **Veja**, São Paulo, n. 209, p. 10-11, 6 set. 1972.

Folheto sobre o Sesquicentenário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1972, p. 8.

FREIRE, Antonio. Sesquicentenário do Brasil independente. In: **Revista do Instituto História e Geográfico Paraibano**. João Pessoa, 1974, nº 20, p. 102-105.

GOMARA SOBRINHO, José. Jardim esquecido e hospital parado. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1980, p. 12.

Governador abre as comemorações no Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 set. 1972, p. 5.

Grade para proteger Som luz do museu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 maio 1973, p. 10.

Guanabara faz desfile de 25 mil homens. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 set. 1972, p. 7.

HADDAD, Jamil Almansur. Dom João VI e Juscelino. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1958, p. 6.

Heroísmo nacional. **A União**, João Pessoa, p. 3, 7 jul. 1972.

Igreja comemora a Independência hoje na homilia. **A União**, João Pessoa, 2 set. 1972, p. 3.

Igreja comemora sesquicentenário com celebrações. **O Norte**, João Pessoa, 2 set. 1972, p. 3.

Instituto Histórico e geográfico ouve Valadão e comemora o fico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 jan. 1972.

Junto à estátua, um coro canta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 32, 23 abr. 1972.

Leia está história para você se orgulhar ainda mais do Sesquicentenário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 33, 12 set. 1972.

Leia está história para você se orgulhar ainda mais do Sesquicentenário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 14 set. 1972.

Lição de uma data. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 abr. 1972.

Liceu, a grande atração da festa. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

LOPES, Luiz Lyria. Sem luz e sem som (carta). In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 1973, p. 4.

“Louvação do Ipiranga” fala em ponto de partida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 25.

Mais de 50 mil viram o desfile. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

Marco extraordinário. **A União**, João Pessoa, p. 3, 18 abr. 1972.

MDB: fogo concentrado. **Veja**, São Paulo, n. 200, p. 24, 05 jul. 1972.

Médici abre o sesquicentenário com mensagem à nação, 21 abr. 1972, p. 15. **JB**

Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 abr. 1972.

Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 abr. 1972.

Mensagem da CNBB pelos 150 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 set. 1972, p. 7.

Mensagem da CNBB pelos 150 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 02 set. 1972.

Mensagem papal será lida dia 3. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1972, p. 10.

MIRANDA; BORGES; TEIXEIRA. “Funchal” fez sua viagem histórica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 30, 24 abr. 1972.

Moças do Liceu vestem as bandeiras dos 22 Estados. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

MOUTINHO, José Geraldo Nogueira. O Brasil em três volumes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 33, 07 out. 1972.

Na Paulista, às 9 h, o desfile. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1972, p. 1.

Nelson, 8 anos, foi Pedro I à frente de 14 mil alunos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 5.

Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora. **A União**, João Pessoa, p. 7, 11 abr. 1972.

No desfile dos 150 anos, a tradição da av. Paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 set. 1972, p. 5.

Normas para o colégio se apresentar. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

NOVELLI, Luiz Antônio. **Uma estória na Independência**. Rio de Janeiro: Ebal, 1972.

O colorido fim de festa. **Veja**, São Paulo, n. 210, p. 12-20, 13 set. 1972.

O corpo do imperador está no Ipiranga, para sempre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 07 set. 1972.

O espetáculo de Som e luz será cercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1973, p. 17.

O êxito alcançado pelo Som e Luz. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 1972, p. 9.

O fogo simbólico vem à meia noite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1972, p. 1.

O hino nacional é cantado por cem mil pessoas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 22 abr. 1972.

O início das solenidades comemorativas do nascimento do Patrono do Exército. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1953, p. 6.

O maior desfile será em S. Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 1972, p. 6.

O parque da Independência é agora um centro de lazer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 1972, p. 12.

O presidente não admite torturas. **Veja**, São Paulo, n. 65, p. 18-24, 3 dez. 1969.

O roteiro de Som e luz está gravado em disco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1972, p. 12.

Oiapoque-Chuí a pé, aos 60 anos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1972, p. 27.

Ônibus direto ao Ipiranga. **Folha de São Paulo**, p. 20, 07 set. 1972.

Papa diz que independência é dever diário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1972, p. 1.

Para colecionar. **Veja**, São Paulo, n. 209, p. 87-88, 6 set. 1972.

Parque repara os estragos da festa. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1972, p. 23.

PEDREIRA, Fernando. O pão nosso, sem miolo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 23 abr. 1972.

Pouca gente no espetáculo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 1972, p. 17.

Povo foi à praça no Dia do Civismo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 16, 23 abr. 1972.

Presos políticos? **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 6, 30 jun. 1972.

Programa do Sesquicentenário. **A União**, João Pessoa, p. 7, 09 abr. 1972.

Quase pronto o “som e luz”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1972, p. 4.

Que o sesquicentenário inspire a obra de renovação. **Folha de São Paulo**, p. 02, 08 set. 1972.

QUINN, Michael A. Brazil, Awakening Giant by Philip Raine. In: **The Western Political Quarterly**. Vol. 27, Nº 4, Dez 1974, p. 761-762. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/447709>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

RAINE, Philip. Despatch from the embassy in Brazil to the Department of State. In: **Foreign Relations of the United States, 1958–1960** Volume V, American Republics, Document 300. p. 793-796, 13 dez 1960. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v05/d300>>. Acesso em: 13 nov 2012.

_____; ROETT Riordan. Correspondence. In: **The Hispanic American Historical Review**. Vol. 55, Nº 3, Ago 1975, p. 633-635. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2512424>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

Reabertura do Som e luz até o dia 30. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1972, p. 11.

Reforma do “Som e luz” só em janeiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 dez. 1978, p. 38.

Restos de D. Pedro I recebidos na Paraíba com vibração popular. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 6 jul. 1972.

RIBEIRO, Leo Gilson. Vírus da liberdade. In: **Veja**, São Paulo, n. 209, p. 91-92, 6 set. 1972.

Rio comemora com Médici inaugurando o Fundão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 26.

RODRIGUES, José Honório A revolução e a contra-revolução da Independência. In: **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 5.

ROETT, Riordan. Brazil: Awakening Giant by Philip Raine. In: **The Hispanic American Historical Review**. Vol. 55, Nº 1, Fev. 1975, p. 136-138. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2512761>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

São Paulo não consegue vencer o Barcelona. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 22 abr. 1972.

São Paulo verá luz e som no final das festas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 24.

São Paulo verá luz som no final das festas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 24.

Sátyro liga suas 150 obras aos 150 anos da Independência. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 4 abr. 1972.

Sátyro: os despojos são uma ponte de sentimento. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 6 jul. 1972.

Sesquicentenário do Duque de Caxias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1952, p. 2.

SILVA, Abdias. Nixon reconhece liderança do Brasil na América e afirma que o progresso chegou. In: **Jornal do Brasil**. 9 dez. 1971, p. 4.

Som e luz abre em outubro para o público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 1973, p. 6.

Som e luz pode acabar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 set. 1976, p. 11.

Tiradentes atual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 21 abr. 1972.

Torturas. **Veja**, São Paulo, n. 66, p. 20-26, 10dez. 1969.

Trânsito: três atropelados no dia sete. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 5.

TV-Gazeta transmite fala do presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 21 abr. 1972, p. 4.

Um intervalo, e o desfile segue. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 set 1972, p. 5.

Uma exibição de virilidade. **Veja**, São Paulo, n. 210, p. 83-85, 13 set. 1972.

Uma homenagem a José Bonifácio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 1972, p. 8.

Uma semana da Arena. **Veja**, São Paulo, n. 209, p. 45, 6 set. 1972.

Urna de D. Pedro I já está nos Campos Eliseos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 4 set. 1972.

Vale a pena crescer assim? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1972, p. 2-3.

“Vassoura” não rompeu o isolamento. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 5.

Vinte e cinco mil homens desfilarão na Guanabara. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 set. 1972, p. 27.

Livros e artigos de livros

ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia**: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

CORRÊA, Antonio Jorge. **As comemorações do Sesquicentenário**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

BARBOSA, Rui. A pátria. In: **Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

GORDON, Lincoln. Introduction. In: RAINE, Philip. **Brazil**: awakening giant. Washington, D.C.: Public Affairs Press, 1974, p. V-VII.

HENRY, George. **Um músico... Sete vidas**. Tradução Lúcio Luiz de Sousa Leite. São Paulo: Letras e Letras, 1998.

LACOMBE, Américo Jacobina. Prefácio. In: VIANNA, Hélio. **História do Brasil**: período colonial. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972, vol. I, p. 9-10.

MONTELLO, Josué. Introdução. In: _____ (org.). **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do livro, 1972, Vol. I, p. 11-34.

Pedro Calmon. A proclamação da Independência. In: MONTELLO, Josué (org.). **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do livro, 1972, Vol. II, p. 47-85.

RAINE, Philip. **Brazil**: awakening giant. Washington, D.C.: Public Affairs Press, 1974.

Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**: período colonial e monarquia. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972, vol. II.

_____. **História do Brasil**: monarquia e república. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972, vol. III.

Outros

Brasil hoje nº 19 (Cinejornal). Disponível em: <<http://www.zappiens.br/portal/>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

Brasil hoje nº 20 (Cinejornal). Disponível em: <<http://www.zappiens.br/portal/>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. **lei nº 4.341**, de 13 de junho de 1964.

BRASIL. **Lei de Segurança Nacional**. Decreto 898, 29 de Setembro de 1969. Brasília, DF, 1972.

DANTAS, Paulo. **A Caminhada do Paraíba do Forró** (2005). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gi05U2BI7y4>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

Fantástico. **É muita história** (Episódio um: Um dia de fúria). Exibido originalmente em 9 set. 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3LzGKt9Pd0M>> Acesso em: 8 maio 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: 1972.

Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE). **Pesquisa regular bimestral sobre leitura de jornais**. João Pessoa: Julho/1970.

_____. **Relatório de venda avulsa de jornais**. Nº 261. São Paulo: Janeiro/1973.

_____. **Serviço de controle de venda avulsa de jornais**. Nº 248. Rio de Janeiro: Junho/1972.

Partido alto. Disponível em: <<http://www.jobim.org/chico/handle/2010.2/2290>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

Preços médios mensais no varejo (feijão). In: Instituto de economia agrícola. Disponível em <http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/precos_medios.aspx?cod_sis=4>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Bibliografia Citada

ABREU. Alzira Alves. **A Modernização da imprensa** (1970-2000). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AKOUN, André. Organicismo. In: BOUDON, Raymond. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ (org.) **História da vida privada no Brasil**. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Ex Libris, 1982.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AQUINO, Maria aparecida. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 513-532.

BALANDIER, Georges. **O Poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATISTA, Liz. Oito centímetros impediram sepultamento de Pedro I. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,oito-centimetros-impediram-sepultamento-de-pedro-i,8904,0.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BAUER, Otto. O conceito de nação. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 78-94.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BLACK, Jan Knippers. **A penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bolsa de cereais de São Paulo. **Folha de São Paulo**, 07 set. 2013, p. 42.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. trad. Carmen C. Varriale et Al. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 1242-1245.

BOTÊLHO, Sérgio. A intrépida Vassoura. Disponível em: <http://www.blogdobotelho.com.br/memoria-pessoense-a-intrepida-vassoura/> Acesso em: 8 dez. 2014.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**(1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Variedades de história cultural**. Tradução Alda Porto. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURNS, E. Bradford. **Nationalism in Brazil: a historical survey**. New York – USA: Frederick A. Praeger, 1968.

CABANEL, Patrick. Jules Michelet. In: SALES, Véronique (org.). **Os historiadores**. Tradução de Cristiane Gradvohl Colas. São Paulo: Unesp, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-143.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-417.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 13, n. 38, Out. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2010.

CASTRO, HEBE. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

CAVALCANTI, Archimedes. **A cidade de Parahyba na época da Independência** (aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822). João Pessoa: Universitária, 1972.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAZEL, François. Poder. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratado de Sociologia**. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 213-245.

CITTADINO, Monique. **Poder Local e ditadura Militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru – SP: Edusc, 2006.

CIVITA, Roberto. As revistas. In: BRANCO, Renato Castelo; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (orgs.). **História da propaganda no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990, p. 216-224.

CIVITA, Victor. Carta do editor. **Veja**, São Paulo, n. 1, p. 20-21, 11 set. 1968.

COHN, Gabriel (org.). Introdução. In: **Weber**. Tradução de Gabriel Cohn. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 7-15.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, 333 f.

_____. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 151-163.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 206-232.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral1.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2011.

DALLEK, Robert. **Nixon e Kissinger**: parceiros no poder. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DÉLOY, Yves. **Sociologia histórica do político**. Tradução de Maria Dolores Prades. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Tradução de Fernando Schiebe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Comparar o incomparável**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DOYLE, Arthur Conan. **A caixa de papelão**. Tradução de Álvaro Pinto de Aguiar. Disponível em: <https://sites.google.com/site/mundosherlock2/arthurconandoyle-acaixadepapelao>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 A.

_____. **Sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 B.

_____. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10 ed. São Paulo: Globo, 1995.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIA, Ernesto. *Vultus*. In: _____. **Dicionário escolar latino-português**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1962, p. 1078.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais**: guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: Universitária UFPE, 1996.

FERNANDES, Millôr. **Autobiografia de mim mesmo** (À maneira de mim próprio). In: **Veja**, São Paulo, n. 13, p. 42-43, 04 dez 1968.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 301-342.

FERREIRA, Reinaldo. Receita para fazer um herói. In: _____. **Poemas**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Unesp, 2007.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2009

_____. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10 ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. I.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. II.

_____. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, Vol. III.

_____. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Vol. IV.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism.** Oxford – EN: Basil Blackwell Publishers, 1983.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição.** Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Tradução de Federico Carrote. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 53-72.

GONÇALO JR. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964.** Companhia das letras: São Paulo. 2004

GORDON, Lincoln. **A segunda chance ao Brasil: a caminho do primeiro mundo.** Tradução de Sérgio Bath e Marcelo Raffaelli. São Paulo: Senac, 2002.

GRAHAM, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado.** Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/Publicacoesdhi/diálogos/volume01/vol_15mesa1.html>. Acesso em 6 de jun. de 2006.

GREEN, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985.** Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____; Abigail, JONES. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 29, nº 57, p. 67-89, 2009.

GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Revista dos tribunais, nº 1, 1988, pp. 5-27.

H.H. Gerth; C. Wright Mills. Introdução: o homem e sua obra. In: _____ (orgs.). **Max Weber: ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

HELLER, Agnes; Fehér, FERENC. Europa, um epílogo. In: _____. **A condição pós-moderna**. 2 ed. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 211-227.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____ e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução Irene Hirsh e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Chico Buarque de. Partido alto. In: _____. **Quando o carnaval chegar**. São Paulo: Philips, 1972.

HUGGINS, Marta K. **Polícia e política: relações Estado Unidos / América Latina**. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

Ira! Receita para se fazer um herói. In: _____. **Psicoacústica**. São Paulo: WEA, 1988.

IRC (Information Resource Center) Brasília. **Informações sobre Philip Raine** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fabriciomorais@gmail.com> em 26 jul. 2012.

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica do tempo histórico**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006, p. 9-12.

JB 119 anos: o livro preto da censura. In: **Jornal do Brasil** (online). Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/04/26/jb-119-anos-o-livro-preto-da-censura/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p 129-239.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica do tempo histórico. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LACOMBE, Américo Jacobina. Hélio Vianna. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1972, vol. 294, p. 323.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. São Paulo: Unicamp, 1996.

LENS, Sidney. **A fabricação do império americano** – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUKACS, John. **Uma nova República**: história dos Estados Unidos no século XX. Tradução de Vera Galante. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1954-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LUSTOSA Isabel. **D. Pedro I**: Um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. pp. VII-XXIII.

MAGALHÃES, Aloísio. **A Herança do Olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2003.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968-1978). 2 ed. São Paulo: Global, 1980.

MORAIS, Fabrício de Sousa. Heróis e dramas na Paraíba do século XIX: uma análise da obra de Archimedes Cavalcanti. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja. **Histórias da Paraíba**: autores e análise sobre o século XIX. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003, p. 171-191.

_____. **As festas da nação**: civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos**: textos sobre o marxismo. Porto alegre: Sulina, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Iara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Educ, 1981, p. 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a república manda guardar. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 172-189.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p 92-104.

ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner e Heloísa Janh. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OZOUF, Mona. A festa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Tradução Monique Augras. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: _____. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 33-86.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: UEL, 2001.

RIBEIRO, Leo Gilson. Bolo de letras. In: **Veja**, São Paulo, n. 208, p. 83, 30 ago. 1972.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Max Weber, o último dos clássicos. In: OLIVEIRA, Manfredo; AGUIAR, Odílio Alves; SAHD, Luiz Felipe (orgs.). **Filosofia política contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, pp.38-55.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representação da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 117-210.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a Monarquia e a República. Goiânia: UFG, 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. In: **Projeto História**, nº 14, p. 89-112, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SÁTYRO, Ernani. A energia que se chamou Pedro. In: _____. **Tradição e renovação** (discursos). Patos – PB: 1994, p. 109-112.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, John. Representações coletivas. In: _____ (org.). **Sociologia**: conceitos-chave. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 175-178.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998, p. 23-40.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 3 ed. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte, globalização e negócios: o Brasil dos dias de hoje. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Unesp, 2009, p. 481-504.

SOUSA, Octávio Tarquínio. **A vida de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Livraria José Olympio, 1972.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, José Inácio de Melo. Cinejornal. In: Ramos, Fernão; Miranda, Luiz Felipe (orgs.). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Senac São Paulo, 1997, p. 133-135.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004.